

SOCIOLOGIA

VOL. XLV | JANEIRO - JUNHO 2023

Susana Januário

Vamberto Filho

Edilma Carrijo

Miguel Silva

Cátia Cardoso

Loïc Wacquant

Seth M. Holmes

João Queirós

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO



SOCIOLOGIA

**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XLV | JANEIRO - JUNHO

2023

DIRETORA:

Helena Vilaça, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIJE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICSUL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA’ CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Virgílio Borges Pereira, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Assistência editorial: Ana Maria Santos e Rita Madeira.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsw eb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45>

**OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW**

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
ARTIGOS	
Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística	
Susana Januário	9
Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal	
Vamberto Filho	31
“Sozinha na rede”. Contributos da Teoria das Redes no estudo de caso de uma pastora batista no Rio de Janeiro	
Edilma Carrijo	57
O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910	
Miguel Silva	83
Potencialidades, limites e desafios da prosopografia	
Cátia Cardoso	109
FÓRUM	
Resolvendo o problema da raça	
Loïc Wacquant	127
Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos	
Seth Holmes	155
Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada	
Entrevista a Seth Holmes por João Queirós	183

EDITORIAL

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto conhece a sua edição XLV, a primeira do ano de 2023, que combina uma secção de Artigos, variados, com uma secção de Fórum, cujo figurino, relevante em momentos marcantes da história da revista, se recupera para dinamizar debates marcantes para o conhecimento científico sobre as sociedades.

A secção de artigos convoca incursões analíticas empiricamente informadas nos domínios da cultura, do trabalho, da religião, da política e também da metodologia, combinando investigações de âmbito sociológico com pesquisas de mais evidente filiação histórica e política, e envolvendo realidades sociais diferenciadas que passam por Portugal, pela comparação Portugal/Alemanha em domínios específicos e pela análise da realidade brasileira, mais concretamente, o Rio de Janeiro.

O primeiro dos artigos, da autoria de Susana Januário e intitulado “Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística”, propõe uma análise de manifestações artísticas alternativas a partir do estudo intensivo de oito casos significativos em Portugal. Demonstrando como a inscrição territorial influi sobre os processos de afirmação das manifestações artísticas analisadas, o estudo revela, com recurso à análise das representações de agentes envolvidos nestes processos, que esta relação é dialógica e que as manifestações artísticas contribuem também para moldar as configurações dos territórios em que se inscrevem.

O segundo dos artigos, da autoria de Vamberto Ferreira Miranda Filho, intitula-se “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal” e propõe-se analisar, como o seu título sugere, a regulação do trabalho nas plataformas digitais em Portugal e na Alemanha. Informado por um programa teórico inspirado na chamada Abordagem dos Recursos de Poder, o artigo investiga, conjugando análise documental, entrevistas e observação, o modo como as iniciativas do IG Metall e do STRUP, dois sindicatos destacados em cada um dos países estudados nos domínios privilegiados pela análise, podem contribuir para a regulação do trabalho via plataformas, sem deixar de identificar dificuldades e impasses.

O terceiro artigo, redigido por Edilma Carrijo, intitula-se “‘Sozinha na rede’. Contributos da Teoria das Redes no estudo de caso de uma pastora batista no Rio de Janeiro”, mobiliza a teoria das redes sociais para ler o modo como tensões e

constrangimentos no ministério pastoral são geridos no Brasil. Religião e redes sociais combinam-se; produzindo capital social, a religião gera redes de proteção e cuidado. O estudo do caso de uma pastora batista na cidade do Rio de Janeiro ilustra de modo pertinente este argumento e demonstra as modalidades de estruturação a que a sua rede social se encontra sujeita, revelando possibilidades de ação, mas também significativos constrangimentos.

O quarto artigo, da autoria de Miguel Filipe Silva, intitula-se “O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910”. Convocando um diálogo entre a História e a Ciência Política, a análise esboça, tomando Portugal como referência, um programa de pesquisa e um período de análise pertinentes - 1890-1930 -, o da “Crise do Liberalismo”, encarados a partir do estudo da ação dos partidos políticos no quadro da crise de 1890-1910. Através do estudo da génese do Partido Republicano Português e da sua ação, a análise demonstra a transformação que se estrutura do tipo de partidos configurados no país.

Por fim, de recorte mais orientadamente metodológico, o artigo de Célia Cardoso intitula-se “Potencialidades, limites e desafios da prosopografia” e assinala, de modo reflexivo, vantagens e desafios inerentes à construção do dispositivo de observação constituído em torno da prosopografia. Munindo-se de revisão de literatura científica, o artigo demonstra o potencial analítico contido no trabalho prosopográfico e a convocatória que contempla de métodos complementares para garantir uma sua plena e heurística utilização.

A secção Fórum contempla três importantes contributos para o aprofundamento do debate teórico e analítico sobre temas com grande relevância na definição das agendas de pesquisa sociológica da atualidade.

O primeiro contributo é de Loïc Wacquant, que regressa às páginas desta revista com “Resolver o Problema da ‘Raça’”, um ensaio que, sistematizando o mais recente trabalho do autor em torno de uma matéria que tem estudado como poucos, envolve a definição de um quadro neobourdieusiano para repensar a dominação racial. Um tal quadro implica movimentos analíticos específicos que passam por historicizar os processos de dominação racial, por rever o lugar ocupado nestes processos pelos Estados Unidos da América, por erradicar a lógica de julgamento na dinamização da respetiva pesquisa e por um trabalho de objetivação das “formas elementares” de dominação que suporta, a saber: categorização, discriminação, segregação, reclusão e violência raciais.

Wacquant procura, deste modo, reorientar o centro de pesquisa em torno da dominação racial, inscrevendo esta última, enquanto etnicidade denegada, numa modalidade particular de “formação de grupos”.

O segundo contributo é de Seth Holmes e intitula-se “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”. Envolvendo resultados de uma pesquisa etnográfica aprofundada desenvolvida ao longo de um extenso período temporal junto de trabalhadores agrícolas migrantes provenientes do sul do México nas explorações agrícolas da Califórnia, do Oregon e de Washington, nos Estados Unidos da América, o presente artigo constrói o seu ponto de vista a partir da análise das experiências de acidente e de lesão no trabalho e de acesso aos cuidados de saúde a que estes trabalhadores estão sujeitos. Sem deixar de equacionar reflexivamente o valor acrescido que a investigação de âmbito sociológico e antropológico tem para a consciencialização social sobre a configuração das desigualdades inscritas nestes processos, o artigo explora as incidências de tais experiências de acidente e de lesão através da leitura de um percurso de trabalhador. Confronta-as, de seguida, com o modo como os acidentes de trabalho são captados e construídos pela estatística geral da saúde e pelo enquadramento institucional dos cuidados de saúde nos Estados Unidos. Demonstra, em diferentes movimentos, por fim, como a normalização, tornada invisível, dos danos infligidos aos trabalhadores migrantes se generaliza.

O terceiro contributo permite-nos regressar aos trabalhos de Seth Holmes, neste caso através de uma entrevista conduzida por João Queirós e intitulada “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”. Beneficiando de uma já prolongada colaboração com o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, onde Seth Holmes foi investigador visitante na primavera/verão de 2022 e onde os seus trabalhos têm sido seguidos com particular atenção, João Queirós convida o autor e, agora os leitores, a percorrer os pormenores e as prioridades da original pesquisa que Seth Holmes tem vindo a realizar sobre os trabalhadores agrícolas migrantes e sobre a sua saúde.

PEREIRA, Virgílio Borges (2023), “Editorial” *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* vol. XLV, p. 5-8, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45ed>

Não faltam razões para ler com atenção este número de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Boas leituras!

Virgílio Borges Pereira

Diretor interino de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística

Susana Januário

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto

Resumo

A partir do estudo de manifestações artísticas urbanas, evidencia-se que a relação das mesmas com os territórios em que se localizam ou decorrem se caracteriza por ser dialógica, uma vez mutuamente relevante e benéfica. Da inscrição destas manifestações no território resultará a consubstanciação de uma dimensão particularmente caracterizadora destas manifestações: o seu pendor alternativo. A partir do estudo intensivo de um conjunto de casos, dispersos pelo território nacional, procura-se demonstrar, a partir das representações sociais dos atores/agentes entrevistados, de que modo os casos se demarcam no território e configuram obliquidades alternativas.

Palavras-chave: manifestações artísticas urbanas contemporâneas; território(s); alternativa artística

Manifestations artistiques urbaines contemporaines : la territorialité comme expression d'une alternative artistique

Résumé

L'étude des manifestations artistiques urbaines montre que leur relation avec les territoires où elles se situent ou se déroulent se caractérise par le fait d'être dialogique, puisqu'elles sont mutuellement pertinentes et bénéfiques. L'inscription de ces manifestations dans le territoire se traduira par la consubstantiation d'une dimension particulièrement caractéristique de ces manifestations : leur penchant alternatif. A partir de l'étude intensive d'un ensemble de cas, disséminés sur le territoire national, nous cherchons à démontrer, sur la base des représentations sociales des acteurs/agents interviewés, comment les cas sont délimités dans le territoire et configurent des obliquités alternatives.

Mots-clés: manifestations artistiques urbaines contemporaines ; territoire(s) ; alternative artistique

Manifestaciones artísticas urbanas contemporáneas: la territorialidad como expresión de la alternativa artística

Resumen

El estudio de las manifestaciones artísticas urbanas muestra que su relación con los territorios en los que se ubican o tienen lugar se caracteriza por ser dialógica, ya que son mutuamente relevantes y beneficiosas. La inscripción de estas manifestaciones en el territorio dará lugar a la consustanciación de una dimensión especialmente característica de las mismas: su inclinación alternativa. A partir del estudio intensivo de un conjunto de casos, diseminados por el territorio nacional, buscamos demostrar, a partir de las representaciones sociales de los actores/agentes entrevistados, cómo los casos se demarcan en el territorio y configuran oblicuidades alternativas.

Palabras clave: manifestaciones artísticas urbanas contemporáneas; territorio(s); alternativa artística

Contemporary urban artistic manifestations: territoriality as an expression of artistic alternative

Abstract

The study of urban artistic manifestations shows that their relationship with the territories where they are located or take place is characterised by being dialogic, since they are mutually relevant and beneficial. The inscription of these manifestations in the territory will result in the consubstantiation of a particularly characteristic dimension of these manifestations: their alternative inclination. Based on the intensive study of a set of cases, distributed throughout the national territory, we seek to demonstrate, based on the social representations of the interviewed actors/agents, how the cases are demarcated in the territory and configure alternative obliquities.

Keywords: contemporary urban artistic manifestations; territory(s); artistic alternative

Introdução

A evocação da urbanidade para qualificar manifestações artísticas contemporâneas corporiza a relevância da territorialidade – tomada aqui, genericamente, como a imbricação entre o território e o que nele de cultural e social acontece e se inscreve –, particularmente, na perspetivação de fenómenos artísticos e culturais. Será

incontornável a consideração de que existe uma correlação efetiva entre a ação cultural e artística e a densidade territorial urbana. Crane (1992) demonstra inequivocamente esta proposição ao inscrever os mundos culturais que categoriza em contextos urbanos, nos quais se multiplicam e diversificam estilos de vida, que se evidenciam como manifestações de práticas sociais e culturais expressivas de processos de individuação e de afirmação de identidades.

Das cidades não se pode, igualmente, dissociar a intensidade da procura das atividades culturais e artísticas e a respetiva provisão, necessariamente exigente em termos da concentração dos mais diversos tipos de recursos, cuja existência se constitui como fator de desenvolvimento global dos territórios (Zukin, 1995; Costa, 2000, 2002, 2017). Os territórios urbanos constituem-se como polos não só de concentração e dinamização económica, como também de populações diversificadas, nomeadamente de grupos sociais mais qualificados educacional e culturalmente, propensos, designadamente, a maiores consumos culturais. São estes os grupos que estão na base das segmentações do consumo, incrementando, por exemplo, os mundos de produção artístico-cultural mais especializados, potencialmente subculturais e vanguardistas (Crane, 1992).

O intenso provimento de oferta artístico-cultural e a respetiva fruição propiciam a demarcação de territórios sustentados na produção e consumo de bens culturais (como, por exemplo, os designados bairros culturais/criativos), constituindo-se em “meios” de significativa vitalidade. A territorialização das atividades culturais constitui ponto assente nos debates da economia e da política em torno dos fenómenos de aglomeração e urbanização, ou no âmbito das designadas retóricas sobre as cidades criativas ou mesmo do denominado capitalismo cognitivo-cultural (Costa, 2000, 2002, 2017; Campos & Sequeira, 2019).

O pretenso pressuposto da territorialidade parece constituir-se como fundamental na abordagem do fenómeno da alternativa artística. Não só pela densidade demonstrada quando associado ao de urbanidade, mas também pela potencialidade da afirmação distintiva do próprio território. De outro modo, podemos encontrar uma relação entre alternativa artística e o território no qual se inscreve, sendo este fator indelével da consubstanciação da primeira, como procuraremos demonstrar.

A evidenciação reflexiva a que procederemos assenta, fundamentalmente, nas representações sociais, designadamente, de um conjunto de atores entrevistados no

âmbito da investigação^{1e2} que está na base da questão central deste artigo. Este estrutura-se, primeiramente, em torno do afloramento da temática central da investigação referida – a alternativa artística e a potencialidade da configuração de um subcampo artístico distintivo – e de que modo aí se opera a inscrição e materialização de um objeto teórico e empírico, salientando-se, neste processo, a relevância da territorialidade. Da enunciação proposicional desta relevância, prossegue-se para a evidência empírica da mesma, tomando como eixos duas questões que apreendemos como organizadores do documento. Assim, demonstraremos, no primeiro eixo, em que medida a territorialidade se patenteia na estruturação das manifestações (designadamente no âmbito da programação e também enquanto fator de condicionamento) e se constitui preponderante na individuação de um subcampo artístico. No segundo eixo, evidencia-se a relevância das manifestações – sobretudo numa perspetiva de reconhecimento artístico e cultural – nos respetivos territórios, evocando-se a importância das mesmas, designadamente enquanto espaços de intermediação por excelência, na distintividade destes.

1. Da concetualização à materialização da alternativa artística na configuração de um subcampo artístico

O conceito de alternativa (artística), designadamente no âmbito das artes visuais/plásticas, associa-se à produção artística que se demarca do que é considerado canónico ou ortodoxo. Considerar a alternativa corresponderá a equacionar-se o seu posicionamento como disruptivo relativamente aos processos de criação e mediação associados ao mercado (galerias) e às instituições de “consagração cultural oficial” (Melo, 2012). Poderá, igualmente, desta feita perspetivando a receção, referir-se este conceito

¹ Sob a designação de *ARTOPIA: Trajetos, interseções e circunstâncias de manifestações artísticas urbanas de pendur alternativo no Portugal contemporâneo*, esta investigação conduziu à obtenção do grau de doutor pela autora, conferido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao abrigo de uma bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

² Estamos a considerar as representações sociais percorridas das entrevistas realizadas no âmbito da investigação enunciada a diversos atores, os quais consideramos em cinco subconjuntos distintos: dirigentes/fundadores das manifestações em estudo; outros atores operantes das mesmas; agentes que integram/atuam no campo artístico (académicos, *gatekeepers*, críticos, curadores); artistas e representantes do poder local (área da cultura) dos territórios em que se inscrevem as manifestações em estudo. A informação recolhida que tomamos como referência para este artigo resulta de um procedimento metodológico amplo, fundamentalmente, assente no estudo de casos múltiplos (Yin, 2018), tendo por referência o método de casos alargado (Burawoy, 2000, 2009), operacionalizando-se um conjunto de dispositivos diversos (de carácter qualitativo e quantitativo), ao qual esteve sempre subjacente a referência aos casos de estudo concretos.

para distinguir práticas artísticas diferenciadas do que pode considerar-se como cultura massificada ou mainstream. Balizamos o nosso entendimento, grosso modo, em torno destas duas dimensões assinaladas, não obstante considerarmos consolidar a sua problematização, nomeadamente, no âmbito da história da arte, uma vez sendo possível situar o fenómeno alternativo histórico-socialmente.

Situamos a emergência do mencionado fenómeno alternativo nas décadas de 60 e 70, particularmente em Nova Iorque, e como uma ação crítica ao sistema institucional da arte. Considera-se, neste âmbito, o conjunto de estruturas/coletivos que surgem, operando uma mudança radicalizada dos processos de criação, mediação e receção artísticas (Jürgens, 2016). Equaciona-se estas práticas tendo por referência o que Bourdieu designou como heterodoxias no campo da arte (Bourdieu, 1996), tendo em conta, precisamente, que no âmbito das lutas simbólicas, o que se questiona é poder estabelecido (mercado e instituições), hegemónico e excludente. A alternativa esboça-se na concretização de ações e de espaços de exibição das criações artísticas que não permeavam os museus e as galerias (o sistema) (Jürgens, 2016). Estas ações perfilam-se num contexto social de fortes movimentos sociais, que caracterizam profundamente a época, substancializando formas de combate e de afirmação política, designada e especialmente, no que respeita às dimensões social e política do papel dos artistas (Wallis, 2002). O movimento contra-institucional que estas ações constituíram corporizou um espaço social de projetos informais e de autoemprego de artistas, “de natureza anárquica e apologistas de uma ética DIY” (Jürgens, 2016, p. 195). Ética que viria a demarcar igualmente fenómenos semelhantes em outras paragens, como no Reino Unido, nomeadamente, nas décadas subsequentes às do fenómeno verificado em Nova Iorque. Em Portugal, iniciativas informais e DIY foram particularmente proeminentes na década de 1990 (Jürgens, 2016).

Para além da informalidade e das lógicas DIY referidas, assinala-se outras noções e dimensões que não só se associam a estas manifestações artísticas alternativas, como também contribuem para consolidar a sua concetualização. A independência e a autonomia artística são duas dessas noções. A primeira – bem patente na abordagem de Bourdieu (1996) sobre a emergência do campo artístico moderno – remete para a criação artística, que ocorre além de qualquer constrangimento, e para a autogestão (dos artistas) patente nas práticas expositivas (exibição). Os artistas passam a organizar a exibição das suas criações artísticas, revolucionando, desta forma, o campo da arte, no que respeita à

mediação e receção artísticas (Jürgens, 2016). A autonomia artística, por seu turno, substancia a subversão e o questionamento dos processos de reconhecimento, validação e institucionalização inerentes ao sistema da arte (Jürgens, 2016). Não será, portanto, inválido discorrer que, perante um fenómeno disruptivo, libertador e subversivo, se estará perante práticas criativas caracterizadas pela emergência e experimentalismo, confrontantes com as práticas artísticas e os circuitos de distribuição convencionais. Práticas que viriam a contribuir para se redefinir a arte, os modelos e modos de exposição e para a democratização do sistema artístico, uma vez ampliando oportunidade de exibição e de confluência artística, patenteada na multi e interdisciplinaridade (Jürgens, 2016). A dinâmica associada a estas iniciativas alternativas de “estar dentro” e “estar fora” (Zolberg, 2015; Becker, 2009) permite-nos conferir-lhes um carácter *underground*, uma vez este relacionado com estilos, expressões e movimentos que surgem, operam e se inscrevem à margem dos circuitos padronizados, mainstream, comerciais, convencionais (Guerra & Straw 2017; Guerra, 2010), largamente sustentados nas evocadas lógicas DIY. Aliás, o DIY, enquanto resistência às formas mais ortodoxas de produção cultural, substancializa, na contemporaneidade, um *ethos* político unificador materializado em coletivos e/ou redes de produção cultural alternativa e translocal, particularmente visível nas cidades (Bennett & Guerra, 2019).

De todas estas vertentes ou dimensões, há uma derradeira que nelas se imbrica, mas que reveste particular importância, tendo em conta a sua relação com a questão do território: o espaço onde se inscreve a alternativa. Os espaços de criação e mediação da alternativa artística pugnam pela invulgaridade, pelo inesperado, pela alternativa aos espaços convencionais (Ault, 2002; Wallis, 2002), ou por ocupação inusitada do próprio espaço público, o que potencia a inscrição da arte e cultura no território, consubstanciando as práticas em *cenais* (Bennett & Peterson, 2004; Straw, 2001; Blum, 2001).

Em Portugal, como atrás referido, a década da 1990 impõe-se como o período no qual podemos situar com maior exuberância a emergência de iniciativas que reúnem características do fenómeno alternativo de que temos vindo a dar conta (Jürgens, 2016). Este período constitui-se como uma espécie de corolário de um processo evolutivo iniciado na década de 1970, notoriamente marcada pela transição democrática. E tal como assinalado no que respeita ao contexto nova iorquino, os processos e as práticas surgidas, no nosso país, na década de 1990 e dealbar do novo milénio, marcariam indelevelmente o campo artístico nacional, tendo em conta que algumas destas iniciativas viriam a

consolidar-se e a afirmar-se, mantendo-se em atividade atualmente. Não obsta que, fruto da fluidez, do hibridismo, da diversidade, manifestos em processos tendentes à mercadorização e à institucionalização e ao nivelamento com o mainstream e a massificação das iniciativas, a alternativa seja, necessariamente, significativamente relativizada (Januário, 2019, 2022).

A consciência de estarmos perante uma realidade confluyente e fluída, traduzida, no campo das artes, pelo ecletismo, a transdisciplinaridade, o pluralismo e relativismo (Melo, 2016), não impediu que tivéssemos como objeto de estudo um espaço social – a formalizar como subcampo artístico (Bourdieu, 1996, 2003) –, paradigmaticamente constituído nessa confluência, por força da diversidade interna e da dialógica que o caracteriza, o qual pressupomos reunir características e solidez homológica distintivas e de pendor alternativo. Este reforça-se na e pela relação das iniciativas artísticas que tomamos como objeto de estudo com os territórios em que se inscrevem. Se fizermos o exercício homológico do que outrora se considerava, no âmbito das “geografias do poder no sistema da arte”, como centro e periferia artísticos e ao território de facto – sobre o qual, também, modernamente, se aplicava a mesma classificação –, compreenderemos que o esbatimento desta categorização dicotómica também se explica pelo facto de podermos assinalar situações em que as periferias contribuíram para a história da arte ao gerarem “alternativas criativas” (Melo, 2016: 66).

Assim, a reflexão que procuramos aqui desenvolver resulta de uma investigação³ que incidiu num conjunto de manifestações artísticas⁴ urbanas potencialmente disruptivas e alternativas às convenções artísticas ortodoxas (mercado e instituições), as quais se vêm afirmando, em Portugal, no contemporâneo campo das artes. O objeto de estudo empírico consubstanciou-se num agregado de oito manifestações artísticas dispersas pelo território

³ Ver nota 1.

⁴ De notar que designamos estas iniciativas como *manifestações*, uma vez que entendemos que esta substantivação é profícua e adequada ao objeto concreto de estudo, tendo em conta não só o que o mesmo baliza – de significativa diversidade –, como também considerarmos que o termo reveste a necessária plasticidade e, simultaneamente, alguma inocuidade por não comprometer uma definição rígida e tangível. Por estas razões, preferimos o termo manifestação a termos mais corpóreos como o de estruturas, instituições ou espaços. Por seu turno, designar como manifestações as realidades que procuramos estudar permite-nos dar conta da heterogeneidade das formas concretas que assumem – designadamente, no caso, festivais e espaços de atividade contínua – e das práticas sociais, dinâmicas e atores que integram, assumindo que, deste modo, se representa quer a dimensão física que reveste o tipo e iniciativas em estudo, quer a dimensão intangível, ou seja, os processos, as práticas, as dinâmicas, as sensibilidades, os modos de estar e fazer e, claro está, as práticas artísticas e culturais (Januário, 2022).

nacional (Figura 1), cujas características distintivas homológicas – pressupostas e a comprovar – permitissem a delimitação de um subcampo artístico (Bourdieu, 1996; Guerra, 2010), considerado, portanto, como espaço social relacional, ainda que substancialmente roborado pelas noções de “mundo(s) da arte” (Becker, 1984; Crane, 1992).

Figura 1

As manifestações artísticas em estudo e respetiva localização no território nacional

Guimarães Noc Noc (2011), festival de artes, anual, em Guimarães (Norte)	
Maus Hábitos (2001), espaço de intervenção cultural, Porto (Norte)	
Jardins Efêmeros (2011), festival de artes, anual, Viseu (Centro)	
A Porta (2014), festival de artes, anual, Leiria (Centro)	
Imminente (2016), festival de artes, anual, Oeiras e Lisboa (AM Lisboa)	
ZDB – Galeria Zé dos Bois (1994), espaço cultural, Lisboa (AM Lisboa)	
LAC – Laboratório de Actividades Criativas (1995), espaço cultural, Lagos (Sul)	
Walk & Talk (2011), festival de artes, Ponta Delgada (RA Açores)	

Fonte: Januário (2022)

A seleção dos casos sustentou-se, primeiramente, numa dimensão concetual e presuntiva, à qual esteve inerente, precisamente, um conjunto de indicadores potencialmente constituidores da necessária homologia à delimitação de um subcampo⁵.

⁵ Considerámos manifestações artísticas urbanas que se consubstanciassem em iniciativas evocativas de (i) processos de criação, mediação e receção de emergência alternativa/underground, (ii) assentes em processos e práticas de trabalho imbuídas no *ethos* e lógicas *do-it-yourself* (DIY), no âmbito dos quais, (iii) os artistas assumem uma multiplicidade de papéis, (iv) onde se conjugasse uma acentuada diversidade de meios/recursos/mercados, (v) em estruturas organizacionais que se edificam entre a informalidade e a formalidade, (vi) inequivocamente patenteadas no ecletismo, transversalidade artística e transdisciplinaridade e evidenciando traços de cosmopolitismo e internacionalização, (vii) cujo reconhecimento dos processos de criação artística e de reputações se patenteasse, designadamente nos media, (viii) e igualmente patente na proeminência que possuem nos respetivos territórios, em parte, por força (ix) de uma ação contínua e consolidada, (x) de se constituírem como importantes núcleos de convivialidade/sociabilidade e de evidenciarem (xi) uma relação significativa entre os processos criativos

À dimensão concetual, associou-se outra, de carácter mais instrumental, assente, primeiramente, na construção de uma base de dados a partir da análise documental de um conjunto de dispositivos mediáticos (imprensa)⁶ que permitiu, a partir da relevância encontrada nos dispositivos (número de vezes que são mencionadas as iniciativas⁷, tomado como evidência de consolidação e notoriedade/reconhecimento) e, num segundo momento, a significância da distribuição das iniciativas (mapeamento) nos diferentes territórios. Esta distribuição pelos territórios tornar-se-ia numa dimensão de significativa relevância na seleção dos casos de estudo, tendo em conta que se procurou eleger as manifestações artísticas mais proeminentes (nos media) no maior número possível de (diferentes) territórios.

2. A territorialidade enquanto dimensão relevante na estruturação das manifestações artísticas urbanas contemporâneas e na delimitação de um subcampo artístico

Atendendo aos processos que caracterizam a contemporaneidade – substantivados, nomeadamente, em relativismo, diversidade, fluidez ou hibridismo –, a delimitação de um espaço social distintivo (subcampo), de pendor alternativo, no seio do campo artístico, não será particularmente linear. Por tal, a inscrição das manifestações em estudo nos territórios e a leitura das dinâmicas subjacentes, equacionadas no binómio global-local (Santos & Abreu, 2002), são fundamentais para se cumprir aquele propósito.

A análise dos processos de gestão da programação e dos alinhamentos que a constituem permitiu verificar-se inequivocamente a imbricação das manifestações artísticas estudadas nos territórios, não só pela intervenção artística realizada no espaço

e atividades que promovem com os atributos físicos e materiais dos espaços em que se desenvolvem (Januário, 2022).

⁶ Os dispositivos mediáticos da imprensa escrita portuguesa tidos em consideração foram: o suplemento do Jornal Público de especialidade (cultura) *Ípsilon*, a revista *Time Out* (Lisboa e Porto), a *Revista E* (suplemento de especialidade do semanário Expresso) e a revista de arte, cultura, moda e lifestyle *Umbigo Magazine*. Considerou-se um conjunto de publicações relativas ao período temporal entre 2007 e 2017 (Januário, 2022). Note-se que a escolha efetiva dos casos acabou por resultar também de outros critérios, para além dos enunciados, dos quais se destaca a exploração de informação obtida junto de informadores e de outras fontes mediáticas, como as plataformas digitais especializadas nas áreas da cultura e das artes.

⁷ O registo realizado incidiu em iniciativas (acontecimentos/eventos) que apontam indubitavelmente para manifestações cujas características assentam na multidisciplinariedade, experimentação e heterodoxia (Bourdieu, 1996).

físico – particularmente a que é realizada em espaço público – que desafia os limites das disciplinas artísticas e dos conhecimentos (transdisciplinaridade), como também pela manifesta relação com as comunidades, expressões e identidades locais, no propósito de efetivação de exercícios de intermediação (igualmente transdisciplinar) entre propostas artísticas do circuito contemporâneo e as expressões consideradas mais populares (artesanato, por exemplo) (Melo, 2003). Em simultâneo, evidencia-se, mormente no caso dos festivais, a preocupação de integrar, na programação dos eventos sucessivos, artistas locais, nas mais diversas áreas disciplinares. Estas dimensões de emergência e a de abertura ao experimentalismo constituirão elementos que permitem caracterizar a alternativa artística e, precisamente, nos territórios em que se encontram/acontecem.

...em lugares em que não há estruturas nenhuma ou em que nunca houve espaços independentes, eles têm ainda essa função hoje em dia, não é? Ou com maior pertinência porque são realmente uma alternativa em relação àquilo que existe, não é? Nesse sentido em que quase não existindo nem museus nem galerias... Nestas cidades... [Agente do Campo_1_Academia/Curadoria]

Mas eu acho que têm um papel fundamental, também pela descentralização, portanto, fora de Lisboa ou Porto e acho muito importante a oportunidade que dão aos artistas demonstrar o seu trabalho... A questão de serem multidisciplinares muitos deles, acho muito importante essa multidisciplinariedade que promovem e acho que muitos artistas (...) muitas vezes se não fossem este tipo de entidades não conseguiam mostrar o seu trabalho. [Agente do Campo_2_Média]

A relação com as comunidades locais evidencia-se, também, particularmente nos casos dos festivais e nos eventos de maior dimensão (que seguem o formato de festival) dos espaços de atividade contínua, na capitalização, através de parcerias, dos tecidos associativos, e do envolvimento de outros agentes económicos e sociais dos respetivos territórios. É nos casos existentes em territórios fora de Lisboa e Porto que tal se patenteia de forma mais evidente e com maior significado.

...nasce, sem dúvida, de uma perspetiva de fora, ou seja, eu sendo de fora e olhar para Leiria com uma potência enorme, que a nível da massa associativa que havia ali à volta (...) acreditar profundamente na sinergia e no trabalho partilhado e querer tentar, acima de tudo, começar com um projeto horizontal... [Dirigente_A Porta_Leiria]

O Noc Noc, em termos de programação, acaba por assimilar, por sugestão ou por pedido de outras associações, algumas coisas que vão acontecendo. (...) Também

temos de falar da parceria com a (...) que também presta bastante apoio logístico (...) o Cineclube com o cinema, o Convívio mais provavelmente ligado à música ou ao teatro... [Dirigente_Noc Noc_Guimarães]

O espaço físico constitui uma dimensão relevante, como vimos, na equação do fenómeno da alternativa artística, potenciando-se igualmente como espaço simbólico pela vertente política que envolve (Ault, 2002; Wallis, 2002) e como elemento identitário significativo. Todas as manifestações estudadas se inscrevem em espaços que, pelo inusitado, pela localização e pela utilização, dificilmente se dissociam da expressão de singularidade e identidade das mesmas, alcançando um carácter consideravelmente simbólico. Releve-se o quanto é emblemático o quarto andar da Rua Passos Manuel, na baixa portuense, onde se localiza o Maus Hábitos, ou a notabilidade da ZDB, instalada num antigo palácio do século XVIII, em pleno Bairro Alto, também emblemático no âmbito da *cena* lisboeta, ou, ainda, a instalação do LAC numa antiga cadeia da cidade de Lagos.

A ligação ao território desta dimensão do espaço físico, porém, sai reforçada, nas manifestações no formato de festival de artes. A tal não será alheio, seguramente, o facto de grande parte dos eventos e exposições aí promovidas decorrer, em grande medida, em espaço público. Nos casos de estudo, destacam-se espaços como os centros históricos das respetivas cidades, espaços patrimoniais e institucionais (museus, igrejas, edifícios da administração pública), lojas, edifícios devolutos, jardins e/ou parques. Esta intervenção em espaço público, bem como a ligação às comunidades e aos territórios, associa-se a um princípio de missão pública, em grande parte, verificada na intenção, direta ou indireta, de grande parte das manifestações, de formar/envolver públicos. E as intervenções artísticas que acontecem nestes espaços traduzem opções programáticas diversas – sustentadas no cruzamento de artes, artistas, criadores e criativos (Caves, 2000) – que consubstanciam espaços incontornáveis de (inter)mediação artística, particularmente em territórios de baixa ou relativa densidade, como exploraremos mais adiante.

Da relação com o território não advêm exclusivamente aspetos edificantes. Os territórios podem ser encarados como fator constringente, tendo em conta as suas características, as quais se evocam com o recurso à clássica, mas reformulada (Melo, 2016; Conde, 2010), equação centro-periferia.

Um constrangimento que nós aqui sentimos, que tem que ver, por um lado, com esta periferia, mas por outro lado, com as características, digamos, sociais e

económicas, sociais, da região, é uma certa dificuldade em encontrar apoios que não sejam institucionais. [Agente_LAC_Lagos]

De forma aparentemente paradoxal, o que surge como condicionamento exponencia a relevância das manifestações em estudo no contexto de atividade cultural e artística dos próprios territórios, por se constituírem como disruptivas e transformadoras. Este carácter transformativo está associado, em grande parte, e conforme já enunciado, ao facto de espertarem o acesso da população à arte e à cultura, de modo a criar públicos (Silva, 2002).

...foi por as pessoas a ver coisas diferentes àquelas que estavam a acostumadas, principalmente para uma cidade (...) pequenina, embora cheia de potencial para outras coisas, é uma cidade de facto pequena e que muita gente nunca viu ou ouviu ou experimentou as coisas que acontecerem no Festival, por isso eu acho que o Festival se enquadra perfeitamente (...) nessa coisa do experimentar coisas diferentes. [Agente_A Porta_Leiria]

E isso também obriga a ter uma reflexão, que acho que é interessante nessa desterritorialização. Aqui evidentemente, trabalhas muito com o público local, não é? E é primordialmente para esse público local. [Agente do Campo_3_Curadoria]

3. A intermediação como fator de potenciação de valor e distintividade dos territórios num contexto de um subcampo artístico de pendor alternativo

Em certa medida, o pressuposto da relevância das manifestações estudadas nos respetivos territórios, numa perspetiva de intermediação, sustenta-se no seu reconhecimento artístico e cultural.

Efetivamente, a importância da intermediação nos territórios é fundamental para se compreender o desenvolvimento e enaltecimento dos mesmos. Para o efeito, o entendimento da mediação – noção subjacente – terá de ser, necessariamente, mais do que o associado à sua função de difusão. Entender a mediação como potenciadora dos territórios implica ter presente os sentidos que pode comportar, designadamente: político (formação/atração de públicos), filosófico (coesão, pertença e identidade), articulação (diversidade, hibridismo) e intermediação (recombinação e cruzamentos) (Ferreira, 2002).

Defendemos que as manifestações artísticas estudadas perfazem um espaço social de intermediação – “zonas de intermediação” (Ferreira, 2002; Fortuna & Silva, 2002) – uma vez potenciador de contextos que se constituem como “corolários da hibridização e

dos cruzamentos entre as mais diversas esferas de ação, fornecendo (...) relevantes conexões entre o local e o global” (Januário, 2022: 118). É no espaço da intermediação que as práticas artísticas e os públicos se encontram, numa necessária perspectiva de interconexão e “cuja potencialidade é altamente transformadora do setor cultural e da articulação deste com outras esferas sociais” (Januário, 2022: 118). A sua relevância manifesta-se, portanto, no desenvolvimento dos territórios, primordialmente, urbanos, uma vez se constituindo como um operador de dinâmica transformativa dos mesmos, ao fomentar, também, o intercâmbio entre linguagens (multidisciplinaridade) e conhecimentos (transdisciplinaridade) e entre a esfera cultural e outras esferas do social (Ferreira, 2002, 2006; Silva, 2002). O estímulo à inovação, ao hibridismo, à fluidez – conducente ao questionamento, experimentação, à disrupção – inerente à noção contemporânea de intermediação, permite-nos reforçar a presunção inicialmente formulada em relação ao subcampo que as manifestações artísticas em estudo demarcam e ao encontro da qual vão as representações dos atores/agentes entrevistados:

...eu acho que uma das coisas que (...) também achava interessante nalguns desses eventos era essa ideia (...) de ir junto às pessoas, quase de formar novos públicos (...) haver também essa ideia de levar a arte às pessoas (...) é essa ideia desses eventos poderem ser operadores de transformação social. (...) há aí essa ideia precisamente de intervir no território... [Agente do Campo_4_Média]

Muitos destes projetos lidam, ou têm uma sensibilidade às práticas mais singulares do ponto de vista das tradições, às manifestações populares (...) estabelecem relações com uma certa arte popular, uma certa arte primitiva, criam relações com o território, pronto. Aquilo que é muito interessante e que todos estes projetos têm é uma dimensão de mediação muito importante, criação de públicos, há uma consciência social em todos eles (...). E pronto têm uma marca de contemporaneidade que é frequentemente disruptiva nos lugares onde estão. [Agente do Campo_6_Curadoria]

Ao entendimento do que reveste a relação do espaço social em estudo com o território, importa agregar, como enunciado no início deste ponto, a importância das manifestações – sob o ponto de vista do reconhecimento artístico e cultural – nos respetivos territórios, particularmente, enquanto fator de distintividade dos mesmos. Não obstante, note-se não se poder dissociar o reconhecimento desta importância da relevância que a esfera cultural tem assumido no âmbito das políticas públicas locais. Efetivamente, em particular a partir dos anos de 1990 e na primeira década de 2000, assistiu-se em

Portugal a um crescente e contínuo reforço da intervenção dos municípios na esfera cultural, quer ao nível da profusão dos equipamentos, quer ao nível da promoção e organização de eventos (direta ou indiretamente) (Silva, 2002; Silva, Babo & Guerra, 2015). Materialidade à qual está subjacente uma lógica de desenvolvimento integrado do território, sustentado na articulação de diferentes âmbitos das políticas públicas, designadamente, os da cultura, da reabilitação urbana, da inclusão social ou do turismo (Santos, 2010; Silva, Babo & Guerra, 2015; Costa, 2017; Guerra, 2018).

Da mesma forma, será incontornável não convocar para esta equação do desenvolvimento dos territórios a dimensão económica, ou melhor, a perspetiva da cultura como valor económico, por força da designada retórica da economia criativa (Throsby, 2010; Benhamou, 2003). A “imagem de marca” (*branding*) de um determinado território assume-se como operativo da conciliação do simbólico (identidade) ao potencial de criação de valor e de atratividade. Neste âmbito, a associação entre a cultura e o turismo constituirá inevitável exemplo (Throsby, 2010; Fortuna, 2013; Campos & Sequeira, 2019). Alinhadamente, pode afirmar-se que as cidades têm constituído palco de políticas que recentram, no campo da competição interurbana, a cultura como trunfo (Fortuna & Silva, 2002).

No âmbito desta crescente valorização da cultura no seio das estratégias de política local, salienta-se, a propósito, particularmente, do nosso interesse e da problemática de estudo, a capitalização, por parte dos municípios, da sociedade civil. Na verdade, verifica-se que a intervenção política local se operacionaliza em apoios e incentivos “a práticas com vista a aumentar a participação da sociedade civil e a rentabilização das ações, caso do estabelecimento de redes e parcerias entre os setores público, privado e 3º Setor” (Santos, 2010: 33). E o papel dos agentes e atores que integram a sociedade civil (Terceiro Setor) é tanto mais importante quanto a debilidade ou escassez de ações quer do setor privado, quer do próprio setor público (Silva, 2002). É neste sentido que evidenciar-se-á, de forma geral, relevante o espaço social (subcampo) que procurámos delimitar.

Em termos gerais (...), considero que esse tipo de acontecimentos, festivais, organizações de produção, instituições locais têm um papel que eu diria quase fulcral (...). Porque o mercado de arte é ultra-diminuto, para não dizer inexistente (...); portanto, face a esta situação, de incipiência do mercado de arte (...) e não existindo instituições privilegiadas que possam ser expressão de uma estratégia de política cultural, é fundamental que as formas, vamos dizer assim, de auto-

organização de artistas e de agentes culturais, em geral, designadamente os mais jovens, que ainda não tiveram, ou que ainda não chegaram ao momento de terem acesso ao mercado comercial, ou às instituições, possam trabalhar, mostrar o seu trabalho, participar na vida artística e cultural da sociedade. (...) em Portugal, esta realidade ganha maior importância porque há menos do resto. (...) portanto, estas coisas que existem em todo o lado, até mais do que aqui, podem ter uma importância social maior porque há menos do resto. [Agente do Campo_5_Academia]

A expressão do reconhecimento da importância das manifestações artísticas em estudo, nos/para os respetivos territórios, enquadra-se na abordagem realizada, consubstanciando-se inequivocamente em atribuições de valor simbólico, social e económico (Januário, 2022). Esta expressão de reconhecimento, sustentada nas representações de diversos agentes/atores, permitiu a convergência de elementos potenciadores para a delimitação de um subcampo artístico, sobre o qual nos debruçaremos, ainda que de forma breve e necessariamente comprimida.

Para além de ser comum, principalmente por parte dos atores/agentes do poder local entrevistados, expressar-se o reconhecimento dos casos de estudo pela sua singularidade/distintividade (no território, mas também no campo artístico em geral), também é afirmada, manifestamente, a qualidade das iniciativas; esta largamente sustentada no ecletismo, na diversidade das mesmas, mas também pelo facto de se constituírem demarcadoras, isto é, *alternativas*.

eles efetivamente têm muita qualidade, está ali um conjunto de artistas muito interessante, está ali também um conjunto muito alargado de várias formas de arte, que vai desde a pintura à escultura, à música, sei lá!... (...) É multifacetado, no sentido de ter, proporcionar ou de promover várias formas de arte. É alternativo... se é que esta palavra define aquilo que é arte... mas, portanto, nós não estamos a falar de manifestações artísticas de massas... (...) Portanto, são um polo agregador de um conjunto de atividades culturais e são reconhecidos como tal, eles têm uma grande expressão no mundo artístico [Agente do Poder Local_5]

Se os elementos apresentados são encarados como impactantes nos territórios, um outro é destacado neste âmbito, eventualmente como fator de maior preponderância: a mobilização de públicos. Esta opera, no entendimento dos agentes, como constitutivo de prestígio, uma vez que extravasa os limites do território, pela movimentação de públicos

de outros territórios, o que é particularmente condutivo para a demarcação distintiva dos próprios territórios (inclusivamente na aceção aludida de *branding*), a nível nacional, mas também internacionalmente (Costa, 2017; Guerra, 2016, 2018).

...não só os residentes (...) mas também de outras (...) e do estrangeiro e isto tem disso de facto muito notável. (...) é de facto um mobilizador de pessoas do exterior e também do interior, do local, mas do exterior; o festival é mobilizador da circulação de pessoas com este propósito. [Agente do Poder Local_1]

É um evento, de facto, com grande impacto a nível de públicos, não só nacionais como internacionais também (...). Portanto, eu acho que estas práticas contemporâneas (...) têm um potencial de público bastante alargado (...). Depois há toda uma rede de circulação internacional que é superimportante e (...) contribui para uma tomada de posicionamento e uma formação identitária da cidade...

[Agente do Poder Local_4]

Equacionar a mobilização de públicos, no sentido de literacia cultural e artística (Conde, 2004, 2009; Lopes, 1998, 2000), por ligação aos territórios, inclusivamente pensando na inscrição mais física, implica que atentemos na imbricação destas iniciativas (mormente os festivais) nos espaços públicos.

Têm impacto (...) leva as pessoas à arte... ou leva a arte às pessoas! Permite que os passantes e as pessoas que andam, que vão ao supermercado e de repente deparam com um edifício com uma coisa extraordinária! Sim, com uma obra de arte! Eles têm primado por tornar a arte verdadeiramente pública! [Agente do Poder Local_5]

O facto de o Festival (...) decorrer, à semelhança de outros eventos, em espaço público (...) agrega a população que habitualmente já frui desse mesmo espaço. Esta mescla dá frutos no presente e no futuro na formação de públicos, na consolidação dos eventos quer ao nível local quer ao nível nacional. [Agente do Poder Local_6]

Daqui se infere a radicação necessária para a legitimação de enquadrar estas iniciativas no âmbito da intervenção política pública local, na evidenciação da dimensão prestigiante que as manifestações artísticas em estudo – ou, como defendemos, deste subcampo de pendor alternativo – conferem aos territórios em que se inscrevem.

É um festival de enorme prestígio, quer para cidade e região, a cimentar-se no plano nacional na área da Cultura, pelos enormes eventos e a qualidade dos mesmos. [Agente do Poder Local_1]

...acho que esse tipo de espaços são espaços que muitas vezes provocam a cidade, provocam a mudança, até de pensamento político, provocam... permitem muita coisa, são grandes facilitadores de muita coisa, de nascimento de muitas coisas, novas formas de prática artística, de pensamento, etc. [Agente do Poder Local_3]
... essa nossa preocupação também está próxima das práticas emergentes, digamos eu acho que é sempre importante as políticas poderem perceber o que é que é a arte do seu tempo, não é? (...) e estas práticas emergentes são as estacas dos artistas, dos artistas mais novos, (...), portanto, eu acho que a cidade tem de olhar para essas práticas e dar-lhes condições de os desenvolver.. [Agente do Poder Local_4]

São importantes e colocam também o nosso nome noutras partes do globo e noutras partes do país e essa percepção eu creio que é importante tê-la [Agente do Poder Local_5].

Considerações finais

A premissa da existência de um subcampo artístico de pendor alternativo substancializa-se, em grande medida, na sua imbricação com o território, ou seja, a alternativa artística no Portugal contemporâneo consubstanciar-se-á, particularmente, numa dimensão de territorialidade. Entende-se esta imbricação como dialógica e biunívoca no sentido do mútuo benefício para as manifestações – distintividade e consolidação – e para os territórios – demarcação e criação de valor.

A partir do estudo intensivo de um conjunto de casos, dispersos pelo território nacional, procurou-se demonstrar, a partir das representações sociais de diversos atores/agentes, num primeiro momento, de que modo os casos, pela sua inscrição nos territórios, configuram obliquidades alternativas. Efetivamente a relação com os territórios das manifestações artísticas em estudo contribui, como evidenciamos, para delimitar um subcampo artístico, na medida de as suas programações, num exercício de intermediação e cruzamento multi e transdisciplinar, refletirem uma ligação relevante com as comunidades, expressões e identidades locais e a preocupação em integrar artistas e o tecido social locais. A dimensão de territorialidade deste subcampo é tanto mais manifesta quanto o é a sua inscrição no espaço físico, o qual, tendencialmente público, permite a estas manifestações revestir uma “missão pública”, dado o envolvimento e potenciação inerentes de vários públicos. A importância desta dimensão também é aferida a partir de uma dimensão menos positiva, quando compreendida como fator constritivo,

por força da posição dos territórios no eixo – necessariamente reformulado em termos de densidade – centro-periferia. Daqui, diríamos, paradoxalmente, resulta um eventual enaltecimento das manifestações em estudo, quando verificamos que, em territórios de baixa densidade, o seu papel, designadamente na potenciação dos mesmos, reforça a sua relevância, designadamente, por serem tendencialmente alternativas.

Assim, e sustentando-nos, de igual modo, nas representações sociais dos atores/agentes entrevistados, num segundo momento, procurámos, a partir de perspetivar o subcampo que prescrevemos numa lógica de intermediação, salientar o reconhecimento da relevância das mesmas no desenvolvimento dos respetivos territórios. Esta importância traduz-se numa impactação ao nível dos públicos (literacia cultural), da sua imbricação, e respetiva notoriedade, por excelência, no espaço público, e na valorização dos territórios – criação de valor cultural, social económico. O que, a par da qualidade que se lhes associa e da sua potencialidade em ampliar os territórios aos níveis nacional e internacional, legitima que a ação política admita como enquadráveis estas manifestações – pelo facto, inclusivamente de serem reconhecidas como alternativas – no âmbito das políticas públicas locais.

E, ainda que, por força de vários processos – designadamente os relativos à mercadorização, massificação e institucionalização –, que colocam em questão a substanciação de uma alternativa artística no contemporâneo campo da arte, pensamos que é na relação e inscrição com/no território que um subcampo artístico, necessariamente, consubstanciado obliquamente, sustenta, em grande parte, o seu carácter alternativo.

Referências

- AULT, Julie (ed.) (2002), *Alternative Art New York – 1965-1985*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- BECKER, Howard (1984), *Art Worlds*, California, University of California Press.
- BECKER, Howard (2009), *Outsiders – Estudos da Sociologia do Desvio*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BENHAMOU, Françoise (2003), *L'économie de la culture*, Paris, Editions La Découverte.

JANUÁRIO, Susana (2023), “Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 9-30, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a1>

BENNETT, Andy; GUERRA, Paula (ed) (2019), *DIY cultures and underground music scenes*, Abingdon/New York, Routledge.

BENNETT, Andy; PETERSON, Richard A. (2004), *Music scenes: local, translocal and virtual*, Nashville, Vanderbilt University Press.

BLUM, Alan (2001), “Scenes”, *Public*, 22/23, pp. 7-35. [Consult. a 22.03.2018].
Disponível em:
<https://public.journals.yorku.ca/index.php/public/article/view/30324>.

BOURDIEU, Pierre (1996), *As Regras da Arte*. Gênese e estrutura do campo literário, São Paulo, Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre (2003), *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século Edições.

BURAWOY, Michael (2000), “The extended case method”, in Michael Burawoy et al. (org.), *Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*, Berkeley, University of California Press, pp. 271-300.

BURAWOY, Michael (2009), *The extended case method – Four Countries, Four decades, Four great Transformations and One Theoretical Tradition*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.

CAMPOS, Ricardo; SEQUEIRA, Ágata (2019), “Entre VHILS e os Jerónimos: arte urbana de Lisboa enquanto objeto turístico”, *Horizontes Antropológicos*, 25 (55), pp. 119-151, [Consult. a 20.09.2020]. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000300005>.

CAVES, Richard E. (2000), *Creative industries: contracts between art and commerce*, Boston, Harvard University Press.

CONDE, Idalina (2004), “Desentendimento revisitado”, in Rui Telmo Gomes (coord.), *Públicos da Cultura*. Actas do Encontro Organizado pelo Observatório das Atividades Culturais, Lisboa, OAC – Observatório das Actividades Culturais, pp. 173-197.

CONDE, Idalina (2009), “Arte e Poder”, *CIES e-Working Paper*, 62, [Consult. a 28.02.2020]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/1476>. ISSN: 1647-0893.

CONDE, Idalina (2010), “Arte, cultura, criatividade: diferentes narrativas”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos; José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais – Práticas e Processos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 121-134.

COSTA, Pedro (2000), “Centros e margens: produção e prática culturais na Área Metropolitana de Lisboa”, *Análise Social*, vol. XXXIV, 154, pp. 957-983.

- JANUÁRIO, Susana (2023), “Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 9-30, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a1>
- COSTA, Pedro (2002), “The Cultural Activities Cluster in Portugal: Trends and Perspectives”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 38, pp. 91 - 114.
- COSTA, Pedro (coord.) (2017), *Estratégias para a cultura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [Consult. a 23.05.2020]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/105819/2/202223.pdf>.
- CRANE, Diana (1992), *The production of culture – Media and the urban arts*, Vol 1, Newbury Park/Londres/Nova Deli, Sage Publications.
- FERREIRA, Claudino (2002), “Intermediação cultural e grandes eventos. notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas”, *Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais*, 167, [Consult. a 15.10.2019]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/11042>.
- FERREIRA, Claudino (2006), “Grandes eventos e revitalização cultural das cidades. Um ensaio problematizante a propósito das experiências da Expo’98 e da Porto 2001”, *Territórios do Turismo*, 2, pp. 1-30, [Consult. a 13.01.2020]. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/nucleos/neccurb/media/territoriosdoturismo.pdf>.
- FORTUNA, Carlos (2013), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Edição digital, [Consult. a 27.11.2017]. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/23478/1/Ebook_Identidades_percursos_paisagens%20culturais.pdf?ln=pt-pt
- FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos (orgs.) (2002), *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- GUERRA, Paula (2010), A instável leveza do rock: génese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal, *Tese de Doutoramento*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GUERRA, Paula (2016), “From the night and the light, all festivals are golden’: The festivalization of culture in the late modernity”, in Paula Guerra; Pedro Costa (eds.), *Redefining art worlds in the late modernity*, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, pp. 39-67, [Consult. a 23.09.2018]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1504&sum =sim>.
- GUERRA, Paula (2018), “E nada mais foi como dantes: fragmentos contraculturais e seus estilhaços no pós-Abril de 1974 em Portugal”, *Teoria e Cultura*, 13:1, pp. 195–

JANUÁRIO, Susana (2023), “Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 9-30, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a1>

214, [Consult. a 8.10.2020]. Disponível em <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12396>.

GUERRA, Paula; STRAW, Will (2017), “I wanna be your punk: o universo de possíveis do punk, do D.I.Y. e das culturas underground”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, vol 6, 1, pp. 5-16.

JANUÁRIO, Susana (2019), “Manifestações artísticas alternativas ou a face visível de um Portugal contemporâneo”, in Paula Guerra; Lígia Dabul (eds.), *Devidas Artes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 291-313, [Consult. a 20.12.2019]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21747/9789898969187/deva17>.

JANUÁRIO, Susana (2022), ARTOPIA: Trajetos, interseções e circunstâncias de manifestações artísticas urbanas de pendor alternativo no Portugal contemporâneo. *Tese de Doutoramento*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

JÜRGENS, Sandra Vieira (2016), *Instalações Provisórias – Independência, autonomia, alternativa e informalidade. Artistas e exposições em Portugal no século XX*, Lisboa, Sistema Solar (Documenta).

LOPES, João Teixeira (1998), “Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural”, *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, pp. 179-188.

LOPES, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Porto, Edições Afrontamento.

MELO, Alexandre (2003), *Aventuras no Mundo da Arte*, Lisboa, Assírio & Alvim.

MELO, Alexandre (2012), *Sistema da Arte Contemporânea*, Lisboa, Documenta.

MELO, Alexandre (2016), *Arte e Poder na Era Global*, Lisboa, Documenta.

SANTOS, Helena; ABREU, Paula (2002), “Hierarquias, fronteiras e espaços: o(s) lugar(es) das produções intermédias”, in Carlos Fortuna; Augusto Santos Silva (orgs.), *Projeto e circunstância - Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 212-253.

SANTOS, M. Lourdes Lima dos (2010), “Uma panorâmica com três vertentes a duas dimensões”, in M. Lourdes Lima dos SANTOS; José Machado PAIS (orgs.), *Novos Trilhos Culturais – Práticas e Processos*, pp. 29 – 35.

SILVA, Augusto Santos (2002), “A dinâmica cultural das cidades médias: uma sondagem do lado da oferta”, in Carlos Fortuna; Augusto Santos Silva, *Projeto e*

JANUÁRIO, Susana (2023), “Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 9-30, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a1>

circunstância - Culturas Urbanas em Portugal, Porto, Edições Afrontamento, pp. 65-107.

SILVA, Augusto Santos; BABO, Elisa Pérez; GUERRA, Paula (2015), “Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, pp. 105-124, [Consult. a 24.11.2016]. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/1997>.

STRAW, Will (2001), “Scenes and Sensibilities”, *Public*, 22-23, pp. 245-257, [Consult. a 05.02.2017]. Disponível em: <https://public.journals.yorku.ca/index.php/public/article/view/30335>.

THROSBY, David (2010), *The Economics Cultural Policy*, Cambridge, University Press.

WALLIS, Brian (2002), “Public funding and alternative spaces”, in Julie Ault (ed.), *Alternative Art New York – 1965-1985*, Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 161-181.

YIN, Robert K. (2018), *Case Study Research and Applications* (6th Edition), Thousand Oaks/London/New Delhi, Sage Publications.

ZOLBERG, Vera (2015), “Outsider Art: From the Margins to the Center?”, *Sociologia & Antropologia*, vol. 05, 02, pp. 501-514.

ZUKIN, Sharon (1995), *The Culture of Cities*, Cambridge, MA: Blackwell.

Susana Januário. Doutorada em Sociologia pela Universidade do Porto e Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, é Professora Assistente na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e investigadora no IS-UP. Emails: susanajanuario@ese.ipp.pt | spjanuario@gmail.com

Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal

Vamberto Ferreira Miranda Filho

Universidade do Estado da Bahia

Resumo

Esta pesquisa constitui-se como um contributo aos estudos em curso sobre o trabalho via plataformas digitais. O objetivo foi investigar como as iniciativas do IG Metall e do STRUP podem contribuir com a regulação do trabalho via plataformas. O enquadramento teórico utilizado foi a Abordagem dos Recursos de Poder. Tratou-se de um estudo de caso envolvendo sindicatos de dois países europeus, Alemanha e Portugal. As fontes de evidências foram três: entrevistas, documentação e observação. Os resultados obtidos apontaram pontos fracos e fortes destas tentativas de regulação.

Palavras-chave: plataformas digitais, sindicatos, regulação.

Réglementation du travail via les plateformes numériques en Allemagne et au Portugal

Résumé

Cette recherche constitue une contribution aux études en cours sur le travail via des plateformes numériques. L’objectif était d’étudier comment les initiatives d’IG Metall et du STRUP peuvent contribuer à la régulation du travail via des plateformes. Le cadre théorique utilisé est l’approche des ressources de pouvoir. Il s’agit d’une étude de cas impliquant des syndicats de deux pays européens, l’Allemagne et le Portugal. Les sources de données sont au nombre de trois : les entretiens, la documentation et l’observation. Les résultats obtenus dans le cadre de la recherche ont mis en évidence les faiblesses et les forces de ces tentatives de réglementation.

Mots-clés: plateformes numériques de travail, syndicats, réglementation.

Regulación del trabajo a través de plataformas digitales en Alemania y Portugal

Resumen

Esta investigación constituye una contribución a los estudios en curso sobre el trabajo a través de plataformas digitales. El objetivo fue investigar cómo las iniciativas de IG Metall y STRUP pueden contribuir a la regulación del trabajo a través de plataformas. El marco teórico utilizado consistió en el Enfoque de los Recursos de Poder. Se trató de un

estudio de caso en el que participaron sindicatos de dos países europeos, Alemania y Portugal. Las fuentes de evidencias fueron tres: entrevistas, documentación y observación. Los resultados obtenidos en la investigación señalaron los puntos débiles y fuertes de estos intentos de regulación.

Palabras clave: plataformas digitales de trabajo, sindicatos, regulación.

Regulation of work via digital platforms in Germany and Portugal

Abstract

This research constitutes a contribution to ongoing studies on work via digital platforms. The aim was to investigate how the initiatives of IG Metall and STRUP can contribute to the regulation of work via platforms. The theoretical framework used was the Power Resource Approach. This was a case study involving trade unions from two European countries, Germany, and Portugal. The sources of evidence were three: interviews, documentation, and observation. The results obtained in the research pointed out weaknesses and strengths of these attempts at regulation.

Keywords: digital labour platforms, trade unions, regulation.

Introdução

Um dos principais temas discutidos atualmente sobre o futuro do trabalho é a regulação das plataformas digitais. A economia capitalista de plataformas emerge globalmente no contexto da crise financeira de 2008 (Srnicek, 2017). Na Europa o rápido crescimento do número de “trabalhadores/as de plataformas digitais” tem despertado preocupações (Huws, Spencer & Coates, 2019; Pesole et al., 2018). A expressão trabalhadores/as de plataformas digitais tem um sentido abrangente: refere-se às pessoas envolvidas no trabalho remunerado tanto independentemente da localização – *cloudwork* – quanto dependente da localização – *gigwork* (Schmidt, 2017). Contudo, a regulação desta modalidade de trabalho é uma questão que permanece em aberto (Lamannis, 2023).

O objetivo deste estudo foi investigar como as iniciativas desenvolvidas pelo IG Metall e pelo STRUP podem contribuir com a necessária regulação do trabalho via plataformas digitais. A opção por estudar estas duas estruturas sindicais justifica-se, pois, o IG Metall é amplamente reconhecido na literatura como um dos principais atores

sindicais a desenvolver políticas voltadas para o setor do *cloudwork* (e.g. Degryse, 2016; Greef & Schroeder, 2017; Johnston et al., 2020; Nierling, Krings, Küstermann, & Neuwinger, 2021; Vandaele, 2018). Já o STRUP é reconhecido como o principal sindicato português a desenvolver iniciativas para trabalhadores/as do setor do *gigwork* / TVDE (Costa, Soeiro & Miranda Filho, 2022; Eurofound, 2022).

Em Portugal pouco se sabe sobre a dimensão do trabalho via plataformas digitais. Um estudo comparativo sobre esse fenómeno na Europa sugeriu que neste país uma percentagem de 4,2% de trabalhadores/as realizavam “trabalho significativo” mensal através de plataformas (Pesole et al., 2018). No entanto, começam a surgir investigações qualitativas sobre este fenómeno. Estudos multidisciplinares, discutiram aspetos do trabalho via plataformas digitais presentes no “Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho 2021” (e.g. Moreira, 2022), particularmente no setor do chamado *gigwork* discutiram-se nuances jurídicas (Amado, 2020) e tendências económicas (Leonardi & Pirina, 2020) subjacentes à chamada “Lei Uber”. Há ainda estudos que trouxeram elementos para a reflexão sobre a ação sindical nesta modalidade de trabalho (Boavida & Moniz, 2022; Costa, Soeiro & Miranda Filho, 2022). Estes últimos, no entanto, carecem de uma abordagem específica para discutir esta relação.

Argumenta-se neste estudo comparativo que: ao permitir aferir simultaneamente as fraquezas e as forças dos sindicatos, uma análise da mobilização de recursos de poder é fundamental para proceder a um mapeamento do modo como, em sistemas de relações de trabalho com características distintas (Alemanha e Portugal), se enfrentam os desafios da regulação do trabalho na economia capitalista de plataformas.

O texto está organizado da seguinte forma: a secção 1 apresenta o enquadramento teórico utilizado na investigação, ou seja, a Abordagem dos Recursos de Poder (ARP), seus conceitos fundamentais, suas características, objetivos e indicadores. A secção 2 trata dos aspetos metodológicos da investigação, isto é, o método, as fontes de evidências, a categorização e análise das informações. A secção 3 apresenta e discute os resultados da pesquisa, notadamente as evidências relacionadas à mobilização de poder institucional. A última secção conclui.

1. Abordagem dos Recursos de Poder

A secção visa apresentar sucintamente os principais conceitos da ARP. Esta Abordagem é utilizada aqui como um recurso heurístico para examinar as relações trabalho-capital, particularmente a questão da ação sindical na regulação do trabalho via plataformas. A opção pela ARP justifica-se pela possibilidade de uso desta ferramenta na análise da política sindical nas sociedades capitalistas tanto no chamado “Norte” (e.g. Vandaele, 2020) quanto no “Sul Global” (e.g. Costa, Estanque, Fonseca & Silva, 2020; Krein & Dias, 2018). Além disso, a ARP tem sido utilizada para estudar fenômenos contemporâneos, tais como o trabalho via plataformas digitais (e.g. Basualdo et al., 2021). Por fim, a ARP também tem sido utilizada pelos sindicatos para o seu trabalho diário (Schmalz & Thiel, 2017). Contudo, a referida Abordagem não está imune a críticas (e.g. Gallas, 2018).

A ARP diferencia quatro fontes de poder de influência do trabalho: poder estrutural, poder de organização, poder institucional e poder social (Tabela 1). O “poder estrutural” é o poder que resulta simplesmente da localização dos/as trabalhadores/as dentro do sistema econômico (Wright, 2000). É compreendido também como um recurso de poder primário, pois está à disposição dos/as trabalhadores/as mesmo na ausência de uma representação coletiva de interesses (Schmalz & Dörre, 2014). Esta fonte de poder pode ser usada como uma capacidade de perturbar a valorização do capital por sua natureza disruptiva (Schmalz, Ludwig & Webster, 2018), manifestando-se de duas formas: tanto na produção quanto no mercado. A taxa de desemprego é utilizada como um indicador fundamental dessa fonte de poder (Lehndorff, Dribbusch & Schulten, 2017).

O “poder de organização” resulta da formação de associações coletivas de trabalhadores/as (Wright, 2000). Desse modo, ao contrário do poder estrutural, requer um longo processo de organização e a emergência de atores coletivos (Brinkmann et al., 2008; Schmalz & Dörre, 2014). Duas questões merecem destaque na mobilização desta fonte de poder do trabalho: os níveis de atuação destes atores e os fatores que podem ser utilizados na avaliação deste recurso de poder. Contudo, ele baseia-se não apenas na força numérica dos sindicatos, mas também na capacidade de estes mobilizarem com sucesso os seus membros (Lehndorff, Dribbusch & Schulten, 2017). Além disso, uma “representatividade substantiva” demanda a integração com as estruturas de diálogo

social e com o sistema jurídico (Costa & Rego, 2021), o que remete à articulação com o poder institucional.

O “poder institucional” surge como resultado de negociações e conflitos baseados em poder estrutural e poder de organização (Brinkmann et al., 2008). Por basear-se nas duas fontes de poder precedentes, é considerado como uma forma secundária de poder (Brinkmann & Nachtwey, 2010). Esta fonte de poder se faz presente nos sistemas nacionais de relações laborais (Lehndorff, Dribbusch & Schulten, 2017). Por isso, o poder institucional tanto concede amplos direitos aos sindicatos, quanto coloca limites à sua capacidade de ação (Costa, 2018). Um indicador amplamente aceite do poder institucional é a cobertura da negociação coletiva (Lehndorff, Dribbusch & Schulten, 2017).

Finalmente, o “poder social” é a margem de ação resultante de vínculos de cooperação viáveis com movimentos sociais e populares, bem como o apoio da sociedade às demandas sindicais (Schmalz & Dörre, 2014). Nessa perspetiva, o exercício do poder social relaciona-se com a capacidade de impor “hegemonia” (Gramsci, 2016) na sociedade. Esta fonte de poder pode emergir basicamente de duas outras fontes: o poder de cooperação e o poder de discurso. A primeira significa formar redes com outros atores sociais e ser capaz de ativá-las para mobilizações e campanhas (Frege, Heery & Turner, 2004; Schmalz & Dörre, 2014). A segunda se expressa na capacidade de intervir com sucesso em debates públicos ou em conflitos (Gerst, Pickshaus & Wagner, 2011). Em que pesem as dificuldades de se aferir quantitativamente o poder social dos sindicatos, a percepção cidadã pode ser utilizada como um indicador deste recurso de poder (Lehndorff, Dribbusch & Schulten, 2017). Contudo, essas quatro fontes de poder se influenciam reciprocamente e se desenvolvem em contextos socioeconômicos específicos. A seguir, apresentam-se as opções metodológicas desta investigação.

Tabela 1

Fontes de poder do trabalho

Fontes	Característica	Objetivo	Níveis	Exemplo	Indicadores
Poder Estrutural	Localização no sistema económico	Perturbar a valorização do capital	Produção (circulação e reprodução)	Bloqueios Perturbações	Taxas de desemprego <i>etc.</i>
			Mercado	Mudar de emprego	
Poder de Organização	Formação de organizações coletivas	Compensar a falta de poder estrutural	Produção Mercado Sist. Político Transnacional	Comissões Sindicatos Partidos FSGs	Taxas de sindicalização <i>etc.</i>
Poder Institucional	Regulamentações no mercado de trabalho	Utilizar as instituições para os seus próprios fins	Produção Mercado Sist. Político Transnacional	Estatutos Autonomia de negociação Jurisdição Normas da OIT	Cobertura de negociação coletiva <i>etc.</i>
Poder Social (cooperação e discurso)	Relações de cooperação e apoio	Reforçar o poder de organização e criar pressão pública	Produção Sist. Político Transnacional	Apoios Protestos Redes	Capacidade de mobilização Perceção da população <i>etc.</i>
			--	Escandalização de injustiças	

Nota. Elaboração própria com base na literatura supracitada.

2. Metodologia

Esta secção tem como objetivo tratar das opções metodológicas feitas durante o trabalho de pesquisa. A investigação buscou aproximações com o método do “estudo de caso”, particularmente um “estudo de casos múltiplos” (Yin, 2018, p. 91). Alguns estudos consultados previamente utilizaram-se de uma estratégia semelhante para comparar diferentes países na Europa (e.g. Martín-Artiles, Godino & Molina, 2018; Tassinari & Maccarrone, 2019; Vandaele, 2020). Como dito, os casos selecionados foram o IG Metall e o STRUP. A intenção foi abordar os casos alemão e português, trazendo à luz evidências de diferentes contextos socioeconómicos, bem como setores (*cloud-* e *gigwork*) para uma melhor compreensão do fenómeno estudado.

Em conformidade com as características de um estudo de caso, utilizaram-se mais de uma fonte de evidências. A principal delas foram as “entrevistas semiestruturadas” (Lima, 2016; Yin, 2018, p. 164). Alguns trabalhos acedidos durante a fase preliminar da pesquisa usaram esse formato de produção de informação (Johnston & Land-Kazlauskas, 2018; Tassinari & Maccarrone, 2019; Wood, Lehdonvirta & Graham, 2018). O critério para a definição dos/as entrevistados/as foi, no primeiro momento, o vínculo necessário com as duas estruturas sindicais estudadas e, a partir daí, utilizou-se uma estratégia do tipo *snowball*. Com isso, trabalhou-se com cinco categorias de entrevistados/as: sindicalistas, trabalhadores/as, legisladores/as, investigadores/as e ativistas. Portanto, realizou-se entrevistas com perfis diferentes de respondentes. A intenção foi obter variados depoimentos para melhor contextualizar o problema investigado. No total foram realizadas vinte (20) entrevistas. A Tabela 2 apresenta uma visão geral sobre o perfil dos/as entrevistados/as¹.

No cenário de restrições da pandemia da Covid-19, todas as entrevistas foram conduzidas através da plataforma “Zoom”. Essa estratégia para a realização das entrevistas encontra respaldo na literatura especializada (e.g. Piasna, Zwysen & Drahokoupil, 2022). As entrevistas ocorreram no período entre 10/11/2021 e 07/09/2022. Como instrumento de “coleta” das informações, foi usado como guia um roteiro e através da plataforma *Zoom* gravou-se as entrevistas no formato MP3 para posterior transcrição. As entrevistas duraram em média 40min. A fim de perceber possíveis dificuldades na

¹ Optou-se por não entrevistar um/a parlamentar do Governo português (PS), pois a posição deste sobre o tema era por demais conhecida através de documentação analisada (e.g. Lei 45/2018).

utilização dessa técnica no formato *on-line*, realizou-se algumas entrevistas-pilotos antes de “ir ao terreno”.

Outra fonte de evidências utilizada no estudo dos casos foi a “documentação” (Yin, 2018, p. 158). Nesse sentido, produziu-se principalmente informações a partir de cinco meios: publicações dos sites dos sindicatos, estatutos, relatórios, leis, bem como outros documentos (*dossiers*, discursos de dirigentes, comunicados sindicais, projetos, vídeos, declaração conjunta, código de conduta, livro *etc.*). Finalmente, utilizou-se da “observação direta” (Yin, 2018) como fonte de evidências – processo também limitado pela pandemia da Covid-19. Os momentos fundamentais de aproximação do “terreno” foram os seguintes: visita às sedes dos sindicatos (12/09/2020 e 07/01/2022), participação em audições parlamentares (26/04/2022, Alemanha; e 01/07/2021 e 06/07/2022, Portugal); participação em eventos científicos; observação da rotina de trabalho dos/as trabalhadores/as; participação em manifestação (20/10/2021). Em síntese, a utilização de múltiplas fontes de evidência (entrevistas, documentos e observações) teve como objetivo realizar uma triangulação destas.

A categorização das informações foi feita com o auxílio do software *MaxQda* (Kuckartz & Rädiker, 2019), particularmente a versão “Maxqda 2022, Release 22.2.1 standard”. Investigações apoiadas por software de categorização e análise qualitativa de dados já encontravam referências na literatura (Tassinari & Maccarrone, 2019; Wood, Lehdonvirta & Graham, 2018). Na fase final da investigação, os resultados obtidos foram discutidos à luz de outros estudos sobre o trabalho via plataformas digitais. Portanto, trata-se de uma abordagem qualitativa que não pretendeu realizar generalizações estatísticas dos resultados da investigação, mas talvez “generalizações analíticas” (Yin, 2018, p. 73). A próxima secção destaca os principais resultados do estudo empírico, com foco nas tentativas de construção de poder institucional.

Tabela 2

Visão geral sobre o perfil dos/as entrevistados/as

PAÍS	CATEGORIA	QUANTIDADE
ALEMANHA	Deputada do “Die Linke”	01
	Deputado do SPD	01
	Representante da DGB	01
	Representante do IG Metall	01
	Especialista	01
	Ativista	02
	Trabalhador/a	02
PORTUGAL	Deputada do PCP	01
	Deputado do BE	01
	Representante da CGTP-IN	01
	Representante da FECTRANS	01
	Representante do STRUP	01
	Especialista	02
	Ativista	02
	Trabalhador/a	02
TOTAL		20

Nota. Elaboração própria

3. Resultados e discussão

Esta secção apresenta e discute algumas evidências relacionadas às tentativas de mobilização de poder institucional (regulação) pelo IG Metall e STRUP. Nesse sentido, percebeu-se com as entrevistas que uma dificuldade para mobilizar este recurso de poder no “nível da produção” é o estatuto profissional no trabalho via plataformas digitais. Na Alemanha, um sindicalista relatou que o estatuto de trabalhadores/as por conta própria pode dificultar para os sindicatos “integrá-los/as no sistema de codeterminação tradicional” (A - DGB, Pos. 4), uma vez que a possibilidade de celebrar acordos coletivos aplica-se principalmente ao/à trabalhador/a por conta de outrem. Só em casos excepcionais é permitida a negociação coletiva para os/as trabalhadores/as por conta própria na Alemanha (Eurofound, 2022). Entretanto, um ativista relatou que o “desconhecimento da legislação nacional alemã” (A – A2, Pos. 4) pelos/as trabalhadores/as também é um problema. Nesse quesito, vale ressaltar que já existe registo de jurisprudência favorável ao reconhecimento do/a trabalhador/a como empregado da plataforma digital (*cloudwork*)

na Alemanha (Coelho, 2022; Weckenbach, 2021). Uma parlamentar chamou a atenção para a “necessidade de regulação” (A – P1, Pos. 2) dessa nova forma de exploração do trabalho. Em Portugal, sindicalistas denunciaram a existência de “falsos trabalhadores/as por conta própria” (P - Fectrans, Pos. 8; P - STRUP, Pos. 4) no setor do TVDE – questão que parece um problema persistente neste país, tendo em conta o caso dos “falsos recibos verdes” (Soeiro, 2015). Por isso, um investigador colocou a “qualificação contractual” (P – I2, Pos. 8) como um desafio ainda a ser enfrentado. Até o fechamento desse trabalho de tese não se percebeu nos estudos consultados do âmbito jurídico registo de jurisprudência favorável ao reconhecimento do/a trabalhador/a como empregado/a das plataformas digitais em Portugal (e.g. Amado, 2020; Moreira & Dray, 2022).

Um tema incontornável na discussão sobre o poder institucional (com repercussão em seus vários níveis) em Portugal é a Lei 45/2018 ^{2 3}. Afinal, com a entrada em vigor desta Lei no país as lutas dos/as trabalhadores/as do setor alcançaram um “novo sentido” (Costa, Soeiro & Miranda Filho, 2022). De acordo com as entrevistas, o cenário de surgimento desta legislação foi marcado por conflitos, salvaguarda de interesses empresariais, bem como ausência da participação dos/as trabalhadores/as do setor. Aliás, conflitos entre motoristas de transporte individual de passageiros/as e motoristas de plataformas digitais já foram relatados em outros estudos (Panimbang, Arifin, Riyadi & Utami, 2020). Como descreveu um sindicalista, a Lei teria surgido num contexto de “conflito com o setor dos táxis” (P - STRUP, Pos. 12). Um ativista corroborou a ideia de que a Lei atendeu apenas aos “interesses das plataformas digitais” (P – A2, Pos. 8) que operam em Portugal e uma trabalhadora a denúncia de que “os/as motoristas não foram consultados/as” (P – T2, Pos. 12) para sua criação.

Alguns aspetos positivos foram relatados a partir da vigência da Lei em Portugal. Um sindicalista considerou a regulamentação em si como algo positivo, visto que “outros países não conseguiram sequer dar este passo” (P - STRUP, Pos. 12) ainda. Mesmo que

² Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, *Diário da República* n.º 154, Série I. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/115991688>

³ Na Alemanha, recentemente aprovou-se uma “reforma” na legislação no setor do transporte de passageiros/as com implicações para o trabalho via plataformas digitais – Lei sobre a Modernização da Lei do Transporte de Passageiros/as (Deutscher Bundestag, 2021). No entanto, não se tem conhecimento de iniciativas sindicais junto a trabalhadores/as neste setor. Alguns autores chegaram até a afirmar que o trabalho via plataformas digitais “[...] *currently does not exist in the German passenger transport sector*” (Nierling, Krings, Küstermann, & Neuwinger, 2021, p. 16).

feita às pressas, como já foi dito, uma trabalhadora e um trabalhador relataram que a vigência da Lei trouxe certa “segurança jurídica” (P – T2, Pos. 10; P – T1, Pos. 2) para os/as motoristas.

Entretanto, muitos foram os aspetos negativos relatados. A criação pela Lei 45/2018 de um/a intermediário/a entre a plataforma digital e o/a motorista (“parceiros/as”) trouxe dificuldades adicionais para a mobilização do poder institucional no “nível da produção” (estatuto). De acordo com um parlamentar, a Lei atual “isenta as plataformas das responsabilidades de empregadoras” (P – P1, Pos. 6). Um investigador esclareceu que ideias como a “pejotização”⁴ (P – I2, Pos. 4) estão na base da criação deste intermediário, ou seja, um/a motorista que se “empresarializou”. Um ativista relatou as dificuldades que o enquadramento legal como “empresário à força” (P – A2, Pos. 12) trouxe para a luta sindical. Um sindicalista reivindicou “que as plataformas sejam consideradas pela Lei como as entidades empregadoras” (P - Fectrans, Pos. 14). Com relação a este problema, a proposta do “Livro Verde” era de criação de uma “presunção de laboralidade adaptada ao trabalho nas plataformas digitais” (Moreira & Dray, 2022). Entretanto, essa ideia foi desvirtuada pelo governo de maioria absoluta do PS⁵, aquando da aprovação da proposta de Lei no âmbito da “Agenda do Trabalho Digno”⁶. *Al fin y al cabo*, foram aprovadas regras que podem permitir o reconhecimento da presunção de laboralidade entre o/a trabalhador/a e a plataforma digital (Martins, 2022; Soeiro, 2022). Vale lembrar que a figura do intermediário pode cumprir uma função de dividir os/as trabalhadores/as (Chicchi, Frapporti, Marrone & Pirone, 2020).

Uma queixa recorrente nas entrevistas foi o chamado “custo da atividade” (nível da produção). Nesse quesito, um ativista denunciou que muitas viaturas estavam a operar “abaixo dos valores mínimos” (P – A1, Pos. 10) identificados em estudo do setor. Outro

⁴ A “pejotização” é uma fraude caracterizada pela contratação do/a trabalhador/a como pessoa jurídica. Difere-se da “terceirização” / “externalização”, ou seja, a subcontratação de uma empresa que fornecer a mão - de - obra a uma empresa principal. No entanto, ambos os processos convergem na precarização das condições de trabalho.

⁵ Em conformidade com o que propunha o “Livro Verde”, foi publicada em 29/10/2021 para apreciação pública no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) a “proposta de lei que procede à alteração da legislação laboral no âmbito da agenda do trabalho digno”. O documento tratava diretamente da revisão da Lei 45/2018 nos artigos 6.º (p. 16) e 12-A (p. 22). Este último artigo explicitava os requisitos para identificar a “presunção de contrato de trabalho entre prestador de atividade e operador de plataforma digital”.

⁶ Proposta de Lei n.º 15/XV. (2022). Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=121579>

ativista detalhou quais seriam estes “custos” (P – A2, Pos. 8). Finalmente, um trabalhador ressaltou que o aumento nos valores de “seguros e combustíveis” (P – T1, Pos. 8) no período recente prejudicou ainda mais os/as motoristas. A questão dos “custos associados ao serviço” / “custos da atividade” é tratada na Lei 45/2018 no art.º 15 (itens 2 e 3), bem como no item 8 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020).

Outro aspeto negativo, com implicações no “nível da produção”, teria sido o incremento de mão-de-obra disponível para a atividade. Nesse sentido, haveria um “excesso de licenças” (P - Fectrans, Pos. 14) no setor do TVDE, como relatou um sindicalista. Esse excesso, para um ativista, promove uma “concorrência selvática”. (P – A2 - Pos. 4) no setor. Na visão de um trabalhador, isso teria relação com a “segurança jurídica” (P – T1, Pos. 10), pois a Lei ao dar esta “segurança” aos/às motoristas teria atraído mais pessoas e diminuído os rendimentos. A necessidade do estabelecimento de um contingente geral de TVDE em Portugal é tratada no item 5 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020).

A Lei 45/2018 pode estar ainda a contribuir no “nível do mercado” para o recrudescimento da “precariedade laboral”. Um ativista denunciou que os/as motoristas teriam que “trabalhar demasiadas horas” (P – A2, Pos. 8) para suprir suas necessidades diárias, portanto, salariais⁷. Um trabalhador denunciou a “inexistência de contratos de trabalho” (P – T1, Pos. 8) no setor – na contramão do que diz a Lei 45/2018, em seu artigo 10. Uma sindicalista denunciou também a precariedade e apontou o desafio do estabelecimento de “contratos coletivos” (P - CGTP, Pos. 2) de trabalho no setor de TVDE. Por fim, a necessidade da “contratação coletiva” (P – P1, Pos. 8) foi corroborada no depoimento de um parlamentar. O exercício da atividade neste setor mediante um “contrato escrito” entre motorista e operador de TVDE é um requisito contemplado na Lei 45/2018 no art.º 10, item 2, alínea “e”, no entanto, permanece uma questão problemática. Daí que a necessidade de um contrato coletivo de trabalho no setor é tratada no item 3 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020).

Ainda no “nível do mercado”, verificou-se que existem problemas na formação dos/as motoristas. Uma questão que foi recorrente nas entrevistas, que se expressou também na observação direta, bem como na análise documental foi a questão da

⁷ Entretanto, vale salientar que o art. 13, item 1 da referida Lei estabelece um limite em termos de jornada de trabalho diária para os/as motoristas.

proficiência na língua portuguesa. Por um lado, um sindicalista chamou a atenção para a necessidade da “equidade na formação” (P - Fectrans, Pos. 14), um ativista relatou a reivindicação à “autoridade competente” (P – A1, Pos. 22) e um trabalhador questionou o próprio “processo de formação” (P – T1, Pos. 12). A reivindicação da obrigatoriedade do domínio da língua portuguesa (nível B2) é uma questão tratada no item 7 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020). Por outro lado, um investigador remeteu o problema para a “desproteção social” (P – I2, Pos. 2) nesse setor de atividade. Portanto, é necessária cautela para que este não seja mais um elemento de divisão entre os/as trabalhadores/as.

Um problema observado no “nível do sistema político” foram as brechas na Lei 45/2018 que favorecem as plataformas enquanto empresas transnacionais. Nesse aspeto, um sindicalista relatou que a “concorrência desleal” (P - Fectrans, Pos. 14) no mesmo setor de atividade não foi enfrentada pela legislação nacional. Uma parlamentar reiterou esta ideia e a sua posição “contrária defendida na ocasião da votação da Lei” (P – P2, Pos. 4). Uma investigadora comparou a realidade portuguesa com outro país da Europa, onde plataformas como a Uber “não entraram até agora” (P – I1, Pos. 2).

Ainda no “nível do sistema político”, é importante registar que nenhum dos/as entrevistados/as reivindicou a elaboração de uma nova legislação, mas sim a “revisão da Lei existente” (P - Fectrans, Pos. 8; P - STRUP, Pos. 14; P – A1, Pos. 38; P – A2, Pos. 6; P – T1, Pos. 8), bem como a sua aplicação / fiscalização. De acordo com o art.º. 24 da Lei 45/2018, a fiscalização dela em Portugal é responsabilidade de um conjunto de entidades, nomeadamente: IMT, I. P.; AMT; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto da Segurança Social, I. P.; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; Autoridade Tributária; Comissão Nacional de Proteção de Dados. A necessidade de fiscalização da Lei 45/2018 é uma das questões apontadas no item 4 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020).

Tanto no setor do *crowdwork* quanto no *gigwork*, um problema que pode estar relacionado com o poder institucional ao “nível do sistema político” é a questão dos algoritmos. Na Alemanha, ficou evidente na fala de um sindicalista que existe uma preocupação da estrutura sindical com o crescente “controlo algorítmico dos/as trabalhadores/as” (A - DGB, Pos. 2). A falta de “transparência e a necessidade de regulação” (A – P2, Pos. 2) sobre a questão dos algoritmos foram apontadas também no depoimento de um parlamentar. Entretanto, já se encontram registos sobre o direito de

participação de representantes de/as trabalhadores em questões de utilização de tecnologias digitais relacionadas ao desempenho neste país (Doellgast, Wagner & O’Brady, 2022; Krzywdzinski, Gerst & Butollo, 2022). Em Portugal, um ativista expressou preocupação com a definição dos “critérios para a atribuição de viagens” (P – A2, Pos. 16) para motoristas do TVDE. A necessidade de regulação dos algoritmos é defendida por um parlamentar, o qual chama a atenção para as brechas na legislação “pré-algorítmica” (P – P1, Pos. 8), bem como a crescente utilização destes nas relações de trabalho. Outra parlamentar denunciou a gravidade do problema para a vida dos/as trabalhadores/as e defendeu a necessidade de as “estruturas de representação dos/as trabalhadores/as participarem da definição de tais algoritmos” (P – P2, Pos. 16).

Ainda no “nível do sistema político”, um problema recorrente que tem demandado a mobilização de poder institucional são os bloqueios arbitrários por parte das plataformas. Na Alemanha, um trabalhador relatou que de uma forma geral trabalhadores/as não têm “quase nenhuma influência” (A – T1, Pos. 12) sobre as decisões da plataforma. Uma sindicalista reiterou o princípio de que nestes casos os/as “trabalhadores/as não devem ser abandonados/as” (A - IG Metall, Pos. 8). Problemas relacionados às responsabilidades legais de plataformas do *cloudwork* podem levar à mobilização de outras fontes de poder do trabalho (Niebler & Kern, 2020). Em Portugal, um trabalhador denunciou plataformas que “nem sequer explicam o motivo do bloqueio” (P – T1, Pos. 8) e impedem motoristas de trabalharem em sua única atividade profissional. De acordo com uma trabalhadora, motoristas correm o risco de serem “bloqueados por não aceitarem viagens que os/as dariam prejuízo financeiro” (P – T2, Pos. 20). Além disso, um ativista reivindicou que os/as “motoristas precisam ter meios de se defender dos bloqueios arbitrários” (P – A2, Pos. 20) por parte das plataformas digitais. O controlo (bloqueios) de motoristas por parte das plataformas está previsto no art.º 14, item 2 da Lei 45/2018. Todavia, o fim dos bloqueios unilaterais por parte das plataformas é uma reivindicação tratada no item 8 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020).

Finalmente, também no “nível do sistema político”, percebeu-se nos depoimentos dos/as entrevistados/as iniciativas junto ao governo central e as plataformas. Na Alemanha, um sindicalista referiu-se ao “papel da central sindical” (A - DGB, Pos. 14) junto a órgãos como o Ministério do Trabalho. Outra sindicalista mencionou a criação de um “Gabinete Provedor de Justiça / Ouvidoria” (A - IG Metall, Pos. 22) para compensar os desequilíbrios de poder institucional no setor do *cloudwork*. Três impactos positivos

dessa experiência seriam: promove boas práticas de plataformas, cria pressões regulamentares no *crowdworking* alemão para além das plataformas participantes, bem como serve potencialmente como modelo para regular o *crowdworking* noutros países (Gegenhuber, Schuessler, Reischauer & Thäter, 2022). Em Portugal, um sindicalista também se referiu a “iniciativas junto ao Ministério do Trabalho” (P - Fectrans, Pos. 12), bem como ao Ministério do Ambiente (que tutela a atividade do TVDE). A criação de um grupo de trabalho no seio do Ministério do Ambiente é uma questão tratada no item 2 do “caderno reivindicativo TVDE” (FECTRANS, 2020). Ainda em conformidade com o depoimento do referido representante, uma trabalhadora reitera “iniciativas junto às plataformas” (P – T2, Pos. 36).

No “nível supranacional”, tanto na Alemanha como em Portugal, um tema recorrente nos documentos dos governos (e.g. BMAS, 2020; BTE, 2021) e nos documentos da estrutura sindical (e.g. CGTP-IN, 2022; Code of Conduct, 2017) foi o conceito de “trabalho digno” (Berg et al., 2018). Por isso, interrogou-se os entrevistados/as sobre o significado deste conceito para as iniciativas junto às plataformas digitais. Na Alemanha, sindicalistas trouxeram à tona “saúde, ascensão, qualificação e desenvolvimento pessoal no trabalho, remuneração justa, bem como classificação correta do vínculo empregatício” (A - DGB, Pos. 12; A - IG Metall, Pos. 8) como alguns dos determinantes desse processo. Com relação ao sentido para a representação coletiva, um ativista ateu-se à questão dos “canais de diálogo” (A – A1, Pos. 2) entre os/as trabalhadores/as. Em Portugal, um parlamentar alertou sobre os efeitos negativos do “modelo de negócios das plataformas digitais” (P – P1, Pos. 16) para a necessária dignidade no trabalho. Um sindicalista apontou que o conceito de trabalho digno deve-se materializar com o “cumprimento da constituição da República Portuguesa” (P - Fectrans, Pos. 18). Outro sindicalista denunciou a oposição do conceito de trabalho digno com o que chamou de “escravatura moderna digital” (P - STRUP, Pos. 14), denúncia presente na literatura (Antunes, 2018). Da mesma forma, um ativista reivindicou a necessidade de “adequação das plataformas digitais à legislação nacional” (P – A2, Pos. 22).

Outro tema relacionado ao “nível supranacional” que emergiu ao longo desta investigação diz respeito à “Proposta de Diretiva Europeia sobre o Trabalho via Plataformas Digitais” (European Commission, 2021). Durante as entrevistas vários/as interlocutores/as se reportaram a este documento. De uma maneira geral, pode-se dizer que essa Proposta foi saudada de forma positiva pelos/as entrevistados/as. Na Alemanha,

um sindicalista destacou três questões presentes na Proposta: “o estatuto profissional, a transparência dos sistemas algorítmicos, o direito de acesso dos sindicatos às plataformas” (A - DGB, Pos. 16). Ainda com relação ao estatuto profissional, outra sindicalista e uma parlamentar destacaram a possibilidade de “inversão do ónus da prova para o empregador/a” (A - IG Metall, Pos. 14; A – P1, Pos. 10), questão explicitada no art.º. 5º, capítulo II, da referida proposta de Diretiva. Um ativista ressaltou que tal Diretiva seria também um passo importante para a “organização dos/as trabalhadores/as” (A – A2, Pos. 6). Em Portugal, uma sindicalista também destacou a questão do “estatuto” (P - CGTP, Pos. 4) dos/as trabalhadores/as como um dos aspetos positivos da proposta de Diretiva. Um investigador ressaltou que se esta Proposta for aprovada, “do ponto de vista jurídico, será um grande avanço” (P – I2, Pos. 6).

Contudo, algumas preocupações também foram observadas. Um sindicalista alemão, por exemplo, alertou que pode haver “resistência” (A - DGB, Pos. 16) por parte das empresas de plataformas e organizações patronais na questão do estatuto profissional. Essa proposta de Diretiva europeia foi mesmo um tema abordado em documentos das organizações de ativistas e sindicais na Alemanha (DGB, 2022; Fairwork Foundation, 2022; IG Metall, 2021). Pôde-se perceber algumas críticas nestes documentos. Por exemplo, em relação a ausência de qualquer medida para incentivar as plataformas a participarem de negociação coletiva (Fairwork Foundation, 2022). Além disso, os sindicatos reivindicam o direito de acesso à infraestrutura digital das plataformas, para que possam organizar-se e comunicar-se com os/as trabalhadores/as (DGB, 2022, p. 07). Em Portugal, uma parlamentar também expressou preocupação com a “distância entre o que se propõe e o que de facto pode vir a ser aprovado” (P – P2, Pos. 12). Por sua vez, uma sindicalista manifestou preocupação com a possibilidade de “fragmentação” (P - CGTP, Pos. 6) na representação dos/as trabalhadores/as. Uma investigadora alertou que no tema da “gestão algorítmica” (P – I1, Pos. 2) esta proposta de diretiva ainda é comedida. A gestão algorítmica é um tema tratado no capítulo III da proposta de Diretiva (European Commission, 2021). Diante dessas evidências, a Tabela 2 apresenta uma síntese da comparação de pontos fracos e fortes nas tentativas de mobilização de poder institucional analisadas.

Tabela 3

Comparação na mobilização de poder institucional

País	Sindicato	Setor	Poder institucional
Alemanha	IG Metall	<i>Crowdworkers</i>	- Estatuto profissional (<i>Solo-Selbstständige</i>); controlo algoritmo; ausência de contratação coletiva + Código de conduta; <i>Ombudsstelle</i> ; intervenção junto ao Estado e Plataformas
Portugal	STRUP	<i>Gigworkers</i>	- Falsos trabalhadores/as por conta própria; controlo algoritmo; criação de intermediário entre motorista e plataforma; ausência de contratação coletiva + Intervenção junto ao Estado e Plataformas; Revisão da Lei 45/2018

Nota. Elaboração própria com base em entrevistas, documentos e observações.

(-) Ponto fraco. (+) Ponto forte.

Conclusão

Esta investigação tratou do modo como em dois países distintos, um no centro do capitalismo (Alemanha) e outro na semiperiferia (Portugal), têm-se desenvolvido iniciativas sindicais visando à regulação do trabalho via plataformas digitais (*cloud- e gigwork*). Para tanto, o instrumental teórico – analítico utilizado foi a ARP. Em termos metodológicos, realizou-se um estudo de casos envolvendo duas estruturas sindicais: o IG Metall e o STRUP. O foco da discussão foram as tentativas de mobilização do “poder institucional”.

Os resultados do estudo de casos evidenciaram que: na Alemanha, o estatuto profissional de trabalhador/a por conta própria (ou, *Solo-Selbstständige*) pode trazer algumas dificuldades para a mobilização de “poder institucional” do trabalho. Nesse sentido, as evidências encontradas corroboraram a constatação da ausência de acordos coletivos no setor neste país (Krzywdzinski & Gerber, 2020). Entretanto, uma série de iniciativas sindicais parecem buscar compensar a falta deste recurso de poder, nomeadamente: o código de conduta para o trabalho (*crowdsourcing / crowdworking*) pago (Code of Conduct, 2017), a ouvidoria (*Ombudsstelle*) dos signatários deste código (IG Metall, 2018), intervenções junto ao Governo e Plataformas *etc.*

Já em Portugal, a criação através da Lei 45/2018 de um elemento intermediário (operador de TVDE; vulgo “parceiro/a”) na relação caracterizada como um sistema triangular – trabalhador/a, empresa, cliente (Schmidt, 2017) – é um elemento que não só dificulta a compreensão do modelo de negócios das plataformas digitais, mas também a mobilização de “poder institucional” pelo trabalho organizado. No entanto, a presença de um intermediário nesse modelo de negócios não é uma novidade (*e.g.* Drahokoupil & Piasna, 2019; Vandaele et al., 2019). Contudo, diversas iniciativas da estrutura sindical analisada têm como foco a revisão de aspetos desta Lei, sobretudo o reconhecimento de vínculo de emprego entre motorista e plataforma.

Em seu conjunto, essas iniciativas podem contribuir para a regulação do trabalho via plataformas digitais, na medida em que enfrentam o desafio da renovação sindical concomitantemente ao da representação de interesses coletivos de trabalhadores/as inseridos/as na economia capitalista de plataformas. Por fim, a ausência de uma abordagem específica, como a ARP, que permita compreender a dinâmica sindical, pode contribuir para a impressão de que há uma “falta de interesse de movimentos laborais” (Boavida & Moniz, 2022), particularmente de representar os interesses coletivos de regulação do trabalho via plataformas digitais.

Referências

- AMADO, J. L. (2020), “A lei sobre o TVDE e o contrato de trabalho: sujeitos, relações e presunções”, In R. de L. Carelli, T. M. Cavalcanti & V. P. da Fonseca (Eds.), *Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade*, Brasília: ESMPU, pp. 117–138). Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/futuro-do-trabalho-os-efeitos-da-revolucao-digital-na-sociedade>
- ANTUNES, R. (2018), *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, São Paulo, Boitempo.
- BASUALDO, et al. (2021), *Building workers’ power in digital capitalism: Old and new labour struggles*. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/0Aiez/16849-20201203.pdf>
- BERG, et al. (2018), *Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world*. International Labour Office, Geneva, International Labour Office. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--->

MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>

dcomm/---publ/documents/publication/wcms_645337.pdf

BMAS. (2020), *Eckpunkte des BMAS - Faire Arbeit in der Plattformökonomie*.

Disponível em:

<https://www.bmas.de/SharedDocs/Downloads/DE/Pressemitteilungen/2020/eckpunkte-faire-plattformarbeit-kurzfassung.html>

BOAVIDA, N. & MONIZ, A. B. (2022), “Perfil e representação de trabalhadores de plataformas digitais em Portugal”, *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, (Temático-Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares), pp. 32–61.

<https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2022a3>

BRINKMANN, et al. (2008), *Strategic Unionism: Aus der Krise zur Erneuerung? Umriss eines Forschungsprogramms*, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften. <https://doi.org/10.1007/978-3-531-90964-6>

BRINKMANN, U. & NACHTWEY, O. (2010), “Krise und strategische Neuorientierung der Gewerkschaften”, *Aus Politik Und Zeitgeschichte*, 13–14, pp. 21–29. Disponível

em: <https://www.bpb.de/system/files/pdf/4QFZI7.pdf>

BTE. (2021), Proposta de lei que procede à alteração da legislação laboral no âmbito da agenda do trabalho digno (Projeto de diploma para apreciação pública), *Ministério Do Trabalho e Da Solidariedade Social*. Disponível em:

http://bte.gep.msess.gov.pt/separatas/sep33_2021.pdf

CGTP-IN. (2022), Intervenção da Secretária-geral -Manifestação 15 de Outubro.

Disponível em: [http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/18048-](http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/18048-intervencao-da-secretaria-geral-manifestacao-15-de-outubro?highlight=WyJ0cmFiYWxobyIsImRpZ25vIiwidHJhYmFsaG8gZGlnbm8i)

[intervencao-da-secretaria-geral-manifestacao-15-de-](http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/18048-intervencao-da-secretaria-geral-manifestacao-15-de-outubro?highlight=WyJ0cmFiYWxobyIsImRpZ25vIiwidHJhYmFsaG8gZGlnbm8i)

[outubro?highlight=WyJ0cmFiYWxobyIsImRpZ25vIiwidHJhYmFsaG8gZGlnbm8i](http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/18048-intervencao-da-secretaria-geral-manifestacao-15-de-outubro?highlight=WyJ0cmFiYWxobyIsImRpZ25vIiwidHJhYmFsaG8gZGlnbm8i)

[XQ](http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/18048-intervencao-da-secretaria-geral-manifestacao-15-de-outubro?highlight=WyJ0cmFiYWxobyIsImRpZ25vIiwidHJhYmFsaG8gZGlnbm8i)

CHICCHI, F., FRAPPORTI, M., MARRONE, M. & PIRONE, M. (2020), *Covid-19 impact on platform economy: a preliminary outlook*. Disponível em:

[http://amsacta.unibo.it/id/eprint/6471/1/Covid-](http://amsacta.unibo.it/id/eprint/6471/1/Covid-19%20Impact%20on%20Platform%20economy.%20A%20Preliminary%20outlook.pdf)

[19%20Impact%20on%20Platform%20economy.%20A%20Preliminary%20outloo](http://amsacta.unibo.it/id/eprint/6471/1/Covid-19%20Impact%20on%20Platform%20economy.%20A%20Preliminary%20outlook.pdf)

[k.pdf](http://amsacta.unibo.it/id/eprint/6471/1/Covid-19%20Impact%20on%20Platform%20economy.%20A%20Preliminary%20outlook.pdf)

CODE OF CONDUCT. (2017), *Code of Conduct - Grundsätze für bezahltes Crowdsourcing / Crowdworking*. Disponível em: [http://www.crowdsourcing-](http://www.crowdsourcing-code.de/)

[code.de/](http://www.crowdsourcing-code.de/)

- MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>
- COELHO, B. da P. de M. (2022), “Work by digital platforms in Germany: an analysis on the labour market and the decision 9 AZR 102 / 20 of the Federal Labour Court (Bundesarbeitsgericht)”, *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 5, 01–29. <https://doi.org/https://doi.org/10.33239/rjtdh.v5.121>
- COSTA, H. A. (2018), “O Sindicalismo Ainda Conta? Poderes Sindicais em Debate no Contexto Europeu”, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (104), pp. 259–285. <https://doi.org/10.1590/0102-259285/104>
- COSTA, H. A., ESTANQUE, E., FONSECA, D. & SILVA, M. C. da. (2020), *Poderes Sindicais em Debate: desafios e oportunidades na Autoeuropa, TAP e PT-Altice*. Coimbra, CES e Edições Almedina.
- COSTA, H. A. & REGO, R. (2021), “(Re)Pensar a representatividade no campo laboral”, *Ensino Superior*, 72/73, 6–13. <https://doi.org/10.26329/2021.72/73.3>
- COSTA, H. A., SOEIRO, J. & MIRANDA FILHO, V. F. (2022), “Sentidos, regulações e práticas de plataformização do trabalho em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 129, 85–110. <https://doi.org/https://doi.org/10.4000/rccs.13957>
- DEGRYSE, C. (2016), *Digitalisation of the Economy and its Impact on Labour Markets*. Working Paper 2016.02, Brussels, ETUI. Disponível em: <https://www.etui.org/sites/default/files/ver%20%20web%20version%20Working%20Paper%202016%2002-EN%20digitalisation.pdf>
- DEUTSCHER BUNDESTAG. (2021), Gesetz zur Modernisierung des Personenbeförderungsrechts, 2021 Bundesanzeiger, Bonn, Deutschland, Bundestag. Disponível em: [https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?start=/*\[@attr_id=%27bgbl121s5162.pdf%27\]#_bgbl_%2F%2F*%5B%40attr_id%3D%27bgbl121s0822.pdf%27%5D_1670041521912](https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?start=/*[@attr_id=%27bgbl121s5162.pdf%27]#_bgbl_%2F%2F*%5B%40attr_id%3D%27bgbl121s0822.pdf%27%5D_1670041521912)
- DGB. (2022), *Position des Deutschen Gewerkschaftsbundes (DGB) zum Richtlinien-Entwurf der EU-Kommission zur Verbesserung der Arbeitsbedingungen Plattformbeschäftigter*. Disponível em: <https://www.dgb.de/themen/++co++fdc8cd62-7dc5-11ec-a685-001a4a160123>
- DOELLGAST, V., WAGNER, I., & O’BRADY, S. (2022), “Negotiating limits on algorithmic management in digitalised services: cases from Germany and Norway”, *Transfer: European Review of Labour and Research*, 29(01), pp. 105-120. <https://doi.org/10.1177/10242589221143044>

- MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>
- DRAHOKOUPIL, J., & PIASNA, A. (2019), “Work in the Platform Economy: Deliveroo Riders in Belgium and the SMart Arrangement”, Working Paper 2019.01, Brussels, ETUI. Disponível em: <https://www.etui.org/sites/default/files/WP-2019-01-deliveroo-WEB-2.pdf>
- EUROFOUND (2022), *Regulating minimum wages and other forms of pay for the self-employed*, Luxembourg, Publications Office of the European Union. Disponível em: https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef22064en.pdf
- EUROPEAN COMMISSION (2021), *Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council: on improving working conditions in platform work*. Brussels. Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=10120&furtherNews=yes>
- FAIRWORK FOUNDATION (2022), Fairwork Response to the European Commission’s Proposal for a Directive on Platform Work. Disponível em: <https://fair.work/en/fw/blog/fairwork-response-to-the-european-commissions-proposal-for-a-directive-on-platform-work/>
- FECTRANS (2020), *TVDE - transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma electrónica. Caderno Reivindicativo*, Lisboa. Disponível em: http://www.fectrans.pt/images/informacao/Acordos/TVDE/20201106_-_Caderno_Reivindicativo_TVDE.pdf
- FREGE, C., HEERY, E. & TURNER, L. (2004), “The New Solidarity? Trade Union Coalition-Building in Five Countries”, In C. Frege & J. Kelly (Eds.), *Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy* (pp. 137–158). Oxford / New York, Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199270149.001.0001>
- GALLAS, A. (2018), “Class Power and Union Capacities: A Research Note on the Power Resources Approach”, *Global Labour Journal*, 9(3), pp. 348–352. <https://doi.org/10.15173/glj.v9i3.3712>
- GEGENHUBER, T., SCHUESSLER, E., REISCHAUER, G. & THÄTER, L. (2022), “Building collective institutional infrastructures for decent platform work: the development of a crowdwork agreement in Germany”, In A. A. Gümüşay, E. Marti, H. Trittin-Ulbrich, & C. Wickert (Orgs.), *Organizing For Societal Grand*

MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>

Challenges (Vol. 4, pp. 88–100), Bingley, Emerald Publishing. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/53960/9781839098260.pdf?sequence=1#page=64>

GERST, D., PICKSHAUS, K. & WAGNER, H. (2011), “Revitalisierung der Gewerkschaften durch Arbeitspolitik? Die Initiativen der IG Metall – Szenario für Arbeitspolitik in und nach der Krise”, In T. Haipeter & K. Dörre (Eds.), *Gewerkschaftliche Modernisierung* (pp. 136–163), Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften. <https://doi.org/10.1007/978-3-531-93332-0>

GRAMSCI, A. (2016) *Cadernos do cárcere*, Vol. 03 (7. ed), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GREEF, S., & SCHROEDER, W. (2017), *Plattformökonomie und Crowdfunding: Eine Analyse der Strategien und Positionen zentraler Akteure*. Kassel. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/55503/ssoar-2017-greef_et_al-Plattformökonomie_und_Crowdfunding_Eine_Analyse.pdf?sequence=1

HUWS, U., SPENCER, N. H. & COATES, M. (2019), *The platformisation of work in Europe: results from research in 13 European countries*, Brussels. Disponível em: <https://www.feps-europe.eu/resources/publications/686-%0Athe-platformisation-of-work-in-europe.html>

IG METALL (2018), Crowdsourcing Code of Conduct - Ombudsstelle - Regeln. Disponível em: <https://ombudsstelle.crowdwork-igmetall.de/seite/regeln/>

IG METALL (2021), IG Metall begrüßt EU-Plan zur Stärkung der Rechte von Plattformbeschäftigten. Disponível em: <https://www.igmetall.de/presse/pressemitteilungen/ig-metall-begruesst-eu-plan-zur-staerkung-der-rechte-von>

JOHNSTON, H. et al. (2020), *Working on digital labour platforms A trade union guide for trainers on crowd-, app- and platform-based work*, European Trade Union Institute, Brussels, ETUI. Disponível em: <https://european.economicblogs.org/voxeu/2019/furrer-harmon-rani-silberman-working-conditions-digital-labour-platforms>

JOHNSTON, H. & LAND-KAZLAUSKAS, C. (2018), Organizing on-demand: Representation, voice, and collective bargaining in the gig economy, *International Labour Office*, (94), 54. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.12235.90400>

- MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>
- KREIN, J. D. & DIAS, H. (2018), “The CUT’s Experience during the Workers’ Party Governments in Brazil (2003-2016)”, *Global Labour Journal*, 9(2), pp. 199–214. <https://doi.org/10.15173/glj.v9i2.3342>
- KRZYWDZINSKI, M., & GERBER, C. (2020), “Varieties of platform work? Plattformarbeit und soziale Ungleichheit in Deutschland und den USA”, Weizenbaum Series, 7, Berlin. <https://doi.org/https://doi.org/10.34669/wi.ws/7>
- KRZYWDZINSKI, M., GERST, D. & BUTOLLO, F. (2022), “Promoting human-centred AI in the workplace. Trade unions and their strategies for regulating the use of AI in Germany”, *Transfer: European Review of Labour and Research*, 29(01), 102425892211422. <https://doi.org/10.1177/10242589221142273>
- KUCKARTZ, U. & RÄDIKER, S. (2019), *Analyzing Qualitative Data with MAXQDA*, Cham Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-15671-8>
- LAMANNIS, M. (2023), *Collective bargaining in the platform economy: a mapping exercise of existing initiatives*, Brussels. Disponível em: <https://www.etui.org/publications/collective-bargaining-platform-economy>
- LEHNDORFF, S., DRIBBUSCH, H. & SCHULTEN, T. (2017), *Rough waters European trade unions in a time of crises*, Brussels, ETUI Printshop. Disponível em: [https://www.etui.org/sites/default/files/Rough Waters-2018 Web version.pdf](https://www.etui.org/sites/default/files/Rough%20Waters-2018%20Web%20version.pdf)
- LEONARDI, E. & PIRINA, G. (2020), “Uber in the Portuguese gig economy: a laboratory for platform capitalism”, *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 14(2), pp. 46–63. <https://doi.org/10.13169/workorglaboglob.14.2.0046>
- LIMA, M. (2016), “O uso da entrevista na pesquisa empírica”, In *Métodos de pesquisas em ciências sociais: bloco qualitativo*, São Paulo, Sesc São Paulo e Cebrap, pp. 24–41.
- MARTÍN-ARTILES, A., GODINO, A. & MOLINA, O. (2018), “Independent professionals in the digital age: the future of the precariat?”, *Anuario IET de Trabajo y Relaciones Laborales*, 5, 231–256. <https://doi.org/10.5565/rev/aiet.75>
- MARTINS, R. (2022, December 20), Novas regras nas plataformas abrem a porta a mudanças nos TVDE, *Público*, pp. 18–19. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/12/19/economia/noticia/novo-regime-trabalho-plataformas-abre-porta-mudancas-tvde-2032037>
- MOREIRA, T. C. (2022), “O Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho 2021 e o trabalho

MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>

nas plataformas digitais algumas questões”, *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, (Temático), pp. 80–91. <https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2022a5>

MOREIRA, T. C. & DRAY, G. (2022), *Green Paper on the Future of Work*, Lisbon, Technical Support and Documentation Services Directorate (DSATD), Office for Strategy and Planning (GEP). Disponível em: http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/79392/livro_verde_do_trabalho_2021_EN.pdf/7e63e982-8a4e-45a1-bc0c-ad707fbbe1b2

NIEBLER, V. & KERN, A. (2020), *Organising YouTube - A novel case of platform worker organizing*, Berlin, Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/16535-20210225.pdf>

NIERLING, L., KRINGS, B.-J., KÜSTERMANN, L. & NEUWINGER, M. (2021), “Final national report Germany”, In *Final Report of the Consortium of the Project Crowdwork – Context and case studies*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PbcKJE-yC6ZilkV7q9gmj82BEQY8060T/view>

PANIMBANG, F., ARIFIN, S., RIYADI, S., & UTAMI, D. S. (2020), *Resisting exploitation by algorithms: Drivers’ Contestation of App-based Transport in Indonesia*, Berlin, Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/16599.pdf>

PESOLE, A. et al. (2018), *Platform Workers in Europe: evidence from the COLLEEM Survey*, Luxembourg, Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2760/742789>

PIASNA, A., Zwysen, W. & Drahokoupil, J. (2022), *The platform economy in Europe: Results from the second ETUI Internet and Platform Work Survey*, Working Paper 2022.05, Brussels, ETUI. <https://doi.org/D/2022/10.574/08>

SCHMALZ, S., & DÖRRE, K. (2014), “Der Machtressourcenansatz: Ein Instrument zur Analyse gewerkschaftlichen Handlungsvermögens”, *Industrielle Beziehungen*, 21(3), pp. 217–237. Disponível em: <https://doi.org/10.1688/IndB-2014-03-Schmalz>

SCHMALZ, S., LUDWIG, C. & WEBSTER, E. (2018), “The Power Resources Approach: Developments and Challenges”, *Global Labour Journal*, 9(2), pp. 113–134. <https://doi.org/10.15173/glj.v9i2.3569>

SCHMALZ, S. & THIEL, M. (2017), “IG Metall’s comeback: Trade union renewal in times of crisis”, *Journal of Industrial Relations*, 59(4), pp. 465–486.

- MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>
- <https://doi.org/10.1177/0022185617714818>
- SCHMIDT, F. A. (2017), *Arbeitsmärkte in der Plattformökonomie – Zur Funktionsweise und den Herausforderungen von Crowdwork und Gigwork*, Bonn. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/wiso/12826.pdf>
- SOEIRO, J. (2015), *A Formação do Precariado: Transformações no Trabalho e Mobilizações de Precários em Portugal*, Tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28406/1/JoseSoeiro_Tese_Doutoramento.pdf
- SOEIRO, J. (2022), Disputar direitos do trabalho na era do algoritmo: o que mudou e o que terá de mudar. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2022-12-21-Disputar-direitos-do-trabalho-na-era-do-algoritmo-o-que-mudou-e-o-que-tera-de-mudar-1480da11>
- SRNICEK, N. (2017), *Platform Capitalism*, Cambridge, UK, Polity Press.
- TASSINARI, A. & MACCARRONE, V. (2019), “Riders on the Storm: Workplace Solidarity among Gig Economy Couriers in Italy and the UK”, *Work, Employment and Society*, 095001701986295. <https://doi.org/10.1177/0950017019862954>
- VANDAELE, K. (2018), *Will trade unions survive in the platform economy? Emerging patterns of platform workers’ collective voice and representation in Europe*, Working Paper 2018.05, Brussels, ETUI. <https://doi.org/D/2018/10.574/10>
- VANDAELE, K. (2020), *De la rue au «syndicalisme d’improvisation»: Les coursier-e-s des plateformes de livraison de repas en Belgique et aux Pays-Bas*, Berlin, Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/16902.pdf>
- VANDAELE, K., PIASNA, A., & DRAHOKOUPIL, J. (2019), “‘Algorithm breakers’ are not a different ‘species’: attitudes towards trade unions of Deliveroo riders in Belgium”, Working Paper 2019.06, Brussels, ETUI. Disponível em: <https://www.etui.org/sites/default/files/WP-2019-06-web.pdf>
- WECKENBACH, J. (2021), *Moving towards regulation: analysing current challenges, platforms’ responses and future strategies. Fairwork Berlin Talk Series*, Berlin. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nRHHy_EizC8&t=240s
- WOOD, A. J., LEHDONVIRTA, V. & Graham, M. (2018), “Workers of the Internet unite? Online freelancer organisation among remote gig economy workers in six Asian and African countries”, *New Technology, Work and Employment*, 33(2), pp

MIRANDA FILHO, Vamberto (2023), “Regulação do trabalho via plataformas digitais na Alemanha e Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 29 – 54, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a2>

95–112. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12112>

WRIGHT, E. O. (2000), “Working-Class Power, Capitalist-Class Interests, and Class Compromises”, *American Journal of Sociology*, 105(4), pp. 957–1002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3003886>

YIN, R. K. (2018), *Case study research and applications: Design and methods* (Sixth edit), Los Angeles, SAGE Publications.

Vamberto Ferreira Miranda Filho. Mestre em educação pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil. e doutorando na área das relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo no Centro de Estudos Sociais de Coimbra. E-mail: elgeboh@yahoo.com.br

“*Sozinha na rede*”

Contributos da Teoria das Redes no estudo de caso de uma pastora batista no Rio de Janeiro

Edilma Carrijo

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Resumo

Este artigo discute os contributos da teoria das redes na produção de cuidado aos pastores no enfrentamento de tensões e constrangimentos no exercício do ministério pastoral. O entrelaçamento entre religião e redes sociais permite uma análise das dinâmicas sociais em que as instituições religiosas, para além da sua capacidade de produzir capital social, se revelam como redes de proteção e cuidado. Discute-se criticamente os pressupostos da teoria das redes a partir da sua operacionalização num estudo de caso de uma pastora batista¹ na cidade do Rio de Janeiro, decorrentes desta abordagem teórica.

Palavras-chave: teoria das redes; ministério pastoral; capital social.

“Alone in the network”.

Contributions of Network Theory in the case study of a Baptist woman pastor in Rio de Janeiro.

Abstract

This article discusses the contributions of network theory in the production of care for pastors in facing tensions and constraints in the exercise of pastoral ministry. The interweaving of religion and social networks allows for an analysis of social dynamics in which religious institutions, beyond their capacity to produce social capital, reveal themselves as networks of protection and care. The contributions of network theory are

¹ Neste artigo utilizo parte do material coletado durante a pesquisa para a elaboração de um Ensaio para a disciplina Redes Sociais e Acção Local sobre a Teoria das Redes, realizada em maio de 2018, no âmbito do mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi também utilizado parte do material coletado durante a pesquisa de campo para a elaboração da dissertação do referido mestrado, com a realização de quatro entrevistas semiestruturadas e uso de guião previamente elaborado para as entrevistas, com perguntas abertas e objetivando uma análise qualitativa, com quatro pastores/as batistas no contexto de igrejas mais midiáticas e/ou pouco envolvidas nas mídias, e foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2019 nas cidades de Goiânia e Rio de Janeiro.

critically discussed from its operationalization in a case study of a Baptist pastor in the city of Rio de Janeiro, arising from this theoretical approach.

Keywords: theory of networks; pastoral ministry; social capital.

“Seule dans le réseau”

Apports de la théorie des réseaux dans l’étude de cas d’une femme pasteur baptiste à Rio de Janeiro.

Resumé

Cet article discute des contributions de la théorie des réseaux dans la production de soins pour les pasteurs confrontés à des tensions et des contraintes dans l’exercice du ministère pastoral. L’imbrication de la religion et des réseaux sociaux permet d’analyser les dynamiques sociales dans lesquelles les institutions religieuses, au-delà de leur capacité à produire du capital social, se révèlent être des réseaux de protection et de soin. Les apports de la théorie des réseaux sont discutés de manière critique à partir de son opérationnalisation dans une étude de cas d’un Pasteur Baptiste dans la ville de Rio de Janeiro, découlant de cette approche théorique.

Mots-clés: Théorie des réseaux; ministère pastoral; capital social.

“Sola en la red”.

Aportaciones de la Teoría de Redes en el estudio de caso de una pastora bautista de Río de Janeiro.

Resumen

Este artículo discute las contribuciones de la teoría de redes en la producción de cuidado para pastores al enfrentar tensiones y limitaciones en el ejercicio del ministerio pastoral. El entrecruzamiento de religión y redes sociales permite analizar las dinámicas sociales en las que las instituciones religiosas, más allá de su capacidad de producir capital social, se revelan como redes de protección y cuidado. Las contribuciones de la teoría de redes son discutidas críticamente a partir de su operacionalización en un estudio de caso de un pastor bautista en la ciudad de Río de Janeiro, surgido de este abordaje teórico.

Palabras clave: Teoría de Redes; ministerio pastoral; capital social.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir os contributos da teoria das redes no ministério pastoral a partir de duas questões básicas: (a) os prováveis impactos dos modos de organização contemporâneo de algumas igrejas evangélicas no exercício do pastorado e as possíveis interferências na sua identidade enquanto cuidador vocacionado; (b) a relação entre os mecanismos de proteção e cuidado aos pastores e o papel das redes relacionais no enfrentamento de tensões e constrangimentos no exercício do ministério pastoral. Abordar-se-ão, com este fim, elementos conceituais da teoria das redes que ajudem a pôr em foco alguns dos contributos de se manterem ativas as redes relacionais no exercício das suas atribuições como estratégia para o enfrentamento de situações de crise. Discutir-se-ão, ainda, as principais mudanças verificadas no campo religioso brasileiro, assim como os deslocamentos provocados no contexto da atividade pastoral da atualidade e os impactos desses deslocamentos na identidade do pastor-cuidador, e que apontam para uma situação de crise de identidade do pastor protestante tradicional. Trata-se de uma análise exploratória, ainda que haja relatos crescentes de pastores diagnosticados com depressão, *Burnout*, evidenciados nos recentes casos de suicídios entre pastores e líderes religiosos. A partir da revisão da literatura, apresentaremos algumas questões ainda não problematizadas suficientemente.

Para tanto, o texto que se segue está organizado em três seções. A primeira delas, *A Teoria das Redes* concentra-se na aproximação entre Sociologia e Religião para se conhecer aspectos importantes das redes relacionais no cuidado e prevenção de situações de crise, em que a teoria das redes contribui com a formação de certos tipos de recursos que não podem ser obtidos através do mercado e que são importantes na jornada ministerial.

A segunda seção *Reconfiguração do Campo Religioso Brasileiro* aborda as principais mudanças no campo e consequentes reflexos na função pastoral da atualidade e a forma como essas mudanças transformam-se em desafios para o exercício do ministério.

A terceira seção, *Estudo de Caso*, contém a operacionalização do conceito de redes num estudo de caso realizado com uma pastora batista da cidade do Rio de Janeiro, em que se analisou as características da rede, numa discussão crítica dos pressupostos das instituições religiosas como redes de proteção e cuidado, em que os resultados dessa

operacionalização nos permitiu refletir sobre a importância das redes relacionais para o apoio efetivo aos pastores que se encontram em crise e/ou em risco iminente.

1. A Teoria das Redes

A análise das redes sociais, considerando o termo “rede” (*network*) bastante popular atualmente, pode ser aplicada no estudo de diferentes situações e em questões sociais muito distintas. Atualmente, com a popularidade do conceito de rede e sua aplicabilidade, outros domínios científicos passaram a usá-lo nas suas pesquisas (Lemieux, 2000; Ruivo, 2000). Trabalhos clássicos como o de Granovetter (1995), ou MontGomery (1992), abordam a relevância de se estruturar redes em egos para que os indivíduos tenham acesso às oportunidades no mercado de trabalho. Da mesma forma, o artigo de Gould (1993) aborda a importância das redes para se estruturar ações de determinados grupos sociais. O conceito também foi bem explorado por Sílvia Portugal (2006) sobre as redes sociais na produção de bem-estar social, em estudo de caso sobre as famílias portuguesas.

O termo ganhou “dimensão de abstracção que o fez penetrar nos mais diversos domínios”, e é hoje usado como “forma de apreender as interconexões do mundo contemporâneo”, como nos mostra Portugal (2007:1–2), ao analisar os contributos do conceito de redes numa discussão acerca da teoria sociológica. Segundo a autora, os estudos sobre a teoria das redes, dadas as suas potencialidades, têm sido um campo de “interdisciplinaridade” por excelência, e importante ferramenta para a compreensão da multiplicidade das relações entre os vários grupos sociais ou de categorias institucionalizadas.

A partir do conceito de redes, em que o conjunto de “nós” representam as estruturas sociais (grupos, corporações, agregados domésticos e/ou outras coletividades) e os “laços” representam as suas interconexões (fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre “nós”), é possível perceber o comportamento de uma pessoa dentro de sua estrutura social, sua inserção nessa estrutura, suas trajetórias sociais, as posições estruturais que exerce dentro dessa mesma estrutura, como suas decisões pessoais são influenciadas por essa trajetória, e como lhe permitirão ter determinada liberdade de circular por essa estrutura.

É basicamente através das conexões que uma pessoa poderá ter acesso, com a sua rede de contatos, a uma infinidade de possibilidades e oportunidades. As posições sociais dos indivíduos são estruturadas na medida em que certas possibilidades lhes são oferecidas para aceder aos recursos disponíveis nesta estrutura. A estrutura das redes permitirá, dessa forma, o acúmulo de capital social que seria funcional à mobilização de recursos. São as relações entre as pessoas e a força dessas relações que lhes abrirão ou não essas possibilidades (Fontes, 1999; Portugal, 2006; Wellman, 1991).

As redes sociais contribuem, de forma privilegiada, para se compreender as relações sociais e os tipos de conexões que acontecem entre indivíduos e instituições, em suas múltiplas esferas (família, amigos, trabalho, grupos religiosos, associações desportivas, partidos políticos, etc.). Refere-se ao processo de socialização entre as pessoas por um longo período de convivência. Em espaços urbanos em que há maior concentração populacional com grupos sociais diversos, as redes sociais potencializam a capacidade de atuar na conexão e na penetração a grupos de interesses mais específicos (Noronha, 2015).

Segundo Noronha (2015:149–150), “relações de parentesco, amizade, vizinhança, religiosa, entre outras, se revelam eficazes na obtenção de favores – com peso significativo à população mais pobre –, nas relações de troca, ou no acesso às estruturas de oportunidade”. Relações de reciprocidade, como as trocas de favores, podem acontecer no interior das redes de amizades, além de permitir o acesso a círculos sociais específicos. É o que apontam Almeida & D’Andrea (2004:98) relativamente ao estudo feito sobre a pobreza e redes sociais no contexto de uma favela na cidade de São Paulo, Brasil, realizado entre 2002 e 2003, em que as relações de reciprocidade acontecem de forma mais “conjuntural e de baixo custo, consistindo por exemplo em emprestar dinheiro para a condução ou em participar nos mutirões de “encher a laje” (construção de casas)”. Trata-se de ações típicas de comunidades com baixa renda e contextos em que há evidências de vínculos decorrentes do processo migratório. Segundo estes autores, “nelas se encontram *sistemas de reciprocidade* estruturados sob normas sociais cuja regra principal é a *relação de confiança*” (destaque dos autores).

Nas relações de confiança, há sempre a possibilidade de fluxos de informações privilegiadas, ajudas para se conseguir emprego, alugar uma casa, auxiliar na resolução de problemas, serviços, apoio moral (situações de casamento, batismo, funeral). Nesse

tipo de relação podem surgir grupos de ajuda mútua e de solidariedade (dáviva), intercâmbio de favores, com a construção de “redes de apoio e oportunidades”.

As conexões em redes possibilitam não só o acúmulo de capital econômico, mas possibilitam o aumento do capital social daqueles que dela fazem parte, porque gera significado e constrói sentido ao indivíduo. É o que afirma Noronha (2015:24): “para que o “capital social” se opere, é necessário que o participante não apenas esteja motivado a se associar, mas, sobretudo, que se mantenha por um período de tempo, suficiente, para formação de vínculos com outros membros da rede”. A partir da convivência, desse sentido de pertencimento, o indivíduo é capaz de perceber as estruturas de oportunidades que determinadas conexões podem oferecer, como conjunto de benefícios materiais e simbólicos (e de difícil mensuração) que lhe permite aumentar o capital social.

“É essa noção, de um tipo de capital gerado nas ‘relações’, que torna o conceito de capital social indissociável do conceito de rede social” (Portes, 2000; Portugal, 2014:55).-Para a compreensão do conceito de capital social, vários autores consideram importante três abordagens, sendo estas baseadas nos conceitos de Pierre Bourdieu, de James Coleman e de Robert Putnam. Para Sílvia Portugal, Nan Lin define capital social como “*investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado*” (Lin, 2001:19, *apud* Portugal, 2014:61). Com base no conceito formulado por Bourdieu (1982), Noronha (2015:199) conclui que capital social é o conjunto de capital econômico, cultural e simbólico que o indivíduo “acumula” ao longo da vida. O volume de capital que este indivíduo possui indicará a posição que este ocupará dentro de determinado “campo”. Segundo este autor, “o aumento do capital social dependerá das conexões que efetivamente se conseguir mobilizar” na participação em rede.

Outro conceito que tem sua relevância na teoria das redes é o de dáviva. Portugal (2006:67–68) observa que “toda a vida social é pontuada por ocasiões de troca de dávivas, em que solidariedades recíprocas são verificadas, enfraquecidas ou reforçadas”, destacando o poder simbólico nessas trocas. A autora defende a ideia de que as ofertas que acontecem com a dáviva promovem formas de troca social que não são calculadas na quantidade e qualidade e nem são estas residuais, mas que promovem o fortalecimento dos laços entre os indivíduos que dela se beneficiam. Existe uma relação de afinidade nessa troca de dáviva, de conhecimento, de contato, mesmo que esporádico, porque baseia-se na “interação face-a-face”, uma vez que as pessoas se conhecem pessoalmente,

além do sentimento de obrigação do “dar-receber-retribuir” e que não necessariamente se inscrevem na contabilidade da equivalência do que é intercambiado. É o que nos afirma Fontes (1999), numa referência à Goudbout (1992):

“não existe sempre o retorno, no sentido habitual, mercantil do termo, de retorno material de objetos ou de serviços (...). Ao contrário, o retorno é frequentemente maior que o dom. Desde que haja troca, esta se distancia do princípio da equivalência mercantil. Os parceiros parecem frequentemente ter o prazer de desequilibrar constantemente o princípio da equivalência da troca, quer dizer, preferem se manter em estado constante de dívida (...). A única coisa não totalmente livre do dom é o fato de receber. Quer queira ou não, se recebe, e existe sempre retorno: a gratidão, que suscita o reconhecimento, este suplemento que circula e que não entra nas contas, são retornos importantes para os doadores” (Goudbout, 1992:136-7, *apud* Fontes, 1999:242).

Processos como estes constituem-se em elemento fundamental na estruturação do vínculo social e não são contabilizados no cenário econômico, apoiando a compreensão de Portugal (2006), citado anteriormente. Contribui no reforço dos laços entre os indivíduos que dela se beneficiam, especialmente em tempos em que a falência das instituições, até então responsáveis por promover o bem-estar social, se torna cada vez mais evidente (Fontes, 1999).

1.1 A teoria das redes no ministério pastoral

Perceber os laços que mantêm o vínculo social entre os indivíduos para se adaptarem às mudanças recentes, tendo esse olhar especial para as relações dentro das instituições religiosas, em especial o líder-pastor, permite identificar as pontes que ligam os indivíduos aos outros e às instituições em que estão afiliados, porque contribuem para construir suas histórias de vida, garantindo-lhes identidade e sentimento de pertença (Fontes, 1999). E é nesta perspectiva que podemos verificar os conceitos da teoria das redes sendo operacionalizados no contexto dessas relações no interior das comunidades religiosas.

As relações sociais são marcadas pela disponibilização de recursos, de informações, apoios e privilégios que muitas vezes não estão disponíveis no mercado, como apoio emocional, suporte financeiro ou ajuda no cuidado com as crianças ou em casos de doenças. Esses são facilmente replicados no dia-a-dia de cada um de nós.

Inseridos numa rede de amigos, parentes ou vizinhança, ou mesmo em instituições religiosas, esses recursos podem ser disponibilizados de forma particular, não obedecendo a lógica do mercado ou do Estado. O que se percebe é que nas redes sociais dentro das igrejas a disponibilização desses recursos acontece de forma bastante particular.

O entrelaçamento entre religião e redes sociais nos permite analisar a dinâmica social das instituições religiosas de se constituírem em redes de proteção e cuidado, especialmente em contextos sociais em que as políticas públicas de assistência não propiciam aos seus participantes as condições, objetivas e subjetivas, de serem assistidos. Dessa forma, pode-se considerar que “as redes, dentro e fora do campo religioso, atuam, muitas vezes, como redes de proteção” e cuidado (Noronha, 2015:21). Também atuam em funções que, a princípio, são do Estado.

Num estudo sobre as relações sociais no contexto dos grupos religiosos numa cidade do interior de São Paulo, a partir da teoria das redes e considerando as práticas sociais como fluxos e os benefícios materiais e espirituais como os conteúdos que circulam nas redes, Noronha (2015) identificou alguns dos principais elementos que são procurados por aqueles que aderem aos grupos religiosos. O autor apresentou os elementos especificando-os conforme o tipo de “capital” envolvido (Bourdieu, 1996):

- no campo material (“capital econômico”): emprego e renda, participação em campanhas/trabalhos assistenciais nas instituições religiosas (indicação para vagas de empregos, campanha de arrecadação de alimentos, roupas e bens essenciais);
- no campo espiritual (“capital simbólico”): salvação e evolução da alma (valores morais/éticos e ajuda na reforma íntima); socialização e pertencimento (autoestima e prestígio) através das redes informais do campo religioso, como cultos, estudos bíblicos, eventos sociais e festivos; ou das redes institucionalizadas, como associações, institutos, que podem contribuir no aspecto material na medida que pode gerar renda ou participação direta/indireta de campanhas assistenciais; cura física e espiritual (mais comum no contexto neopentecostal e pentecostal que tem o tema na centralidade litúrgica, como elemento mágico-religioso); tratamento da dependência química e reinserção social, através das redes informais e/ou institucionalizadas.

Deste modo, fica evidente que as instituições religiosas, que desde sempre desempenham papéis sociais importantes, seriam o *locus* para práticas de solidariedade nas sociedades contemporâneas, assim como produtoras de dádiva e das trocas

simbólicas. Por outro ponto, uma situação pluralista como resultado da secularização tem conduzido a religião, e as instituições que a representam, a um processo de crise de credibilidade. E o indivíduo moderno tem transitado nessa pluralidade de mundos. E, mesmo em tempos em que a ciência e a razão têm oferecido respostas aos desafios da vida moderna, a religião não foi eliminada, mas tem-se transformado, conforme Berger (1985).

Sem dúvidas, em meio a esse cenário atual, os pastores e os ministros religiosos encontram-se numa zona de perigo emocional ao exercerem a sua vocação. Um trabalho desgastante e desafiador, que poderá levar a um cansaço e conseqüente diminuição na capacidade de enfrentamento das próprias demandas (Silva, 2018). Ao aventurar-se no exercício da vida religiosa, muitos deparam-se com sentimentos de impotência, diminuem a sensação de realização pessoal, sentem-se desvalorizados, até se verem em situações extremas de estresse.

Esgotados emocionalmente e impossibilitados de recuperar a motivação e as forças espirituais do início da jornada, acabam por abandonar o ministério. Outros acabam por cair numa depressão profunda ou mesmo sofrer da *Síndrome de Burnout*². E, mesmo que reconheçam que estão esgotados, é mais provável que eles neguem, tentem lidar com isso sozinho ou até mesmo esconder da comunidade. A renúncia do Papa Bento XVI, o alemão Joseph Ratzinger, de 85 anos, é um exemplo dessa realidade. Ao abdicar de seu papel, justificou sua decisão alegando que suas forças se tinham exaurido e lembrou que quando foi eleito, em 2005, sentiu todo o peso sobre seus ombros³.

Um líder cristão não está livre de enfrentar situações de esgotamento físico e mental. As pressões sobre os pastores muitas vezes podem ser intensas e até mesmo implacáveis, e nem todos aqueles que desempenham a mesma atividade vivenciarão o mesmo grau de pressão e cobrança (Baptista, 2014; Bresch, 2019). Os chamados “profissionais da ajuda”, aqueles que desempenham papéis sociais de apoio e cuidado

² De acordo com Piccinato (2019:20), traduzido do inglês, o termo *burnout* significa “queimar-se” ou “combustão completa”, que ocorre em decorrência da tensão emocional à qual o indivíduo está exposto, onde o esgotamento chega ao ponto do completo desgaste e fadiga, e normalmente associado ao contexto laboral. Ainda segundo o autor, em 2019, a Organização Mundial da Saúde – OMS, definiu o *burnout* como “uma síndrome resultante de estresse crônico no trabalho”.

³ Fonte: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/02/papa-bento-xvi-renuncia-ao-cargo>
Acesso em 13/03/2023.

estão mais suscetíveis a essas crises, “pois são profissionais que atuam em ocupações emocionalmente desgastantes” (Morais, 2008, *apud* Baptista, 2014).

Estes processos são analisados aqui a partir do ponto de vista da Teoria das Redes (*social network analysis*). Um olhar atento às principais mudanças no campo religioso brasileiro e seus possíveis reflexos no desempenho da atividade do pastor batista tradicional nos permitirá perceber algumas tensões que estes vêm enfrentando no exercício do ministério na atualidade, assim como a importância de se ter uma rede social ativada como estratégia de prevenção e cuidado em situações de crises.

2. Reconfiguração do campo religioso brasileiro

A emergência e consolidação de novos grupos religiosos, quer pela sua diversidade quer pelo ritmo das suas dinâmicas nos espaços públicos, tem suscitado novas problemáticas com um quadro marcado por uma cultura pluralista e com sistemas de valores concorrentes. Esta reconfiguração do campo religioso tem sido evidenciada também na relativização das diferenças denominacionais e no liberalismo teológico-doutrinário.

O liberalismo bíblico promoveu a emancipação da ciência e a produção de saberes de forma autônoma relativamente à religião, e esta acabou por entrar em contradição com a Bíblia. São evidências dessa realidade a conformação das ideias liberais nas doutrinas bíblicas; clivagem entre líderes religiosos e o crente comum (formação teológica e tradição doutrinária) e conformismo e rotinização do carisma na perspectiva weberiana (Vilaça, 2006, 2018, 2020).

Os dados do relatório do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – no ano de 2010, divulgado em 2012, refletem algumas mudanças no cenário religioso brasileiro. Como consequência dessa situação pluralista apontada anteriormente, houve uma acentuada redução do percentual de pessoas da religião católica apostólica romana, o qual passou de 73,4% em 2000 para 64,6% em 2010; o aumento do total de pessoas que se declararam evangélicas, de 15,4% em 2000 para 22,2% da população, em 2010; e os sem religião, de 7,4% em 2000 para 8% dos residentes (IBGE, 2012).

O relatório também nos permite perceber o crescimento relativo da diversidade dos grupos religiosos no Brasil e este crescimento tem revelado uma maior pluralidade⁴ nas regiões mais urbanizadas e com maior população do País. Nas últimas décadas, houve um crescimento da população evangélica decorrente da migração religiosa, decorrente do trânsito religioso.

Está em curso um processo de “recomposição do campo religioso a partir de novos modelos” e novas práticas pastorais no ambiente protestante. Um novo estilo, um novo *design* da função pastoral, onde o especialista em exegese bíblica e teologia sistemática (o pastor-doutor) sai de cena e dá espaço ao pastor-mágico, pastor-*coach*, o pastor-animador que apela para estratégias de manipulação dos mistérios com o fim de motivar e encantar os espectadores (Campos, 2012; Weber, 1991).

Nota-se que o neopentecostalismo (Freston, 1993; Mariano, 2004; Vilaça, 2006), com a teologia da prosperidade, tem contribuído para uma fratura na função social do pastor protestante, com suas mensagens mágico-religiosas, o fim dos monopólios das tradições religiosas e a instauração de um regime de concorrência. Em consequência, gera-se uma crise de credibilidade das tradições religiosas, que culmina numa crise de identidade e numa baixa coesão social, evidenciando a necessidade de uma redefinição na fronteira de atuação do pastor (Campos, 1999; Mariano, 2003, 2004).

O pluralismo promoveu um tipo de “competição intra-religiosa” (Berger, 1985:149). As igrejas que antes exerciam monopólio religioso agora precisam se adequar à nova realidade. Como afirma Peter Berger, “a submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura. Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora, tem que ser *colocada no mercado*. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”” (1985:149, destaque do autor).

⁴ O pluralismo religioso tornou-se um dos traços da secularização em função da heterogeneidade crescente que caracteriza os contextos sociais contemporâneos (Wilson, 1996; Berger & Luckmann, 1995; Dobbelaere, 1999; Bruce, 1992; Berger, 1985), constituindo, assim, uma das características da modernidade. James Beckford (1999) é um dos autores da sociologia da religião que discute a diferença entre diversidade e pluralismo e, para este autor, a diversidade é algo objetivo, enquanto o pluralismo é um conceito normativo, uma vez que é possível ter diversidade sem que haja pluralismo. Isto para dizer que o campo religioso protestante/evangélico é altamente fragmentado e isso está no seu ADN. E faz com que o conceito de pluralismo tenha mais pertinência neste texto.

É o que Leonildo Campos (2012:19) chama de processo de “desmontagem” das instituições que tradicionalmente eram responsáveis por gerir o sagrado e preservar a tradição. O aumento de responsabilidades, com acúmulo de funções; menos tempo com a família e com o cuidado de si mesmo; a necessidade de conhecimentos de gestão na realização das atividades funcionais; remunerações incompatíveis com as responsabilidades assumidas, além do cumprimento de regras para alcançar metas previamente estabelecidas, são algumas das novas exigências que estão ao cargo do pastor contemporâneo.

Este cenário tem produzido no pastor protestante uma série de questionamentos quanto ao seu papel e relevância na sociedade contemporânea. Os pastores têm vivenciado tempos difíceis nas suas relações com as instituições e com a própria comunidade, evidenciados em indicadores crescentes de pastores com depressão, *Burnout*, além dos casos de suicídios. Interessa-nos diretamente perceber quais foram essas mudanças estruturais e de que forma essas alterações traduzem-se em pontos de tensão para a relação pastor-igreja-comunidade no exercício da função pastoral na atualidade.

2.1. Temos uma crise?

Alguns teóricos⁵ das ciências sociais ligados à Sociologia da Religião e da Sociologia das Profissões (Campos, 1987; Campos, 2012; Mendes & Silva, 2006; Santos, Machado & Facas, 2018; Silva, 2004; Silveira, 2005) já há algum tempo seguem num esforço em compreender o ofício do pastor.

Numa pesquisa sobre prazer e sofrimento no trabalho considerando a estrutura organizacional de uma igreja evangélica neopentecostal e outra evangélica tradicional, Rogério Rodrigues da Silva (2004) procurou mostrar a relação entre as transformações no contexto dessas organizações religiosas ao longo dos anos e as consequências dessas mudanças na psicodinâmica do trabalho desses líderes. A pesquisa transformou-se, posteriormente, num artigo e, juntamente com Ana Magnólia Bezerra Mendes, ambos concluíram que, “de maneira geral, observa-se uma vivência de prazer-sofrimento

⁵ Leonildo Campos, (2012) em seu artigo “*Clérigos em contexto de mudanças – uma visão sociológica do papel do pastor protestante brasileiro e dos desafios de sua formação em seminários teológicos no início do século XXI*”, dedicou uma sessão só para tratar dos desafios e tensões que existem entre os conceitos de ‘profissão’ e ‘vocação’.

semelhante a outras profissões, inclusive as formas de enfrentar o sofrimento, com exceção da espiritualização dos problemas” (Mendes & Silva, 2006:103).

A lógica de competição entre as igrejas e o processo crescente de “burocratização das instituições religiosas” faz com que “tipos específicos de pessoal” sejam necessários nesse novo cenário, que exige não só habilidades técnicas, mas também características psicológicas específicas para dar conta das novas exigências do mercado. Berger (1985:152) afirma que “não importa muito se um certo funcionário burocrático veio da tradição protestante de ministério “profético” ou da tradição católica de ministério “sacerdotal” – em qualquer dos casos, ele tem de, acima de tudo, adaptar-se às exigências do papel burocrático”.

Além das questões apontadas, Nepomuceno (2013:94) considera “que a crise da perda de legitimidade social deste sujeito social, somada a todas as questões inerentes ao próprio contexto cultural da pós-modernidade tem gerado uma grande evasão do ministério pastoral”. Muitos pastores, inclusive, têm buscado legitimação em outras áreas profissionais, mas que tenha ligação com o trabalho religioso pastoral.

Num artigo que aborda a questão do sofrimento enfrentado por pastores e líderes eclesiais, Buhr salienta que

“poucos imagina o que se passa nos “bastidores”, na vida privada e familiar dos líderes. Parece que o pastor não enfrenta as mesmas dificuldades que afetam os membros. Ou se passa por problemas, eles não o abalam, afinal de contas o pastor está mais próximo de Deus e treinado para superar qualquer obstáculo que apareça em sua caminhada. Todavia, a realidade não é tão bonita como parece. Assim como médicos precisam de médicos, pastores também precisam de pastores que cuidem deles, que os escutem e entendam. Pastores estão sofrendo, muitos deles calados, enquanto tentam ajudar as pessoas necessitadas à sua volta” (Buhr, 2013:106).

Relativamente ao esgotamento relacional no ambiente profissional, Piccinato (2019:37) atesta que “em 2016, segundo dados do *International Stress Management Association* – ISMA-BR, este gerou um prejuízo de 4,5% ao Produto Interno Bruto (PIB)”. São valores que envolvem aposentadorias precoces, afastamentos, licenças médicas, erros laborais e a queda na produtividade. O autor afirma que um trabalhador com *Burnout* trabalha em média cinco horas por semana. Estudos do ISMA-Brasil

também afirmam que 92% das pessoas que sofrem de *Burnout* permanecem ativas no trabalho (Araújo, 2020, jornal eletrônico)⁶.

Campos (2002a: 92) sustenta a hipótese de que os pastores protestantes tradicionais são os que mais sofrem com as constantes transformações no campo religioso brasileiro. O autor afirma que os pastores neopentecostais são mais “flexíveis, ousados e empreendedores”, a despeito de tantas instabilidades e mutações. O pastor tradicional tem o desafio de conviver com uma religião que se mistura com entretenimento e precisa desenvolver estratégias para sobreviver num contexto de competitividade intrarreligiosa, numa lógica capitalista e racionalizante (Berger, 1985; Campos, 2002b; Silveira, 2005).

A onda de suicídios envolvendo líderes religiosos no Brasil e nos Estados Unidos, nos últimos anos, chamou a atenção de psicólogos, psiquiatras e outros profissionais da saúde, que se mobilizaram e passaram a abordar o tema em congressos, conferências, palestras e simpósios para instituições que são ligadas direta e/ou indiretamente às organizações religiosas. Estudiosos das ciências das religiões e da teologia também têm desempenhado papel importantíssimo em levar o tema para discussão no ambiente eclesialístico.

Como os líderes-pastores enfrentam situações como as que foram apontadas acima? Com quem efetivamente podem contar quando estão a enfrentar tais tensões e constrangimentos? Quem faz parte da rede social dos/as pastores/as? Quais são as características dos membros das redes? Que laços são ativados? Qual o valor das redes como capital social? Estas são algumas das questões às quais pretendemos desenvolver na próxima seção.

3. Estudo de Caso: A rede social da pastora batista

Em 2018, e com o objetivo de realizar um ensaio sobre a teoria das redes através da análise de um caso concreto, realizei uma entrevista com a Fernanda⁷ no sentido de reconstituir a sua rede como pastora, no contexto da sua vida e do seu ministério. Na altura em que foi realizada a entrevista, colheu-se as informações junto da Fernanda, que passa a ser identificada também como EGO para a associarmos ao conceito das redes.

⁶ Texto na íntegra disponível no endereço eletrônico <https://mais.opovo.com.br/jornal/pop-empregos-e-carreiras/2020/08/24/cuidado-com-a-sindrome-de-burnout.html> , por Amanda Araújo, Jornal O Povo, Edição de 24 de agosto de 2020. [Acesso em 09/03/2021].

⁷ Com o intuito de preservar a identidade da pastora, o nome apresentado é fictício.

Considerando a sua posição dentro da estrutura hierárquica da igreja⁸, partimos da seguinte pergunta: qual a rede de relacionamentos de um indivíduo que está num cargo importante na cadeia de uma instituição religiosa? A pergunta foi subdividida em outras quatro assim identificadas: primeira, quais as pessoas com quem se relaciona no dia-a-dia? Segundo, com quais pessoas efetivamente pode contar em situações de necessidades, como apoio material e/ou financeiro? Terceiro, em questões de saúde, sejam elas física, emocional ou psicológica, com quem pode contar? E, por último, quanto aos desafios no exercício do ministério pastoral, com quem efetivamente pode contar? Foi a partir dos resultados desse trabalho que surgiu o interesse em transformar o estudo de caso num trabalho acadêmico com uma abordagem mais aprofundada sobre a questão da solidão dos pastores, e que serão sintetizadas nesta seção.

A igreja de que era responsável a Fernanda é a mesma que ela atualmente pastoreia, contando, na altura, com cerca de 7.980 membros efetivos. Informações mais recentes apontam que esse número ultrapassou a marca dos 12 mil membros. Seu modo de cuidado com os membros desde sempre envolveu: encontros aos domingos com toda a congregação; reuniões semanais nos lares, onde as pessoas recebem ali estudos bíblicos, apoio emocional e espiritual, e fazem parte de um grupo menor de membros que promovem ações e atividades diversas para promoção da identidade e fortalecimento das relações sociais. Eram cerca de 938 grupos como esses, formados por perfis variados (homens, mulheres, crianças, casais, jovens, adolescentes, terceira idade, atletas, motociclistas, etc.).

Na definição de visão defendida pela instituição, já foi possível perceber características que remetem ao conceito de redes. Vejamos: “Ser uma comunidade Cristã inovadora, útil à sociedade, que adora ao Senhor em Espírito e em verdade, ensina para transformação, e gera ministros eficazes que priorizam a evangelização e a comunhão em células”⁹. A expressão “útil à sociedade” remete ao conceito da dádiva, do dom, e do capital social que circula dentro da instituição; e a expressão “a comunhão em células”,

⁸ Foram utilizados os critérios de acessibilidade e de oportunidade para a escolha tanto da instituição quanto da pastora. Tal decisão pautou-se nos seguintes fatos: a autora ter morado no Rio de Janeiro, ter sido membro da instituição e ter trabalhado com a referida pastora durante esse tempo; e tratar de uma instituição de grande porte e considerável influência social (para a realidade da cidade) e política no contexto brasileiro.

⁹ Texto retirado da website da instituição. Os dados não foram disponibilizados para evitar qualquer associação com a instituição, simplesmente por uma questão de moral e ética.

como modelo de relações micro num universo macro, permite visualizar uma estrutura em redes, subdividida em grupos menores e ligados a outros que se apoiam e que promovem informação, influência, credenciação, além de contribuir para o reforço identitário dos frequentadores.

A partir das respostas da Fernanda foram analisados os nós, identificados pelos parentes, amigos, colegas e vizinhos; e os laços, sendo esses fortes ou fracos; positivos, negativos, mistos ou de indiferença; ativos ou passivos e de parentesco ou não. Em se tratando de uma abordagem centrada na pessoa da Fernanda, foram levantadas informações sobre a rede de íntimos, aquelas pessoas consideradas importantes, aquelas cujas opiniões sobre determinados assuntos da vida são relevantes para si, e que são muito próximas da pastora; a rede de interação, definida pelas pessoas com quem ela interage no dia-a-dia, numa média de frequência de contato que seja ao menos semanal; e também a rede de trocas, constituída por pessoas com quem busca apoio na ajuda material, na prestação de serviços, podendo também buscar aconselhamento, companhia em atividades de lazer, e cujo comportamento pode, de alguma forma, oferecer um benefício ou um encargo (Milardo, 1988).

As principais conclusões do trabalho e que nos interessam apresentar aqui são as seguintes: apesar de ser uma figura importante numa estrutura tão ampla, a Fernanda tem uma rede de íntimos muito seletiva, voltada para os laços íntimos de parentesco, seu marido, sua filha, porém não se limitando a esse “subsistema”, mas numa abertura de laço que envolve uma pessoa ligada a ela, identificada como uma amiga que também é pastora, e esse laço é construído por afinidade a essa pessoa. É uma rede seletiva “porque existe uma triagem no interior da multiplicidade de relações estabelecidas (parentes distantes, colegas, vizinhos) sobre quem se traz para o interior da rede, como amigo”, e que coincide com a rede de cuidados e apoio nos desafios que enfrenta no exercício do ministério (Portugal, 2014:215).

No ambiente profissional (o ministério pastoral), a Fernanda é considerada um “catalisador”¹⁰, ou seja, uma pessoa por quem passam os laços estabelecidos entre os diferentes membros da rede. Essa constatação se deu pelo fato de ser ela a funcionária

¹⁰ Na caracterização dos *nós* e dos *laços* numa rede social, é possível identificar algumas propriedades morfológicas da rede, conforme Portugal (2007:25–26). Relativamente à polarização, podemos identificar o “papel” do catalisador na morfologia da rede, porque ele é um tipo específico na rede “*por quem passam os laços estabelecidos entre os diferentes membros da rede*”.

mais antiga desde a fundação da instituição e por conhecer todas as áreas e atividades desenvolvidas ali. Devido a essa condição, a Fernanda acaba por ser o laço mais “seguro” em se tratando de informações, e também um canal de acesso ao pastor presidente. Quanto ao conteúdo que circula nos laços, tem-se trocas de conhecimentos, relatos de estudos bíblicos e informações diversas nos laços fracos. Apoio emocional e afetivo, financeiro, material e confidencialidades nos laços fortes; sociabilidades e dádivas entre os demais laços.

“As redes seletivas implicam numa divisão de papéis no seu interior: amigos e parentes são importantes no plano expressivo, mas tem funções diferenciadas. Os parentes prestam apoios materiais e em serviços, os amigos desempenham um papel fundamental nas sociabilidades, nas conversas, nas trocas de informações, nas cumplicidades e nos afetos” (Portugal, 2014:216).

Quanto ao capital social circulante na rede da Fernanda, foi possível perceber a presença de elementos que estão na rede da pastora e que não foram citados por ela na entrevista¹¹, mas que estão ligados a elas por motivos que são, muitas vezes, distintos daqueles que suas atribuições lhe conferem. O tipo de Capital Social que se enquadra nesse modelo de rede é o “*Bonding Social Capital*”, ou seja, um tipo de capital social que é construído através dos laços entre semelhantes. Ou seja, existem indivíduos que se conectam à rede da Fernanda, investindo nas relações sociais com ela, almejando resultados para além da missão da instituição.

São pessoas que procuram contactá-la usando-a como “ponte” de conexão com o pastor presidente, ou com o responsável por obras da igreja para ofertarem seus serviços/produtos. Esses indivíduos, fora da rede da pastora, poderiam não ter o mesmo acesso que suas pertenças à rede lhes oferecem. “Ter uma localização estratégica na rede ou possuir um contacto que tenha pode revelar-se fundamental para mobilizar recursos com um objetivo” (Portugal, 2014:223). E a própria pastora também poderá se beneficiar dessa rede na formação do capital social.

Esse trabalho permitiu perceber que, mesmo tendo uma média de duas mil pessoas ligadas a ela de forma indireta, a Fernanda está, de certa forma, “sozinha na rede”, pois seus vínculos (laços íntimos) limitam-se aos parentes próximos, no caso o marido e a

¹¹ Essa constatação partiu de certa proximidade da investigadora com a pastora enquanto esta realizava suas atividades de supervisão, liderança de grupos e como sua discípula. A proximidade entre ambas contribuiu para a identificação de questões como as elencadas nesse parágrafo.

filha, e a amiga pastora. Tem uma rede forte muito pequena e uma rede fraca muito grande, que pode ser um fator limitante para se obter apoio e prestação de cuidados.

Contextos mais homogêneos em que as formações das redes tendem a centrar-se no próprio grupo, com pouca diversificação (familiares, vizinhos, grupos profissionais), embora contribuam no fortalecimento dos vínculos entre os participantes, “os afastam de estruturas de oportunidades que residem para além do próprio grupo”, questão que Granovetter denominou de “fraqueza dos laços fortes” (Granovetter, 1973, *apud* Noronha, 2015:151).

Os laços fracos numa rede são indispensáveis para a construção de oportunidades, quanto para a integração dos indivíduos a outros grupos sociais. Ao circular por diversos grupos, para além daqueles que estão habituados a circular, os indivíduos acedem a novos fluxos de informações e novas estruturas de oportunidades, inclusive aos mecanismos de suporte e apoio ofertados para a produção de cuidados (Noronha, 2015; Portugal, 2006, 2014).

3.1. E o que mudou desde então?

Ao construir a nossa análise a partir das dinâmicas sociais em que as instituições religiosas, para além da sua capacidade de produzir capital social, se revelam como redes de proteção e cuidado, nossa hipótese considerou a problemática das tensões vividas pelos pastores no exercício do ministério em estruturas funcionais que promovem certo isolamento dos líderes e potencializando certa competição entre eles. A dificuldade de se relacionar, de se abrir com os colegas porque tem receio de expor suas fragilidades e assim perder o respeito, faz com que muitos pastores selecionem cada vez mais as pessoas que farão parte da sua rede de íntimos.

A entrevista com um dos pastores que era parte integrante da amostra mostrou que a situação de isolamento se mantém ainda hoje, assim como o quanto as cobranças por resultados têm contribuído para a competição entre os colegas de ministério. Quando lhe foi apresentada a proposição acerca da sua rede relacional e de suporte em situações de desafios pessoais ou de busca por apoio e suporte, esse pastor apresentou o seguinte relato:

“Este é, na minha leitura, lidando com pastores há tantos anos, o maior... espaço de crise. Os pastores estão isolados... Eu tenho um estilo colegiado de trabalhar

e servir. Então, este estilo colegiado, é, diria entre aspas, “salva a minha pátria”. Mas, infelizmente, os pastores estão muito sozinhos. Sozinhos nas decisões. Sozinhos nas lutas emocionais. Sozinhos nas questões financeiras. Sozinhos na liderança. Então, essa é uma crise que os vocacionados estão enfrentando hoje, não só no Brasil, mas eu imagino que esse é um problema do nosso tempo. Nós nunca estivemos tão interligados como está hoje, graças aos recursos tecnológicos, especialmente a internet. Mas, talvez, nunca estivemos também tão isolados”.

Para um outro pastor e também integrante da amostra da referida pesquisa, quando lhe foi apresentada a proposição acerca das pessoas com quem poderia contar em momentos de desafios pessoais, este que na altura da entrevista havia há poucos dias passado por uma situação traumática de violência urbana, afirmou contar com uma boa equipe na igreja; apesar de não ser muita gente, mas considerava-os boas pessoas. Ter com quem contar nos momentos de desafios contribui como uma espécie de suporte social, pois ajuda a aliviar o fardo, além de promover segurança emocional e sentimento de valorização. Esse apoio emocional não está diretamente relacionado ao tamanho da rede social do indivíduo, pois afinal, conforme afirma Baptista (2014:71), “não é a quantidade ou o tamanho das redes sociais que influenciam o bem-estar, mas a qualidade delas”. Como fundador da comunidade a que pertence e com estilo de liderança carismática, este pastor conta com o apoio de pessoas que estão mais próximas. Vejamos seu relato:

“O que eu gerei nessa igreja... afeto e compreensão. O que a gente planta, a gente colhe. E eu estou colhendo, afeto, cuidado... os irmãos nos visita; os irmãos nos liga; os irmãos nos ajudam. E eu acho que é o que a gente está plantando e semeando. Mesmo numa luta... na dificuldade, eu estou feliz, porque... as pessoas chegam lá e fala... “você me ajudou”, “você me ajudou a ficar de pé, então fica tranquilo”. Então... a gente precisa aprender a descansar em Deus”.

Esse relato deixa evidente uma das características fundamentais da dádiva que, segundo Portugal (2006:67), “é o seu caráter simultaneamente livre e obrigatório”, porque envolve o “dar-receber-retribuir”. Sílvia Portugal complementa essa afirmação ressaltando que, “quando surge uma dádiva cria-se um sentimento de obrigação, o indivíduo é livre para assumir ou para o recusar (...). Ao assumir a obrigação de retribuir estabelece-se uma relação, no interior da qual a dádiva circula como forma de alimentar

e recriar o vínculo estabelecido”. Esse apoio, cuidado, carinho e suporte no momento de luta é o capital simbólico que circula na rede, e tem a ver com o semear e colher.

Quanto à Fernanda, sua realidade sofreu pouca alteração desde o ensaio realizado anteriormente. Afirma sentir-se sobrecarregada, porque há muita cobrança para cumprir as metas que são estabelecidas pela liderança, e tem dias que ela própria se vê necessitada de um ombro para se apoiar. O apoio do marido em todas as horas é fundamental, ainda que ele não a acompanhe na igreja. Conta ainda com o apoio e amizade da filha, que também é a sua médica, numa parceria que desenvolveram há um ano, de se encontrarem semanalmente para conversar. Mas quando tem o desejo muito forte de conversar com alguém e que isso não tenha nenhuma ligação com a igreja, procura por uma irmã, uma missionária bastante conceituada no meio evangélico, com quem mantém uma amizade de longa data. Sabe que é alguém que sempre pode contar para compartilhar e desabafar. “*Só pode ser com ela sabe... que não é ninguém do convívio, pra que não distorça algumas coisas, eu ainda faço com ela*”. E não encontra apoio da instituição para o enfrentamento de situações de crise.

Considerações Finais

Ao considerar os resultados da pesquisa que deu origem a este artigo, e tendo em conta o universo pesquisado, estes mostraram como o peso dos mecanismos de apoio e suporte é alto para a prevenção de tensões na vivência do pastorado. A investigação que deu origem a este artigo foi iniciada antes de a pandemia do COVID-19 iniciar, e a pesquisa de campo, a coleta dos dados empíricos e uma parte do referencial teórico também foram desenvolvidos antes que o mundo “parasse”. Mas a pandemia fez com que a análise dos dados só acontecesse durante esse período de confinamento. Isso me fez perceber o quanto a pesquisa é relevante e necessária para os tempos atuais, porque esta pandemia acendeu luzes de alerta para a realidade do líder religioso, dos pastores, padres e seminaristas, relativamente aos desafios inerentes à atividade pastoral e às mudanças

das dinâmicas sociais, com mudanças profundas na composição, participação e fixação de fiéis, e acabou por trazer a temática à superfície¹².

No entanto, as entrevistas também apontaram para a importância que a decisão do pastor em manter ativos todos os mecanismos disponíveis, poderá salvar sua vida. O permitir ser cuidado e apoiado por outras pessoas faz dele um ser também humano, capaz de despir de toda altivez e se permitir ser visto como um ser finito, limitado.

Se as entrevistas mostram como o cuidado de si mesmo é importante enquanto mecanismo de proteção e cuidado, mostram, também, como as redes sociais são um suporte fundamental nesse processo de cuidado e proteção. Quanto maior o número de pessoas ativas na rede de íntimos, maior será o apoio e, também, a possibilidade de se ter acesso a outros recursos para o cuidado a partir desses laços fortes (Portugal, 2006).

Vimos que um dos fatores que constituem o capital social no ministério pastoral é a interação promovida dentro dos grupos mais homogêneos (familiares, vizinhos, grupos profissionais). Em contextos com este formato, em que a formação das redes tende a centrar-se no próprio grupo, com pouca diversificação, embora contribuam no fortalecimento dos vínculos entre os participantes, “os afastam de estruturas de oportunidades que residem para além do próprio grupo”, questão que Granovetter denominou de “fraqueza dos laços fortes” (Granovetter, 1973; Noronha, 2015).

Ao circular por diversos grupos, para além daqueles que estão habituados a circular, os indivíduos acedem a novos fluxos de informações e novas estruturas de oportunidades, inclusive aos mecanismos de suporte e apoio para a produção de cuidados (Noronha, 2015; Portugal, 2006, 2014). Quer dizer que a estrutura das redes relacionais modela a “estrutura de oportunidades” que, conforme Almeida & D’Andrea (2004:106), acontece “na medida em que o capital social reside no vínculo *entre* as pessoas e não nas próprias pessoas”.

O discurso da Fernanda mostrou que a rede de íntimos é ativada quando esta precisa desabafar e conversar com alguém, o que leva a crer que procura formas de se proteger do desgaste da função pastoral, porém, permite perceber certa limitação quanto

¹² “Descingir os ombros dos que cuidam” ou “cuidado dos que cuidam” foi a preocupação do grupo de pesquisa *Questões Atuais em Teologia Pastoral* da Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, coordenada pelo Pe. Dr. Abimar Oliveira de Moraes, que procurou olhar para os seminaristas católicos e para os pastores batistas, numa tentativa de compreender suas rotinas, comportamentos e sentimentos, e como eles foram manejados durante a pandemia (Estevam Luiz, 2020).

aos mecanismos de apoio disponíveis, porque conta com uma rede de íntimos muito restrita, limitada aos familiares mais próximos, ou com alguns poucos amigos íntimos. E não encontra apoio na instituição para o enfrentamento de situações de crise.

Na perspectiva do gênero, a mulher pode acumular tensões no exercício do ministério pastoral que os homens não enfrentam, e essa uma questão bastante evidente ainda nos tempos atuais. O fato de trabalhar fora e ser remunerada nem sempre implica em diminuição das responsabilidades domésticas (Portugal, 2006). Doar-se até não se ter mais, além de dedicar-se ao trabalho até sucumbir para ter a aprovação e o reconhecimento da comunidade e mostrar que é indispensável, são comportamentos que muitas líderes adotam como forma de se autoafirmarem e serem aceites.

Segundo Oliveira (2004), a sociedade contemporânea é marcada por uma ambivalência relativamente aos líderes religiosos, onde o cuidado e o descuido se fazem presentes. Essas foram algumas das evidências que foram abordadas no discurso da Fernanda que, além de ter de assumir os dois papéis, claramente adotou posturas como as elencadas acima para “marcar” seu espaço e ter o reconhecimento social.

Constata-se, a partir da operacionalização no estudo de caso, que os pastores se encontram, de certa forma, isolados dentro da estrutura das instituições, assim também nas suas redes relacionais, pois seus vínculos (laços íntimos) limitam-se aos parentes mais próximos e a poucos amigos. No caso específico da Fernanda, esta possui uma rede forte muito pequena e uma rede fraca muito grande, que pode ser um fator limitante para se obter apoio e prestação de cuidados. Os laços fracos numa rede são indispensáveis para a construção de oportunidades, quanto para a integração dos indivíduos a outros grupos sociais (Granovetter, 1973; Portugal, 2006).

Referências

- ALMEIDA, R. & D’ANDREA, T. (2004), Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana, *Novos Estudos - CEBRAP*, 68, pp. 94–106.
- BAPTISTA, F. S. (2014), *Vulnerabilidade ao stress e estratégias de enfrentamento de líderes religiosos cristãos*, 97.
- BERGER, P. L. (1985), *O dossel sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da*

religião, Paulus.

- BOURDIEU, P. (1982), *A economia das trocas simbólicas* (2ª edição). Perspectiva.
- BOURDIEU, P. (1996), *A economia dos bens simbólicos*, Papirus.
- BRESCH, J. (2019), “O líder cristão no desempenho da função de cuidador”, *Revista Ensaios Teológicos*, 05(2), pp. 124–139.
- BUHR, J. R. (2013), “Pastores também sofrem”, *Via Teológica*, 14(27), pp. 105–130.
- CAMPOS, L. (1987), *Destino pessoal e organização religiosa - um estudo de carreiras pastorais no interior de uma organização religiosa*, Instituto Metodista de Ensino Superior.
- CAMPOS, L. (1999), “A Igreja universal do reino de Deus, um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa)”, *Lusotopie*, 6, pp. 355–367.
- CAMPOS, L. (2002a), “As mudanças no campo religioso brasileiro e seus reflexos na profissionalização do pastor protestante”, In *Teoria e Pesquisa*, UFSCAR.
- CAMPOS, L. (2002b), “As mutações do campo religioso. Os novos movimentos religiosos e seus desafios à religião instituída no Brasil”, *Revista Caminhando*, 7, nº 1(9), pp.97–109.
- CAMPOS, L. S. (2012), “Clérigos em contexto de mudanças - uma visão sociológica do papel do pastor protestante brasileiro e dos desafios de sua formação em seminários teológicos no início do século XXI”, *Teoria e Pesquisa*, pp. 1–28.
- FONTES, B. A. S. M. (1999), “Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais e associações voluntárias”, *Caderno CRH3*, 30/31(jan/dez), pp. 239–264.
- FREIDSON, E. (1986), *Professional Powers. A study of the institutionalization of formal knowledge*, University of Chicago Press.
- FRESTON, P. (1993), *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Universidade Estadual de Campinas.
- GOUDBOUT, J. (1992), *L'esprit du don*, La Découverte.
- GOULD, R. (1993), “Trade cohesion, class unit and urban insurrection: artisanal activism in the Paris commune”, *American Journal of Sociology*, 98, pp. 721–754.
- GRANOVETTER, M. (1973), “The strength of weak tie”, *American Journal of Sociology*,

CARRIJO, Edilma (2023), “*Sozinha na Rede*”. Contributos da Teoria das Redes no estudo de caso de uma pastora batista no Rio de Janeiro, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 57 – 82, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a3>

91(3), 1360–1380.

- GRANOVETTER, M. (1995), *Getting a job: a study of contacts and careers*, University of Chicago Press.
- IBGE (2012), *Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- LEMIEUX, V. (2000), *À quoi sert les réseaux sociaux?*, Les Éditions de l’IQR.
- LIN, N. (2001), *Social Capital. A theory of social structure and action*, Cambridge University Press.
- MARIANO, R. (2003), “Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais”, *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 3(1).
- MARIANO, R. (2004), “Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. *Estudos Avançados*, 18(52), pp. 121–138.
- MENDES, A. & SILVA, R. (2006), “Prazer e sofrimento no trabalho dos líderes religiosos numa organização protestante neopentecostal e noutra tradicional”, *Psico-USF*.
- MILARDO, R. (1988), “Families and social networks: a overview of theory and methodology”, In R. Milardo (Ed.), *Families and social networks*, SAGE Publications, Inc.
- MONTGOMERY, J. D. (1992), “Job search and network composition: implications of the strength of weak ties”, *American Sociological Review*, 57, pp. 586–596.
- NEPOMUCENO, J. M. P. (2013), *O pastor protestante brasileiro e a busca de legitimidade social*, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- NORONHA, C. P. (2015), *Religião, redes sociais e capital social no Município de Rio Grande da Serra na região do Grande ABC Paulista*, Universidade Metodista de São Paulo.
- OLIVEIRA, R. (2004), *Cuidando de quem cuida: um olhar de cuidados aos que ministram a palavra de Deus*, Universidade Estadual de São Leopoldo.
- PICCINATO, R. (2019), *Coleção mente e vida moderna: cansaço mental e Síndrome de Burnout* (V. Campo (ed.)), Editora Alto Astral.
- PORTES, A. (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 133–158.
- PORTUGAL, S. (2006), *Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção de*

CARRIJO, Edilma (2023), “*Sozinha na Rede*”. Contributos da Teoria das Redes no estudo de caso de uma pastora batista no Rio de Janeiro, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 57 – 82, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a3>

bem-estar, FEUC.

PORTUGAL, S. (2007), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, *Oficina Do CES - Science*, 271, pp. 1–35. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>

PORTUGAL, S. (2014), *Famílias e redes sociais: ligações fortes na produção de bem-estar*, Almedina.

RUIVO, F. (2000), *O estado labiríntico. O poder relacional entre poderes local central em Portugal*, Afrontamentos.

SANTOS, O., MACHADO, A. C. & FACAS, E. (2018), “Psicodinâmica do trabalho e atividade pastoral”, *Revista Trabalho (En)Cena*, 3(3), pp. 115–138.

SILVA, R. (2004), *Profissão pastor: prazer e sofrimento. Uma análise psicodinâmica do trabalho de líderes religiosos neopentecostais e tradicionais*, Universidade de Brasília.

SILVA, E. V. (2018), *A poimênica em Jesus como paradigma para uma nova abordagem da poimênica na teologia e a vida cristã*, Faculdades EST.

SILVEIRA, J. R. (2005), *A profissão de pastor presbiteriano na cidade de São Paulo*, Universidade Metodista de São Paulo.

VILAÇA, H. (2006), *Da torre de Babel às terras prometidas. Pluralismo religioso em Portugal*, Edições Afrontamento.

VILAÇA, H. (2018), “Reforma protestante: relação com o Estado e a sociedade em contextos de secularização e pós-secularização”, In *A Reforma*, vol. 59, pp. 59–82, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VILAÇA, H. (2020), “A relação dos protestantes e evangélicos com a política em Portugal: das origens à atualidade”, In D. Rodrigues & N. Lellis (Eds.), *Religião e Política: o contexto da lusofonia*, p. 258, Recriar.

WEBER, M. (1991), *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia compreensiva*, UnB.

WELLMAN, B. (1991), “Structural Analysis: from method and metaphor to theory and substance”, In Berry Wellman & S. D. Berkowitz (Eds.), *Social Structures. A*

CARRIJO, Edilma (2023), “*Sozinha na Rede*”. Contributos da Teoria das Redes no estudo de caso de uma pastora batista no Rio de Janeiro, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 57 – 82, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a3>

network approach, Cambridge University Press.

Edilma Carrijo. Mestre e Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Email: edilma.oliveira456@gmail.com

O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910*

Miguel Filipe Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O diálogo entre a História e a Ciência Política (CP), cujos conceitos teóricos são muito úteis para a interpretação de unidades conjunturais mais longas, necessita de ser agilizado. Neste trabalho, seguindo a possibilidade de estudar 1890-1930 como um bloco unitário, tentaremos demonstrar a utilidade da CP para a historiografia deste período de “Crise do Liberalismo” e para o avanço do estudo dos partidos políticos. Recortamos o primeiro andamento desta crise (1890-1910) para levarmos a cabo uma aplicação prática demonstrativa da fecundidade do diálogo interdisciplinar pretendido.

Palavras-chave: Ciência Política, Historiografia, Partidos Políticos, Interdisciplinaridade

The Study of Political Conjunctures and Political Parties at the Intersection between History and Political Science

Abstract

The dialogue between History and Political Science (PC), whose theoretical concepts are very useful for the interpretation of longer conjunctural units, needs to be sharpened. In this paper, following the possibility of studying 1890-1930 as a unitary block, we will try to demonstrate the usefulness of PC for the historiography of this period of "Crisis of Liberalism" and for the advancement of the study of political parties. We cut out the first course of this crisis (1890-1910) to carry out a practical application demonstrating the fecundity of the intended interdisciplinary dialogue.

Keywords: Political Science, Historiography, Political Parties, Interdisciplinarity

* Este trabalho teve o apoio da Bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia SFRH/BD/128651/2017 e do Ministério de Ciência y Innovación de Espanha “El antifascismo socialista en el periodo de entreguerras: municipalismo, reformismo y nación en el sur de Europa” [PID2020-114379GA-I00 MCIN/AEI/10.13039/501100011033].

L'étude des conjonctures et des partis politiques à l'intersection de l'histoire et de la science politique

Resumé

Le dialogue entre l'histoire et la science politique (SP), dont les concepts théoriques sont très utiles pour l'interprétation d'unités conjoncturelles plus longues, doit être renforcé. Dans cet article, en partant de la possibilité d'étudier la période 1890-1930 comme un bloc unitaire, nous tenterons de démontrer l'utilité de la SP pour l'historiographie de cette période de "Crise du Libéralisme" et pour l'avancement de l'étude des partis politiques. Nous avons découpé le premier cours de cette crise (1890-1910) pour réaliser une application pratique démontrant la fécondité du dialogue interdisciplinaire envisagé.

Mots-clés : Science Politique, Historiographie, Partis Politiques, Interdisciplinarité

El estudio de las coyunturas políticas y los partidos políticos en la intersección entre la Historia y la Ciencia Política

Resumen

Es necesario agilizar el diálogo entre la Historia y la Ciencia Política (CP), cuyos conceptos teóricos son muy útiles para la interpretación de unidades coyunturales más amplias. En este trabajo, siguiendo la posibilidad de estudiar 1890-1930 como un bloque unitario, intentaremos demostrar la utilidad de la CP para la historiografía de este periodo de "Crisis del Liberalismo" y para el avance del estudio de los partidos políticos. Recortamos el primer curso de esta crisis (1890-1910) para llevar a cabo una aplicación práctica que demuestre la fecundidad del diálogo interdisciplinar pretendido.

Palabras clave: Ciencia Política, Historiografía, Partidos Políticos, Interdisciplinariedad

Introdução

Os estudos monográficos dos partidos políticos portugueses, durante a cronologia a que este trabalho reporta pouca atenção têm capturado à historiografia portuguesa.

Consideramos, no entanto, o avanço no conhecimento destas organizações uma contribuição importante para a compreensão do período que designaremos por “Crise do Liberalismo” (1890-1930), seguindo a proposta de Nuno Severiano Teixeira (2014), entre outros¹. Desta longa crise recortamos o seu primeiro *andamento*, a crise final da

¹ Cf, p.e, Ramos (2001); Marques (1991).

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

Monarquia Constitucional (1890-1910), não só por economia de espaço, mas sobretudo por ter sido neste período que os ingredientes da crónica instabilidade política e social se manifestaram (Marques, 1991) e que os partidos políticos ganharam protagonismo, formando-se ainda o primeiro (e único) partido de massas da história portuguesa até ao advento da III República com a Constituição de 1976 – o Partido Republicano Português, o qual merecerá destaque no segundo trecho da “Crise” (1910-1926) que estamos a preparar para publicação futura. No entanto, admitimos que a análise parcelar desta conjuntura é uma das limitações deste trabalho.

A parca produção historiográfica sobre esta temática tem no igualmente diminuto labor interdisciplinar entre a História e a Ciência Política uma das principais razões para o pouco avanço sobre esta matéria. Propomo-nos, por isso, explorar e descrever os conceitos teóricos de maior interesse para a história política que pode aportar a referida ciência política.

Assim, na secção seguinte defenderemos a necessidade de uma cronologia alternativa à tradição historiográfica mais clássica para os anos 1890-1930, para de seguida expormos a importância da interdisciplinaridade entre as duas mencionadas ciências para a elaboração de estudos sobre os partidos políticos neste arco temporal. Definiremos ainda os conceitos de sistema político, eleitoral e partidário, descrevendo a oportunidade que abrem para o exame dos partidos políticos e para a uma melhor análise da conjuntura geral em que nos movemos. Finalmente, na parte central deste nosso trabalho, servir-nos-emos do período da desagregação da Monarquia Constitucional, entre 1890-1910, como *lugar de experimentação*².

Julgamos poder desde já acrescentar à pertinência da utilização conjunta da História e da Ciência Política a afirmação de Philippa Levine (2014) da necessidade de um forte engajamento com a interdisciplinaridade, não só pela extensão da potência da *lupa analítica*, mas também pelo desafio fundamental, segundo a autora, de confrontar epistemologias, propostas teóricas e resultados de disciplinas com diferentes *georreferenciações*.

² Reforçamos que apesar da cronologia mais abrangente (1890-1930), este artigo centrar-se-á na demonstração da fecundidade do cruzamento interdisciplinar entre a história política e a ciência política. Com este objetivo recortamos o intervalo 1890-1910, pelas razões já declaradas.

1. Contexto histórico – proposta para uma análise temporal alternativa.

Para Nuno Severiano Teixeira analisar em conjunto 1890-1930 é uma periodização pouco vulgar na historiografia portuguesa. Na dimensão de análise política não marca nem o princípio nem o fim dos regimes contidos nesse intervalo: a Monarquia que em 1910 dá lugar, até 1926, à República “e o Estado Novo [o qual] só começa, formalmente, em 1933” (2014, p. 21).

Também é um período que não corresponde a “(...) tendências de mais longa duração que atravessam todo o período e se prolongam para lá dos seus limites cronológicos”. Na dimensão económica assinala-se a prevalência do mundo rural, face à lentidão da industrialização, e mesmo na dimensão externa Teixeira não considera que esta cronologia coincida “totalmente com as dinâmicas internacionais em que Portugal se insere” (*idem*).

Todavia, há “um fenómeno que acompanha, em geral, todo o período e cuja lógica poderia, em certo sentido, caracterizá-lo: a crise do liberalismo”³ (*idem*). A “do liberalismo monárquico, no final da Monarquia Constitucional (1890-1910), e a crise do liberalismo republicano, durante a I República” (*ibidem*). Acrescentamos, como período de transição, a Ditadura Militar (1926-1930) a esta possibilidade de análise conjunta, dada a sua indecisão na eleição do caminho a seguir, e o período de 1930-1933, agora como oportunidade de acompanhar o processo de superação disruptiva dessa “Crise” e perceber a quem foram entregues “As Chaves do Período”⁴.

A.H. de Oliveira Marques já anteriormente tinha dado o mote para esta possibilidade de periodização, sublinhando a hipótese de a considerar “uma única época de conjunto, [a qual] iniciar-se-ia com os primeiros anos do século XX - quando os fermentos de mudança se introduziram definitivamente - e terminaria com a definição do Estado Novo e com a adoção definitiva de um Estado autoritário e antiliberal, por volta de 1930”. Esta abordagem seria o oposto de um “atomismo periodista”, historiograficamente mais clássico, o qual coloca em relevo uma multiplicidade de

³ “Crise do Liberalismo (1890-1930)” que não por acaso é o título do 3.º volume, coordenado por Nuno Severiano Teixeira, da *História Contemporânea de Portugal*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro e coeditada, entre 2013-2015, pela Fundación Mapfre e pela Santillana Editores (5 volumes).

⁴ Fazendo uso do título de abertura de todos os volumes da *História Contemporânea de Portugal*, à qual já nos referimos.

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

neblinas temporais que podem *escurecer* uma visão de conjunto da “Crise do Liberalismo” (1991, p. 9).

Rui Ramos (2001), por sua vez, considera o intervalo 1890-1926 como uma unidade que assiste à construção de uma nova ideia de nação, a qual emerge com o Ultimato de 1890 e que teve um impacto na “instituição que até aí concentrara a devoção cívica, a monarquia, [a qual] se ressentiu da incapacidade para se pôr ao nível do novo nacionalismo” (p. 41). O autor alonga ainda a oportunidade de análise unitária à etapa entre 1890 e 1930. Dois momentos que acolhe como o fim e o início de dois ciclos, o primeiro, em 1890, quando em Portugal se encerra “uma monarquia liberal à inglesa”, o segundo, em 1930, quando se inaugura um “Estado nacionalista e corporativo, segundo o modelo fascista italiano” (p. 35). Telo (2010) também concorda que a um “nível político, a I República é no essencial um momento curto de uma crise política de longa duração [a qual] “enquadra e excede a República, tanto a jusante como a montante” (p. 12).

Este processo desenrola-se num contexto mais alargado da história da Europa⁵. Três *tempos* podem sumariamente ser considerados:

O *tempo* anterior à I Guerra Mundial, no qual a “Europa parece gozar de um ascendente indiscutível e a sua civilização impõe-se por toda a parte” (Droz & Rowley, 1988, p. 13), tempo de crença no “limiar de uma era verdadeiramente sem precedentes de paz e prosperidade ilimitadas” (Judt, 2011, p. 31).

O *tempo* do crescente mal-estar entre as potências industriais, estando, sobretudo, em causa a concorrência pelo domínio dos espaços coloniais - cura para as dores de crescimento de um liberalismo capitalista em ascensão, para a legitimação dos regimes e para a sua afirmação de poder e prestígio (Rémond, 1994), que culminará na I Guerra Mundial⁶.

Cerrada a cortina da guerra, um novo pano de cena se abre: o *tempo* do “Entreguerras”. *Tempo* que “representará para a Europa o fim da sua hegemonia” (Droz & Rowley, 1988, p. 13), com o desmembramento dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, a queda do regime do Kaiser, o advento da Revolução Bolchevique, o ensaio democrático inacabado da República de Weimar e a marcha fascista em Itália, apenas para citar alguns exemplos.

⁵ Ramos (2001), p.e, defende que “muito do que se passou em Portugal nesta época percebe-se melhor no contexto europeu” (p. 16).

⁶ Para muito o fim do longo século XIX.

Se no *mapa de regimes* anterior a 1914 a Europa era *povoada* de monarquias, descontando as repúblicas portuguesa e francesa e o caso especial da Federação Suíça, em 1918/19 estas tinham sido praticamente varridas deste continente, sobretudo nas principais potências, como a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia.

Porém, ao fim do *antigo regime* não sucedeu um domínio duradouro de repúblicas democráticas. “Rapidamente as instituições parlamentares são varridas por golpes de força que as substituem por regimes autoritários”. Aponta-se a Itália como o modelo que muitos outros países seguiram na década de 1920-1930 (Rémond, 1994, pp. 320-321).

O intervalo do entreguerras assiste, então, ao início de uma crise geral com o enfrentamento de três opções de organização política, económica e social: a democrata e parlamentar, a fascista e corporativa e a comunista e soviética - descendentes primogénitas da guerra, as duas últimas⁷. Legado “ambivalente, (...) que suscita evoluções em sentidos contrários” (Droz & Rowley, 1988, p. 147), progressivo *desassossego* do Liberalismo, “sentimento de que a democracia já não se encontra adaptada à realidade”, inquietação indissociável dos “ataques que lhe são dirigidos do exterior pelo fascismo e pelo comunismo”, aos quais se somam as suas “imperfeições de ordem interna” (Rémond, 1994, p. 319).

Até ao início da II Guerra, esta *ambivalência* vai digladiar-se internamente na Itália, na Alemanha, na Espanha, na França. Enfim, por toda a Europa.

É, em conclusão, o crescimento das forças antiliberais e ultranacionalistas que marcará o ritmo da Europa, até 1939. O choque frontal entre estas e as demais encena-se na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O fim da Guerra não traria a Paz. Não seria “um adeus às armas”. Apenas um *podre* curto intervalo. Os sinos da batalha voltariam a dobrar dentro de momentos. O fim do período liberal em Portugal insere-se também neste contexto mais alargado.

2. A Interseção entre História e Ciência Política

Consideramos fundamental, como mencionado na introdução, ampliar o diálogo interdisciplinar entre a “História”, sobretudo a história política, e a “Ciência Política”. Torna-se, então, imprescindível expor e definir os principais conceitos teóricos da Ciência

⁷ Em Huntington (1991, pp. 13-19) este período de entreguerras corresponde ao fim da 2.ª vaga de democratização (1828-1926) e ao início da 1.ª contra vaga (1922-1942).

Política, os quais ensaiaremos em proveito da análise dos processos históricos em que se inserem a ação dos partidos políticos.

Importa, desde logo, salientar que o estudo dos partidos políticos - a sua análise e enquadramento num sistema de partidos, no qual o sistema eleitoral tem um papel decisivo, ambos se interrelacionando com um sistema político⁸ - acompanhou a progressiva subida ao palco de novos atores políticos, a burguesia e classe assalariada, a partir sobretudo da 2.^a metade do século XIX, nomeadamente em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e, um pouco mais tarde, o norte de Itália. O processo de industrialização e de crescimento urbano são parte importante (mas não únicos) para compreender o aparecimento na arena política destas novas vozes que pretendem uma democratização do acesso ao poder, quer pelo alargamento do sufrágio, quer pela tomada violenta das instituições políticas.

Inicialmente analisados pelos cientistas políticos numa vertente mais normativa⁹, a deslocação da centralidade desta perspetiva para a dissecação dos aspetos organizativos e das práticas dos partidos políticos é introduzida nas primeiras duas décadas do século XX por Moisei Ostrogorski (1902), Robert Michels e Max Weber (2015). Proposta que não será alheia às transformações económicas e sociais referidas anteriormente e que foram progressivamente alterando o formato, as funções e a atuação dessas organizações no processo histórico.

Apesar das diferentes abordagens, une-os um certo pessimismo relativamente à capacidade de os partidos políticos promoverem a democratização do sistema, considerando inevitável a sua profissionalização, burocratização e oligarquização. Robert Michels vai, em 1911, apelidar este fenómeno como *Lei de Ferro da Oligarquia*, defendendo que as elites partidárias atuavam sobretudo na defesa dos seus próprios interesses, descurando a integração efetiva das massas no sistema político, tornando-se assim forças de bloqueio à própria modernização democrática. Apesar da descrença enunciada, devemos a estes autores um novo ângulo teórico, o qual se constituiria como matriz fundamental na análise dos partidos políticos, especialmente após a II Guerra Mundial.

⁸ Para uma definição cf., p.e., André Freire (2013, pp. 6-7). Este autor declara seguir de perto a definição clássica de Easton de 1965 (apud Freire, 2013).

⁹ Cf., p.e, Bolingbroke (1735).

Adotando o enfoque referido, Maurice Duverger, no seu livro *Les Partis Politiques*, editado pela primeira vez em 1951¹⁰, construiria tipologias de partidos (*Ideal Types*), os quais se diferenciariam em função da sua origem, dimensão e natureza da organização, estabelecendo também uma correlação entre estas categorias e os sistemas eleitoral e de partidos. Conquanto a grelha analítica e as conclusões de Duverger tenham sido debatidas e criticadas, não deixariam de se constituir como uma referência, tendo vários investigadores adaptado, aprimorado e ajustado as teses e as tipologias de partido definidas por este, harmonizando-as, sobretudo, com o devir histórico.

No entanto, a compreensão dos partidos políticos não se adapta bem a qualquer prisão concetual e não se esgota, longe disso, nesta análise “estrutural”, a qual negligencia a dimensão social destas organizações. Pretendeu, por isso, uma outra escola, inspirada no ensaio de Karl Marx, o *18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte*¹¹, estabelecer uma correlação entre tensões sociais e diferenciação partidária, tendo como premissa a correspondência *territorial* entre o *lugar* social e a *região* política. As preferências ideológicas seriam, então, determinadas pelas características sociológicas e, assim, os partidos teriam origem e desenvolveriam a sua ação em função das clivagens existentes entre diferentes grupos sociais¹². Estas originariam uma identidade comum entre indivíduos com os mesmos interesses e o partido que pensam defendê-las. Lipset & Rokkan (1967, p. 182-227) consideram sobretudo quatro clivagens sociais: capital/trabalho; religião/Estado; rural/urbano e a clivagem entre os centros e as periferias¹³. Argumenta-se, todavia, a possibilidade de se considerar inversamente este modelo, criado por Lipset e Rokkan, posicionando os próprios partidos como motor das clivagens sociais, as quais seriam, assim, uma invenção dos partidos políticos e das suas estratégias de tomada do poder (Sartori, 2005).

Independentemente da argumentação sobre quem é o criador e a criatura, decorre desta perspetiva teórica a necessidade de examinar os partidos políticos à luz da sociologia dos seus militantes, da construção das suas elites e das suas atividades societais, admitindo-os, assim, como legítimos representantes do seu próprio grupo

¹⁰ Usamos, no entanto, 22ª edição da versão espanhola, *Los Partidos Políticos*, datada de 2010. Vide bibliografia.

¹¹ Trabalho redigido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852.

¹² Para uma análise crítica deste modelo cf., p.e, Freire (2001, pp. 24-40) e Calca (2013 e 2010, pp. 3-4).

¹³ Seiler (2003) considerava a própria dimensão do sistema de partidos como reflexo dessas tensões.

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

social, na comunidade política de um determinado sistema político. Contudo, por um lado, Panebianco (2009, pp. 28-30) sugere cautela na utilização desta premissa teórica, alertando para o que apelida “de prejuízo sociológico”, por outro, esta linha de pensamento tem vindo a ser contestada, observando-se uma progressiva desidentificação entre o ser social e o ser político-partidário, especialmente nas democracias ocidentais industrialmente mais avançadas (Freire, 2001, p. 39).

Quanto aos partidos políticos, se considerarmos os regimes constitucionais parlamentares, podem ser definidos como um grupo organizado em estruturas particulares, podendo ter alguma relação com uma clivagem social, que se propõem atuar concertadamente numa luta competitiva pela tomada e exercício do poder político, cumprindo assim determinadas funções nas “componentes” de um sistema político e nas “dimensões” do regime que o acompanha. Partimos, então, da definição clássica de Schumpeter (1976, p. 283), cruzando esta abordagem competitiva e institucionalista com uma perspetiva mais sociológica.

Importa ainda considerar Sartori (2005), para quem a definição mínima de um partido é “qualquer grupo político capaz de se apresentar a eleições com candidatos a cargos públicos”, tentando, através deste processo, tomar o poder político (p. 101). Desta definição não exaustiva, podemos deduzir que “ser poder”, apesar de meta capital, não esgota os objetivos de um partido, embora, aproximando-se da linha de Shumpeter, considere a necessidade de eleições com um grau mínimo de concorrência para estas organizações cumprirem os seus propósitos. Ficam, assim, arredadas desta definição organizações que se podem auto-etiquetar como partidos, mas cujo objetivo não é a conquista do poder por via eleitoral, mas sim o derrube golpista do regime vigente (Lopes & Freire, 2002, p. 10).

Aproveitando a definição compósita que utilizamos, o esforço de compreensão destas organizações é, então, devedor do estudo das suas atividades institucionais e societais, dos seus militantes e das suas elites. Estas dimensões de análise, desde que utilizadas dialeticamente e atentem às dinâmicas cronológicas, são fundamentais para progredir na apreensão dos papéis de um partido num sistema político e na sociedade onde se insere.

Quanto à doutrina programática - e a sua retórica - é também uma categoria a não descurar totalmente. Não como dimensão primacial de análise, mas como possibilidade de ser peça do cimento agregador de militância, de construção de cultura política. No

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

entanto, pode não corresponder à ideologia o motor dos partidos políticos em geral, embora consideremos que nuns o seu peso possa ser mais vincado do que noutros. David Hume (1882, pp. 133-144), no seu *Essay of the Parties of Great-Britain*, de 1760, considerava que os partidos políticos eram guiados por princípios e por interesses, os primeiros influenciando mais os militantes de base e os segundos a elite dirigente, embora apontando como pedra angular das instituições políticas a sua utilidade prática.

O que não pode ser dispensado quando se examinam estas organizações é a sua relação com as eleições¹⁴, característica primordial sobretudo dos regimes representativos (Freire, 2011). A opção por um determinado sistema eleitoral, a qual se relaciona com as condições socio-históricas de um dado espaço político-geográfico, para além de colaborar na caracterização do sistema político, influencia o sistema de partidos e a latitude da concorrência entre os habitantes deste (Nohlen 1994).

No entanto, existe uma discussão teórica intensa, a qual repousa em três questões principais: a questão do tipo de abordagem empírica a utilizar no estudo dos sistemas eleitorais, que se relaciona diretamente com a questão da possibilidade de se estabelecerem, ou não, relações de dependência causal entre o sistema de partidos - variável dependente - e o sistema eleitoral - variável independente - e, finalmente, a questão dos critérios para a classificação dos diferentes tipos de eleição. Duverger (2012) formula esta possibilidade de dependência, embora reveja parcialmente a sua posição em obras mais recentes (1986). É acompanhado por Lipset & Rokkan (1967) e Sartori (1986). Nohlen (2007), pelo contrário, contesta a possibilidade de generalizações com alcance universal e contrapõe uma abordagem centrada “no estudo dos sistemas eleitorais concretos e na análise do seu contexto sociopolítico, o qual é considerado indispensável para compreender o seu funcionamento e os seus efeitos” (p. 69), colocando, assim, em questão a possibilidade de deduzir *leis sociológicas* a partir de resultados parciais, como pretende Duverger.

Importa salientar que a pertinência da utilização da Ciência Política e dos seus conceitos na história política e dos partidos, será mais frutuosa usando as diferentes tipologias de abordagem desta ciência no estudo dos partidos políticos - como o *estruturalismo* de Duverger ou o *comportamentalismo* de Lipset e Rokkan, apenas para

¹⁴ A relevância deste tema fica desde logo expressa na profusão de obras que não prescindem de debater em conjunto os partidos e as eleições. Cf., p.e, Rouquié (1978); Hermet (1978); Lopes & Freire (2002); Loff (2011); Cruz (2011).

dar um exemplo de cada uma destas escolas de pensamento. Mais a perspetiva estruturalista se for necessário debater a organização dos partidos, por exemplo, e mais a comportamentalista se procurarmos explicar a relação das ações destes com a sua cultura política ou com a sociologia dos militantes e dirigentes.

Reconhecendo ao sistema político - e à influência decisiva que tem nos seus sistemas-alicerce, o eleitoral e de partidos - uma dinâmica, “em contínua evolução, (...) em circunstâncias históricas precisas (Cruz, 2017, p. 9), interpelar a premissa de “Crise do Liberalismo” a partir de uma perspetiva sistémica é, para nós, condição essencial para inserir os partidos políticos como peças no xadrez desta conjuntura *unitária*, especialmente no sistema de partidos e na influência que o eleitoral tem sobre este, não esquecendo a influência do *zeitgeist*, sobretudo europeu.

Numa definição clássica, podemos considerar o sistema político como um conjunto de articulações e interações – as quais resultam “do ordenamento das instituições políticas [e] das relações estabelecidas entre elas” (Cruz, 2017, p. 9) – que delimitam “de forma imperativa os valores (materiais e simbólicos) em uma determinada sociedade” (David Easton, 1965 *apud* Freire, 2013, p. 6). Sendo parte de um arquipélago e não uma ilha isolada, este sistema e os seus elementos endógenos tecem relações de reciprocidade com outros atores e não podem existir dissociados do mais amplo sistema social (Cruz, 2017).

Estas relações de articulação e reciprocidade acontecem internamente, mas também com “todos os sistemas que estão fora da sociedade em causa em interação com o sistema político nacional” - são exemplo, os sistemas políticos do *resto do mundo*, as organizações internacionais, como as Internacionais Socialistas, ou os movimentos sociais internacionais, como, por exemplo, o Sindicalismo (Freire, 2013, p. 7)¹⁵.

Esta ecologia desafia os sistemas políticos, levando-os a dar-lhe resposta, o que por sua vez originará uma reação e novos desafios, alimentado continuamente a sua atividade (Easton, 1965 *apud* Freire, 2013) e sujeitando-os a “um fluxo constante de influências e condicionamentos [, os quais] delimitam a sua capacidade de resposta (...)” aos desequilíbrios que as permanentes solicitações dos vários *ambientes* provocam,

¹⁵ Os exemplos “Internacionais Socialistas” e “Sindicalismo” são exemplos nossos. Em todo o resto seguimos a fonte bibliográfica indicada.

obrigando a um persistente teste de esforço para se adaptarem às circunstâncias (Freire, 2013).

O sistema político apresenta ainda três componentes indispensáveis para a sua caracterização e dinâmica: “‘a comunidade política’, ‘o regime’ e as ‘autoridades’” (*idem*): a primeira, é o conjunto de agentes sujeitos às fronteiras impostas pelo sistema político, quer sejam individuais ou coletivos, como os partidos políticos; a segunda, é o conjunto de normas que regulam a vida das instituições, as ações políticas possíveis (legais) de cada membro da referida “comunidade política” - “poder-se-ia mais genericamente dizer a Constituição” (Freire, 2013, p.7) -, determinando ou condicionando¹⁶ por isso o sistema eleitoral e o de partidos e permitindo perceber qual a tipologia do regime; finalmente, as “autoridades” são compostas pelos detentores dos cargos institucionais, os quais produzem os imperativos de um determinado sistema político, fazendo-o cumprir e dando a resposta possível às demandas da comunidade política e da ecologia de sistemas com os quais interage, com o objetivo de repor os equilíbrios da orquestra que rege.

Dessa orquestra já destacamos o sistema eleitoral, que podemos, sinteticamente, definir como um mecanismo de conversão de votos em mandatos, podendo assumir vários formatos. Para Cruz (2017), o “alicerce do sistema político” e a “base (...) para a designação de representantes e de governantes”.

Sistema sensível a qualquer alteração tem consequências em todos os sistemas, sobretudo no de partidos (*idem*). Consequência bem vincada durante a instabilidade do sistema político liberal em geral, fazendo notar o seu *temperamento* de forma aguda no contexto da desagregação da Monarquia Constitucional (1890-1910), como veremos mais adiante.

Sartori (1987) atribui ao sistema eleitoral uma dupla função, a de espelho e a de seleção. A primeira reflete a opinião dos eleitores, enquanto a segunda escolhe o corpo dos seus representantes e governantes. Duplo encargo, do qual se espera a legitimação das “autoridades” e o exercício estável dos seus mandatos, já que em teoria ambos se respaldam na representatividade das expectativas emanadas da vontade livremente expressa pela *nação* de eleitores. O problema da representatividade, e, por consequência, da legitimidade, subsistirá em todos os sistemas políticos até ao alcance pleno da

¹⁶ Sendo também por estes condicionado. O processo é interativo.

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

universalidade do voto, vetor imprescindível para o poder qualificar como verdadeiramente democrático (Huntington, 1991). Questão que começou a ser resolvida no final da I Guerra, mas que apenas se tornou uma prática comum, no *mundo ocidental*, após a II Guerra Mundial. Até lá, com algumas exceções, como a Suécia (Berman, 2006), o voto era masculino, censitário e/ou capacitário, resultando num reduzido número de eleitores e num ainda mais reduzido número de votantes. Por vezes, como no caso de Portugal e de Espanha, sujeitos ainda a uma doutrina eleitoral clientelar, a qual constringia a liberdade de escolha, subvertendo, assim, as funções que Sartori atribui ao sistema eleitoral e minando a legitimidade das “autoridades” e, conseqüentemente, a sua possibilidade de exercer o poder (governar) com estabilidade.

Os casos dados são exemplares, sobretudo em momentos de sufrágio nacional. No entanto, é necessário matizar e analisar as eleições locais, nas quais os referidos constrangimentos parecem em geral ser menores. A sua explicação deve-se procurar no facto dos sufrágios municipais serem considerados de menor importância - mais ainda no 1.º andamento da “Crise do Liberalismo”, dada a tipologia dos partidos do regime¹⁷ - não acionando na sua máxima força a *máquina de fazer eleitores*. Aparelhagem, além de tudo, com custos financeiros não negligenciáveis, sobretudo nas zonas urbanas, nas quais os partidos *marginais* - como o Partido Republicano Português até 1910 - tinham também maior implantação e uma população mais avessa ao *cacique*. Se assim for, as eleições locais ganham protagonismo quando se procura, por exemplo, estudar a força real dos partidos políticos, podendo constituir-se como os *buracos* no sistema que vão permitir a infiltração destes partidos *acessórios*.

Regressando à análise do sistema eleitoral, devemos considerar, ainda, dois modelos principais para o objetivo de transformação dos votos em mandatos - embora estes tenham afluentes e possam mesmo coexistir - o “maioritário”, desenhado no alvor do parlamentarismo liberal, e o “proporcional”, constituído depois como alternativa. Segundo Cruz (2017), o primeiro é normalmente melhor para a escolha de governantes e pior para a seleção de representantes, estando o segundo no hemisfério oposto. Enquanto aquele privilegia a governabilidade, este a legitimidade (p.18).

¹⁷ Partidos de Notáveis com forte tendência para apenas se juntarem em momentos eleitorais, negligenciando a cobertura geográfica com centros ou comissões que pudesse edificar uma militância, a qual poderia diminuir os custos financeiros da compra de votos. Custos que estes partidos preferiam aplicar nas eleições nacionais.

Podendo coexistir temporalmente diferentes sistemas em diferentes países, e inclusive num dado Estado-nação, importa realçar a importância do método comparativo, de forma a se aventarem possíveis relações causais entre o sistema eleitoral e a estabilidade de um determinado sistema político e das instituições que o corporizam. A comparação entre Portugal e Espanha ou entre estes dois países (individualmente ou em conjunto) e a Inglaterra pode ser modelar.

Na trilogia de sistemas, aos quais nos temos vindo a referir, o de partidos deve ser considerado como singular. Como afirma Nohlen (2007), ao contrário dos demais sistemas, cujas escolhas de configuração ou reconfiguração podem resultar simplesmente de deliberações legislativas das “autoridades”, este está subordinado a essas decisões. Daqui decorre a sua matriz de variável dependente dos restantes sistemas desta trilogia.

Contudo, paradoxalmente, é decisivo para os resultados que aqueles apresentam e para as apreciações que merecem os elementos institucionais (*idem*) - ou, como afirma Seiler (2003) fonte de tensão ou de estabilização do agregado de sistemas, desvelando então uma personalidade bipolar ao desempenhar também “o papel de variável independente, assumindo uma importância decisiva em três sentidos: na escolha, no comportamento e nos efeitos das instituições políticas” (p. 33), reforçando a tese que “defende que na política a história e as estruturas sociais têm maior relevância do que as instituições”, tricotando uma malha de causalidades “entre a história e as estruturas sociais, por um lado, e o institucional, por outro” (Nohlen, 2007, p. 79). Hipótese que matizaríamos¹⁸, mas à qual reconhecemos a inspiração na eleição dos dois principais instrumentos de navegação, a história política e a ciência política, para a concretização deste trabalho e cujo potencial complementar decidimos colocar em exame, na próxima secção, utilizando o trecho do ocaso do liberalismo monárquico como posto de observação.

Para Sailer (2000, *apud* Marques, 2016, p. 97) o sistema de partidos é “o conjunto estruturado constituído por reações ora de oposição ora de cooperação que existem entre partidos políticos agindo na cena política de uma dada sociedade política”. Desta definição, na qual não cabem os sistemas de partido único, destacamos a competição entre os agentes deste sistema e a possibilidade de alianças entre eles.

¹⁸ Consideramos por um lado que as instituições políticas são duplamente construções socio-históricas e arquitetadas desse edifício. Não se trata, para nós, de quem detém, maior protagonismo, mas do diálogo - por vezes fluído, por vezes tenso – que protagonizam.

De forma a centrar o debate nas causas da sua estruturação específica, numa dada conjuntura socio-histórica, e nos motivos da sua durabilidade (Lepsius, 2017), é relevante tomarmos de empréstimo uma chave analítica mais interpelativa dos “elementos constitutivos de esse fenómeno (...): a) o número de partidos; b) o seu tamanho; c) a distância ideológica entre eles; d) os seus padrões de interação; e) a sua relação com a sociedade ou com grupos sociais; f) a sua atitude e relação perante o sistema político” (Nohlen, 1994, p. 38). Sartori (1986) concordando com a necessidade de análise do “tamanho”, defende que a importância de um partido político se deve medir também, independentemente da sua dimensão, pela função que exerce na formação de coligações ou maiorias, num sistema de partidos concreto, oferecendo-nos uma pista de análise para melhor interpretarmos os partidos políticos, comparando-os com alguns dos seus congéneres europeus.

Se Duverger (1950) subordinou a estrutura, o funcionamento e o desenvolvimento dos sistemas de partido ao eleitoral, definido pelo político, Sartori (1966) autonomiza o seu estudo, considerando a necessidade de observar outras variáveis. Constrói, então, uma chave taxonómica para distinguir diferentes sistemas partidários, introduzindo três tipologias-base “bipartidarismo”, “multipartidarismo” e “pluripartidarismo”. Tipologias cuja chave de classificação depende da maior ou menor fragmentação do sistema (número de partidos – equivalente ao vetor “a” de Nohlen), da distância ideológica entre os partidos políticos (vetor c), do movimento de aproximação ou afastamento de um centro imaginário, mas nevrálgico, do sistema político (vetor f), do qual depende o maior ou menor grau de polarização e, por consequência, o nível de dependência de maiorias ou coligações para manter estável o subsistema parlamentar e de governo (as “autoridades”). Sartori deteta, ainda, uma correlação positiva das variáveis “fragmentação” e “polarização”.

O autor, essencialmente preocupado com o risco de um pluripartidarismo *excessivo*, o qual, no extremo, pode fazer colapsar o sistema político, não abandonou o sistema eleitoral como ferramenta essencial do desenho do sistema de partidos, aproximando-se aqui de Duverger. O nexos causal entre fragmentação e polarização parece-nos de muita utilidade para a explicação do “colapso” do sistema político liberal em Portugal. Podendo esta causalidade ser observada já nos anos finais da Monarquia Constitucional.

LaPalombara & Weiner (1966) acrescentaram outros critérios à chave de Sartori, diferenciando sistemas partidários “competitivos” e “não competitivos” e, naqueles, a relação de forças dos partidos políticos num dado sistema, distinguindo arquiteturas competitivas com alternância das de traça hegemónica. Sartori (1966), embora concordando com as diferentes intensidades de competição e não abandonando, como mencionamos, o critério quantitativo (número de partidos) para *topografar* um dado sistema partidário, contraria a ideia de que há sistemas partidários sem competição. Desde o bipartidarismo, ao multipartidarismo de partido hegemónico ou dominante, passando obviamente pelo pluripartidarismo, moderado ou polarizado, e mesmo pelo de partido único, considera existir sempre concorrência. Abre a porta, assim, à discussão sobre a intensidade concorrencial e as suas consequências.

A análise do pluralismo, de moderado a polarizado, pode ajudar, por exemplo, a explicar as fragilidades da República de Weimar, na Alemanha do pós-guerra, e a ascensão do nazismo, ou a desintegração do sistema italiano, a qual acelerou a marcha fascista de Mussolini.

Para Portugal, estas diversas opções permitem-nos refletir sobre a dinâmica do sistema partidário, durante toda a “Crise do Liberalismo”, sugerindo a hipótese de existirem mais fases do que aquelas que classicamente se definiram, levando-nos à necessidade de interpretar as causas e as consequências históricas destas movimentações. Interessa-nos sobretudo perceber que influência teve este sistema, conjugado com o eleitoral, nas fases críticas da “Crise do liberalismo”. No final da Monarquia Constitucional, podemos ainda falar de bipartidarismo? Questão que abarcaremos neste artigo. No entanto, abrimos já a janela para interrogar outros períodos que estamos a analisar para futuras publicações. Como classificar o sistema (ou sistemas) de partidos entre 1910 e o curto tempo sidonista (1917-1919)? O que se pretendeu alterar com a emenda de 1919 à Constituição de 1911? Nos últimos anos da República é possível defender a existência de um pluralismo polarizado, o que ajudaria a explicar seu o fim? Que sistemas estiveram em debate entre as fações da Ditadura Militar de 1926?

No fundo, defendemos que o exame desta *orquestra*, a qual sumariamente definimos, recai na sua interação conjunta para solucionar as várias pressões que lhe são colocadas pela “comunidade política”.

Se é verdade que a análise desta “Crónica de uma Morte Anunciada” está dependente de muitos fatores, a nós interessa-nos fundamentalmente a observação da

diferença entre a extensão da *procura* de direitos políticos e de “integração dos diferentes grupos sociais no sistema (...)” (Freire, 2013, p.10), pretendidos em diferentes momentos pela “comunidade política”, como os partidos políticos e a *oferta* das “autoridades”. Interessa-nos também examinar a “capacidade da classe política para responder às demandas sociais” (*idem*), como às das organizações sindicais. Em poucas palavras, o nosso foco direciona-se para o grau “de abertura e fechamento” do “sistema” às interpelações dessa “comunidade” e para as causas e os efeitos desta *ginástica* de contração e distensão.

A clivagem e tensão entre as referidas *procuras e ofertas* foi permanente e desenvolveu processos históricos com diferentes níveis de *stress* agregado. A profundidade de ajuste variou entre alterações nos sistemas eleitoral e de partidos e a dissolução das normas constitucionais, provocando a queda do regime e a transição para um novo (1910). Esgotadas as possibilidades de adaptação, já incapaz de encontrar no seu ventre a solução para a pressão agregada a que foi colocado, o sistema político colapsa, dando o passo a uma nova ordem (1930-1933). Nova ordem que não contemplava já os partidos políticos. Processo que não desenvolvemos neste trabalho pelas razões apontadas na parte introdutória.

Assim, dedicaremos a próxima secção à análise do que consideramos o 1º andamento do período da crise do liberalismo através das lentes conjuntas da história e da ciência política, procurando demonstrar a validade deste olhar interdisciplinar.

3. Xequé ao Rei - a desagregação da Monarquia Constitucional (1890-1910)

A crise do sistema político português, construído em redor da década de 1850, surge em boa medida “quando as zonas urbanas começam a crescer com ímpeto a partir da última década do século XIX” (Telo, 2010, p. 22), colocando as “autoridades” sobre a pressão da gradual reivindicação das novas classes que a habitam para uma maior integração política. A esta tensão somou-se uma conjuntura política e económica europeia, com consequências específicas em Portugal: “que levou à declaração de bancarrota parcial do Estado” (Fernandes, 2013, p. 44) e a um nacionalismo de novo tipo, ao qual a ferida aberta com o Ultimato inglês, de 1890, abriu maior espaço de radicalização. Basílio Teles, no seu livro *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* (1968) considerava a posição inglesa como uma afronta à soberania de Portugal e o *ultimatum*

como o momento mais marcante que a sociedade portuguesa teve de enfrentar desde as invasões napoleónicas.

Utilizando uma perspetiva de *banda larga* do poder moderador, a resposta do “regime” não satisfaz a mencionada procura de maior acomodação das novas classes urbanas. De facto, a *hiperbolização* do entendimento da prerrogativa régia substitui-se ao sistema eleitoral e ignorou parcialmente o partidário, nomeando quatro governos *independentes* (1890-1893) - penalizando regeneradores e progressistas, os dois partidos motrizes do sistema, muito desgastados face a “incapacidade de ambos para resolver a questão diplomática” (Fernandes, 2013, p. 44) -, quebrando, assim, o rotativismo bipartidário¹⁹ característico da fase *regeneradora* do regime. Perante a inaptidão destes executivos extrapartidários, a pressão aumentou com a alteração do sistema eleitoral (leis eleitorais de 1895 e 1901) que funcionou como “fechamento” às demandas de parte da “comunidade política”, em contraciclo com a Europa. Chegava, assim, ao fim a fase de maior estabilidade da Monarquia Constitucional, o período da “Regeneração” (1851-1890).

O bipartidarismo *turnista* haveria de voltar, entre 1893 e 1906, mas sem o sucesso da etapa anterior, carregado aos ombros pelas mencionadas leis eleitorais (de 1895 e 1901), as quais reduziram drasticamente o número de eleitores, travando-se, em 1895, a proteção das minorias, reposta em 1891, e diluindo ambas o voto urbano, tipologia fundamental para a eleição de representantes republicanos, a partir da inserção das duas grandes cidades do Porto e Lisboa em círculos com largas zonas rurais - processo de *gerrymandering* (Almeida, 2013).

Estas alterações respondiam à necessidade de diminuir a instabilidade, afastando das instituições políticas os mais temidos contestatários, o Partido Republicano Português, partido que não elegerá deputados entre 1899 e 1906, apesar de ir aumentando a sua votação total e a sua implantação em Lisboa e Porto (Marques, 1991). A segunda lei eleitoral (1901), apelidada de “Ignóbil Porcaria”, por João Franco, visava também impedir a ascensão do novo Partido Regenerador-Liberal, fundado por aquele, após cisão com os *regeneradores* e com Hintze Ribeiro, na altura Presidente do Conselho. No fundo

¹⁹ Bipartidarismo que nunca foi perfeito. Sempre existiram no rotativismo da “Regeneração” pequenos partidos e alguns com assento no parlamento, como o caso do PRP. CF, p.e, Fernandes (2013, pp. 39-44)

barrava-se a entrada de novas tendências, para tentar proteger o sistema bipartidário tradicional.

Nesta nova fase do rotativismo (1893-1906), dois objetivos encabeçavam, então, a decisão *moderadora* do rei, responder, por um lado, “à forte pressão social contra os partidos de poder” (Fernandes, 2013, p. 44) e diminuir, por outro, o protesto da “comunidade política” contrária ao “regime”. Oposição, como dissemos, sobretudo concentrada no PRP, o qual, depois de aproveitar uma anterior maior “abertura” do sistema eleitoral (1878) para ganhar presença parlamentar, ameaçava transformar-se agora numa força capaz de arrastar as massas e fazer perigar o regime. Com essa meta, os republicanos utilizariam a questão colonial como alavanca para propagandear uma ideia de nação progressista, democrática e redentora do atraso de Portugal, cuja responsabilidade atribuíam em exclusivo a um regime monárquico débil e debilitador da grandeza da pátria (Fernandes, 2014).

Não bastando afastar o PRP do parlamento, enveredou-se ainda por outros caminhos, como a repressão e sobretudo o encerramento das Câmaras por longos períodos, conseguindo depois facilmente tornar lei os decretos aprovados pelos executivos. De 1900 a abril de 1907, assistimos ao todo a “seis anos e três meses de encerramento, num total aproximado de 7 anos e nove meses. Isto é, durante a maior parte do ano (64%) viveu-se, na prática em ditadura” (Marques, 1991, pp. 681-682)²⁰.

Contudo, a instrumentalização do sistema eleitoral para normalizar o regime vai ter um efeito contrário ao esperado, cindindo “regeneradores” e “progressistas”, os dois *partidos alicerce* do rotativismo, os quais acoitavam personalidades descontentes com o “fechamento” do sistema político. Aumentou, assim, o número de atores no sistema partidário e também a velocidade do crescimento contínuo do republicanismo. O bipartidarismo rotativo começará a fragmentar-se, depois de 1891, iniciando uma transformação num sentido mais multipartidário e, por isso, tendencialmente menos centrípeto.

Em 1906, assistimos a uma nova intervenção do monarca, destituindo novamente o sistema de alternância dos partidos históricos, já em processo mais acelerado de segmentação. Esta opção do monarca marca um novo “fechamento” do sistema, uma nova

²⁰ Tipologia de governação que de novo se abriria em abril de 1907, agora para dar passo à ditadura de João Franco.

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

tentativa de reequilíbrio de um regime já muito debilitado, um novo reforço na acumulação de frustração na “comunidade política” e no sistema social em geral. A Monarquia Constitucional desagregava-se.

Em abril de 1907, Carlos I decide-se pelo fortalecimento de João Franco (e da sua própria autoridade) e o Presidente do Conselho de Ministros passa a exercer o poder em “Ditadura” (1907-1908). O clima de contestação agudiza-se e mais se agrava quando, em dezembro, dissolve os representantes do poder local. Afinal, Franco, que declarara querer governar *à inglesa*, acabou a governar *à turca* (Marques, 1991).

A ditadura que o rei caucionara agravava substancialmente o seu isolamento e desagrega mais profundamente os partidos do regime. Com uma força política institucional sem precedentes, o PRP começa a abraçar, aproveitando a crise profunda que massacrava o regime, o objetivo sonhado de tomada do poder pela via revolucionária, fechada que parecia estar, neste momento, outra opção. O regime, com uma frágil válvula de segurança de apoios institucionais e com a organização e condução da “Rua” por parte do PRP, converte-se numa câmara de alta pressão, faltando saber quanta despressurização ainda aguentaria, antes de rebentar.

Carlos I é morto em inícios de 1908²¹, e “Toda a esperança de criar um país diferente passou a assentar no programa republicano” (*idem*, p. 695).

O período de fevereiro de 1908 até 5 de outubro de 1910 pode ser considerado já de progressiva, embora não linear, transição revolucionária.

Abre-se o último ato, 1909-1910, com um novo rei, o qual podia ser jovem e estar mal preparado para reinar, afinal não tinha sido preparado para suceder ao seu pai (Telo, 2010). Todavia é a sua tentativa de pacificação que permite ao “regime monárquico [ter] nos últimos anos de vida um novo fulgor”. Foi “nessa altura que procurou reformar-se o sistema político com muita determinação”, seguindo em parte os modelos europeus, cortejando a esquerda monárquica, os republicanos e até os socialistas (Amaral, 2011, p. 29), o que dificilmente ocorreria com a rota política de Carlos I.

A falta de vontade ou a incapacidade demonstrada entre 1907-1908, e depois entre 1908-1910, de rasgar a “Ignóbil Porcaria” e regressar à lei eleitoral anterior a 1895, e a impossibilidade de agregar os republicanos ao governo, fornece ao PRP a dinâmica revolucionária decisiva. Este partido era no “final da monarquia (...) uma das poucas

²¹ Note-se que o assassinato por razões políticas fazia parte dos costumes da época.

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

máquinas políticas funcionais, graças à sua capacidade de edificar uma rede complexa de que faziam parte a maçonaria, a carbonária e os sindicatos” (*idem*, p. 33). Os republicanos conseguem, enfim, unir “numa corrente única antimonárquica movimentos e ideologias muito diversas (...), que estava acima das teorias políticas e das ideologias” (Telo, 2010, p. 60).

O “fechamento” do sistema político à pressão para a abertura democratizante impediu, então, a canalização para o espaço institucional das crescentes tensões de modernização e a conversão de “qualquer tentativa de abertura democrática do regime numa impossibilidade prática” (Fernandes, 2014, p. 35) conduzindo a um crescente esboroamento da coesão social e ao processo histórico que levaria à consumação da I República, em 1910.

Concluindo, consideramos como Fernandes (2013) que a desagregação da Monarquia teve no protagonismo régio, caucionado por um poder moderador lido de forma demasiado abrangente, na incapacidade de modernização democratizante do sistema político e na consequente obstinação em manter a lei eleitoral as suas causas mais estruturais.

Se a intervenção política do rei não pode ser considerada novidade, já que até 1910 “assumiu quase sempre um papel de visível ingerência, [embora podendo] dentro dos preceitos da lei (...) subverter o funcionamento do sistema político e adequar o respetivo exercício à sua própria vontade”, o facto de Carlos I ter descuidado os “efeitos colaterais de tal procedimento” ser-lhe-á fatal. O “rei estava (embora não o fosse) no centro do sistema político (...). A coroa passou a ser vista pela classe política apenas como um mecanismo de ratificação de legislaturas e executivos”, não apenas pelos republicanos, mas também por muitas das principais figuras dos partidos do rotativismo da monarquia liberal (Amaral, 2011, pp. 22-23).

Esta interpretação parece-nos fundamental para isolar uma hipótese explicativa geral. O problema afinal parecia não residir no turno partidário, nem inteiramente na fatia de população com direito de voto - cerca de 47% dos homens com mais de 21 anos, nas últimas eleições do regime²², mas “no paço (...) ao excluir sistematicamente a ala ‘avançada’ do regime.” (Fernandes, 2013, p. 47).

²² Valor em todo o período liberal, monárquico e republicano, apenas superado entre 1878-95.

É, assim, num contexto de incapacidade da “ordem dominante (...) da lenta e controlada incorporação política das massas urbanas (...)” (*idem*) que se deve entender o *agigantamento* do movimento republicano e a “inevitabilidade” da tentativa revolucionária, facilitada ainda pelo absentismo dos partidos monárquicos na defesa do regime (Amaral, 2011, pp. 23-37).

Considerações finais

Sendo o objetivo principal deste artigo demonstrar a validade da utilização de um enquadramento teórico interdisciplinar, verificando a possibilidade do exame dos processos históricos através das lentes da história e da ciência política, entendemos ser necessária uma aplicação prática que demonstrasse o potencial deste cruzamento de saberes, nomeadamente para o avanço do estudo dos partidos políticos.

Esta aplicação teve como laboratório não o ocaso da Monarquia Constitucional como uma rutura preenchida pelo período subsequente, a I República, mas como o andamento de abertura de um tempo mais longo. Trecho inicial no qual os problemas a resolver pelo sistema liberal se foram constituindo, ganhando forma e agudizando-se.

Também nesta fase é possível detetar o aparecimento em Portugal de um partido de massas, o Partido Republicano Português, tipologia de partidos que estava lentamente a substituir a anterior, os partidos de notáveis, pelo menos na Europa ocidental. Será esta organização política a alterar o equilíbrio do sistema partidário do liberalismo monárquico, com as consequências que descrevemos na secção anterior.

Pudemos, então, constatar que a integração da leitura do período 1890-1910 na constelação dos sistemas propostos pela Ciência Política - e na mais vasta conjuntura europeia – aportou riqueza à análise histórica, a qual fica demonstrada (esperamos) na periferização dos particularismos em proveito da análise interpretativa sistémica.

A compreensão da interação entre os sistemas político, eleitoral e partidário permitiu reagrupar os *factos* dando-lhes significado, possibilitando novas interrogações e um debate historiográfico menos preso a uma sequência causal microscópica e mais atento a uma visão interpretativa de conjunto.

É para nós claro que o diálogo interdisciplinar que propusemos é válido e urgente. Ficando assim, como intenção futura a conclusão da aplicação destas lentes *bifocais* aos restantes andamentos da “Crise do Liberalismo”, a que se seguirá uma tentativa de

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

sistematizar todo este período usando o enquadramento teórico que experimentamos neste artigo.

Referências

- ALMEIDA, P.T. (2013), “Reformas Eleitorais e Dinâmica Política no Portugal Liberal (1852-1910)”, In André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 51-62
- AMARAL, L. (2011), “Introdução”, In Luciano Amaral (org.), *Outubro - A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, pp. 13-91
- BERMAN, S. (2006), *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOLINGBROKE, H. S-J (1735), *A Dissertation upon Parties in Several Letters to Caleb D'Anvers*, London, H. Haines.
- CALCA, P. (2010), “As Clivagens Políticas e os Partidos – uma Abordagem”, *CIES e-Working Papers*, 99, Lisboa, CIES-ISCTE.
- CALCA, P. (2013), “Acreditar e Não Acreditar - A Religião como Instituição Social e de Clivagem”, In Serrano, Maria Manuel (ed.), *Um Retrato das Instituições Sociais na Sociedade Contemporânea*, Évora, Universidade de Évora.
- CRUZ, M.A. (2011), “Notas em Torno dos Efeitos da Legislação Eleitoral na Formação do Corpo Eleitoral Português”, In André Freire (eds), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa, Colibri, pp. 125-134.
- CRUZ, M.B. (2017), *O Sistema Político Português*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- DROZ, B. & ROWLEY, R. (1988), *A História do Século XX* (1.º vol.), Lisboa, Dom Quixote.
- DUVERGER, M. (1950), “L'Influence des Systèmes Électoraux sur la Vie Politique”, In Maurice Duverger (Ed.), *L'Influence des Systèmes Électoraux sur la Vie Politique*, Paris, Presses de Sciences Politique, pp. 11-68.
- DUVERGER, M. (2012), *Los Partidos Políticos*, Madrid, Ediciones F.C.E (22ª reedição em espanhol, editado pela 1.ª vez em 1951).

- SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>
- FERNANDES, P.J. (2013), “O Sistema Político na Monarquia Constitucional” In André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 25-49.
- FERNANDES, P.J. (2014), “A Vida Política”, In Nuno Severiano Teixeira (coord.), *A Crise do Liberalismo (1890-1930)*, Madrid, Fundación MAPFRE, pp. 31-86
- FREIRE, A. (2001), *Modelos de Comportamento Eleitoral*, Oeiras, Celta Editora.
- FREIRE, A. (2011), “Eleições, Sistemas Eleitorais e Democratização – o Caso Português em Perspetiva Comparativa”, In André Freire (coord.), (2011), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa, Colibri, pp. 25-84.
- FREIRE, A. (2013), “Introdução – Objetivos, Teoria e Metodologia”, In André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 5-22.
- HERMET, G. (1978), “State-Controlled Elections: A Framework, In Guy Hermet, Richard Rose & Alain Rouquié (eds), *Elections without Choice*, London, Palgrave Macmillan, pp. 1-18.
- HUNTINGTON, S.P. (1991), *The Third Wave - Democratization in the Late Twentieth Century*, Oklahoma, Oklahoma University Press.
- JUDT, T. (2011), *O Século XX Esquecido - Lugares e Memórias*, Lisboa, Edições 70.
- LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (1966), “The Origin and Development of Political Parties”, In Joseph LaPalombara & Myron Weiner, (Ed.) *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, pp. 3-42.
- LEPSIUS, M.R. (2017), *Max Weber and Institutional Theory* (compilação de textos de 1993-2013, ed. Claus Wendt), New York, Springer International Publishing (e-book).
- LEVINE, P. (2014), “Is Comparative History Possible?”, *History and Theory*, 53(3), pp. 331–347, <https://doi.org/10.1111/hith.10716>.
- LIPSET, S. M. & ROKKAN, S. (eds) (1967), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, Nova Iorque, The Free Press.
- LOFF, M. (2011), “Natureza, Funções e Efeitos das Eleições em Regimes Ditatoriais – o Estado Novo em Perspetiva Comparativa”, In André Freire (coord.) (2011),

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – uma Perspectiva Histórica e Comparativa, Lisboa, Colibri, pp. 135-208.

LOPES, F. F. & FREIRE, A. (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.

MARQUES, A.H de Oliveira (1991), “A Conjuntura”, In A.H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 678-745.

MARQUES, F.P (2016). *Introdução ao Estudos dos Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. Lisboa: Âncora Editora.

MICHELS, R. (2017), *Los Partidos Políticos – un Estudio Sociológico de las Tendencias Oligárquicas de la Democracia Moderna*, Buenos Aires, Amorrortu Editores (1.^a Edição em 1911).

NOHLEN, D. (1994), *Sistemas Electorales y Partidos Políticos*, Cidade do México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México.

NOHLEN, D. (2007), *Os Sistemas Eleitorais – o Contexto Faz a Diferença*, Lisboa, Livros Horizonte.

OSTROGORSKI, M. (1902), *Democracy and the Organization of Political Parties*, vol. I, London, Macmillan and Co.

PANEBIANCO, Angelo (2009), *Modelos de Partido – Organization y Poder en los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza Editorial.

RAMOS, R. (coord.) (2001), “A Segunda Fundação”, In José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa (Edição revista e atualizada da 1.^a Edição, 1994).

RÉMOND, R. (1994), *Introdução à História do Nosso Tempo - do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva.

ROUQUIÉ, A. (1978), “Clientelistic Control and Authoritarian Contexts”, In Guy Hermet, Richard Rose & Alain Rouquié (eds.), *Elections without Choice*, London, Palgrave Macmillan, pp. 19-35.

SARTORI, G. (1966), “European Political Parties – The Case of Polarized Pluralism”, In Joseph LaPalombara & Myron Weiner, (ed.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, pp. 137-176.

SARTORI, G. (2005), *Partidos Y Sistemas de Partidos – Marco para un Análisis*, Madrid, Alianza Editorial.

SILVA, Miguel (2023), O Estudo das Conjunturas Políticas e dos Partidos Políticos na Interseção entre História e Ciência Política – aplicação prática ao período 1890-1910, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 83 – 108, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a4>

SARTORI, G. (1986), “The influence of electoral systems: Faulty laws or faulty method?”, In B. Grofman & A. Lijphart (eds), *Electoral laws and their political consequences*, New York, Agathon Press, pp. 43-68.

SARTORI, G.(1987), *The Theory of Democracy Revisited (part one) – The Contemporary Debate*, New Jersey, Chatham House Publishers.

SCHUMPETER, J.A. (1976), *Capitalism, Socialism and Democracy*, London, Routledge (5ª ed, editado pela 1.ª vez em 1943).

SEILER, D-L. (2003), *Les Partis Politiques en Occident – Sociologie Historique du Phénomène Partisan*, Paris, Ellipses.

TEIXEIRA, N.S. (2014), “As Chaves do Período”, In Nuno Severiano Teixeira (coord.), *A Crise do Liberalismo (1890-1930)*, Madrid, Fundación MAPFRE, pp. 21-29.

TELO, A.J. (2010), *Primeira República I – do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença.

WEBER, Max (2015), “Política como Vocação”, In Max Weber, *Ciência e Política – Duas Vocações*, São Paulo, Martin Claret, pp. 61-140

Miguel Filipe Silva. Assistente convidado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e na Universidade Católica Portuguesa (UCP). Doutorando no Instituto de História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: mopsilva@letras.up.pt

Potencialidades, limites e desafios da prosopografia

Cátia Cardoso

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Resumo

O presente texto visa apresentar e refletir sobre os pontos fortes e os limites da prosopografia, tendo em conta as suas vantagens e desafios. O artigo não pretende, assim, discutir, como outros autores têm apontado, se a prosopografia é uma técnica, um método, uma metodologia ou uma ciência exata, mas, antes, compreender como avaliar a sua utilização. Através de uma revisão bibliográfica, compreendemos que é mais adequado utilizá-la quando queremos estudar períodos históricos mais recentes, tendo sempre alguns cuidados na validação das informações obtidas.

Palavras-chave: prosopografia; metodologias de investigação; investigação sociológica.

Prosopography strenghts, limits, and challenges

Abstract

This text aims to present and reflect on the strengths and limits of prosopography, having in consideration its advantages and challenges. The article therefore does not intend to discuss, as other authors have mentioned, whether prosopography is a technique, a method, a methodology or an exact science, but rather to understand how to evaluate its use. in this way and through a literature review, we understand that it is more appropriate to use it when we want to study more recent historical periods, however always being careful in what concerns validating the obtained information.

Keywords: prosopography; research methodology; sociological research.

Forces, limites et enjeux de la prosopographie

Resumé

Ce texte vise à présenter et à réfléchir sur les forces et les limites de la prosopographie, en tenant compte de ses atouts et de ses enjeux. L'article n'entend pas discuter, comme d'autres auteurs l'ont souligné, si la prosopographie est une technique, une méthode, une

méthodologie ou une science exacte, mais plutôt comprendre comment évaluer son utilisation. À travers une revue de la littérature, nous comprenons qu'il est plus approprié de l'utiliser lorsque nous voulons étudier des périodes historiques plus récentes, en prenant toujours soin de valider les informations obtenues.

Mot-clés: prosopographie; méthodes de recherche; recherche sociologique.

Fortalezas, límites y desafíos de la prosopografía

Resumen

Este texto tiene como objetivo presentar y reflexionar sobre las fortalezas y límites de la prosopografía, teniendo en cuenta sus ventajas y desafíos. El artículo no pretende discutir, como han señalado otros autores, si la prosopografía es una técnica, un método, una metodología o una ciencia exacta, sino comprender cómo evaluar su uso. A través de una revisión bibliográfica, entendemos que es más adecuado utilizarlo cuando queramos estudiar periodos históricos más recientes, teniendo siempre cierto cuidado en validar la información obtenida.

Palabras-clave: prosopografía; metodologías de investigación; investigación sociológica.

Introdução

Além da escolha do tema e da(s) pergunta(s) de partida, que justificam a pesquisa, uma investigação científica necessita de objetivos e da metodologia adequada para os alcançar. A investigação sociológica é pautada por diversos desafios que podem ser ultrapassados através de diferentes metodologias, muitas vezes, complementando métodos por forma a alcançar resultados mais satisfatórios. Sendo a sociologia uma área transdisciplinar, as formas de investigação dependem, em parte, dos temas que se pretende investigar, havendo uma amplitude considerável de metodologia a aplicar.

Importa salientar que, na investigação em ciências sociais, a verdade pode ser objetiva quando são verificadas as hipóteses, mas não deixa de ter um certo relativismo, já que é determinada por um consenso entre diferentes pontos de vista e depende de quem a produz e das metodologias utilizadas, bem como da forma de aplicação destas. Por outro lado, os factos são concretos, só que não podem ser acessados diretamente. Embora sejam

criações humanas, há neles um certo relativismo, já que o ponto de vista de quem observa pode não ser sempre o mesmo.

Há, assim, que ter em conta a forma como, enquanto investigadores, nos colocamos perante o objeto (ontologia) e perante o conhecimento (epistemologia). A perspetiva ontológica reconhece que os atores sociais são elementos significativos da realidade e considera as suas formas de entendimento, os seus conhecimentos, interpretações e experiências. Já na perspetiva epistemológica, a forma de aceder a esses elementos significativos da realidade social passa pela conversa direta e interativa, com os atores sociais, fazendo-lhes questões, ouvindo-os de modo a dar conta das suas perceções e articulações, através da linguagem e da construção dos seus discursos, obtendo, assim, conhecimento.

Ambas nos remetem para um certo empirismo, pois é admitido que o investigador faz parte da realidade que investiga e as suas produções consideram os seus pontos de vista e experiências. Isto também se aplica nas escolhas que este pode fazer no que concerne às metodologias a utilizar. As ciências sociais “têm por base investigações empíricas porque as observações deste tipo de investigação podem ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas”, sendo que um trabalho empírico é “uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar” (Hill & Hill, 2012: 19).

Creswell & Creswell (2018) destacam quatro visões que consideram mais pertinentes trazer para a investigação. Remetem para uma vertente transformadora, uma perspetiva mais política sobre a sociedade, que tem como objetivo introduzir a mudança, e para o pragmatismo que, por sua vez, desenvolve conhecimento para resolver problemas, (Creswell & Creswell, 2018: 41), sendo que estas duas últimas perspetivas preveem, ambas, a mudança.

É neste contexto que podemos enquadrar a prosopografia. Trata-se de um caminho possível, sobretudo para estudos que pretendam olhar para aspetos de determinadas elites, sejam políticas, sociais, económicas, culturais, ou outras, pois permite, através de um amplo conjunto de fontes, alcançar um nível considerável de informação sobre esses

agentes, geralmente figuras mediáticas e de destaque nos meios em que se inserem. Contudo, também tem os seus limites ou perigos.

Neste artigo, começamos por olhar para algumas metodologias de investigação sociológica, nomeadamente as mais comuns no panorama português da ciência social, como é o caso do inquérito e da entrevista. Olhamos ainda para os retratos sociológicos e para o método etnográfico. O objetivo é que, deste modo, se torne mais fácil compreender as particularidades da prosopografia, que alguns autores receiam considerar uma metodologia. Posteriormente, refletimos sobre as debilidades da prosopografia e formas de as ultrapassar numa investigação, por exemplo, complementando a prosopografia, sem necessidade de anular a sua utilização, por entendermos que, não obstante os limites, as potencialidades justificam o seu uso em determinadas pesquisas, e os desafios que esta coloca são estimulantes.

1. Metodologias de investigação sociológica

Partimos para este texto com a consciência de que investigar não é apenas produzir conhecimento, mas também pode ser introduzir pequenas transformações na realidade, uma vez que ao trabalhar diretamente com pessoas estamos, de algum modo, a colocá-las a pensar sobre determinados assuntos da sua realidade, no caso de recorrermos a uma técnica de recolha de informação como a entrevista. Por isso, há nas entrevistas que ter o cuidado de colocar a pergunta de forma que esta não condicione - ou condicione o mínimo - a resposta. Em todo o caso, o entrevistado vai apenas dizer-nos o que quer, podendo as suas respostas nem sempre estar em linha com a realidade (mesmo com a sua realidade: com aquilo que realmente pensa). Ao ser entrevistada, de certa forma, uma pessoa também se constrói e se adapta às circunstâncias. Se entrevistamos alguém e a pessoa sabe que os fins das suas palavras serão para investigação científica, as respostas poderão não ser as mesmas que daria se se tratasse de uma entrevista jornalística para publicar num jornal regional, por exemplo.

Já os retratos sociológicos usam a entrevista, porém, aplicam-na de uma forma particular. Ou seja, a técnica usada é a entrevista, sendo que os retratos acabam por ser o método, que, no caso, permite, olhar para o micro, traçando a vida de um indivíduo e, a partir de vários retratos, estabelecer perfis-tipo. Ao analisarmos a ação concreta do indivíduo, podemos encontrar a de um indivíduo com capacidade de adaptação e de

mobilização de disposições distintas em função dos contextos de ação. Pode haver mobilidades diversas que obriguem a um trajeto social que acumula diferentes disposições. É neste contexto que a teoria de Lahire vem complementar a de Bourdieu, que defendia que tudo o que somos vem da nossa classe. Bourdieu trabalhava numa escala macro, enquanto os retratos sociológicos permitem trabalhar a partir do micro, sem deixar de procurar compreender o macro, até porque “inúmeras instituições sociais contribuem para forçar a unicidade da pessoa” (Lahire, 2004: 320). Lahire defende que “o social não se reduz ao coletivo” (2004: 326) e:

“Se o estudo dos coletivos obriga frequentemente à tipificação do grupo (de sua cultura, de duas propriedades) a descida progressiva para indivíduos singulares leva a ver diferenças invisíveis de longe, a perceber a heterogeneidade que uma outra visão contribuiria para tornar homogênea” (Lahire, 2004: 322)

Nos inquéritos, confiamos nas estatísticas, embora essas tendências fiquem condicionadas pela forma como o instrumento é produzido e utilizado, sendo que para recorrer a um inquérito, por exemplo, por questionário também é necessário estruturar uma “metodologia específica, da qual fazem parte os objetivos, o modelo e as técnicas de recolha de dados” (Cardoso, 2020: 63) e as conclusões podem não ser tão representativas como o desejado, dependendo do modelo de disseminação e até da forma como os inquiridos possam ou não interessar-se em responder ao mesmo. Para trabalhar com inquéritos é ainda importante testá-los, como se fez no inquérito às práticas culturais dos portugueses, em que além de terem sido considerados estudos nacionais e internacionais permitindo a comparabilidade foi ainda feito um pré-teste, com uma primeira versão do questionário e que foi:

“aplicado a 26 inquiridos com características diversificadas do ponto de vista do sexo, idade e instrução, de forma a testar a duração média da entrevista, a compreensão das perguntas e as dificuldades sentidas pelos inquiridos, assim como avaliar o script de CAPI (Computer Assisted Personal interview). A partir dos resultados deste pré-teste foi produzida uma segunda e final versão do questionário” (Magalhães & Silva, 2022: 47).

Nas metodologias empíricas, podemos ainda falar da etnografia, sendo que o trabalho etnográfico implica a preocupação com uma “análise holística ou dialética da cultura”, a

introdução dos atores sociais com “uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais” e ainda uma preocupação “em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisar quanto pelo pesquisado” (Mattos, 2011: 49). A etnografia exige, portanto, uma certa proximidade com a população que se procura estudar, tendo em consideração “a especificidade das ações, as perspetivas e o significado dos atores sociais” (Mattos, 2011: 67). Um exemplo é o trabalho da investigadora Susana Noronha (2012), que estudou o papel da arte em mulheres com cancro, produzindo inclusivamente objetivos artísticos a partir de testemunhos de pessoas dos seus círculos (familiares, sociais). Este tipo de pesquisa, contrariamente à prosopografia, é possível quando existe confiança entre o investigador e as pessoas investigadas e também quando há um conhecimento prévio de cada situação, bem como a sensibilidade adequada, quer do ponto de vista ético, quer do ponto de vista estético.

“O cancro faz-se arte, entre imaginação, conhecimento e ação, feito de muitas partes. Quem o fotografa, filma e desenha e quem se deixa fotografar e filmar, quer e pede que a doença oncológica seja vista, sentida e desfeita por todas/os, unindo doentes, resistentes, famílias e comunidade, no hospital, em casa e na rua, usando as redes e espaços da internet para chegar mais longe” (Noronha, 2018).

A prosopografia consiste na investigação “das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 1971: 115) e permite também abordar dois dos “mais básicos problemas na história” (Stone, 1971: 115/116): as origens da ação política (desvelamento de interesses, análise de afiliações sociais e económicas) e a estrutura e mobilidade social (mudanças, correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais...).

Todavia, como todas as opções acima referidas, também na prosopografia existem desafios que, durante uma investigação, é necessário superar. Estes constituem-se como barreiras ao método ou, como lhes chamou Stone (1971), perigos, pelo que é necessário dedicar-lhes alguma atenção, no sentido de os evitar ou ultrapassar.

Importa igualmente sublinhar que, além de quaisquer outros limites, em qualquer metodologia utilizada existem fronteiras éticas que devem ser consideradas numa investigação sociológica. Bryman & Bell (2012) frisam a importância dos princípios éticos e morais numa pesquisa, desde o respeito pelas pessoas (sobretudo quando estas

são envolvidas mais diretamente através de entrevistas, por exemplo), ao seu consentimento e cedência de informações sobre os fins das suas declarações ou objetos que possam ceder, garantindo que os resultados da investigação não prejudiquem os participantes (Bryman & Bell, 2012: 134-150).

2. Prosopografia ou um conjunto de biografias

O conceito de prosopografia é bastante antigo, remontando até, pelo menos, aos anos 1500 (Lalouette, 2006; Bulst, 2005). Já no século passado, houve eventos ligados à prosopografia medieval (Bulst, 2005). “Através dos diferentes períodos históricos, muitos grupos, de variada importância numérica, foram escolhidos como objetos de estudo prosopográfico” (Lalouette, 2006: 69). Foi sobretudo a partir do texto de Stone, escrito em 1971, que se começou a pensar a prosopografia enquanto método de investigação, sendo que nessa década também começaram a surgir alguns trabalhos sobre a Revolução Francesa, assim como de Bourdieu e dos seus seguidores, que aproximaram a prosopografia das questões da sociologia contemporânea (Monteiro, 2014).

O propósito da prosopografia passa por “dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior”, sendo usada crescentemente por historiadores sociais (Stone, 1971: 116). A prosopografia é afluente a outras disciplinas como a sociologia, a ciência política e a antropologia, sendo que a sociologia foi pioneira no uso de instrumentos (inquéritos e entrevistas) que permitem identificar a origem social de um coletivo (Ferrari, 2010). É “a análise do indivíduo em função da totalidade da qual faz parte” (Bulst, 2005: 52), sendo que o interesse é o “conjunto ou a totalidade, constantemente considerando o indivíduo” (Bulst, 2005: 55). Ora, por outras palavras, a prosopografia é uma análise de grupo a partir das características comuns dos elementos que o compõem. Isto porque o principal objeto de estudo não é o indivíduo, mas a história e a estrutura em que este se insere (Broady, 2002), embora, durante o processo, seja necessário acumular um conjunto de dados biográficos dos indivíduos.

Falamos de informações sobre os seus percursos, como as escolas que frequentaram, afiliação, habilitações e profissão dos pais, ligações familiares, entrevistas que deram, textos e obras que produziram sobre o campo em estudo, (Broady, 2002),

sendo que se a população em estudo for do campo político podemos considerar o seu percurso social e biográfico (profissão, *status*), bem como a sua trajetória política (cargos ocupados, vínculos com movimentos e associações) e ainda o seu comportamento político (Braga & Nicolás, 2008), incluindo propostas apresentadas e, tratando-se de governantes, devemos considerar também políticas implementadas pelas áreas que tutelaram.

Por outro lado, estudar “o indivíduo a partir da sua totalidade em que está imerso” é ter também em conta que “a narrativa acerca de um indivíduo precisa de levar em conta sua coletividade, uma vez que é ela que moldará a sua individualidade” (Ribeiro, 2018: 151).

“As operações básicas da prosopografia assemelham-se às da sociologia descritiva” (Codato & Heinz, 2015: 251), distinguindo-se pelo facto de os prosopógrafos descreverem as propriedades sociais de grupos, numa perspetiva diacrónica, comparando o período e monitorizando alterações (Codato & Heinz, 2015: 251). A prosopografia pode, deste modo, ser vista como uma base de dados que reúne um conjunto de evidências feitas pelo pesquisador, através de uma pesquisa minuciosa (Codato & Heinz, 2015: 251).

Enquanto a biografia é algo que se faz, geralmente, de pessoas consideradas importantes, para compreender melhor a sua personalidade, a prosopografia interessa-se no coletivo e procura chegar a informações sobre estratificação social, mobilidade social, tomada de decisões e funcionamento das instituições (Verboven; Carlier & Dumolyn, 2007).

Do ponto de vista prático, fazer uma prosopografia exige que se trace a população que se pretende estudar e o número de fichas prosopográficas a produzir, se essa for a forma eleita de organizar a informação.

“Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas, qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou sofisticação do questionário e das fontes” (Charle, 2006b: 41).

No caso das fichas prosopográficas, estas devem indicar, de forma clara, quais as informações que se pretende obter e qual o objetivo com a sua obtenção. Há ainda que fazer uma listagem de possíveis fontes de informação a utilizar, podendo aquelas que forem mais difíceis de validar ser excluídas. Dessa lista podem constar desde notícias e reportagens publicadas em órgãos de comunicação; investigações científicas; páginas na

internet oficiais de instituições; arquivos de diversos formatos (escritos, fotografias ou vídeos); redes sociais das pessoas abrangidas pela prosopografia em causa (com alguma cautela no uso das informações que daí sejam retiradas, dada a informalidade de alguns espaços); livros e textos da autoria dos indivíduos ou sobre os indivíduos em estudo. Autores como Broady (2002) e Codato & Heinz (2015) dão exemplos de pontos a incluir nas fichas prosopográficas, desde os dados educativos e relativos à ocupação dos pais, à delineação de um perfil social, passando por atividades frequentadas, situação económica e carreira política, bem como conexões interpessoais e posições ideológicas.

3. Potencialidades: contextos adequados para o uso da prosopografia

Antes de decidir utilizar a prosopografia, é importante analisar se esta se adequa ao contexto, sobretudo histórico, à população em estudo e aos fins pretendidos. Não obstante a falta de consenso sobre se a prosopografia é uma técnica, um método, uma ciência auxiliar ou uma metodologia, podemos verificar que as suas potencialidades são várias e que esta pode ser uma opção adequada, dependendo da população, do contexto e dos objetivos do que se pretende estudar.

Primeiramente, entre as potencialidades da prosopografia, destaca-se a possibilidade de compreender melhor o funcionamento de determinadas instituições, estudando os seus membros, representantes e/ou líderes.

“as estruturas políticas e sociais de certos grupos, fenômenos, como a continuidade e a descontinuidade, a ascensão e o declínio de sistemas políticos, de instituições eclesíásticas ou seculares, a ação política, a mobilidade social, a transformação social e tantos outros, não podem ser analisados com precisão sem o conhecimento prévio das pessoas. É apenas graças a esse conhecimento que é possível relacionar diferentes grupos, considerando que certos indivíduos se encontram frequentemente no campo de ação de mais de um grupo” (Bulst, 2005: 58)

As pessoas moldaram as instituições e também foram impregnadas por elas, mesmo que de diferentes formas, e tal deve ser considerado em cada análise prosopográfica, tal como defende Bulst (2005: 28). Ou seja, há uma ligação entre os indivíduos e as instituições que faz com que uma parte ajude a moldar a outra e vice-versa. Nesta perspetiva, se tivéssemos, por exemplo, o objetivo de fazer a prosopografia de Ministros da Cultura portugueses, o resultado poderia dar pistas para ajudar a

compreender o funcionamento da instituição Ministério da Cultura, tal como uma prosopografia de dirigentes de um determinado partido político pode ajudar a compreender o funcionamento dessa estrutura e as suas bases ideológicas (Roque, 2022). Através de uma prosopografia pode tornar-se possível apreender informações globais, a partir de algo mais particular:

“o detalhe, o particular e o inusitado também se relacionam e, por isso mesmo, podem explicar o mais abrangente: as análises das ações individuais e grupais concorrem para elucidar questões relativas aos contextos mais amplos onde elas ocorrem, sendo então possível revelar regularidades, indicar diversidades, e apreender a realidade dos problemas sociais através daquilo que há de concreto em uma vida” (Pasti e Junior, 2019: 39)

Embora não seja consensual entre os investigadores que têm olhado para a prosopografia se esta é uma metodologia, uma técnica, uma abordagem, uma ciência auxiliar (o que Bulst, 2005 discorda) ou um método (como desde logo considerou Stone, 1971 e como entendem Verboven; Carlier & Dumolyn [2007]), há estímulos para a pesquisa prosopográfica, que diferentes autores têm vindo a enumerar. No entender de Codato & Heinz (2015: 251), há a possibilidade de obtenção de “ganhos explicativos no desvelamento de padrões de comportamento político, de reprodução e /ou renovação de famílias ideológicas e na explicitação de continuidades e recorrências de longa duração na sociedade e na política”.

Para Ferrari (2010), a prosopografia permite descobrir o que está por trás da retórica dos atores em causa, algo que consideramos particularmente pertinente de analisar em casos do campo político. Já Bulst acredita que, independentemente da categorização da prosopografia, esta propõe novas questões e aponta novos caminhos, olhando para soluções de problemas que exigem um “amplo especto de métodos especificamente históricos, mas também, em parte, de outras disciplinas” para poderem ser resolvidos (Bulst, 2005: 57).

A prosopografia tem potencial para estudar ações políticas e é adequada para responder a algumas questões, todavia, pode não o ser para responder a outras, já que a sua eficiência depende dos objetivos da pesquisa (Verboven; Carlier & Dumolyn, 2007). Outra circunstância que se pode revelar uma vantagem é que é facilmente possível trabalhar em grupo com a prosopografia, por exemplo, dividindo pelos elementos da

equipa um determinado período histórico ou um determinado ator (Verboven; Carlier & Dumolyn, 2007).

Segundo Christophe Charle (2006a), nas últimas décadas tem havido uma onda de trabalhos sobre elites ou de orientação prosopográfica, o que se pode explicar pelo fascínio dos historiadores: “analisar as elites é procurar a fundo penetrar em um dos meios que detém o poder e conhecer os seus mecanismos concretos” (Charle, 2006a: 30). Além disso, dá a possibilidade aos historiadores de “combinar uma abordagem objetivista e um substrato individualizado porque repousa sobre um fundamento biográfico, com dois percursos possíveis: teoricista e socializante ou, ao contrário, empirista e monográfico” (Charle, 2006a: 30).

Portanto, parece que a prosopografia é um caminho que pode ajudar a entender os atores históricos e as suas motivações dentro do grupo para a tomada de determinadas situações, ajudando igualmente a compreender algumas dinâmicas sociais, (Verboven; Carlier & Dumolyn, 2007).

É de salientar ainda, como alerta Charle (2006b), que as vantagens no uso da prosopografia podem ser maiores se o período de análise for mais recente em termos históricos, havendo, neste caso, menos risco de cair em alguns dos perigos, dos quais falamos no capítulo seguinte.

4. Limites e desafios para aspirantes a prosopógrafos

No que diz respeito aos limites da prosopografia, entre os mais mencionados pelos autores que escreveram sobre o assunto, está o excesso de informação obtida ou, por outro lado, a escassez, bem como as dificuldades que podem surgir em validar e/ou contextualizar a informação, uma vez que ao longo do tempo, se estivermos a trabalhar com materiais mais antigos, os seus significados, na interpretação, podem sofrer alterações significativas à luz da atualidade. Os obstáculos à interpretação da informação recolhida também podem condicionar a investigação, há que considerar a época e o contexto em que os mesmos foram produzidos para evitar interpretações falaciosas.

Em 1971, Stone já apontava alguns desses limites, considerando-os “os perigos” da prosopografia, referindo-se a 1) deficiências dos dados (a prosopografia está limitada pela quantidade e qualidade dos dados acumulados, e o objeto mais popular são as elites já que os documentos são cada vez mais pobres quanto mais se desce no sistema social);

2) erros na classificação dos dados (uma vez que nenhuma classificação é universal e as categorias de classes, profissionais, de cargos podem variar em termos de status; uma falha em subdivisões importantes e tratar conjuntamente indivíduos que diferem significativamente não sendo notada a tempo pode tornar-se tarde demais para fazer todo o trabalho de novo); 3) erros na interpretação dos dados (os prosopógrafos podem tirar conclusões erradas a partir de informações não confiáveis ou enviesadas ou distorcidas); 4) limitações da compreensão histórica: “estudos cerrados das manobras políticas das elites podem obscurecer mais do que iluminar as profundezas dos processos sociais”, (Stone, 1971: 126).

Por outro lado, será que qualquer tema pode ser abordado a partir da prosopografia? Se o tema da investigação se centrar nas políticas culturais no Portugal democrático, por exemplo, até que ponto se podem obter ganhos com uma prosopografia? Nesse caso, a população a estudar teria de abranger aqueles que, estando numa posição destacada da generalidade das pessoas, criam e implementam as políticas, ou seja, políticos / governantes. Considerando esta perspetiva, se, por exemplo, realizássemos uma prosopografia dos/das Ministros/as da Cultura, em Portugal, desde que existe um Ministério da Cultura (1998), que informações poderíamos obter que nos ajudassem a interpretar a evolução das políticas culturais? Se a pesquisa não fosse completada com outras metodologias, provavelmente, seriam escassas as informações nesse sentido, já que as conclusões iriam permitir, antes, traçar um perfil de quem ocupou aquele cargo, tendo nessa situação a vantagem de se estar perante um período histórico recente. Apesar disso, não deixa de existir uma série de fatores que podem condicionar o trabalho de quem governa, já que esses agentes passaram pelo Ministério em diferentes momentos (crise económica, pós austeridade, crise pandémica, enquadramento europeu, etc) e, portanto, os instrumentos à sua disposição também se foram alterando. Neste caso, o uso da prosopografia, por si só, seria insuficiente para atingir os objetivos, podendo mesmo não compensar, pois também a relação custos/benefícios coloca o investigador numa situação que deve ser bem ponderada, já que há a exigência de localizar fontes, identificar maneiras de participação em redes de sociabilidade, práticas e lógicas de ação (Ferrari, 2010).

Bulst (2005: 59) alerta que “o aporte prosopográfico não é adequado para a pesquisa da maior parte dos grupos sociais”. Além disso, “as vantagens da quantificação

do material prosopográfico abrigam o risco – que não deve ser menosprezado – de que a convergência casual de certos fenômenos crie a falsa impressão de causalidade” (Bulst, 2005: 58), sendo importante ter a consciência de que quando se estudam os laços familiares o que se pretende é analisar a sua relação com o exterior, na ação política e com o(s) grupo(s) e não analisar as relações familiares internas.

Verboven, Carlier & Dumolyn (2007) alertam para limitações no tratamento dos dados (qualitativos e quantitativos, neste caso, por exemplo, quando se procura converter a informação em percentagens) e para a lógica defeituosa a que pode levar a prosopografia (muitas probabilidades ou possibilidades), considerando fundamental a cronologia.

Note-se ainda que o desenvolvimento do digital veio acelerar a produção de conteúdos, alargando essa possibilidade a qualquer pessoa. A classe política é frequentemente alvo de *fake news*. Também governantes da área da cultura já foram alvo de polémicas criadas no digital, sendo exemplo uma fotografia manipulada da ministra Graça Fonseca, em que esta surgia a fazer um gesto obsceno durante um evento oficial, tendo a imagem espoletado nos internautas um conjunto de mensagens insultuosas¹. Programas como o Polígrafo² mostram algumas das estratégias de identificar conteúdos falaciosos (*fact check*) e validar informação. Nesse sentido, entendemos que no desenvolvimento de uma prosopografia é imprescindível que se tenha muito cuidado no uso de plataformas digitais, considerando necessário, ao desenhar a investigação, estabelecer, desde logo, alguns critérios para validação da informação a utilizar nas fichas prosopográficas.

A prosopografia é também inadequada para estudar grupos menos notórios, já que “quanto menos notório é o indivíduo no seu tempo e na sua sociedade, maior é a probabilidade de inexistirem elementos confiáveis sobre a sua vida e trajetória” (Codato & Heinz, 2015) e isto permite-nos compreender as dificuldades de estudar, por exemplo, classes e *status* inferiores, através de uma prosopografia.

Ademais, “a abordagem biográfica exclui a diacronia, que é um aspeto quase essencial de muitas pesquisas prosopográficas” (Bulst, 2005: 56), pelo que para utilizar a

¹ <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/imagem-viral-de-gesto-obsceno-da-ministra-da-cultura-e-autentica>

² <https://poligrafo.sapo.pt/>

prosopografia há que considerar se esta se enquadra de forma conveniente no período histórico em que vivem ou viveram as individualidades que se pretende estudar.

De uma forma geral, verifica-se que a prosopografia não é suficiente para produzir uma investigação científica profunda, necessitando se de ser complementada com outros métodos. Ainda assim, torna-se um caminho desafiante quando se está perante objetivos que dialogam com a sociologia, mas também com a história e a ciência política.

Considerações finais

Ao longo deste texto, procuramos apresentar a prosopografia, refletindo sobre quando esta pode ser o caminho mais adequado numa investigação e olhando também para as suas vantagens e limitações. Assim, pressupondo-se “que os valores e padrões de comportamento são influenciados poderosamente pela experiência passada e pela educação, o poder do método dificilmente pode ser negado” (Stone, 1971: 128), de maneira que mesmo não tendo todas as respostas, a prosopografia é adequada para “revelar as redes de vínculos sociopsicológicos que mantêm um grupo unido” (Stone, 1971: 128), mesmo que, como alguns autores defenderam posteriormente, a prosopografia possa não ser um método, nem uma ciência auxiliar.

A prosopografia deve ser “um recurso para organizar, a partir de um problema sociológico determinado, os dados biográficos de um grupo para, aí então, se pensar as regularidades” (Codato & Heinz, 2015: 255), e refletir sobre uma forma de a sociologia contribuir para a resolução desse mesmo problema.

Tendo em conta a reflexão subjacente a este ensaio, podemos considerar que:

“ao considerarmos os prós e os contras da prosopografia, seus limites e suas possibilidades, as vantagens parecem ter mais peso e oferecer amplas e novas possibilidades de pesquisa. Certamente, os limites da prosopografia não são maiores do que os de outras tentativas de aproximação dos fenômenos políticos, sociais ou econômicos da Idade Média” (Bulst, 2005: 60)

Nesse sentido, entendemos que a prosopografia se assume como uma solução face a uma pretensão para o estudo de questões que versem simultaneamente sobre questões da sociologia, da ciência política e da história. Ademais, a existência de limitações (ou perigos) não destoa de outros caminhos (métodos) de pesquisa, que também têm as suas limitações. Se, neste caso, as linhas que separam as potencialidades dos perigos podem

ser mais ténues, tal deve servir de estímulo para uma maior concentração e empenho na pesquisa prosopográfica.

Importa, contudo, que quem se propõe fazer uma prosopografia esteja ciente de que a “multiplicidade de fontes, táticas, soluções *ad hoc*, a peregrinação por um sem-número de endereços é a única estratégia possível para estabelecer a biografia coletiva de um grupo, capturar suas especificidades e regularidades” (Codato & Heinz, 2015), assim como ter em consideração a interdisciplinaridade que requer a prosopografia, sendo necessário atentar nas fronteiras entre as diferentes especializações da história e entre as diferentes ciências sociais e humanas (Verboven; Carlier & Dumolyn, 2007).

Quanto a estudantes de doutoramento e respetivas teses, Stone defendia que a prosopografia permitia aos mais novos chegar a uma “variedade de fontes”, ensinando-lhes a “a avaliar as evidências e aplicar o seu julgamento para resolver as contradições” e “a organização das informações de maneira metodológica”, ao mesmo tempo que “oferece um tópico que pode ser facilmente expandido ou reproduzido pela modificação do tamanho da amostra de modo a adequar-se aos requerimentos dos recursos e prazos disponíveis” (Stone, 1971: 132).

Se o objetivo for traçar um perfil de governantes da cultura, então a prosopografia dos/das Ministros/as da Cultura seria um caminho adequado, sem prejuízo de vir a ser completada com outras técnicas como a entrevista, considerando inclusivamente que a população se encontra num período histórico recente e não é totalmente inacessível. Todavia, se o foco da investigação já forem as políticas culturais, a prosopografia será um caminho limitador, podendo revelar-se numa perda de recursos, tanto em termos de tempo, como de dinheiro, pois a informação obtida pode ser escassa, conforme vimos. Então, caso o objeto de estudo seja uma política cultural, e considerando que a prosopografia trabalha com dados biográficos / pessoas, estamos perante uma situação em que será mais prudente optar por outro modelo metodológico.

Em suma, a prosopografia é, pelas suas vantagens, mas sobretudo pelos riscos elencados, um caminho desafiante, que se pode transformar num conjunto diverso de estímulos no decorrer da investigação, conforme referimos. Tendo em conta a natureza da prosopografia de um raciocínio indutivo, cremos, como Verboven, Carlier & Dumolyn (2007), que uma vez recorrendo à prosopografia deve haver uma diversificação dos métodos, no sentido de a complementar (ou até mesmo validar) alguma informação.

Depois de se entender que o período histórico se adequa, assim como a população que se pretende estudar e os objetivos da investigação, então, este pode ser um caminho a percorrer e no âmbito do qual se poderá colher conhecimentos (alguns que o tempo poderia ter quase apagado) de relevo para o presente e futuro da ciência política, da história, e, sobretudo, da sociologia, pela sua transdisciplinaridade.

Referências

- BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, Maria Alejandra (2008), “Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. XVI, pp. 107-130.
- BROADY, Donald (2002), “French Prosopography: Definition and Suggested Readings”, *Poetics*, vol. XXX, pp. 381-385.
- BRYMAN, Alan; BELL, Emma (2012), *Business Research Methods* (Fourth Edition), Oxford University.
- BULST, Neitbard (2005) “Sobre o objeto e o método da prosopografia”, *Politeia - História e Sociedade*, vol. V, pp. 47-67.
- CARDOSO, Cátia (2020), *O cinema na televisão pública portuguesa: um olhar sobre os magazines cinematográficos atualmente exibidos na RTP*, Dissertação de Mestrado em Cinema, Covilhã, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior.
- CHARLE, Christophe (2006a), “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea” in Heinz, Flávio M. (ed.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 19-39.
- CHARLE, Christophe (2006b), “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”, in Heinz, Flávio M. (ed.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, FGV Editora. pp. 41-53.
- CODATO, Adriano Nervo; HEINZ, Flavio M. (2015), “A prosopografia explicada para cientistas políticos”, in Renato, Perissinotto; Codato, Adriano Nervo (org.), *Como estudar elites*, Curitiba, Paraná, Brasil, Editora UFPR, pp. 249-75.
- CRESWELL, John W & CRESWELL, J. David (2018), *Research Design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*, Los Angeles, Sage.

- CARDOSO, Cátia (2023), “Potencialidades, limites e desafios da prosopografia”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 109 – 126, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a5>
- FERRARI, Marcela (2010), “Prosopografia e historia política: Algumas aproximaciones”, *Antíteses*, vol. III, pp. 529-550.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew (2012), *Investigação por questionário*, Lisboa. Edições Sílabo.
- LAHIRE, Bernard (2004), *Retratos Sociológicos. Disposições e variações individuais*, Porto Alegre, Artmed Editora.
- LALOUETTE, Jacqueline (2006), “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”, in Heinz, Flávio M. (ed.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 55-74
- MAGALHÃES, Pedro; SILVA, Jorge Rodrigues da (2022), “Aspetos metodológicos e sociografia dos inquiridos”, in Pais, José Machado; Magalhães, Pedro; Antunes, Miguel Lobo (coord.), *Práticas culturais dos portugueses*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 47-54.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de (2011), “A abordagem etnográfica na investigação científica”, *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande, EDUEPB, pp. 49-83.
- MONTEIRO, Lorena (2014), “Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?”, *Pensamento Plural*, vol. VII, pp. 11-21.
- NORONHA, Susana (2018), “Cancro, arte e ação: experiências e projetos de mulheres e homens Portugueses”, *Configurações*, vol. XXII, pp. 101-116.
- PASTI, Renato & JUNIOR, Gilson Brandão Oliveira (2019), “Biografia e Prosopografia: investigações de Trajetórias, Valorização das Experiências”, *Revista Expedições*, vol. X, pp. 29-44.
- ROQUE, Jaime (2022), *A repetição dos trânsitos: uma prosopografia do CHEGA*, Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- STONE, Lawrence (1971/2011), “Prosopografia”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. XIX, pp. 115-37.
- VERBOVEN, Koenraad; CARLIER, Myriam; DUMOLYN, Jan (2007), “A Short Manual to the Art of Prosopography”, in Keats-Rohan; Katharine S. B. (ed.)

CARDOSO, Cátia (2023), “Potencialidades, limites e desafios da prosopografia”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 109 – 126, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a5>

Prosopography Approaches and Applications: A Handbook, Prosopographica et Genealogica, vol. 13, pp. 36-69. Oxford. Unit for Prosopographical Research.

Cátia Cardoso. Mestre em Cinema, pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior; doutoranda em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Email: catiacardoso26@hotmail.com

Resolver o problema da “raça”*

Loïc Wacquant

University of California, Berkeley

Resumo

Este artigo esboça um quadro neobourdieusiano para repensar a dominação racial. Propõe a necessidade de historicizar a noção de “raça”; de desalojar os Estados Unidos da sua posição arquimediana; de abandonar a lógica do julgamento; e de desagregar os fenómenos etnoraciais nas “formas elementares” de dominação, categorização, discriminação, segregação, reclusão e violência raciais. Esta abordagem permite apreender a “raça” como uma modalidade denegada de etnicidade e descobrir como um sistema de *classificação* etnoracial é mapeado num sistema de *estratificação* etnoracial, ou seja, apreender a “raça” como uma modalidade particular de “formação de grupos”.

Resolving the problem with “race”

Abstract

This article sketches a neo-Bourdieusian framework for rethinking racial domination. It proposes that we need to historicize the notion of “race”; to dislodge the United States from its Archimedean position; to forsake the logic of the trial; and to disaggregate ethnoracial phenomena into the “elementary forms” of racial domination, categorization, discrimination, segregation, seclusion, and violence. This approach makes it possible to grasp “race” as a denegated modality of ethnicity and to uncover how a system of ethnoracial *classification* is mapped onto a system of ethnoracial *stratification*, that is, to grasp “race” as a particular modality of “group-making.”

Résoudre le problème de la «race»

Résumé

Cet article esquisse un cadre néo-bourdieusien pour repenser la domination raciale. Il propose d'historiciser la notion de « race », de déloger les États-Unis de leur position archimédienne ; de renoncer à la logique du procès ; et de décomposer les phénomènes

* O presente ensaio foi publicado na *New Left Review*, 133-134, de janeiro-abril de 2022. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, agradece à *New Left Review* e ao autor a autorização da publicação da versão em língua portuguesa deste trabalho. Traduzido do original em língua inglesa por Virgílio Borges Pereira e revisto pelo autor.

en «formes élémentaires» de la domination raciale, catégorisation, discrimination, ségrégation, cantonnement et violence. Cette approche permet d’appréhender la « race » comme une modalité déniée de l’ethnicité et de découvrir comment un système de *classification* ethno-raciale est projeté en un système de *stratification* ethno-raciale, de sorte à saisir la “race” comme une modalité particulière de la « fabrication de groupe ».

Resolvier el problema de la “raza”

Resumen

Este artículo esboza un marco neobourdieusiano para repensar la dominación racial. Propone que debemos historizar la noción de “raza”; desalojar a Estados Unidos de su posición arquimédica; renunciar a la lógica del juicio; y desagregar los fenómenos etnoraciales en las “formas elementales” de dominación, categorización, discriminación, segregación, reclusión y violencia raciales. Este enfoque permite captar la “raza” como una modalidad negada de la etnicidad y descubrir cómo un sistema de *clasificación* etnoracial se mapea en un sistema de *estratificación* etnoracial, es decir, captar la “raza” como una modalidad particular de “formación de grupos”.

Com as teorias raciais, podemos provar e refutar tudo o que quisermos.

Max Weber⁺

A raça é, sem dúvida, a categoria mais problemática e volátil das ciências sociais no início do século XXI - como disse Zora Neale Hurston, é "como fogo na língua dos homens". Colocamo-la entre aspas ou não? Faz-se acompanhar de etnia para especificar o seu âmbito ou alargar o seu alcance? Utiliza-se como um substantivo (como se fosse uma "coisa" no mundo) ou como um adjetivo (racial, racializado, racialista ou o acusatório racista) ligado a uma perceção, crença, ação ou instituição? A raça baseia-se na descendência, no fenótipo ou no tom de pele? Mas o que dizer de propriedades sociais tão variadas como o estatuto jurídico, a região, a língua, a migração e a religião, que há muito servem também de vetores de racialização?¹

⁺ Max Weber, Reunião da Deutsche Gesellschaft für Soziologie (1912).

¹ O luminoso, mas pouco conhecido ensaio de Charles Wagley (1965[1958]), é suficiente para demonstrar a variabilidade das fundações etnoraciais. Para apoio empírico recente de diversos países, ver Gi-Wook Shin (2006), John Lie (2009), Lahra Smith (2013), Edward Telles (2014), Giovanni Picker (2017), Patrick

Qual é a relação entre o entendimento social da raça e a sua suposta designação genética e neurológica? A raça é uma força social autopropulsora ou deriva de outros poderes causais (por exemplo, a classe ou a nacionalidade)? Uma construção histórica de utilidade em certas sociedades, como as potências imperiais e as suas colónias, ou uma construção abstrata de alcance universal? Mais urgentemente ainda, é um “pecado do Ocidente” (ligado à posse de escravos), como proclamam vigorosamente muitos estudiosos e ativistas das questões raciais, ou funciona em todas as civilizações? Os princípios que orientam a autópsia concetual da “*underclass*” enquanto categoria racializada - elaborados no meu último livro, *The Invention of the “Underclass”* - podem ajudar-nos a ganhar alguma clareza e força nestas questões, permitindo-nos ver como noções que ganharam grande popularidade, como “racismo estrutural” e “racismo sistémico”, criam mais problemas do que resolvem².

1. Reenquadramentos

Primeiro princípio: *historicizar*. O problema da “raça” no Ocidente não começou no século XX ou XXI. É coextensivo com a vida da noção, que, desde o seu surgimento em meados do século XVIII, tem traficado constantemente na *cumplicidade entre o senso comum e a ciência*. Os naturalistas da época, que conceberam a ideia de que a humanidade podia ser dividida em categorias biofísicas (as quatro raças de Lineu, branca, negra, amarela, vermelha, correspondendo aos quatro humores do corpo e aos quatro continentes da terra, que sobrevivem sob diversas formas até hoje), que mais tarde seriam decretadas como intrinsecamente desiguais por Gobineau e os seus seguidores, codificavam um vasto conjunto de perceções comuns pré-modernas e participavam numa revolução científica que colocava, pela primeira vez, a questão de saber como conjugar a diversidade e a hierarquia humanas³.

Wolfe (2016) e Mahmood Mamdani (2020). A mercantilização contraintuitiva e muitas vezes absurda da etnicidade na era neoliberal é analisada por John Comaroff e Jean Comaroff (2009).

² Loïc Wacquant (2022, especialmente pp. 122-31, 150-67). O presente artigo desenvolve a conclusão do livro.

³ Ivan Hannaford (1996), Anthony Pagden (2015, especialmente o capítulo 3). Um precursor da noção moderna de raça como divisão de práticas, Oriente e Ocidente, encontra-se na religião, xintoísta e cristã, respetivamente: Frank Dikötter (1992), George Fredrickson (2002). A religião, e não a raça (isto é, a crença na inferioridade inata dos negros), foi o critério que inicialmente codificou a escravatura dos africanos para o comércio transatlântico. Não há espaço para abordar aqui as afirmações de que a raça era uma categoria operativa na era medieval europeia e mesmo na Antiguidade: ver Benjamin Isaac (2013) e Geraldine Heng

Essa confusão originária entre o senso comum e a erudição manteve-se até ao presente e está incorporada no acoplamento convencional de “raça e etnicidade”. Sempre que os cientistas sociais assumem este duo dóxico, endossam e amplificam o *efeito simbólico definidor da raça*, que é, precisamente, a crença ideológica de que é fundamentalmente diferente da etnia. O mesmo se aplica ao binómio “raça e racismo”: o que é a raça senão uma invenção da crença coletiva na sua existência autónoma, ou seja, o racismo? Então, porquê a duplicação? E a pluralização da categoria, como nos aparentemente evidentes e infinitamente multiplicados “racismos”, só vem agravar o problema. Este comércio duvidoso entre o senso comum e a ciência tem-se mantido ininterruptamente ao longo de três séculos, de modo que inúmeros princípios pré-sociológicos sobre a “raça” sobrevivem, e até prosperam, na ciência social contemporânea. Dentro de demasiados construtivistas raciais, há um essencialista racial a lutar para sair⁴.

Segundo princípio: *alargar o âmbito geográfico* para descentralizar o debate. Isto implica três ações. A primeira é juntar o Oriente e o Ocidente para escapar ao paroquialismo continental. É uma visão curiosamente eurocêntrica da história acreditar que a raça, enquanto princípio essencialista de classificação e estratificação, é um monopólio das nações e impérios ocidentais. Os japoneses, para dar apenas um exemplo, não esperaram pela chegada do Comodoro Perry, em 1853, para racializar a casta medieval dos Eta (que significa “abundante em sujidade”) e a classe criminosa dos *Hinin* (“não-humanos”) na “raça invisível” dos *Burakumin* (“povo das aldeias”), que se acreditava serem inatamente diferentes, inferiores e imundos, e para os tratar como tal ao longo dos séculos, incluindo após a sua emancipação em 1871, mesmo que nenhuma propriedade fenotípica os distinguisse. E a penetração japonesa na Coreia, no início do século XX, foi um projeto colonial impregnado de pensamento e ação raciais, mesmo

(2018). Basta notar que o século XVIII, como o “século da classificação”, marcou uma rutura histórica nas construções supostamente raciais, com a ascensão da ciência e do princípio político da igualdade.

⁴ Uma ilustração vívida é a de Howard Winant (2001), para quem a raça é “uma dimensão flexível da variedade humana que é valiosa e permanente”; “a raça está presente em todo o lado... A raça moldou a economia moderna e o Estado-nação. Permeou todas as identidades sociais, formas culturais e sistemas de significação disponíveis”; está “infinitamente encarnada na instituição e na personalidade”; “é o fundamento de todos os sonhos de libertação ... É um facto social fundamental! Dizer que a raça perdura é dizer que o mundo moderno perdura” (pp. xiv, 1, 6). Mas estar em todo o lado significa que a raça não está em lado nenhum em particular, o que a torna difícil de atacar politicamente. Além disso, a noção de que *O Mundo é um Gueto* não só nega a especificidade do gueto enquanto mecanismo socioespacial de dominação etnoracial (distinto da discriminação e da segregação); implica, curiosamente, que o gueto não tem exterior e que, portanto, os dominantes também residem no interior do gueto.

quando os japoneses encobriram esta captura com a linguagem da amálgama e da assimilação, baseada no paradoxo da ascendência comum⁵.

O passo seguinte consiste em estabelecer uma *ligação entre os domínios colonial e metropolitano*, a fim de detetar as semelhanças e diferenças de tratamento entre os subalternos do interior (camponeses, classe trabalhadora, minorias étnicas em razão da região e da religião) e os subalternos do exterior (súbditos coloniais), bem como a transferência bidirecional de representações, subjetividades e técnicas de governo racializadas entre o centro imperial e a sua periferia. Esta é a tarefa de uma nova geração de académicos que promete produzir uma sociologia colonial e pós-colonial cujo trabalho incide diretamente sobre as teorias da raça (e da formação de grupos) no Norte global da era contemporânea⁶.

O último movimento espacial consiste em *desalojar os Estados Unidos da sua posição arquimediana*. Tal como o conto tripartido da “*underclass*” foi uma história exclusivamente americana, alimentada por um antiurbanismo virulento e por um medo racial sufocante ativado pela revolta negra dos anos 1960, os debates académicos e cívicos sobre a raça a nível global são dominados por categorias, pressupostos e reivindicações americanas - como ilustrado recentemente pela difusão internacional da interseccionalidade na academia e do *Black Lives Matter* nas ruas. Mas a definição americana de raça como crime cívico e da negritude como desonra pública transmitida através de uma hipodescendência rigorosa são casos isolados na história⁷. Nenhum outro grupo étnico nos Estados Unidos está limitado nessa base e nenhuma outra sociedade no planeta define a negritude dessa forma. As limitações da melhor teorização sobre a raça na ciência social americana podem ser atribuídas diretamente à confiança dos seus progenitores nas singularidades da experiência histórica nacional⁸.

Por exemplo, a ideia de que a raça é igual à “cor”, ou seja, ao tom de pele, deixa de

⁵ Ver, respetivamente, Hiroshi Wagatsuma e George De Vos (2021[1968]), Peter Duus (1998). Para relatos das histórias e realidades da divisão etnorracial no Leste, Médio Oriente e África nestas regiões, ver Frank Dikötter (1997), Gyanendra Pandey (2013), Bernard Lewis (1990) e Bruce Hall (2011).

⁶ Os parâmetros gerais deste programa de investigação são definidos por George Steinmetz (2014, pp. 77-103). Sobre a divisão etnorracial especificamente, ver a literatura analisada por Julian Go (2018, pp. 439-51), a maior parte da qual ainda é programática ou declamatória. Dois estudos provocadores que ligam a metrópole e a colónia são Zine Magubane (2004) e Frederick Cooper (2014). A declaração pioneira nesta frente é feita por Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (1997).

⁷ Loïc Wacquant (2005, pp. 127-42) e F. James Davis (1990). Uma descentralização geográfica magistral da questão racial encontra-se em Mara Loveman (2014).

⁸ Mustafa Emirbayer e Matthew Desmond (2015), Karen Fields e Barbara Fields (2014). Um poderoso contraponto a este paroquialismo nacional é Orlando Patterson (2005, pp. 67-122).

fora casos de dominação etnorracial em que são utilizados outros marcadores fenotípicos (como o cabelo, a altura, ou a cor dos olhos, como na China, na África Central e nos Andes); situações em que não existe qualquer diferença fenotípica (Judeus, Eslavos e *Sinti* na Europa da era Nazi, os *Burakumin* do Japão, os *Dalits* da Índia); casos em que o racializador é uma população “de cor” (os impérios da África e da Ásia pré-coloniais) ou o “branco” racializado (os irlandeses aos olhos dos britânicos no período entre guerras). Não pode explicar como um continuum gradacional é transformado em categorias discretas nem em quantas (como documenta a profusão de categorias de cor flexíveis utilizadas no quotidiano pelos brasileiros). E, ironia final, não inclui a “raça canónica”, os Afro-Americanos, que são definidos por uma hipodescendência estrita, independentemente da aparência física (o que poderíamos chamar o paradoxo de Walter White), nem reconhece a generalidade da discriminação da cor entre as pessoas de cor⁹.

O terceiro princípio consiste em *evitar a lógica do julgamento*, que trunca a investigação ao procurar provar a culpabilidade e atribuir culpas, em favor de um empenhamento implacável na lógica a sangue-frio da construção teórica e da validação empírica, independentemente do rumo que estas tomem¹⁰. Foi Du Bois quem advertiu que, ao efetuar um estudo social, “o máximo que o mundo pode exigir não é a falta de interesse humano e de convicção moral, mas sim a qualidade de ser justo e um desejo sincero pela verdade, apesar do seu possível desagrado” (Du Bois, 2019 [1899], p. 3). Isto implica uma proibição rigorosa, se bem que provisória, do julgamento moral e uma rejeição permanente dos apelos às emoções que, com demasiada frequência, orientam a investigação sobre a desigualdade etnorracial - como quando o autor branco de um livro sobre o tema se sente obrigado a exibir a sua boa-fé racial num prefácio, confessando o seu privilégio e afirmando a sua solidariedade étnica (de uma forma que um colega da classe alta que escreve sobre a desigualdade de classes não pensaria em fazer).

Um sociólogo da classe, da família, do Estado, da modernidade não escreve mecânica e irrefletidamente contra a classe, a família, o Estado, a modernidade, para

⁹ Walter White foi o líder da NAACP de 1931 a 1955 e o arquiteto da sua estratégia de contestação legal da segregação racial. Era fenotipicamente branco, com cabelo louro e fino e olhos azuis, e podia facilmente “passar” (fê-lo para investigar em primeira mão os linchamentos e *pogroms* raciais, o que levou ao seu impressionante livro de 1929, *Rope and Faggot*). Era “um negro por opção”, como ele próprio disse, e ninguém questionava seriamente a sua identidade e a sua legitimidade para liderar os negros. Sobre o carácter omnipresente da desigualdade de cor entre Afro-Americanos, Hispano-Americanos e Asiático-Americanos, leia-se o arrojado artigo de Ellis Monk (2021, pp. 76-90); para um panorama global, ler Evelyn Nakano Glenn (2009).

¹⁰ Sobre as seduções da lógica do julgamento, ver Loïc Wacquant (1997, pp. 221-34).

denunciar o fenómeno em questão. E quando o faz, o resultado é bastante questionável: vide a infeliz previsão de Marx de que a polarização mecânica da estrutura de classes do capitalismo conduziria inevitavelmente à revolução comunista e à abolição das classes que ele tão ardentemente desejava. Porque é que os sociólogos da raça se sentem obrigados a escrever *contra* a raça em vez de escreverem *sobre* a raça - ou, melhor ainda, porque é que deixam tão facilmente que o primeiro impulso domine o segundo e que o vitupério prejudique a elucidação?

Isto não quer dizer que os cientistas sociais devam permanecer indiferentes às lutas etnoraciais pela igualdade e pela justiça, longe disso. O que se pretende é afirmar, com Weber, que devem participar nessas lutas como cidadãos, ao mesmo tempo que se certificam de que cumprem os seus deveres científicos de acordo com critérios especificamente científicos¹¹. De facto, é quando sublimam rigorosamente as suas paixões sociais numa rigorosa construção teórica, em conceções metodológicas robustas e numa escrupulosa observação empírica que os sociólogos melhor servem os interesses históricos dos dominados, produzindo explicações convincentes das estruturas complexas e mutáveis que os mantêm em baixo.

2. Dupla rutura

Um quarto imperativo é *demarcar e repatriar*. Demarcar significa *romper com o senso comum*, vulgar e académico, e elaborar uma construção analítica suficientemente ampla para abarcar as variadas formas de dominação etnoracial utilizadas ao longo do tempo e do espaço. A noção de que a ciência avança rompendo com a opinião e o conhecimento prévio já existentes, tratados como “obstáculos epistemológicos”, para se envolver num processo interminável de “retificação” que produz “aproximações” da realidade, bem como discontinuidades históricas na formação do conhecimento, é o ensinamento central da epistemologia histórica, a filosofia da ciência elaborada por Bachelard, Koyré e Canguilhem, e posta em prática nas ciências sociais por Foucault e Bourdieu¹². É também o primeiro mandamento do método sociológico sobre o qual Marx, Durkheim e Weber concordam: os conceitos populares e analíticos pertencem a registos de conhecimento diferentes; os primeiros respondem a necessidades sociais, exprimem

¹¹ Max Weber (1958 [1919], pp. 111-34). Os critérios científicos incluem a reflexividade egológica, textual e epistémica (tal como discutido em Wacquant, 2022, pp. 4-6), e assim abrangem os efeitos da “posicionalidade”.

¹² Para uma visão geral, ver Dominique Lecourt, (2018) e Hans-Jörg Rheinberger (2010).

ou ocultam interesses conflituosos e constituem receitas cognitivas práticas para a ação; os segundos são forjados especificamente para fins de descrição, interpretação e explicação científicas.

Bourdieu parte desta base epistemológica para salientar o facto de que as “ideologias” de Marx, as “pré-noções” de Durkheim e os “complexos de sentido” de Weber, longe de serem meras ilusões, fazem parte integrante da realidade objetiva do mundo social - formam aquilo a que ele chama a “objetividade de segunda ordem” (Bourdieu, 1980)¹³. Isto significa que temos de efetuar uma *dupla rutura*: num primeiro movimento, varrer para o lado as crenças raciais comuns para reconstruir a economia política material e simbólica subjacente à estratificação etnorracial (ou seja, demarcar); depois, num segundo movimento, reincorporar no modelo objetivista de dominação racial essas mesmas perceções e crenças (ou seja, repatriar). Isto, sublinha Bourdieu (1986, p. 154), porque “a ‘realidade social’ de que falam os objetivistas é também um objeto de perceção. E a ciência social deve tomar como seu objeto tanto esta realidade como a perceção desta realidade, as perspetivas, os pontos de vista que os agentes formam desta realidade, dependendo da sua posição no espaço social objetivo”. A subjetividade racial, as emoções, os discursos e a interpelação são parte integrante da realidade objetiva do domínio racial e, por isso, devem figurar plenamente na sua ciência¹⁴.

Efetuar o repatriamento, o segundo movimento da dupla rutura, é essencial porque a etnicidade se baseia, em última análise, na *perceção* e no *discernimento*, ao contrário de outros princípios canónicos da visão e divisão sociais, que têm todos uma base material autónoma independente da cognição: a classe (o modo de produção), o género (o modo de reprodução), a idade (o desenvolvimento da vida biológica), a cidadania e a nacionalidade (filiação num Estado). A fenomenologia racial é parte integrante da realidade racial de uma forma que não é verdadeira para as outras bases de estratificação - isto é: as classes existem, ainda que potencialmente, na ausência de consciência de classe; o mesmo não acontece com os grupos etnorraciais na ausência de cognição etnicamente infletida (nem que seja apenas pelo dominante). Dito de outra forma, *a raça é uma modalidade pura de violência simbólica*, a dobragem da realidade social para se ajustar a um mapa mental da realidade; ou, para o dizer de forma ainda mais concisa, um

¹³ Ver capítulo 9, “A objetividade do subjetivo” de Bourdieu (1980).

¹⁴ Nenhum caso histórico demonstra melhor esta proposição do que o nazismo: Edouard Conte e Cornelia Essner (1995) e Johann Chapoutot (2014).

caso limite da *realização de categorias*, o enigma que está no cerne da sociologia de Bourdieu¹⁵. Mas como podemos captar a sua especificidade enquanto base realizada de classificação e estratificação?

Eis os lineamentos de um quadro que trata a raça como um *subtipo paradoxal de etnicidade*, paradoxal na medida em que nega ser étnica, isto é, fundada nos acidentes da história, e, no entanto, revela que o é por essa mesma negação (no sentido freudiano de *Verneinung*).

A Figura 1 (a seguir) oferece uma visão sinóptica da análise da visão e divisão etnoraciais subjacentes à minha argumentação. Combina o mandato de Bachelard para efetuar uma “rutura epistemológica” limpa com o senso comum (leigo e académico), considerando o “carácter ilusório da experiência primária” da raça numa dada sociedade, a teoria de Weber do “grupo de status” (*Ständische Lage*) como um coletivo baseado numa “reivindicação efetiva de estima social em termos de privilégios positivos ou negativos”, e a teoria de Bourdieu do “poder simbólico” como “o poder de constituir o dado ao enunciá-lo”, ou seja, “impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por conseguinte, fazer e desfazer grupos” (Bachelard, 1938, p. 26; Weber, 1978, vol. 1, p. 305; Bourdieu, 2000 [1982], p. 283). Oferece um modelo *ideal-típico* para investigar as causas, os mecanismos e as consequências da dominação etnoracial.

Este quadro postula que a etnicidade como base da identidade, estratégia e estrutura sociais forma um *continuum* enraizado naquilo a que Weber chamou “a estimação social da honra”, qualquer que seja a sua base. A honra pode, de facto, ser concedida ou negada com base num vasto leque de motivos, pois “qualquer traço cultural, por mais superficial que seja, pode servir de ponto de partida para a tendência familiar de fechamento monopolista” (Weber, 1978, p. 388)¹⁶. Entendida ao longo do eixo da heterogeneidade, a

¹⁵ O modelo para este movimento analítico encontra-se em Bourdieu, (1993, pp. 32-6). Uma explicação encontra-se em Loïc Wacquant, (2013, pp. 274-91, ver pp. 276-7 e 281). Uma ilustração perfeita do mapeamento do espaço simbólico no espaço social e físico a partir de cima é, mais uma vez, a reestruturação violenta de uma sociedade baseada na classe para uma sociedade baseada na raça pelos Nazis, como mostram Michael Burleigh e Wolfgang Wipperman (1991). Outra é a reorganização, segundo linhas raciais, da geografia mental, social e física da África do Sul durante o *apartheid*, tal como foi cartografada por A. J. Christopher (2002). Uma terceira é proporcionada por episódios de limpeza étnica ao longo da história, especialmente aqueles que procuram tanto remover a população indesejável como apagar todos os vestígios do próprio processo de apagamento étnico, como discutido por Ilan Pappé (2006). Uma mobilização que procura realinhar as categorias estatais com o espaço social a partir de baixo é estudada por Nancy Grey Postero (2007).

¹⁶ Note-se que me baseio na teoria (mais alargada) de Weber do fechamento e dos grupos de status e não na sua teoria (mais restrita) dos grupos étnicos, que lhe está logicamente subjacente.

etnicidade vai desde a pura identificação (uma identidade autoatribuída), baseada na escolha, marcada pela aura e tendendo para a *horizontalidade* (o que significa que as populações etnicizadas estão num plano de igualdade simbólica, cada uma dotada de dignidade), até à pura categorização (uma identidade atribuída a outrem, em que a dignidade é graduada e pode ser negada), imposta por constrangimentos, marcada pelo estigma ou pela desonra coletiva e tendendo para a *verticalidade*, ou seja, para uma desigualdade cada vez mais acentuada e duradoura.

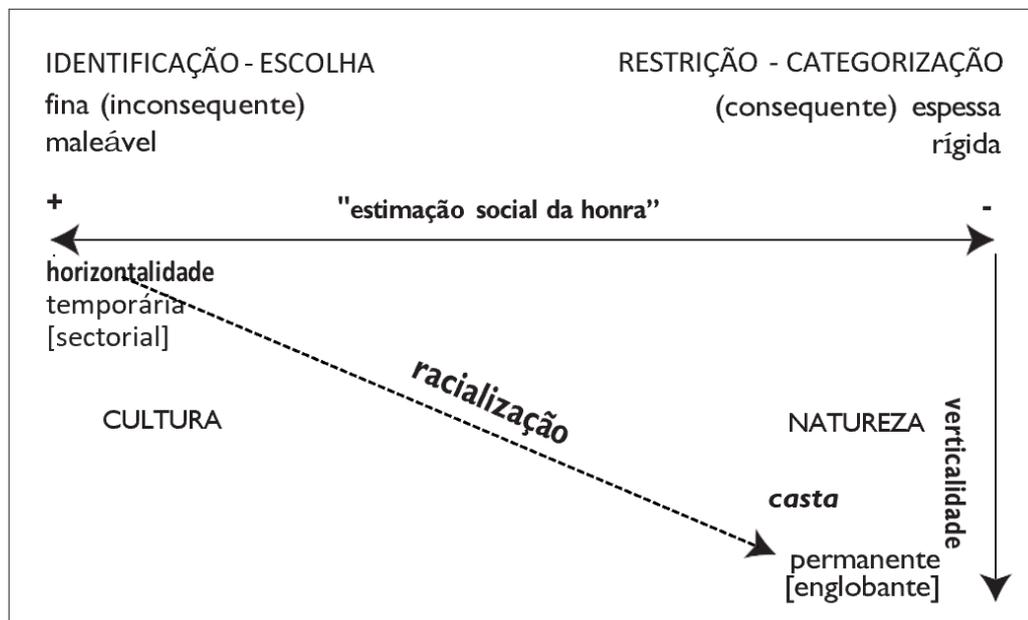
Num extremo, a etnicidade “fina” admite plenamente a sua arbitrariedade¹⁷: é abertamente “étnica”, no sentido em que se baseia, de forma evidente, nos caprichos *da cultura e da história*, como acontece com as variantes das categorias etnorreligiosas, etnacionais e etnorregionais (os Judeus na França contemporânea, os Zainichi no Japão pós-colonial, os Toltecas no México atual, por exemplo); no outro extremo, a etnicidade “espessa” nega a sua própria historicidade (que se torna assim encoberta) e afirma estar enraizada nas necessidades da natureza e da biologia (ou no seu análogo lógico, a cultura entendida como um sistema de ligação e virtualmente imutável), materializada na sua forma mais extrema pela casta e por arranjos semelhantes à casta. A primeira é maleável, muitas vezes temporária ou episódica, e aplica-se de forma diferente em diferentes sectores da vida social (na verdade, pode estar presente e ser consequente em alguns e ausente noutros); a segunda é rígida, aparentemente permanente, impregna todas as zonas da estrutura social e da subjetividade, e tem impacto em todos os resultados sociais¹⁸. As formas racializadas de etnicidade levam-nos até à dimensão vertical da desigualdade.

¹⁷ O extremo deste espectro é frequentemente designado por “etnicidade simbólica” (por Herbert Gans e pelos estudantes da “etnicidade branca” nos EUA depois dele: ver Gans, 1979, pp. 1-20). Isto é confuso porque todas as formas étnicas, finas ou grossas, maleáveis ou rígidas, racializadas ou não, são fundamentalmente simbólicas: na ausência de um ato de classificação cognitiva baseado na (des)honra, não há etnicidade, por mais frágil que seja (por exemplo, reivindicar a identidade irlandesa apenas no dia de São Patrício). Para além disso, devemos evitar a armadilha de tratar o poder simbólico como “meramente simbólico”, no sentido de decorativo, eflorescente, secundário relativamente à realidade material e desprovido de importância.

¹⁸ Um exemplo do primeiro caso é o que Rogers Brubaker, Margit Feischmidt, Jon Fox e Liana Grancea (2006) designam por “etnicidade quotidiana”; um exemplo do segundo é a categorização etnoracial no âmbito do *apartheid*, tal como dissecada por John Western (1997[1981]).

Figura 1

O *continuum* da etnicidade e a diagonal da racialização



Convém sublinhar aqui que um tipo ideal weberiano, como o que a Figura 1 capta, não é uma descrição dos fenómenos sociais, mas sim uma “construção mental” (*Gedankenbild*) obtida através de uma “acentuação unilateral”, que fornece uma referência analítica para dissecar as formações sociais e formular hipóteses (Weber, 1947 [1904], p. 90). Assim, na realidade histórica, as várias oposições desenhadas pela Figura 1 não estão tão nitidamente alinhadas, mas frequentemente combinadas, enredadas ou aninhadas umas dentro das outras. Por exemplo, a identificação e a categorização estão sempre ambas presentes na formação étnica; a escolha e o constrangimento também se misturam em diferentes proporções e em diferentes instituições; a identificação é aparentemente permanente até se dissolver sob a pressão da mudança social, como acontece quando as identidades etnorregionais são submergidas, ou melhor, apagadas, pelas etnonacionais, ou vice-versa, com o colapso dos Estados nacionais que se transformam em divisões etnorreligiosas. Quanto às atribuições de estigma, podem ser postas em causa e até invertidas, como quando uma categoria desenvolve formas internas de orgulho coletivo sob a dura crosta da difamação simbólica por parte dos dominantes¹⁹.

¹⁹ Para exemplos destas duas configurações, ver, respetivamente, Peter Sahlins (1991), St. Clair Drake e Horace Cayton (2015 [1945]).

Não obstante, este tipo ideal tem a virtude de fornecer “meios inequívocos” - citando de novo Weber - para percorrer a extensão dos casos históricos e fomentar uma comparação rigorosa suscetível de alimentar novas teorizações.

Em particular, este quadro ajuda-nos a problematizar e a focalizar aquilo a que chamo a *diagonal da racialização*, o processo histórico pelo qual uma população ou categoria é empurrada ou puxada do lado superior esquerdo do eixo horizontal do diagrama para o lado inferior direito do eixo vertical, onde a etnicidade se torna etnorracial - isto é, espessa, rígida, abrangente e consequente em todos os sectores da realidade social, como num regime de castas²⁰ (Berreman, 1972, pp. 385-414; Dollard, 1989[1937]; Bayly, 2001; Wacquant, 2020). Este modelo também pode ser utilizado para estudar casos de desracialização, como quando os Irlandeses-Americanos e os Judeus nos Estados Unidos perdem o seu estatuto de "raça" separada para se fundirem na designação étnica "branca", bem como casos de submersão etnorracial falhada, como o dos *Zainichi* no Japão após a Segunda Guerra Mundial, ou de absorção étnica fluida, como a experimentada pelos imigrantes Portugueses em França (Ignatiev, 1995; Brodtkin, 1998; Lie, 2008; Volovitch-Tavares, 2016)²¹. Também pode ser utilizada para iluminar a questão controversa da resistência e as duas formas principais que pode assumir: em que condições materiais e simbólicas os subordinados contestam a classificação etnorracial (por exemplo, pedindo o reconhecimento ou o apagamento de categorias intermédias ou o fim da categorização étnica estatal) e contestam a estratificação etnorracial (ou seja, pedindo uma distribuição igual ou equitativa de recursos entre categorias).

Nesta perspetiva, racializar significa *naturalizar*, transformar a história em biologia, as diferenças culturais em dissemelhanças de essência; *eternizar*, estipular que essas diferenças são duradouras, se não imutáveis, ao longo do tempo, passado, presente e futuro; e *homogeneizar*, perceber e imaginar todos os membros da categoria racializada como fundamentalmente iguais, como partilhando uma qualidade essencial permanente que justifica o tratamento diferenciado dos seus membros no espaço simbólico, social e físico. Tal como a própria racialização, a naturalização, a eternização e a homogeneização não são coisas, mas sim atividades simbólicas - envolvendo uma relação real e imaginada

²⁰ Resumidamente, um regime de castas é um sistema hierárquico de categorias fixas atribuídas à nascença, culturalmente distintas, homogéneas e sustentadas por uma doutrina de pureza ou superioridade inerente (validada pela religião, ciência ou crença popular). Para uma perspetiva diferente sobre a aplicabilidade da casta a regimes rígidos de dominação etnorracial, ver Kheya Bag e Susan Watkins (2021, pp. 55-82).

²¹ Ver também Margot Delon (2019, pp. 4-28).

entre o racializador e o racializado - e uma questão de grau; mas tendem a avançar rapidamente e a implicar-se mutuamente. Uma forma paradoxal de racialização é a crença, por parte dos subordinados ou dos seus porta-vozes automeados, de que possuem uma essência comum, imutável e uniforme, como nas variantes do afro-pessimismo, segundo as quais todos os negros, em todo o lado, enfrentam para sempre as mesmas forças de antinegitude, independentemente da sua posição social e das constelações institucionais com que se confrontam, como se tivessem o fardo ontológico de existir fora da história (Wilderson III, 2020).

O modelo neobourdieusiano aqui proposto faz da “raça”, tal como é reconhecida e praticada numa dada sociedade e num dado momento, uma variante dissimulada de classificação e estratificação étnicas que tem de ser explicada (*explanandum*), em vez de ser tomada como um dado adquirido e tratada como uma causa autopropulsora (*explanans*) da gama de resultados sociais; e, para esse efeito, devidamente localizada no mapa analítico das formas possíveis de etnias, racializadas ou não. A posição e o movimento ao longo da diagonal da racialização são, além disso, explicados por lutas materiais e simbólicas sobre a divisão do espaço social e a designação de populações, em que os poderes simbólicos supremos - entre os quais se destacam o Estado, a lei, a ciência, a religião e a política partidária - competem pelo “monopólio dos meios legítimos de violência simbólica” (Wilderson III, 2020).

Tanto assim é que a raça é ao mesmo tempo *o produto, o instrumento e a aposta das lutas de classificação* que visam reforçar ou subverter a sua utilização como “princípio de visão e divisão social” preeminente, acima e contra outras bases possíveis de agrupamento e reivindicação, classe, género, idade, sexualidade, religião, região, nação, etc. Escreve Bourdieu: “As lutas pela identidade étnica ou regional, ou seja, pelas propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do local de origem e das marcas duradouras que lhe estão associadas, como o sotaque, são um caso particular de lutas de classificação, ou seja, lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por conseguinte, *de fazer e de desfazer grupos*” (Bourdieu, 2002, pp. 282–3, itálico no original).

3. Pêntade de dominação etnoracial

Historicizar, espacializar, renunciar à incriminação, demarcar e repatriar. Um

quinto princípio é o da *desagregação*²². O mito académico e político da “*underclass*” emergiu da fusão de relações sociais díspares, enraizadas na etnicidade, na geografia, no mercado de trabalho, na família e no Estado, e foi negociado com base nessa fusão. Era uma categoria irregular que, por essa razão, criava confusão empírica e problemas teóricos - para não falar de má orientação política e regressão política. A lição a retirar aqui é decompor os fenómenos etnorraciais nos seus elementos constituintes, aquilo a que chamo as formas elementares de dominação racial: categorização (atribuição a um sistema de classificação hierárquico e naturalizante, que engloba preconceito, parcialidade e estigma), discriminação (tratamento diferenciado e impacto díspar com base na pertença real ou putativa a uma categoria), segregação (afetação diferenciada no espaço social e físico), guetização (enclausuramento e paralelismo institucional) e violência, utilizada para assinalar e impor fronteiras raciais, desde a intimidação e a agressão aos *pogroms* e à limpeza étnica, até à guerra e ao genocídio (a forma final de dominação étnica²³).

Estas cinco formas elementares enredam-se e articulam-se de forma diferente em sociedades diferentes, para populações diferentes e em épocas diferentes. E podem variar em uníssono (acoplamento rígido) ou, pelo contrário, evoluir independentemente umas das outras (acoplamento flexível). Por conseguinte, os grupos podem enfrentar diferentes *perfis de dominação etnorracial* ao longo do tempo e do espaço, como o demonstra vividamente a experiência dos Afro-Americanos ao passarem da escravatura para o terrorismo de castas de Jim Crow, para o gueto urbano, para a engrenagem triádica do hipergueto, do sistema penal e do bairro segregado da classe média negra, após a revolta racial dos anos 1960²⁴. Nos últimos cinquenta anos, o domínio etnorracial sobre os negros foi-se atenuando e alterando: o preconceito público desapareceu (para ser unanimemente escoriado quando os seus vestígios reaparecem); a discriminação difundiu-se pelas instituições; a hipersegregação persistiu; a guetização entrou em colapso; e a violência homicida tornou-se interna. Mas o fulcro da opressão etnorracial na América, nomeadamente a regra da uma só gota que encurrala exclusivamente os negros dentro de uma “cerca de sangue” (e não atrás de uma “linha de cor”), resistiu ao ataque das

²² Desagregar a dominação etnorracial não é o mesmo que diferenciar os possíveis significados de raça num esforço para salvar um deles, como faz Michael Hardimon (2017). O seu objetivo é livrar-nos completamente da categoria enquanto construção analítica.

²³ Uma elaboração encontra-se em Wacquant (1997, pp. 27-31).

²⁴ Ver Loïc Wacquant (2001, pp. 95-133).

mudanças sociais multifacetadas - imigração, disseminação da genómica e do multiculturalismo e substituição de coortes - que analistas influentes da questão negra na América previram com confiança que dariam início a uma nova ordem racial democrática (Hochschild, Weaver & Burch, 2012).

De forma decisiva, o perfil da dominação etnorracial imposta aos negros bifurcou-se em função da classe, em formas que o pensamento e a mobilização atuais sobre a desigualdade racial não conseguem ter plenamente em conta. Uma ilustração brutal: os Afro-Americanos sem educação universitária têm 22 vezes mais probabilidades de cumprir pena de prisão do que os negros com alguma educação universitária, enquanto a diferença entre negros e brancos é de 6 para 1 (Muller & Roehrkasse, 2021). Isto significa que o Estado penal é simultaneamente uma instituição que cria raças e uma instituição que divide classes, o que desmente as denúncias emotivas da justiça penal como um “Novo Jim Crow” que têm servido de grito de guerra dos militantes da reforma penal (Wacquant, 2010, pp. 74–90). É pouco provável que essas reformas consigam desligar a raça da penalidade, na medida em que partem de uma especificação errada da sua relação.

Agora, atravessemos o Atlântico e vejamos o contraste com os ciganos urbanos espalhados pela Europa de Leste. A *pêntade* da regra racial dá-nos um modelo para determinar a sua situação. De um modo geral, o seu perfil contemporâneo combina preconceito generalizado e estigma pungente, discriminação moderada e flutuante, elevada segregação tanto no espaço físico (residência) como no espaço social (escolaridade, casamento e profissão), guetização incipiente (que ajuda a reproduzir as outras formas de dominação, mas também oferece uma plataforma para a resistência coletiva) e incidentes dispersos de violência, uma articulação que é complicada pela “passagem” generalizada infletida pela classe, e que varia acentuadamente entre países, bem como ao longo da divisão urbano-rural²⁵. A tarefa da sociologia da dominação etnorracial é precisamente dismantelar tais articulações de dominação etnorracial no papel, ajudando assim a forjar melhores ferramentas para possivelmente as dismantelar na realidade.

Dois pontos cruciais neste contexto são as *intersecções entre o domínio etnorracial, a economia política e o Estado*. Os fundamentos económicos e as implicações do domínio

²⁵ Esta é a minha leitura de János Ladányi e Iván Szelényi (2006), Roni Stauber e Raphael Vago (2007), Ryan Powell e John Lever (2017, pp. 680-99) e de uma série de estudos sobre a marginalidade urbana entre os ciganos da Bulgária, Roménia, Hungria, República Checa e Eslováquia.

racial são um tema imenso, de uma amplitude e complexidade assustadoras, que nem sequer pode ser abordado nos limites deste ensaio. Basta notar aqui que os interesses económicos motivam e moderam as diferentes articulações da dominação etnorracial; que as divisões etnorraciais e de classe podem ser coevas ou ortogonais; e que a divisão racial nem sempre é funcional para a economia²⁶. Assim, a divisão étnica da força de trabalho, resultante da categorização e da discriminação, facilitou em toda a parte a exploração, mas também prejudicou o desenvolvimento económico (o Sul dos EUA) e desencadeou a fusão e a rebelião etnonacional (África do Sul). A guetização serviu para extrair valor económico de uma população estigmatizada - os Judeus na Europa renascentista, os negros nos EUA fordistas - ao mesmo tempo que limitava as relações sociais com os seus membros; mas, ao fazê-lo, deu a essa população um *Lebensraum* separado no qual experimentar dignidade e acumular o capital social e simbólico necessário para desafiar a subordinação etnorracial. Os imperativos económicos têm tanto impulsionado como contido a violência etnorracial, como quando a necessidade de mão de obra impede a limpeza étnica e controla projetos genocidas, e também não conseguem explicar a violência expressiva que serve para marcar a superioridade de casta ou a exclusividade nacional.

Neste ponto, temos de resistir ao reflexo de limitar a sociologia da raça e da economia, em primeiro lugar, à escravatura e ao trabalho assalariado, em segundo lugar, ao capitalismo e, em terceiro lugar, à experiência estado-unidense. Com efeito, a racialização também contribuiu para lubrificar as engrenagens de formas de trabalho forçado, como a servidão tardia, a servidão contratada e o trabalho condenado, que desempenharam um papel central na acumulação de capital e no colonialismo; funcionou em regimes imperiais, comunistas e despóticos; e a experiência continental americana com a raça é um mau guia para a diversidade de configurações assumidas pelas economias racializadas, reunidas sob a categoria cativante e abrangente [*catch-all*] de capitalismo racial²⁷.

Um segundo pivot analítico para a *pêntade* das formas etnorraciais é o grau em que a categorização e a distribuição correlativa de capital (económico, cultural, social e

²⁶ No resto do presente parágrafo, limito-me a uma referência para cada forma de dominação etnorracial: Philippe Bourgois (1989), Gavin Wright (2006), St. Claire Drake e Horace Cayton (2015), George Fredrickson (1981), Stanley Tambiah (1996).

²⁷ Ver, por exemplo, Peter Kolchin (1990), Anand Yang (2021), Martin Thomas (2012), Eiichiro Azuma (2019), Evelyn Nakano Glenn (2004), Stanley Greenberg (1980), Justin Leroy e Destin Jenkins (2021).

simbólico) são reconhecidos, codificados e patrocinados pelo Estado, ou apoiados por outras agências simbólicas de primeira ordem, como a lei, a religião e a ciência, em oposição ao senso comum da vida quotidiana. As dinâmicas de racialização assumem um carácter diferente quando o Estado, enquanto *fonte de honra e desonra públicas*, valida a classificação étnica e solidifica, ou mesmo agrava, as correspondentes disparidades de estratificação. Por conseguinte, o estudo da dominação etnoracial deve imperativamente incluir uma sociologia comparativa sistemática dos Estados raciais, da sua génese, estrutura e funcionamento na história²⁸.

Este estudo tem de resolver três complicações incómodas. Em primeiro lugar, o Estado não é um monólito, mas um espaço de forças e de lutas em torno das suas próprias fronteiras, arquitetura e missões, de tal modo que algumas unidades administrativas podem atuar como forças racializantes, enquanto outras são racialmente neutras ou mesmo desracializantes - como aconteceu com as forças armadas dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial ou com o abastecimento público de água, que reduziu drasticamente a desigualdade entre negros e brancos no que respeita a mortes por doenças infecciosas transmitidas pela água, mesmo no Sul (Troesken, 2004)²⁹. A unidade do pensamento e da ação raciais dos gestores do Estado tem de ser estabelecida, e não assumida. Em seguida, existe sempre um fosso entre os projetos de política estatal destinados a instituir e a impor fronteiras etnoraciais a partir de cima e a realidade da sua implementação pelas burocracias existentes ao nível do terreno, que têm de se contentar com diferentes graus de recalcitrância e resistência. É por esta razão que o historiador do nazismo Devin Pendas prefere caracterizar até o Terceiro *Reich* como “um regime racializante, não um Estado racial” (Pendas, 2017, p. 135)³⁰.

Por último, mesmo nos casos mais coerentes, as taxonomias etnoraciais promulgadas pelo Estado são confusas, multifacetadas, divididas por contradições e enfraquecidas por exceções. Isto porque, sendo produtos históricos de lutas de classificação passadas, incorporam múltiplos critérios nascidos e orientados para a ação política e não para o conhecimento erudito ou a conformidade burocrática. Em geral, não passam de nomenclaturas étnicas, listas de nomes de grupos desprovidos de racionalidade

²⁸ Os estudos sobre as formações coloniais são o terreno privilegiado para o avanço da sociologia do Estado racial: George Steinmetz (2016, pp. 98-123), George Steinmetz (2008), Crawford Young (1994), Peter Zinoman (1996), Marie Muschalek (2019); e muitos dos livros publicados na série Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies.

²⁹ Devo este exemplo a Chris Muller.

³⁰ Para um caso e argumento contrário, ver Ivan Evans (1997).

formal.

E divergem geralmente das designações populares mais ricas invocadas pelas pessoas na vida quotidiana. As categorias étnicas comuns também são sempre, em certa medida, difusas, porque admitem múltiplas leituras e podem ser manipuladas e contestadas, mesmo nos regimes de dominação aparentemente mais rígidos, para não falar dos mais flexíveis. Por exemplo, dois terços das pessoas classificadas como ciganas pelos entrevistadores de um inquérito transnacional sobre pobreza e etnicidade na Hungria e na Roménia não se consideravam ciganas, enquanto dois terços das pessoas identificadas como ciganas pelos entrevistadores se autoidentificavam como tal na Bulgária. São estas as inevitáveis *ilógicas da classificação etnorracial* que a sociologia deve ter o cuidado de não apagar das suas contas. A combinação destes três fatores torna a sociologia comparativa do Estado etnorracial como máquina de classificação e estratificação simultaneamente difícil e indispensável³¹.

4. Classificação, estratificação, formação de grupos

Afirmar que a raça é um subtipo de etnicidade, tanto lógica como historicamente, não é negar a realidade bruta e brutal da dominação racial, como temem os ativistas e os académicos que se agarram à distinção entre raça e etnicidade como se a sua vida dependesse disso. Pelo contrário: é dar a nós próprios os meios analíticos para descobrirmos em que condições e devido a que forças e mecanismos a *etnicidade comum se transforma em etnicidade racializada (denegada)*, e a diferença que a naturalização faz em diferentes arenas de ação social - por exemplo, amizade, casamento, escolaridade, mercado de trabalho ou participação cívica. Termos desajeitados como “racismo estrutural” ou “racismo sistémico”, que, na sequência dos movimentos sociais pela justiça racial, se espalharam a uma velocidade estonteante nos últimos anos - em parte devido à influência de grupos de reflexão e fundações filantrópicas ansiosas por reformular velhos

³¹ O estudo sobre os ciganos referido é a joia de János Ladányi e Iván Szelényi (2001, 79-89). A ilogicidade da classificação racial está totalmente documentada e dissecada em Loveman (2014), que abrange 19 países ao longo de dois séculos e que recupera a história oculta da categorização etnorracial como instrumento de formação do Estado e de construção da nação. Ver também Ilona Katzew e Susan Deans-Smith (2009) e Thomas Mullaney (2011). Dois estudos exemplares sobre a utilização socialmente flexível e semanticamente fluida de categorias étnicas na vida quotidiana são o de Virginia Domínguez (1993, especialmente a parte iii) e o de Brubaker, Feischmidt, Fox & Grancea (2006, especialmente “Categories”, pp. 207-238). Para mais ilustrações da incoerência consistente das taxonomias sociorraciais, ler Siep Stuurman (2000, pp. 1-21), Deborah Posel (2001, pp. 87-114) e Kenneth Prewitt (2005, pp. 5-17).

programas na nova linguagem racial do momento³² - podem funcionar bem como lemas políticos para mobilizar as pessoas e dar-lhes um sentido pessoal de zelo moral e benevolência cívica; no entanto, são maus guias para dissecar e, conseqüentemente, subverter a ordem racial.

De facto, para além da sua valência progressista, a ressurreição do “racismo institucional” sob o disfarce de “racismo estrutural” pode vir a ser para a década de 2020 o que a invenção da “*underclass*” foi para a década de 1980: uma noção irregular que interrompe o trabalho analítico exatamente onde este deveria começar, que funde e confunde mecanismos de dominação etnoracial (eles próprios raciais e não raciais), constituindo assim um obstáculo prático à remoção cirúrgica das fontes operacionais da desigualdade racial. É o caso, por exemplo, de ataques retóricos abrangentes ao “racismo estrutural na justiça criminal” que confundem as diferentes escalas do Estado penal americano (federal, estadual, distrital e municipal), ignoram o hiperlocalismo e a fragmentação administrativa de um sistema de justiça criminal que não é um sistema, e amalgamam as diferentes práticas de legislação, policiamento, prisão preventiva, acusação, defesa pública, negociações de apelos e litígios, sentenciamento, supervisão, programação mandatada pelo tribunal, encarceramento e administração de pena, cada uma das quais tem camadas de complexidade interna e pode ou não produzir disparidades etnoraciais em *loop*³³. O “racismo estrutural” postula aquilo que precisa de ser descoberto e demonstrado. Ofusca a primazia da disparidade de classe no processamento criminal. Substitui o estudo metucioso por *slogans* fáceis e a ação corretiva precisa por apelos vagos a mudanças sistémicas que dificilmente se concretizarão ou produzirão os resultados esperados. Ao fazê-lo, esta palavra em voga trai o seu objetivo ostensivo: escavar as condições sociais de possibilidade da justiça etnoracial.

A estipulação do conceito de “raça” aqui esboçada preenche os critérios que

³² Ver, por exemplo, o “Glossário para a Compreensão do Desmantelamento [do] Racismo Estrutural/Promoção da Análise da Equidade Racial”, formulado e difundido pelo Aspen Institute através dos seus quinze locais em todo o mundo, e a rubrica “Racismo Estrutural na América” no sítio Web do Urban Institute, que, curiosamente, foi um dos principais proponentes do mito racialmente regressivo da “*underclass*” no início do século. Uma desmontagem metódica do “racismo estrutural” encontra-se em Daniel Sabbagh (2022).

³³ Uma exploração brilhante da fenda entre o *slogan* e as realidades contraintuitivas da “reforma do tribunal” encontra-se em Malcolm Feeley (1983). É impressionante e preocupante que a atual geração de ativistas da justiça criminal ignore alegremente as lições preocupantes do fracasso, há cinquenta anos, exatamente das mudanças que agora procuram, reforma da fiança, desvio pré-julgamento, reforma da sentença e regras de julgamento rápido.

constituem uma construção analítica sólida³⁴. É semanticamente discreta, clara e neutra. É logicamente coerente, específica e parcimoniosa. É heurística, na medida em que nos permite dissecar empiricamente e integrar num único quadro teórico as diversas formas assumidas pela ordenação étnica na história e através dos continentes - etnorreligiosa, etnolinguística, etnorregional, etnonacional e etnorracial propriamente dita. Um esforço concetual igualmente vigoroso para unificar estas categorias “como uma única família integrada de formas”, numa base comparativa e histórica, é *Grounds for Difference* de Rogers Brubaker (2009, pp. 21-42). Não vai suficientemente longe: em vez de incluir a raça e o nacionalismo sob a etnicidade, como etnicidade biologizada e etnicidade afiliada ao Estado, respetivamente, Brubaker mantém-nas como três perspetivas cognitivas e conativas coiguais sobre o mundo social. Andreas Wimmer vai mais longe nessa direção, ao desenvolver uma análise comparativa da formação étnica numa perspetiva global em *Ethnic Boundary Making* (Wimmer, 2013, especialmente pp. 7-10). Mas nem Brubaker nem Wimmer dão o passo seguinte, ao inscreverem as categorias de etnia, raça e nacionalismo numa teoria neobourdiesiana geral do poder simbólico e da formação de grupos - abrangendo a classe, o género, a idade, a sexualidade, a religião, a cidadania, a localidade, etc. - cuja possibilidade e necessidade demonstram.

O quadro analítico esboçado neste ensaio estabelece para a sociologia da dominação racial a tarefa central de descobrir o modo como um sistema de classificação etnorracial - uma taxonomia que negocia na correspondência aberta ou encoberta entre ordenações sociais e naturais - é criado e inculcado, sedimentado no corpo socializado sob a forma de habitus étnico e mapeado num sistema de *estratificação* etnorracial através da distribuição diferencial de bens materiais e simbólicos, privilégios e penalizações, lucros e perigos, através do espaço social e físico. A classificação inclui as taxonomias do Estado, politicamente informadas e burocraticamente inscritas, e os modos quotidianos de ordenar as pessoas, utilizados pelas pessoas comuns no decurso da sua vida quotidiana e durante os momentos de ação e emoção coletivas, ambos com várias camadas, variavelmente incongruentes e eminentemente maleáveis e manipuláveis³⁵. Do mesmo modo, a estratificação refere-se às macrodistribuições de recursos e recompensas subjacentes à estrutura do espaço social, bem como às microdistribuições que moldam as

³⁴ Para uma explicação e ilustração destes critérios, ver Wacquant (2020, pp. 150-7).

³⁵ Sobre a manipulação histórica, as racionalizações e as consequências dos rótulos etnorraciais legais e vulgares, e o dissenso social que geram e em que prosperam, ler Domínguez (1993, particularmente pp. 262-277).

interações face a face, incluindo o reconhecimento, o respeito e a deferência, ou a sua negação.

A gênese, cristalização e *transmutação* recursiva da *classificação em estratificação*, e *vice-versa*, constituem a problemática central para a formulação da sociologia da raça como uma modalidade particular de formação de grupos, sem cair nas armadilhas gêmeas do “grupismo” e do “*race-centrism*” (Brubaker, 2004; Wimmer, 2015, pp. 2186-2205). Esta problemática leva-nos a determinar o que é genérico e o que é específico na raça enquanto categoria a ser realizada, e a descobrir como é que ela atinge (ou não) o estatuto de princípio dominante de visão e divisão em resultado das lutas por aquilo a que Bourdieu chamou evocativamente “*realeza simbólica*”.

Dedicatória: Este artigo é dedicado aos estudantes de pós-graduação de Berkeley que serviram como leitores do Soc131B ao longo dos anos. Beneficiou consideravelmente das sugestões generosas e das críticas acutilantes de Aksu Akçaoğlu, Magali Bessone, Sarah Brothers, Rogers Brubaker, Jenae Carpenter, Mara Loveman, Ellis Monk, Chris Muller, Nazli Ökten, Daniel Sabbagh, Victor Lund Shammass, David Showalter e Andreas Wimmer.

Referências

- AZUMA, Eiichiro (2019), *In Search of Our Frontier: Japanese America and Settler Colonialism in the Construction of Japan's Borderless Empire*, Berkeley, University of California Press.
- BACHELARD, Gaston (1938), *La Formation de l'esprit scientifique: Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*, Paris, Vrin.
- BAG, Kheya, & WATKINS, Susan (2021), "Structures of Oppression: Querying Analogies of Race and Caste", *New Left Review*, 132, pp. 55-82.
- BAYLY, Susan (2001), *Caste, Society and Politics in India from the Eighteenth Century to the Modern Age*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BERREMAN, Gerald D. (1972), "Race, Caste and Other Invidious Distinctions in Social Stratification", *Race*, vol. 23, 4, pp. 385-414.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens pratique*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1986), *Choses dites*, Paris, Minuit.

- WACQUANT, Loïc (2023), "Resolver o problema da raça", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>
- BOURDIEU, Pierre (1993), "À propos de la famille comme catégorie réalisée", *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 100, pp. 32-6.
- BOURDIEU, Pierre (2000[1982]), *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil.
- BOURGOIS, Philippe (1989), *Ethnicity at Work: Divided Labour on a Central American Banana Plantation*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- BRODKIN, Karen (1998), *How Jews Became White Folks and What that Says about Race in America*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- BRUBAKER, Rogers (2004), *Ethnicity without Groups*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- BRUBAKER, Rogers (2009), Grounds for Difference, e "Ethnicity, Race and Nationalism", *Annual Review of Sociology*, vol. 35, pp. 21-42.
- BRUBAKER, Rogers, FEISCHMIDT, Margit, FOX, John & GRANCEA, Liana (2006), *Nationalist Politics and Everyday Ethnicity in a Transylvanian Town*, Princeton, Princeton University Press.
- BURLEIGH, Michael, & WIPPERMAN, Wolfgang (1991), *The Racial State: Germany 1933-1945*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CHAPOUTOT, Johann (2014), *La Loi du sang: Penser et agir en nazi*, Paris, Gallimard.
- CHRISTOPHER, A. J. (2002), *The Atlas of Changing South Africa*, New York, Routledge.
- COMAROFF, John L. & COMAROFF, Jean (2009), *Ethnicity, Inc.*, Chicago, The University of Chicago Press.
- CONTE, Edouard, & ESSNER, Cornelia (1995), *La Quête de la race: Une anthropologie du Nazisme*, Paris, Hachette.
- COOPER, Frederick (2014), *Citizenship between Empire and Nation: Remaking France and French Africa, 1945-1960*, Princeton, Princeton University Press.
- COOPER, Frederick, & STOLER, Ann Laura (eds) (1997), *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*, Berkeley, University of California Press.
- DAVIS, Floyd James (1990), *Who Is Black? One Nation's Definition*, University Park, pa, Pennsylvania State University Press.
- DELON, Margot (2019), "Des 'Blancs honoraires'? Les trajectoires sociales des Portugais et de leurs descendants en France", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 228, pp. 4-28.

WACQUANT, Loïc (2023), “Resolver o problema da raça”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>

- DIKÖTTER, Frank (1992), *The Discourse of Race in Modern China*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- DIKÖTTER, Frank (ed.) (1997), *The Construction of Racial Identities in China and Japan: Historical and Contemporary Perspectives*, Hong Kong, Hong Kong University Press.
- DOLLARD, John (1989[1937]), *Caste and Class in a Southern Town*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- DOMÍNGUEZ, Virginia (1993), *White by Definition: Social Classification in Creole Louisiana*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- DRAKE, St. Clair, & CAYTON, Horace (2015[1945]), *Black Metropolis: A Study of Negro Life in a Northern City*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DU BOIS, W. E. B. (2019[1899]), *The Philadelphia Negro: A Social Study*, Philadelphia.
- DUUS, Peter (1998), *The Abacus and the Sword: The Japanese Penetration of Korea, 1895-1910*, Berkeley, University of California Press.
- EMIRBAYER, Mustafa, & DESMOND, Mathew (2015), *The Racial Order*, Chicago, University of Chicago Press.
- EVANS, Ivan (1997), *Bureaucracy and Race: Native Administration in South Africa*, Berkeley, University of California Press.
- FEELEY, Malcolm M. (1983), *Court Reform on Trial: Why Simple Solutions Fail*, New York, Basic Books.
- FIELDS, Karen, & FIELDS, Barbara (2014), *Racecraft: The Soul of Inequality in American Life*, London & New York, Verso.
- FREDRICKSON, George (1981), *White Supremacy: A Comparative Study of American and South African History*, New York, Oxford University Press.
- FREDRICKSON, George (2002), *Racism: A Short History*, Princeton, Princeton University Press.
- GANS, Herbert (1979), “Symbolic Ethnicity: The Future of Ethnic Groups and Cultures in America”, *Ethnic and Racial Studies*, vol. 2, 1, pp. 1-20.
- GLENN, Evelyn Nakano (2004), *Unequal Freedom: How Race and Gender Shaped American Citizenship and Labour*, Cambridge MA, Harvard University Press.
- GLENN, Evelyn Nakano (ed) (2009), *Shades of Difference: Why Skin Color Matters*, Stanford, Stanford University Press.

WACQUANT, Loïc (2023), "Resolver o problema da raça", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>

GO, Julian (2018), "Postcolonial Possibilities for the Sociology of Race", *Sociology of Race and Ethnicity*, 4, pp. 439-51.

GREENBERG, Stanley B. (1980), *Race and Class in Capitalist Development: Comparative Perspectives*, New Haven & London, Cambridge University Press.

HALL, Bruce S. (2011), *A History of Race in Muslim West Africa, 1600-1960*, Cambridge, Cambridge University Press.

HANNAFORD, Ivan (1996), *Race: The History of an Idea in the West*, Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press.

HARDIMON, Michael (2017), *Rethinking Race: A Case for Deflationary Realism*, Cambridge, Harvard University Press.

HENG, Geraldine (2018), *The Invention of Race in the European Middle Ages*, New York, Cambridge University Press.

HOCHSCHILD, Jennifer L., WEAVER, Vesla & BURCH, Traci R. (2012), *Creating a New Racial Order: How Immigration, Multiracialism, Genomics and the Young Can Remake Race in America*, Princeton, Princeton University Press.

IGNATIEV, Noel (1995), *How the Irish Became White*, New York, Routledge.

ISAAC, Benjamin (2013), *The Invention of Racism in Classical Antiquity*, Princeton, Princeton University Press.

KATZEW, Ilona, & DEANS-SMITH, Susan (eds) (2009), *Race and Classification: The Case of Mexican America*, Stanford, Stanford University Press.

KOLCHIN, Peter (1990), *Unfree Labor: American Slavery and Russian Serfdom*, Cambridge, Harvard University Press.

LADÁNYI, Janos, & SZELÉNYI, Ivan (2001), "The Social Construction of Roma Ethnicity in Bulgaria, Romania and Hungary during Market Transition", *Review of Sociology*, vol. 7, 2, pp. 79-89.

LADÁNYI, Janos, & SZELÉNYI, Ivan (2006), *Patterns of Exclusion: Constructing Gypsy Ethnicity and the Making of an Underclass in Transitional Societies of Europe*, New York, Columbia University Press.

LECOURT, Dominique (2018), *Marxism and Epistemology: Bachelard, Canguilhem, Foucault*, London & New York, NLB.

LEROY, Justin, & JENKINS, Destin (eds) (2021), *Histories of Racial Capitalism*, New York, Columbia University Press.

WACQUANT, Loïc (2023), “Resolver o problema da raça”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>

LEWIS, Bernard (1990), *Race and Slavery in the Middle East: An Historical Enquiry*, Oxford University Press.

LIE, John (2008), *Zainichi (Koreans in Japan): Diasporic Nationalism and Postcolonial Identity*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

LIE, John (2009), *Multiethnic Japan*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

LOVEMAN, Mara (2014), *National Colours: Racial Classification and the State in Latin America*, New York, Oxford University Press.

MAGUBANE, Zine (2004), *Bringing the Empire Home: Race, Class and Gender in Britain and Colonial South Africa*, Chicago, University of Chicago Press.

MAMDANI, Mahmood (2020), *Neither Settler nor Native: The Making and Unmaking of Permanent Minorities*, Cambridge MA, Harvard University Press.

MONK, Ellis P. (2021), “The Unceasing Significance of Colorism: Skin Tone Stratification in the USA”, *Daedalus*, vol. 150, 2, pp. 76-90.

MULLANEY, Thomas (2011), *Coming to Terms with the Nation: Ethnic Classification in Modern China*, Berkeley, University of California Press.

MULLER, Christopher & ROEHRKASSE, Alexander F. (2022), “Racial and Class Inequality in US Incarceration in the Early Twenty-First Century”, *Social Forces*, vol. 101, 2, pp. 803-828.

MUSCHALEK, Marie (2019), *Violence as Usual: Policing and the Colonial State in German Southwest Africa*, Ithaca, Cornell University Press.

PAGDEN, Anthony (2015), *The Burdens of Empire: 1539 to the Present*, Cambridge, Cambridge University Press.

PANDEY, Gyanendra (2013), *A History of Prejudice: Race, Caste and Difference in India and the United States*, New York, Cambridge University Press.

PAPPE, Ilan (2006), *The Ethnic Cleansing of Palestine*, Oxford, One World Publications.

PATTERSON, Orlando (2005), “Four Modes of Ethno-Somatic Stratification: The Experience of Blacks in Europe and the Americas”, In Glenn Loury, Tariq Modood e Steven Teles (eds), *Ethnicity, Social Mobility and Public Policy: Comparing the USA and UK*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 67-122.

PENDAS, Devin (2017), “Racial States in Comparative Perspective”, In Devin Pendas, Mark Roseman e Richard Wetzell (eds), *Beyond the Racial State: Rethinking Nazi Germany*, Cambridge, Cambridge University Press.

- WACQUANT, Loïc (2023), “Resolver o problema da raça”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>
- PICKER, Giovanni (2017), *Racial Cities: Governance and the Segregation of Romani People in Urban Europe*, London, Routledge.
- POSEL, Deborah (2001), “Race as Common Sense: Racial Classification in Twentieth-Century South Africa”, *African Studies Review*, vol. 44, 2, pp. 87-114.
- POSTERO, Nancy (2007), *Now We Are Citizens: Indigenous Politics in Postmulticultural Bolivia*, Stanford, NJ, Stanford University Press.
- POWELL, Ryan, & LEVER, John (2017), “Europe's Perennial ‘Outsiders’”: A Processual Approach to Roma Stigmatization and Ghettoization', *Current Sociology*, vol. 65, 5, pp. 680-99.
- PREWITT, Kenneth (2005), “Racial Classification in America: Where do We Go from Here?”, *Daedalus*, vol. 134, 1, pp. 5-17.
- RHEINBERGER, Hans-Jörg (2010), *On Historicizing Epistemology*, Stanford, Stanford University Press.
- SABBAGH, Daniel (2022), “Le ‘racisme systémique’: un conglomérat problématique”, *Mouvements*, HS, 2, pp. 56-74.
- SAHLINS, Peter (1991), *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrénées*, Berkeley, University of California Press.
- SHIN, Gi-Wook (2006), *Ethnic Nationalism in Korea: Genealogy, Politics and Legacy*, Stanford, Stanford University Press.
- SMITH, Lahra (2013), *Making Citizens in Africa: Ethnicity, Gender, and National Identity in Ethiopia*, Cambridge, Cambridge University Press.
- STAUBER, Roni & VAGO, Raphael (eds) (2007), *The Roma - A Minority in Europe: Historical, Political and Social Perspectives*, Budapest, Central European University Press.
- STEINMETZ, George (2008), *The Devil's Handwriting: Precoloniality and the German Colonial State in Qingdao, Samoa and Southwest Africa*, Chicago, Chicago University Press.
- STEINMETZ, George (2014), “The Sociology of Empires, Colonies and Postcolonialism”, *Annual Review of Sociology*, vol. 40, pp. 77-103.
- STEINMETZ, George (2016), “Social Fields, Subfields and Social Spaces at the Scale of Empires: Explaining the Colonial State and Colonial Sociology”, *The Sociological Review*, vol. 64, 2, pp. 98-123.

WACQUANT, Loïc (2023), “Resolver o problema da raça”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>

STUURMAN, Siep (2000), “François Bernier and the Invention of Racial Classification”, *History Workshop Journal*, vol. 50, 1, pp. 1-21.

TAMBIAH, Stanley (1996), *Levelling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*, Berkeley, University of California Press.

TELLES, Edward (2014), *Pigmentocracies: Ethnicity, Race and Colour in Latin America*, Chapel Hill, University of North Carolina Press.

THOMAS, Martin (2012), *Violence and Colonial Order: Police, Workers and Protest in the European Colonial Empires, 1918-1940*, Cambridge, Cambridge University Press.

TROESKEN, Werner (2004), *Water, Race and Disease*, Cambridge MA, MIT Press.

VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine (2016), *Cent ans d'histoire des Portugais en France, 1916-2016*, Paris, Michel Lafon.

WACQUANT, Loïc (1997), “For an Analytic of Racial Domination”, *Political Power & Social Theory*, vol. 11, 1, pp. 221-34.

WACQUANT, Loïc (2001), “Deadly Symbiosis: When Ghetto and Prison Meet and Mesh”, *Punishment & Society*, 3, pp. 95-133.

WACQUANT, Loïc (2005), “Race as Civic Felony”, *International Social Science Journal*, vol. 57, 183, pp. 127-42.

WACQUANT, Loïc (2010), “Class, Race, and Hyperincarceration in Revanchist America”, *Daedalus*, vol. 139, 3, pp. 74–90.

WACQUANT, Loïc (2013), “Symbolic Power and Group - Making: Bourdieu's Reframing of Class”, *Journal of Classical Sociology*, vol. 13, 2, pp. 274-91.

WACQUANT, Loïc (2020), “Bringing Caste Back”, In manuscrito não publicado.

WACQUANT, Loïc (2022), *The Invention of the 'Underclass': A Study in the Politics of Knowledge*, Cambridge: Polity Press.

WAGATSUMA, Hiroshi & DE VOS, George (2021[1968]), *Japan's Invisible Race: Caste in Culture and Personality*, Berkeley, Cambridge University Press.

WAGLEY, Charles (1965 [1958]), “On the Concept of Social Race in the Americas”, In Dwight Heath & Richard Adams (eds), *Contemporary Cultures and Societies in Latin America*, New York, Random House, pp. 531-45.

WEBER, Max (1947 [1904]), “‘Objectivity’ in Social Science and Social Policy”, in *The Methodology of the Social Sciences*, New York, Routledge.

WEBER, Max (1958 [1919]), “Science as a Vocation”, *Daedalus*, vol. 87, 1, pp. 111-34.

WACQUANT, Loïc (2023), “Resolver o problema da raça”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 127 - 154, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f1>

WEBER, Max (1978[1919-22]), *Economy and Society*, Berkeley, University of California Press, vol. 1.

WESTERN, John (1997 [1981]), *Outcast Cape Town*, Berkeley, University of California Press.

WILDERSON III, Frank (2020), *Afropessimism*, New York, Liveright.

WIMMER, Andreas (2013), *Ethnic Boundary Making: Institutions, Power, Networks*, Oxford, Oxford University Press.

WIMMER, Andreas (2015), “Race-Centrism: A Critique and Research Agenda”, *Ethnic & Racial Studies*, vol. 38, 13, pp. 2186–2205.

WINANT, Howard (2001), *The World Is a Ghetto: Race and Democracy since World War II*, New York, Basic Books.

WOLFE, Patrick (2016), *Traces of History: Elementary Structures of Race*, London & New York, Verso.

WRIGHT, Gavin (2006), *Slavery and American Economic Development*, Baton Rouge, Louisiana State University.

YANG, Anand. (2021), *Empire of Convicts: Indian Penal Labour in Colonial Southeast Asia*, Berkeley, University of California Press.

YOUNG, Crawford (1994), *The African Colonial State in Comparative Perspective*, New Haven, Yale University Press.

ZINOMAN, Peter (1996), *The Colonial Bastille: A Social History of Imprisonment in Colonial Vietnam, 1862-1940*, Berkeley, University of California Press.

Loïc Wacquant. Sociólogo, professor no Departamento de Sociologia da University of California, Berkeley, afiliado ao Center for the Study of Law and Society, Program in Medical Anthropology, Global Metropolitan Studies Program e Center for Urban Ethnography; investigador do Centre de Sociologie Européenne em Paris. Email: loic@berkeley.edu

Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos*

Seth M. Holmes

University of California, Berkeley

Resumo

Este artigo considera a pesquisa etnográfica de terreno para analisar a violência e a exploração inerentes ao nosso sistema agroalimentar transnacional e as formas através das quais temporalidade e estatística ajudam a tornar visíveis e invisíveis certas experiências de acidente e lesão de trabalhadores agrícolas migrantes, bem como as ações individuais e coletivas de promoção do bem-estar. Baseando-se em investigação etnográfica de longa duração e em profundidade, este artigo mobiliza teorias sobre temporalidade e acontecimentos para evidenciar desigualdades sociais e de saúde no trabalho agrícola e para encorajar investigadores nos domínios da agricultura, da alimentação e da saúde a considerarem criticamente os efeitos dos nossos métodos. Ao justapor as experiências de acidente e de acesso a cuidados de saúde de um trabalhador agrícola migrante mexicano com dados estatísticos gerais sobre saúde e cuidados de saúde de trabalhadores agrícolas migrantes e sazonais, o artigo confronta quer a normalização dos danos infligidos aos trabalhadores agrícolas migrantes, quer a utilidade, habitualmente tomada como adquirida, da investigação quantitativa e qualitativa. Adicionalmente, o argumento reconhece as práticas individuais quotidianas e as ações coletivas em que os trabalhadores agrícolas migrantes se implicam para exigir e assegurar bem-estar para si próprios, as suas famílias e não só.

Palavras-chave: Migração; Trabalho agrícola; Estatística; Etnografia; Saúde.

* Este artigo foi publicado originalmente em 2020, na Revista *Agriculture and Human Values* (número 37, pp. 237-247), com o título “Migrant farmworker injury: temporality, statistical representation, eventfulness”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* agradece ao autor e à Springer Nature a permissão para traduzir e publicar este artigo. Tradução de João Queirós.

Accidents and injuries of migrant agricultural workers: temporality, statistical representation, events

Abstract

This article considers ethnographic field research in order to analyze the violence and exploitation inherent to our transnational agro-food system and the ways in which temporality and statistics may aid in making visible and invisible certain experiences of migrant farmworker injury as well as individual and collective actions for wellbeing. Based in long-term, in-depth ethnographic research, this article utilizes theories of temporality and events in order to highlight social and health inequalities in agricultural labor and encourage agricultural, food and health scholars to consider critically the effects of our methods. Juxtaposing the injury and health care experiences of one Mexican migrant farmworker with statistics on the health and health care of migrant and seasonal farmworkers more generally, the article confronts both the normalization of migrant farmworker injury and the taken-for-granted helpfulness of quantitative and qualitative research alike. In addition, the argument acknowledges the everyday, individual practices and collective actions migrant farmworkers engage into demand and build wellbeing for themselves, their families and beyond.

Keywords: Migration; Farm work; Statistics; Ethnography; Health.

Résumé

Cet article prend en compte la recherche ethnographique sur le terrain afin d'analyser la violence et l'exploitation inhérentes à notre système agroalimentaire transnational et la manière dont la temporalité et les statistiques peuvent contribuer à rendre visibles et invisibles certaines expériences de blessures des travailleurs agricoles migrants ainsi que les actions individuelles et collectives en faveur du bien-être. Basé sur une recherche ethnographique approfondie et à long terme, cet article utilise les théories de la temporalité et des événements afin de mettre en évidence les inégalités sociales et sanitaires dans le travail agricole et d'encourager les spécialistes de l'agriculture, de l'alimentation et de la santé à considérer d'un œil critique les effets de nos méthodes. En juxtaposant les expériences de blessures et de soins de santé d'un travailleur agricole migrant mexicain aux statistiques sur la santé et les soins de santé des travailleurs agricoles migrants et saisonniers en général, l'article s'attaque à la fois à la normalisation

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

des blessures des travailleurs agricoles migrants et à l'utilité, considérée comme acquise, des recherches quantitatives et qualitatives. En outre, l'argument reconnaît les pratiques quotidiennes, individuelles et les actions collectives que les travailleurs agricoles migrants mettent en œuvre pour exiger et construire leur bien-être, celui de leur famille et au-delà.

Mots-clés: Migration ; Travail agricole ; Statistiques ; Ethnographie ; Santé.

Resumen

Este artículo considera la investigación etnográfica de campo para analizar la violencia y la explotación inherentes a nuestro sistema agroalimentario transnacional y las formas en que la temporalidad y las estadísticas pueden ayudar a hacer visibles e invisibles ciertas experiencias de lesiones de los trabajadores agrícolas migrantes, así como las acciones individuales y colectivas para el bienestar. Basado en una investigación etnográfica en profundidad y a largo plazo, este artículo utiliza teorías de la temporalidad y los acontecimientos para poner de relieve las desigualdades sociales y sanitarias en el trabajo agrícola y animar a los estudiosos de la agricultura, la alimentación y la salud a considerar críticamente los efectos de nuestros métodos. Al yuxtaponer las lesiones y las experiencias de atención sanitaria de un trabajador agrícola migrante mexicano con las estadísticas sobre la salud y la atención sanitaria de los trabajadores agrícolas migrantes y estacionales en general, el artículo se enfrenta tanto a la normalización de las lesiones de los trabajadores agrícolas migrantes como a la utilidad que se da por sentada a la investigación cuantitativa y cualitativa por igual. Además, el argumento reconoce las prácticas cotidianas individuales y las acciones colectivas que los trabajadores agrícolas migrantes llevan a cabo para exigir y crear bienestar para sí mismos, para sus familias y para otros.

Palabras clave: Migración; Trabajo agrícola; Estadísticas; Etnografía; Salud.

Introdução

O primeiro apanhador de fruta indígena mexicano que conheci quando visitei originalmente o Skagit Valley, no estado de Washington, no extremo noroeste dos Estados Unidos da América, foi Abelino, um pai de quatro filhos de 35 anos. Em Holmes (2013), relato as suas experiências como trabalhador agrícola imigrante, procurando a

partir delas teorizar as experiências e representações do bem-estar de trabalhadores agrícolas. Ao conhecerem as experiências de lesões e de cuidados de saúde de Abelino, os leitores serão confrontados com a desigualdade e a violência contínuas que caracterizam o nosso sistema agroalimentar transnacional, desigualdade e violências que parecem estar a intensificar-se no atual contexto de políticas e discursos anti-imigração. No término deste artigo, espero desafiar-nos, enquanto investigadores nos domínios dos sistemas agroalimentares e da saúde, a refletir e, potencialmente, a reimaginar os nossos próprios métodos de recolha e representação de dados. Como investigadores, devemos, com efeito, considerar as implicações do que fazemos – não só para os trabalhadores agrícolas, mas para todos os trabalhadores implicados na cadeia de produção e distribuição alimentar, os seus corpos, a sua saúde e a prestação de cuidados de saúde e de serviços sociais que lhes é devida.

Este artigo apresenta as experiências de trabalho, de acidente e lesão e de acesso a cuidados de saúde de Abelino, tomando-as como ponto de partida para uma reflexão sobre os modos como o trabalho agrícola é definido, em boa medida em resultado de experiências contínuas de lesão – de tal forma que estes danos se tornam esperados e dados como adquiridos. A análise utiliza o conceito de “morte lenta”, tal como foi desenvolvido por Lauren Berlant (ver mais à frente) para compreender as formas como os danos crónicos e as lesões são esperados por certas categorias de pessoas na sociedade. Defendo que a temporalidade alargada das lesões dos trabalhadores agrícolas, entendida como uma forma de morte lenta, é parte daquilo que torna as experiências dos trabalhadores agrícolas difíceis de retratar na sua plenitude com recurso a estatísticas na investigação agrícola e de saúde pública. Além disso, esta temporalidade pode contribuir para que as lesões entre trabalhadores agrícolas sejam (mal) entendidas como naturais e normais. Neste artigo, quero incitar-nos a considerar as (e a agir em resposta às) seguintes questões: como podem os acidentes e lesões dos trabalhadores agrícolas tornar-se mais visíveis na sociedade? Quando e como poderá essa visibilidade conduzir a mudanças significativas aos níveis social, político e de saúde? Mais especificamente, como podem as estatísticas na investigação agrícola e na saúde pública tornar visível a morte lenta dos trabalhadores agrícolas, bem como tudo aquilo que pode estar escondido nesse processo? Este artigo não é uma competição analítica nem um juízo de valor entre a etnografia qualitativa e representações quantitativas dos acidentes e lesões dos trabalhadores agrícolas. Pelo contrário, é uma provocação, a partir da teoria social, acerca de algumas

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

implicações da temporalidade, da lesão, dos acontecimentos, bem como da nossa responsabilidade para com os trabalhadores agrícolas, que são um elemento intrínseco e fundamental do nosso sistema agroalimentar transnacional.

Contexto: métodos e posicionalidade

Os dados etnográficos apresentados neste artigo provêm de um projeto de investigação de longa duração centrado nas hierarquias sociais do nosso sistema alimentar transnacional e nos seus efeitos na saúde e na prestação de cuidados de saúde. O trabalho, os acidentes e lesões e o tipo de cuidados de saúde prestados a Abelino são aspetos típicos da vida dos trabalhadores agrícolas indígenas mexicanos e permitem uma análise aprofundada de várias características representativas das experiências desta população. Neste projeto, passei 15 meses, a tempo inteiro, no início dos anos 2000 – a que se seguiram várias viagens de curta duração, todos os anos e até aos dias de hoje –, a viver em explorações agrícolas, a colher fruta e a podar plantas, e também a migrar, conjuntamente com trabalhadores agrícolas indígenas mexicanos imigrantes, desde o sul do México até explorações agrícolas localizadas nos estados da Califórnia, do Oregon e de Washington. Acompanhei estes trabalhadores agrícolas e as suas famílias na busca por tratamentos de medicina tradicional nos campos de trabalho e nas respetivas habitações e nas suas demandas por cuidados de saúde de cariz biomédico em clínicas e hospitais no México e nos EUA. Durante todo este tempo, coligi milhares de páginas de notas de campo de observação participante, transcrevi centenas de horas de conversas e entrevistas etnográficas e analisei fichas médicas que me foram entregues diretamente pelos trabalhadores agrícolas. Este estudo foi aprovado pelo *Institutional Review Board* da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Os dados etnográficos foram analisados utilizando múltiplos métodos de análise qualitativa descritos em pormenor noutra local (cf. Holmes, 2006). Enquanto investigador Branco, Cidadão dos EUA, recolhi e analisei dados etnográficos não apenas sobre a forma como os trabalhadores agrícolas indígenas mexicanos eram tratados, mas também sobre a forma como tal tratamento diferia da forma como eu próprio era tratado. Deste modo, as diferenças de posicionalidade entre mim e os interlocutores da minha investigação serviram diretamente como dados a serem analisados para compreender as desigualdades sociais e de saúde inerentes ao nosso sistema alimentar transnacional.

Estudo de caso etnográfico: Abelino e a dor da apanha

Abelino, a mulher e os filhos viviam juntos numa pequena barraca perto da minha, no campo de trabalho mais afastado da estrada principal. Durante uma conversa sobre *tacos* caseiros na sua *cabina*, ele explicou em espanhol por que razão os indígenas mexicanos têm de deixar as suas terras no estado de Oaxaca, no sul do México:

“Em Oaxaca, não há trabalho para nós. Não há trabalho. Não há nada. Quando não há dinheiro, não se sabe o que fazer. E sapatos, não se arranjam nenhuns. Um sapatilha como estas [aponta para os pés] custam cerca de 300 pesos mexicanos. É difícil. Vimos para aqui e é um pouco melhor, mas continuamos a sofrer no trabalho. Mudar para outro sítio também é difícil. Vir para aqui com a família e andar de um lado para o outro, sofremos. As crianças faltam às aulas e não aprendem bem. Por causa disso, queremos ficar aqui apenas por uma temporada com permissão [de imigração autorizada] e deixar as crianças a estudar no México. Temos de migrar para sobreviver? Sim, temos”.

O Inquérito Nacional ao Trabalhador Agrícola indica que 73% dos trabalhadores de explorações agrícolas dos EUA são imigrantes e 68% nasceram no México (USDOLETA, 2016). Os investigadores estimam que exista um milhão de indígenas de Oaxaca no país, na sua maioria Mixtec, Zapotec e Triqui (McGuire e Georges, 2003). As estimativas da população total de trabalhadores agrícolas migrantes nos EUA variam entre 2,5 e 3 milhões (Kandel, 2008), com uma idade média de 38 anos (USDOLETA, 2016). As estatísticas relativas aos trabalhadores agrícolas migrantes são difíceis de produzir, devido à impossibilidade de concretização de um recenseamento exato, em grande medida porque estas pessoas se deslocam não raras vezes através de circuitos transnacionais, muitas vezes por caminhos percorridos de forma intencionalmente oculta. No entanto, como Ferguson (1994) indica no caso dos relatórios internacionais de saúde, a falta de bons dados não impede a produção de números.

Estes factos estatísticos, interpretados de acordo com o modelo do ator racional individualizado omnipresente nas formações políticas e culturais contemporâneas, são frequentemente entendidos como caracterizando os migrantes económicos por oposição aos refugiados políticos, os migrantes voluntários por oposição aos migrantes forçados. A oposição binária presente nos estudos de imigração entre o migrante económico voluntário e o refugiado político forçado serve para distinguir aqueles que merecem o encarceramento e a deportação daqueles que merecem proteção e cuidados (cf. Holmes e

Castañeda, 2016; Yarris e Castañeda, 2013). Entende-se que os migrantes económicos – voluntários –, como Abelino é categorizado, escolhem migrar em função dos chamados fatores de “repulsão” e “atração” (modelo *push-pull*). O foco, aqui, está no momento da escolha. Eles são categorizados como “ilegais” e enquadrados como causadores de sofrimento, como acontece, por exemplo, na Proposta 187 da Califórnia, que foi aprovada para negar a prestação de serviços sociais e de saúde a estes migrantes (Quesada, 2001). Uma vez que eles escolheram fazer algo ilegal, assim reza o argumento, entende-se que a resposta apropriada é a negação da prestação de serviços, a criminalização e a deportação.

No entanto, como Abelino deixou claro, a migração de indígenas de Oaxaca é vivida como tudo menos como algo voluntário. A declaração de Abelino mostra que a situação económica na região montanhosa e indígena de Oaxaca é deprimida e deprimente. Ironicamente, quanto mais longa é a migração do povo indígena de Oaxaca, maior é a probabilidade de os seus representantes sobreviverem, manterem as suas casas e sustentarem as suas famílias. De acordo com vários trabalhadores agrícolas indígenas que entrevistei, cada agregado familiar indígena em Oaxaca tem pelo menos um membro da família nos EUA. A deslocação de um lugar para o outro permite que a maior parte dos ganhos seja poupada, com vista à consecução daqueles que são os objetivos de cada trabalhador e ao envio de recursos para os membros da família que permaneceram em Oaxaca. Por outro lado, este movimento contínuo afeta o bem-estar dos migrantes, conduzindo a períodos em que estes ficam em situação de sem-abrigo, gerando medo da detenção e deportação, produzindo desenraizamento de ligações e relações e gerando disrupção na educação das crianças. As deslocações de um estado para outro também tornam os trabalhadores, incluindo as mulheres grávidas e as mães recentes, inelegíveis para os serviços sociais e de saúde. Como os cientistas sociais têm demonstrado em diversos contextos, a economia e a política são frequentemente indissociáveis, e o enquadramento de algo como individual e voluntariamente escolhido é, na verdade, um movimento típico daquilo a que Calhoun (2006) chama a “privatização do risco” inerente ao neoliberalismo.

Mais tarde, nessa mesma noite, Abelino explicou a dificuldade de apanhar bagas:
“Apanhas com a mão, dobrado, ajoelhado assim [demonstra, com os dois joelhos completamente dobrados e a cabeça inclinada para a frente]. Dói-nos as costas, temos dores nos joelhos e aqui [toca na anca]. Quando chove, ficamos muito

zangados e temos de continuar a apanhar. Eles não dão intervalos para almoço. É preciso trabalhar assim todos os dias para ganhar alguma coisa. Sofre-se muito no trabalho”.

Depois de chegarem ao Skagit Valley, no estado de Washington, muitos indígenas de Oaxaca tentam encontrar emprego em diferentes ramos de atividade, incluindo na construção civil ou na fábrica de processamento de produtos agrícolas da quinta, mas o único emprego que lhes é oferecido é na apanha de bagas.

Um dia, a meio do meu primeiro verão na quinta, segui o Abelino, a sua mulher e a filha mais velha enquanto eles lideravam o grupo de trabalhadores no caminho para o campo em que nessa manhã trabalharíamos. Estava escuro como breu, antes de o sol nascer, e vestimos roupas quentes e pesadas, em camadas, para tirarmos depois de o sol nascer. Passámos por uma fila e os nossos cartões de colheita desse dia foram marcados com a hora de início do trabalho, embora, como já esperávamos, com uma hora de início marcada como se tivéssemos chegado trinta minutos atrasados. Fomos colocados em filas ao lado uns dos outros e começámos a apanhar bagas para os nossos baldes individuais sem dizer uma palavra. Apanhámos o mais depressa que pudemos, agachados, alternando da direita para a esquerda para apanhar as duas filas de bagas que nos balizavam.

A meio de uma das filas, enquanto apanhava, Abelino sentiu dores intensas no joelho direito, numa das inúmeras vezes em que se virou da direita para a esquerda. No final do dia, contou-me o incidente. Disse-me que lhe parecia que o seu pé não se mexia e foi nessa altura que a sua dor habitual no joelho aumentou significativamente. A dor era mais intensa na parte interna do joelho, logo atrás da rótula. Sentiu também que havia algo solto a mover-se dentro do joelho. Tentou continuar a trabalhar durante o resto do dia, na esperança vã de que a dor desaparecesse. Tentou apanhar com os joelhos esticados, dobrando as ancas, mas isso provocou-lhe uma dor idêntica e atrasou-o significativamente, levando a que quase não atingisse o peso mínimo do dia. No final dessa jornada, quando nos aproximámos dos nossos carros para regressar ao acampamento, Abelino falou ao nosso supervisor deste incidente. O supervisor disse simplesmente “OK” e foi-se embora na sua *pick-up* agrícola, sem dar qualquer seguimento ao assunto. Sem saber o que fazer, Abelino tentou trabalhar no dia seguinte, com muitas dores, e, mais uma vez, mal conseguiu colher o peso mínimo diário. Abelino acabou por consultar quatro médicos, um fisioterapeuta e um curandeiro indígena de Oaxaca, para além de ter tentado percorrer a burocracia necessária à obtenção de

cobertura das despesas com os cuidados de saúde. No final, a sua dor foi diagnosticada por um médico de reabilitação como resultante de uma tendinite patelar ou inflamação dos tendões que rodeiam a rótula. A tendinite é entendida biomedicamente como uma inflamação causada por movimentos repetitivos de tensão e esforço de um determinado tendão. A inflamação pode ser provocada por anos de trabalho excessivo e desencadeada por um dado esforço individual.

A génese social e política da dor no joelho de Abelino não poderia ser mais clara. A sua dor fora causada pelo facto de ele, enquanto indígena indocumentado de Oaxaca, ter sido excluído, tanto pelas desigualdades do mercado internacional, como pelas práticas discriminatórias locais, de todos os postos de trabalho, exceto de um – e um especialmente limitativo e traumático. Esta ocupação exigia que ele se dobrasse sete dias por semana, mexendo-se para trás e para a frente, em todo o tipo de condições climáticas, para apanhar morangos o mais depressa possível. A posição de Abelino no fundo da hierarquia étnica, de cidadania e de trabalho da exploração agrícola significava que ele, tal como centenas de outros apanhadores de fruta indígenas de Oaxaca com dores nos joelhos, nas costas e nas ancas, estava numa posição que reunia as condições ideais para apanhar inflamação e deterioração crónicas das articulações.

A investigação no domínio da saúde pública entre migrantes mexicanos mostra que a maioria tem algum tipo de dor músculo-esquelética: 44% destes migrantes têm dores nas costas, 26% têm dores nos pés, 25% têm dores nos joelhos e 23% têm dores no pescoço (Weigel *et al.*, 2014). Além disso, os trabalhadores agrícolas têm uma taxa de mortalidade cinco vezes superior à dos trabalhadores no seu conjunto (Frank *et al.*, 2004) e apresentam também taxas mais elevadas de doenças crónicas, incluindo obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares e diabetes (Lighthall, 2001). Toda esta investigação é, em parte, uma resposta ao apelo de Villarejo (2003), académico da área da saúde pública, para uma análise integral da realidade dos trabalhadores agrícolas migrantes em matéria de saúde. Especificamente, este académico escreveu que “a investigação epidemiológica é gravemente prejudicada pela ausência de... avaliações transversais do estado de saúde” (Ibid.). A palavra – “transversal” [*cross-sectional*] – na investigação em saúde pública significa não apenas amplitude, mas também foco num dado momento no tempo, um corte temporal. Estas estatísticas indicam quantos trabalhadores agrícolas, num dado momento, têm um determinado tipo de dor, mas apenas são contados os trabalhadores agrícolas que, no momento do inquérito, se

encontram no local onde o inquérito está a ser administrado. Este tipo de contabilização é incapaz de captar todas as formas de dor e de sofrimento sentidas pelos trabalhadores agrícolas ao longo das suas experiências espacial e temporalmente alargadas. Os problemas do tempo e do espaço são, de certa forma, suspensos na produção de factos estatísticos, mas, para os trabalhadores agrícolas migrantes, estas preocupações e constrangimentos espaciais e temporais são fundamentais para compreender as condições da sua exploração e as causas dos seus problemas de saúde.

Os investigadores estimam que menos de 20% dos trabalhadores migrantes tenham seguro de saúde, em contraste com uma estimativa de 84% dos residentes dos EUA em geral (Health Outreach Partners, 2010; Villarejo, 2003). Além disso, estima-se que, na Califórnia, menos de 10% dos trabalhadores agrícolas indígenas mexicanos tenham seguro de saúde (Mines *et al.*, 2010). Em grande medida devido a estes obstáculos, os trabalhadores migrantes têm menos probabilidades do que os outros de obter cuidados de saúde, sendo que 27% nunca realizaram um exame físico de rotina e 25% nunca fizeram um *check-up* dentário (Slesinger, 1992). Este tipo de estatísticas gerais sobre problemas de saúde dos trabalhadores agrícolas e falta de cuidados de saúde foi protagonista no aclamado documentário da CBS *Harvest of Shame*, de 1960. Como todas estas estatísticas revelavam a falta de saúde, a resposta adequada seria a prestação de cuidados de saúde. Em 1962, o Comité Presidencial para os Migrantes criou o Programa Federal de Saúde dos Migrantes, para prestar os tão necessários serviços de saúde a esta população. Trinta anos depois, calculava-se que este programa tivesse abrangido apenas 13% da população que pretendia servir (Rust, 1990); estimava-se também que apenas 5% dos trabalhadores agrícolas tivessem um seguro de saúde, providenciado de resto pelos próprios empregados (Lighthall, 2000). Embora este programa federal ofereça serviços importantes, e que muitas vezes salvam vidas, não consegue resolver as causas fundamentais do sofrimento dos trabalhadores agrícolas migrantes. Em parte porque as estatísticas citadas anteriormente não conseguem mostrar a experiência vivida dos problemas de saúde através do tempo e do espaço, elas são incapazes de confrontar as realidades temporais e espaciais alargadas que produziram, em primeira instância, as lesões dos trabalhadores agrícolas.

Estas estatísticas sobre saúde e seguros de saúde expõem muitos dos efeitos das condições sociais, políticas e laborais no bem-estar dos trabalhadores agrícolas i/migrantes. As desigualdades e a exploração inerentes à estrutura do nosso sistema

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

alimentar transnacional prejudicam a saúde física dos trabalhadores agrícolas de formas específicas. Para além das omnipresentes e quase esperadas lesões músculo-esqueléticas, e da falta de cobertura do seguro de saúde, estas condições sociais, políticas e de trabalho desiguais afetam a saúde mental, o funcionamento social e a esperança no futuro dos trabalhadores agrícolas i/migrantes. Em suma, as estruturas do trabalho agrícola transnacional estratificadas de acordo com a etnicidade e a cidadania afetam o bem-estar geral dos trabalhadores agrícolas e das suas famílias, incluindo e indo muito além das lesões corporais físicas.

Dois dias depois do acidente com o joelho de Abelino, o encarregado da exploração agrícola cancelou subitamente o trabalho da parte da manhã, durante uma chuva forte e fria. Abelino e eu fomos a uma clínica próxima financiada pelo Programa Federal de Saúde dos Migrantes. Nos meses que se seguiram, Abelino consultou vários médicos e um fisioterapeuta, geralmente sem um tradutor que falasse espanhol, nunca comunicando na sua língua materna. Durante esses meses, coxeava pelo campo de trabalho, cuidando dos filhos, enquanto a mulher e a filha mais velha continuavam a trabalhar.

O médico que Abelino consultou pela primeira vez explicou que ele não deveria trabalhar, mas que deveria antes descansar e deixar o joelho recuperar. Este médico também preencheu a papelada para abrir um pedido de indemnização do trabalhador junto do Departamento do Trabalho e Indústrias do estado de Washington (LNI), para que os cuidados médicos de Abelino pudessem ser cobertos. De notar que apenas 36 estados exigem que os empregadores agrícolas assegurem a indemnização dos trabalhadores, e 5 desses estados exigem-no apenas para as grandes explorações agrícolas (Rural Migration News, 1996; cf. Sakala, 1987). Na semana seguinte, quando Abelino e eu fomos à clínica para a sua consulta, o médico original não estava de serviço, pelo que fomos consultar um dos seus colegas. Este médico examinou a ficha de Abelino, ouviu-o contar o que tinha acontecido e disse-lhe que podia trabalhar em “serviços ligeiros”, desde que não se curvasse, andasse ou ficasse de pé durante muito tempo. O médico preencheu um formulário para o efeito e entregou-o a Abelino, para que este o levasse para a quinta. Abelino dirigiu-se ao escritório da quinta para pedir um serviço deste género. A rececionista bilingue disse-lhe, em espanhol, num tom frustrado, “Não, porque não”, e não lhe deu a possibilidade de falar com mais ninguém. Após algumas semanas, o médico da medicina no trabalho transferiu o processo de Abelino para uma especialista em medicina de reabilitação que lhe disse que ele tinha de trabalhar arduamente na apanha

de morangos para melhorar o joelho. A médica pediu-me para traduzir para Abelino que ele tinha estado a apanhar morangos de forma incorreta e que tinha magoado o joelho porque “não sabia dobrar-se corretamente”, embora, notoriamente, com a sua agenda preenchida, ela não lhe tivesse chegado a perguntar os pormenores do seu trabalho ou da sua posição corporal.

Passados alguns meses, o LNI agendou uma reunião entre Abelino, os administradores da quinta e um consultor, com vista a esclarecer que tipo de acordo de trabalho poderia ser alcançado. Abelino e eu fomos ao escritório da quinta para a reunião. Quando a Samantha entrou na sala, com 20 minutos de atraso, cumprimentou-nos calorosamente. O outro funcionário da quinta estava reunido com o consultor do LNI noutra sala e telefonou a dizer que estavam atrasados. A Samantha respondeu: “Não há problema, estejam à vontade”. Assim que o consultor do LNI e o administrador da Quinta Tanaka chegaram, o primeiro explicou a Abelino, enquanto Samantha traduzia, que o iria ajudar a conseguir um trabalho ligeiro na quinta. Abelino explicou que precisava de se mudar para a Califórnia com a família daí a um mês, quando terminasse a época das colheitas no estado de Washington. Disse-lhe que o que realmente queria era que a empresa lhe garantisse um trabalho leve para o verão seguinte. O consultor explicou que, se Abelino saísse do estado de Washington, o LNI deixaria de cobrir as despesas médicas relacionadas com o seu acidente de trabalho e deixaria de o ajudar a conseguir um trabalho ligeiro. Abelino reiterou o seu pedido de trabalho ligeiro para a época seguinte e o consultor voltou a afirmar que o seu processo seria encerrado se ele deixasse o estado. O funcionário da quinta ficou em silêncio, a reunião terminou e todos apertaram as mãos.

Pouco tempo depois, o consultor do LNI preencheu um formulário recomendando que Abelino assumisse as funções de “Trabalhador Geral” com “trabalho ligeiro”. As atividades especificadas pelo consultor incluíam “sachar à mão”, “aparar plantas de framboesa”, “colheita manual de bagas”, “colheita mecânica de bagas” e “outras tarefas de trabalhador geral, conforme necessário”. De acordo com este formulário, a “colheita manual de bagas” passara a ser considerada “trabalho ligeiro”. O relatório não mencionava que a apanha de bagas implica dobrar repetidamente os joelhos, precisamente aquilo que iniciou e agravou a lesão no joelho de Abelino. Apesar de a prestação de cuidados a Abelino ter sido transferida para a médica de reabilitação, o LNI enviou o relatório ao médico de urgência inicial, que Abelino não via há meses. Este médico de urgência concordou com os termos do relatório. A carta enviada posteriormente a Abelino

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

indicava, em inglês, que o seu pedido de indemnização tinha sido encerrado e concluía: “Votos de melhoras para a sua saúde, emprego e segurança”.

A dor de Abelino foi diagnosticada como tendinite, uma lesão inevitavelmente contínua e crónica. Devido à sua classe, pertença racial e cidadania, Abelino foi categorizado primordialmente como trabalhador agrícola. Uma vez que o trabalho agrícola é, por definição, um trabalho contínuo e repetitivo de tensão e esforço articular – que é, por definição, a causa de uma lesão como a tendinite –, esta lesão torna-se aceitável e invisível. Estas lesões, que são expectáveis no contexto do trabalho agrícola, são entendidas como normais e naturais para aqueles que são classificados como trabalhadores agrícolas. Neste contexto, a dor no joelho de Abelino revelou uma responsabilidade burocrática impotente da parte dos setores dos cuidados de saúde e de indemnização dos trabalhadores. No final, o tratamento de “trabalho ligeiro” que foi prescrito ao paciente foi definido de acordo precisamente com as condições que em primeira instância causaram a sua lesão. E, independentemente disso, o seu caso teria sido encerrado algumas semanas mais tarde, quando ele migrou com a sua família alargada para a Califórnia.

Tudo isto acontece enquanto Abelino solicita, de forma repetida, reconhecimento, cuidados e bem-estar para si e para a sua família. Apesar das múltiplas experiências de rejeição e desconsideração por parte de médicos, secretárias bilingues de explorações agrícolas e sistemas de proteção social, ele continua a pedir, solicitar e exigir uma vida que seja vivível (cf. Willen, 2014, 2019). A sua resiliência e resistência confrontam a sobreposição de sistemas políticos, económicos, laborais e agrícolas estratificados e procuram construir uma vida vivível de bem-estar para si e para a sua família, no meio de circunstâncias duras e desiguais (cf. Jackson, 2011; Willen, 2014). Além disso, Abelino também se envolveu em formas de resistência coletiva direcionadas para a obtenção de condições de trabalho mais seguras e para a promoção do bem-estar geral dos trabalhadores agrícolas (Holmes, 2013).

No entanto, em certa medida, as estatísticas citadas anteriormente podem servir para naturalizar ainda mais o dano dos trabalhadores agrícolas. Como explica Hacking (1990), “Nos primeiros anos do século, assumiu-se que as leis estatísticas eram redutíveis a eventos determinísticos subjacentes, mas a aparente prevalência de tais leis minou lenta e erráticamente o determinismo. As leis estatísticas passaram a ser consideradas leis de pleno direito...”. Seguindo este argumento, o conhecimento de que os trabalhadores

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

agrícolas tendem a ter dores nos joelhos tornou-se a sua própria lei causal, de tal forma que uma pessoa tem dores nos joelhos simplesmente porque está posicionada numa determinada categoria e não devido às condições de trabalho, à exploração ou às hierarquias raciais e transnacionais historicamente enraizadas.

As lesões do trabalhador agrícola migrante como morte lenta

Num ensaio sobre a fenomenologia e as respostas à obesidade no mundo contemporâneo, Berlant (2007) desenvolve uma teoria da “morte lenta”. Explorando os temas da temporalidade, do sofrimento e da agência nas formas contemporâneas do capitalismo, a autora define a morte lenta como “o desgaste físico de uma população ou a deterioração das pessoas dessa população que é quase uma condição definidora da sua experiência e existência histórica”. Posteriormente, ela descreve a morte lenta como “a incorporação da morte como um modo de vida”. Berlant descreve o desgaste quotidiano e dado como adquirido da vida, da agência e do próprio sujeito no contexto da exploração capitalista neoliberal. Relacionado com o de violência estrutural, este conceito realça as formas como os sistemas político-económicos produzem danos nos corpos, nas mentes e nas pessoas. Com a morte lenta, contudo, Berlant centra-se sobretudo nos resultados afetivos e fenomenológicos das estruturas político-económicas. Ela defende que a morte lenta “não é memorável” e não é capaz de provocar uma mudança significativa porque é vivida como “crise costumeira” [*crisis ordinariness*], como uma característica definidora da vida normal de determinadas classes de pessoas. Berlant escreve que “neste domínio, a morte e a reprodução normal da vida são coextensivas”. Tal como acontece no caso do conceito de violência simbólica, o conceito de “morte lenta” sublinha as formas pelas quais a sociedade aceita ou até espera certos danos em categorias específicas de pessoas. Mais uma vez, a teorização de Berlant põe em relevo quer a normalização, quer, sobretudo, a experiência da morte lenta.

Os trabalhadores agrícolas vivem uma vida quotidiana e uma experiência contínua semelhantes à morte lenta descrita por Berlant. Eles sofrem de uma miríade de problemas de saúde devido às condições em que vivem e trabalham, que incluem a exposição crónica a pesticidas e ao calor, o transporte repetido de cargas pesadas, o trabalho regular com maquinaria perigosa e as colheitas prolongadas em posição curvada ou com os joelhos dobrados. Igualmente justo é mencionar que as condições crónicas que causam aos migrantes os seus ferimentos e lesões incluem o Estado neoliberal fraco e o mercado forte,

por exemplo, com o NAFTA [*North American Free Trade Agreement*], acordo que não permite que os países pobres protejam os seus cidadãos com taxas e impostos, ao mesmo tempo que possibilita que os países ricos protejam os seus produtos com tarifas inversas, os subsídios. Outras condições crónicas que contribuem para os ferimentos e lesões dos trabalhadores agrícolas incluem o racismo e o preconceito anti-imigrante, que impedem efetivamente certas classes de pessoas de exercerem determinados empregos e colocam os imigrantes indocumentados em algumas das posições mais perigosas e insalubres da sociedade.

O trabalho agrícola é definido pela temporalidade e espacialidade da morte lenta. Os apanhadores de morangos numa quinta do estado de Washington recebem 14 cêntimos por quilo de bagas colhidas e desfolhadas e são obrigados a trazer um mínimo de 23 quilos de morangos por hora para receberem o salário mínimo de 7,01 dólares, caso contrário são despedidos e expulsos do campo de trabalho. Para cumprir este requisito, fazem poucas ou nenhuma pausas desde antes do nascer do sol até à parte da tarde, quando a colheita no campo fica concluída. Muitos não comem nem bebem nada antes do trabalho, para não terem de ir à casa de banho. Trabalham o mais dura e rapidamente que conseguem, colhendo dobrados pela cintura, trabalhando sete dias por semana, faça chuva ou faça sol, sem um dia de folga, até que o último morango seja processado. Para sobreviverem, deixam as suas famílias e terras de origem para caminharem num deserto mortalmente perigoso. No entanto, estes tempos e espaços de morte lenta são amplamente invisíveis, já que os políticos ignoram os trabalhadores imigrantes nos debates sobre a reforma da saúde. Devido às definições contemporâneas racializadas, classificadas e ilegalizadas das categorias de “migrante” e “trabalhador agrícola”, o desgaste crónico decorrente destas condições de trabalho é considerado normal, e até mesmo essencial, para as pessoas que se encontram posicionadas nestas categorias sociais. Para os trabalhadores agrícolas migrantes, a morte está a acontecer – ela é-lhes consignada ao longo do tempo e do espaço. Os ferimentos dos trabalhadores agrícolas migrantes são invisíveis e não constituem um acontecimento não só por causa da diferença social de base racial, classista e de cidadania, mas também devido à sua temporalidade e espacialidade alargadas. Tal como outros analisaram em detalhe (Gilmore, 2007), o racismo estrutural e os danos crónicos estão ligados de forma direta, produzindo sistematicamente a morte prematura de certas populações.

Como é que esta morte lenta se pode tornar visível? Quando e como pode isto ter impacto, provocando mudanças significativas? Uma questão secundária poderia ser: como podem as estatísticas tornar visíveis estas mortes lentas e o que é que pode estar escondido no processo? Ao trabalhar na área da saúde pública há vários anos, tenho-me interessado cada vez mais pelo papel que a bioestatística, a epidemiologia e a quantificação desempenham na nossa compreensão e nas nossas respostas perante a saúde e as lesões. Comecei a pensar nas formas como a estatística medeia as nossas perceções e reações em face da saúde e da doença, e que tipos de ganhos e perdas sociais, culturais e políticas existem neste processo. Em que medida pode Helen Verran (2000) estar correta quando diz, no seu trabalho na África Ocidental, que “a política... e a matemática são inseparáveis”?

Ligando números e visibilidade, Keith Devlin (1997) explicou, no seu discurso dirigido aos diplomados do Departamento de Matemática de Berkeley, intitulado “*Mathematics Makes the Invisible Visible*”, que, “sem a matemática, não há forma de compreender o que mantém um avião Jumbo no ar. Como todos sabemos, os grandes objetos metálicos não se mantêm acima do solo sem algo que os sustente. É preciso matemática para ‘ver’ o que mantém um avião no ar. Neste caso, o que nos permite ‘ver’ o invisível é uma equação descoberta... no século XVIII”. Uma questão relacionada com esta que gostaria de colocar, no caso dos danos lentos, crónicos, quotidianos e de baixo nível comuns no trabalho agrícola migrante, é a seguinte: que possibilidades de visibilidade e resistência, bem como de apagamento e cumplicidade, são fomentadas pelos nossos métodos de investigação, incluindo a mediação estatística?

Acontecimento e possibilidade

Vários académicos desenvolveram teorias sobre acontecimentos e o seu significado [*eventfulness*]. O matemático e filósofo francês Alain Badiou desenvolveu uma teoria do acontecimento assente numa interação única entre teoremas matemáticos e filosofia continental. Em *O Ser e o Acontecimento [L’Être et l’Événement; Being and Event]*, Badiou (2001) explica que um acontecimento não é simplesmente uma situação-tal-como-ela-é. Para Badiou, um acontecimento é antes uma sobreposição suplementar à situação e deve ser visto como importante e reconhecido enquanto tal [*eventful*]. O sujeito que o reconhece deve, então, relacionar-se com o mundo de uma forma nova, nas palavras de Badiou, “a partir da perspectiva do seu suplemento acontecimental [*evental supplement*]”

(2001). O acontecimento, quando reconhecido enquanto tal, altera a perspectiva do sujeito, abrindo novas possibilidades de este se relacionar com o mundo nos termos do acontecimento. Desta forma, o acontecimento exige fidelidade às potencialidades que se desdobram no seu rasto. Badiou explica: “Uma fidelidade acontecimental é uma rutura real (tanto pensada como praticada) na ordem específica em que o acontecimento teve lugar”. Esta fidelidade e este desenvolvimento não estão pré-determinados numa dada direção. Pelo contrário, escreve Badiou, “um acontecimento está ligado à noção do indecidível”.

Seguindo Badiou, Massumi (1998) descreve a diferença entre a situação e o acontecimento de forma mais poética: “...a fuga radical de um desvio do experimentado-e-verdadeiro é impensável nos termos estabelecidos pela situação. Ela atinge-nos num momento de distração, entrando diretamente na carne com um impacto inesperado, exigindo atenção...Uma nova possibilidade” (1998).

Tanto Badiou como Massumi teorizam o acontecimento com uma certa temporalidade implícita. Assume-se que o acontecimento é localizável no tempo, e que é algo acabado, completo. Os acontecimentos não são algo que está em curso. Não estão *sempre apenas* parcialmente concluídos. Num certo sentido, então, o acontecimento serve como uma ferramenta analítica útil para a eliminação da cronicidade.

Deste ponto de vista, uma lesão crónica nas costas ou uma intoxicação por pesticidas é um acontecimento para a pessoa que a sofre e para as pessoas que lhe estão imediatamente ligadas. Após a lesão, estas pessoas percebem contínua e inescusavelmente as suas vidas e os seus corpos de forma diferente. Passam a relacionar-se consigo próprias, com os outros, com o trabalho e com o Estado de forma diferente. No entanto, este acontecimento não é geralmente portador de indecidibilidade ou da esperança potencial de uma nova possibilidade, tal como teorizadas por Badiou e Massumi. Enquanto os acontecimentos trazem consigo o drama e produzem uma resposta e a uma nova subjetividade, as lesões dos trabalhadores agrícolas migrantes parecem frequentemente reforçar as relações sociais e materiais hierárquicas existentes.

Além disso, a experiência vivida do sofrimento dos trabalhadores agrícolas tem uma temporalidade diferente da de um acontecimento. Os acontecimentos são circunscritos do ponto de vista temporal e são algo acabado, são muitas vezes repentinos e momentâneos. A experiência de lesão entre os trabalhadores agrícolas, por outro lado, é o mais das vezes contínua, acumulada, crónica. Retomando as palavras de Massumi,

desta feita em sentido inverso, a lesão dos trabalhadores agrícolas migrantes não “ocorre num momento... com um impacto inesperado exigindo... uma nova possibilidade”, antes permeia o tempo com resultados que são já esperados. Se seguirmos a teorização de Badiou e Massumi de que os acontecimentos conduzem a futuros desconhecidos, no caso dos trabalhadores agrícolas migrantes, o que se verifica é o contrário.

Depois da primeira semana a apanhar morangos, perguntei a duas jovens que tinham estado na apanha no mesmo campo que eu de que forma perspetivavam as suas experiências. Uma delas disse que já não sentia nada (“*Mi cuerpo ya no puede sentir nada*”), embora dissesse também que os joelhos lhe doíam por vezes. A outra disse que os joelhos, as costas e as ancas lhe estavam “sempre a doer”. Mais à frente nessa mesma tarde, um dos jovens que vi jogar basquetebol antes da colheita disse-me que ele e os amigos já não conseguiam correr porque lhes doía muito o corpo (“*Ya no corremos; no aguantamos*”).

Os médicos que observei na clínica de migrantes situada nas proximidades, no estado de Washington, sentiam-se muitas vezes desesperançados ao verem os corpos de pessoas jovens e saudáveis a degradarem-se de forma sistemática. Um médico de família que trabalhava na clínica de migrantes falou-me da sua frustração:

“Vejo imensas pessoas a desgastarem-se. Foram usadas e maltratadas e trabalharam fisicamente mais do que seria de esperar que alguém trabalhasse durante aquele número de anos. Depois, aparecem com uma dor de costas insistente. Trata-se e a dor não melhora, e não se pensa que a pessoa está a fingir. Chega-se a um ponto em que é preciso fazer-lhes uma ressonância magnética e as suas costas estão desfeitas. Com quarenta e poucos anos, têm a artrite de uma pessoa de 70 anos e não melhoram. Dizem-lhes: “Desculpem, mas voltem a fazer o que estavam a fazer”, e eles ficam presos. Estão lixados, numa palavra, e isso é trágico”.

Um outro médico da mesma clínica de migrantes explicou-me que as pessoas podem trabalhar na apanha do morango durante apenas dez anos e depois, devido à deterioração previsível das suas costas, têm de “reformar-se” e regressar aos seus países de origem para serem sustentadas pelos seus familiares mais jovens. Têm-me falado muitas vezes destes regressos médicos “voluntários”, embora seja difícil recolher e produzir dados estatísticos fiáveis sobre esta taxa de retorno migratório induzido por lesões.

Em *Economies of Abandonment*, Povinelli (2011) utiliza o termo “quase-acontecimento” para se referir a estes danos contínuos e difíceis de observar entre os aborígenes australianos. Estes danos contínuos têm um estatuto pouco claro enquanto acontecimentos, precisamente devido à sua temporalidade e incompletude. Para Povinelli, os *quase-acontecimentos* são ocorrências contínuas, por oposição a *um acontecimento* que é vivido como súbito, localizável no tempo e acabado. Os *quase-acontecimentos* são incertos. Algo muda claramente, mas nunca é claro se tal já aconteceu ou se ainda está para acontecer. As costas do apanhador de morangos estão a degradar-se a todo o momento, mas, se se retiver um dado momento, elas já estão degradadas ou ainda não estão completamente degradadas? Em vez de ocorrerem num momento, estes *quase-acontecimentos* constituem o tecido da vida quotidiana de certas categorias de pessoas no mundo contemporâneo. A lesão na quinta no estado de Washington é um gerúndio, está acontecendo. Não só ela não é identificável num único momento, como é vivida como vida normal e, como tal, não traz a resposta, a fidelidade ou a possibilidade de mudança significativa espoletada por um *acontecimento*. Muitas formas de sofrimento dos trabalhadores agrícolas, desde lesões nos joelhos a dores nas costas ou exposição a pesticidas, são vividas como *quase-acontecimentos* não só por quem as sofre, mas também pela sociedade.

Os gestores da exploração agrícola do estado de Washington reconheceram a natureza sistemática e crónica das lesões na agricultura. O responsável pela colheita de morangos explicou-me que muitos apanhadores saem da exploração com envenenamento por pesticidas e lesões nas costas, ancas e joelhos. Prosseguiu explicando que a exploração agrícola não deve ser responsabilizada pelas lesões que ocorrem durante a colheita, porque cada lesão se desenvolveu invariavelmente não apenas naquela exploração, mas também em todas as explorações agrícolas onde o colhedor tenha trabalhado anteriormente. Como se depreende desta explicação do encarregado da quinta, tais *quase-acontecimentos*, justamente por causa da sua temporalidade alargada e espacialidade migratória, impedem a possibilidade de resposta e responsabilidade. Como se viu anteriormente, o *quase-acontecimento* da lesão no joelho de Abelino teve um carácter limitado enquanto acontecimento e revelou-se incapaz de provocar uma mudança significativa.

Acontecimentos estatísticos e fidelidade

Os profissionais de saúde pública compreendem muito bem a dificuldade de trazer à luz do dia os danos crónicos e de baixa intensidade da desigualdade social. Regularmente, estudantes e professores de saúde pública falam da dificuldade e da importância da utilização de estatísticas para tornar visíveis realidades que passam despercebidas do grande público. Afinal de contas, no mundo contemporâneo, as estatísticas são uma das principais formas pelas quais os não-eventos passam a ser vistos e considerados. Como Nelson (2015) argumenta a propósito da contabilização subsequente ao genocídio guatemalteco, “[os números] são uma parte essencial da luta intensa que é travada para fazer com que as experiências e as pessoas ‘contem’, no sentido de terem importância”. Mais concretamente, muitos profissionais de saúde pública veem o aparelho estatístico da epidemiologia como um meio de transformar quase-acontecimentos invisíveis, como lesões de trabalhadores agrícolas, em acontecimentos reconhecíveis, com a esperança de um futuro reorientado, mais igualitário e mais saudável.

Enquanto campo, a epidemiologia da saúde pública recolhe e classifica as pessoas e, em seguida, analisa as categorias agregadas, a fim de aproveitar esse capital para forçar intervenções. No seu trabalho sobre o autismo, Hacking (2006) explica como a epidemiologia desempenha um papel na “invenção de pessoas”, através da re-categorização que leva à re-subjetivação. Hacking descreve esse processo recorrendo ao que designa como “motores da descoberta”, que incluem a contagem, a quantificação, a criação de normas e a correlação. Neste processo, a epidemiologia pega na experiência da letalidade crónica, com o seu carácter normal, quotidiano, incompleto e inescapável, e produz, através da normalização, um valor p que se espera que seja suficientemente significativo para mudar a realidade material por via da conceção e aplicação de políticas.

O valor p é definido como a probabilidade de um dado resultado ser real e não meramente devido ao acaso. O resultado consiste geralmente na determinação do facto de um grupo ser diferente de outro relativamente a um resultado variável específico. O valor p determina se um resultado deve ser considerado estatisticamente significativo ou não e, conseqüentemente, se esse resultado deve ser publicado ou não. A significância estatística é definida, na maioria das vezes, como um valor p inferior a 0,05, o que indica que o resultado pode dever-se ao acaso apenas 5% das vezes. A capacidade de produzir um valor p significativo depende parcialmente do grau em que a variável difere entre os

grupos e parcialmente do tamanho dos próprios grupos, do número de indivíduos classificados em cada grupo no estudo.

Este segundo aspeto, o número de pessoas nos grupos, é definido, para recorrer à terminologia técnica, como o *poder* do estudo. Os meus alunos utilizam regularmente o termo técnico, *poder*, para discutir e analisar se um estudo será capaz de tornar visível aquilo para que aponta. Os profissionais de saúde pública e de medicina criticam frequentemente os estudos por serem *pouco poderosos*, ou usam o termo para explicar porque é que não conseguiram produzir significância estatística. Um estudo *pouco poderoso* ou pouco robusto é considerado indigno de ser realizado precisamente porque o objetivo do estudo é produzir um valor *p* suficientemente significativo para ser publicado e, conseqüentemente, para produzir a mudança esperada (cf. Adams, 2013). Com um valor *p* suficientemente significativo, o acontecimento estatístico, assim o esperamos, irá conjurar uma certa consciencialização e, através dessa consciencialização, haverá lugar a uma mudança de política, material, social e de saúde.

Tendo em conta a indecidibilidade da direção da mudança inerente a qualquer acontecimento de que falam Badiou e Massumi, devemos perguntar-nos se um acontecimento estatístico é suficiente para reenquadrar que corpos devem ser contabilizados como humanos e quais, portanto, são entendidos como passíveis de lesão (cf. Jain, 2006) e de lamento (cf. Butler, 2010). Ou, pelo contrário, como provocação a considerar, pode o acontecimento estatístico trazer uma empatia momentânea que é incapaz de desafiar o enfraquecimento neoliberal do Estado e o fortalecimento do mercado, bem como sentimentos, práticas, políticas e votos anti-imigrantes e racistas? Finalmente, será possível que, a um certo nível, um acontecimento estatístico tão agregado possa solidificar as fronteiras que separam categorias de pessoas, apagando simultaneamente ligações e cumplicidades?

Na obra de Badiou, o sujeito, recém-produzido pelo acontecimento, percebe e atua de forma diferente no mundo, fiel às potencialidades desconhecidas decorrentes do acontecimento. Os acontecimentos epidemiológicos, quando reconhecidos, exigem e conduzem a respostas técnicas especializadas, tais como cabos mais compridos para as enxadas (cf. Jain, 2006) e mudanças na forma como os pesticidas são utilizados e em que circunstâncias, muitas vezes com resultados positivos e significativos para a saúde. Ao mesmo tempo, tais acontecimentos não desafiam, regra geral, as formas contemporâneas do capitalismo neoliberal, das divisões de classe, do racismo institucional e do

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

preconceito anti-imigrante que estruturam o nosso sistema alimentar transnacional e as suas condições de trabalho sistemática e diferencialmente danosas. Neste sentido, os acontecimentos estatísticos comportam apenas uma potencialidade limitada de mudança em domínios específicos, proximais e pragmáticos.

A meio do documentário de 1960 anteriormente mencionado, “*Harvest of Shame*”, o apresentador, Edward Murrow, enumera estatísticas relacionadas com as mortes de migrantes ocorridas durante as respetivas trajetórias de mobilidade. Com um pano de fundo pontuado por autocarros escolares e camionetas cheias de trabalhadores agrícolas migrantes, Murrow descreve à audiência um acidente na Carolina do Norte em que morreram 17 homens, 3 mulheres e 1 bebé. O filme passa imediatamente para o Secretário do Trabalho, Mitchell, que declara: “Não passa um ano sem que se leia nos jornais um caso de um acidente muito grave em que, por vezes, uma dúzia ou mais de pessoas morrem, simplesmente porque não existe uma norma interestadual em matéria de segurança” (Friendly *et al.*, 1960).

O documentário não só retrata as condições perigosas em que os trabalhadores agrícolas migrantes se deslocam, como também conclui que a solução necessária é uma política pragmática, uma norma de segurança nos transportes. Aqui, as estatísticas são utilizadas para mudar a política sem analisar as condições subjacentes de exploração e hierarquia sistemáticas. Não chamam a atenção para as desigualdades historicamente enraizadas, nem trazem um desdobramento das potencialidades ou um redirecionamento das formas políticas e económicas vigentes. Na antropologia médica, muitos escreveram sobre o reducionismo clínico. Esta expressão indica a redução do sofrimento socialmente estruturado ao biológico e àquilo que é passível de intervenção médica. Aqui, vemos aquilo a que poderíamos chamar um reducionismo estatístico, em que as realidades são reduzidas em termos de tempo, espaço e possibilidade política.

Dame Marilyn Strathern (1996), no seu trabalho sobre a cultura da auditoria, indica que o aparelho da contabilidade pode alimentar formas contemporâneas de economia empresarial. Considerando as relações potenciais entre as funções dos números e as economias, Keith Devlin, citado anteriormente a propósito do seu discurso de 1997 aos licenciados em Matemática de Berkeley – ele que é também cofundador da parceria de investigação indústria-universidade *Media X* de Stanford –, afirmou, ao concluir esse seu discurso, que, “utilizando a matemática, somos capazes de olhar para o futuro”. Como exemplo positivo disto mesmo, continuou: “as companhias de seguros utilizam a

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

estatística e a teoria das probabilidades para prever a probabilidade de um acidente... e fixar os seus prémios em conformidade”. O documentário de grande impacto antes mencionado, “*Harvest of Shame*”, foi patrocinado pela Philip Morris, uma das maiores empresas de tabaco, que beneficia da exploração de trabalhadores agrícolas migrantes. O filme apresenta o slogan da empresa *Marlboro Cigarettes*, “Cigarros com filtro, sabor sem filtro” [*Filtered cigarettes, unfiltered taste*], no início e no fim, e mostra tanto Edward Murrow, o apresentador, como o Secretário do Trabalho, Mitchell, a fumar cigarros em quase todas as cenas em que intervêm. Estas ligações entre os interesses empresariais e a utilização de números podem levar-nos a questionar a forma como a produção, o enfoque e a utilização das estatísticas de saúde podem representar não só as pessoas e o seu sofrimento, mas também os ditames de interesses políticos e económicos mais vastos.

Num certo sentido, os acontecimentos estatísticos não são fiéis à realidade que pretendem descrever. O acontecimento estatístico é temporalmente identificável através de valores p , gráficos e datas de publicação. Este acontecimento estatístico momentâneo apaga a realidade da letalidade crónica, da morte lenta vivida e esperada como vida normal e da lesão como deterioração corporal intrínseca à passagem do tempo. Este processo elide as hierarquias racializadas dos corpos, as estruturas políticas e económicas e as histórias de cumplicidade entre os indivíduos classificados para análise estatística e aqueles que produzem e têm o poder de responder política ou apoliticamente ao acontecimento estatístico. Como Adams (2013) argumenta no seu trabalho sobre a ciência da saúde global baseada em dados, a atração por dados estatisticamente robustos mina a nossa capacidade para ver outros tipos de verdades factuais sobre as causas de lesão, doença e morte. Aqui, não estou a criticar a capacidade dos métodos quantitativos para aferir, de forma rigorosa ou reproduzível, a incidência e a prevalência de condições crónicas de saúde, mas sim a provocar-nos a considerar as camadas experienciais humanas da morte lenta que não são totalmente representadas através da mediação estatística.

A prática descrita no início deste artigo de registar a hora de entrada ao serviço dos apanhadores de fruta da quinta em que trabalhei no estado de Washington mais tarde do que a hora da sua chegada efetiva pode servir aqui como metáfora útil. Impelido pelas exigências dos mercados agroalimentares capitalistas, bem como pelas hierarquias laborais fundadas na etnia e na cidadania, o relógio de ponto da quinta é incapaz de registar as horas certas. Tal como este relógio, os acontecimentos estatísticos neste âmbito

distorcem o tempo e o espaço. No importante esforço de tornar visível o invisível, as estatísticas de saúde produzidas e utilizadas nestes contextos de exploração e hierarquia não conseguem desafiar a deterioração contínua e quotidiana imposta pelas regras do mercado. Os investigadores têm usado múltiplas técnicas para abordar a cronicidade dos problemas de saúde – incluindo histórias de experiências de doença, inquéritos sobre condições crónicas, acompanhamento longitudinal de coortes –, cada uma com os seus prós e contras em termos de representação da plenitude daquilo a que Berlant chamaria morte lenta. Incapazes de apresentar na plenitude da sua complexidade experiencial e cronicidade a experiência temporal e espacial das lesões dos trabalhadores agrícolas migrantes, as estatísticas podem estar condenadas a deturpar a experiência e a produzir eventos reducionistas incapazes de trazer a responsabilidade, a crítica e a mudança necessárias em face da desigualdade e da violência inerentes ao nosso sistema alimentar.

Esta reflexão sobre a lesão de Abelino e a natureza demasiadas vezes dada como adquirida das lesões dos trabalhadores agrícolas migrantes em geral recorda-nos a desigualdade e a violência endémicas do nosso sistema alimentar transnacional. Os ferimentos e as elisões do quase-acontecimento que é esta morte lenta decorrem sistematicamente ao longo das linhas de cidadania, raça, etnia e classe que estruturam este sistema alimentar multiescalar. No entanto, até mesmo os métodos e representações utilizados pelos investigadores para promover a mudança parecem frequentemente limitados face às desigualdades calcificadas e aos interesses enraizados que impulsionam a produção de alimentos.

Isto não significa que outro meio, incluindo a etnografia ou o documentário, capte totalmente as causas e as experiências das lesões ou da doença. Juntamente com os meus colegas da medicina, da saúde pública, dos estudos da alimentação e da antropologia, pretendo desafiar-nos a sermos criticamente reflexivos, prestando atenção às nossas representações e aos nossos métodos – “mistos” ou “puros” – e às formas específicas de visibilidade, invisibilidade, resistência e cumplicidade que eles fomentam. Como podem os nossos métodos qualitativos ou quantitativos realçar certos aspetos do sistema alimentar e desviar a atenção de outros? Como podemos começar a ver para além dos nossos pontos cegos disciplinares e envolver-nos mais eficazmente com os movimentos de mudança social, política, económica e ambiental do sistema alimentar, incluindo, especialmente, com as ações individuais e coletivas dos próprios trabalhadores do sistema alimentar? No contexto específico dos trabalhadores agrícolas migrantes, as nossas

HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>

representações e métodos devem atender à temporalidade em curso e à espacialidade transnacional das experiências de lesão, doença e sofrimento, bem como à procura contínua por, e à possibilidade de mudança.

No clima político antagonístico e anti-imigrante atualmente vigente, os nossos métodos de investigação e representação devem prestar atenção às práticas quotidianas e às ações coletivas dos trabalhadores agrícolas i/migrantes e de todos os trabalhadores do sistema alimentar que exigem bem-estar e a possibilidade de uma vida vivível no seio de sistemas limitadores e prejudiciais. Enquanto profissionais de medicina e saúde pública e investigadores e académicos das áreas dos estudos agrícolas e alimentares, devemos tentar reconhecer no nosso trabalho clínico e expressar no nosso trabalho académico toda a realidade experiencial do trabalho e das condições de vida que lenta e regularmente prejudicam aqueles que nos providenciam os nossos alimentos. Para além dos nossos papéis especificamente profissionais, devemos procurar apoiar a resistência individual e as ações coletivas dos trabalhadores em todo o sistema alimentar. Estas ações individuais e coletivas não só evidenciam as desigualdades lesivas inerentes aos nossos sistemas alimentares e político-económicos transnacionais – desigualdades que devem ser confrontadas e alteradas –, como também abrem caminho para futuros mais equitativos, justos e democráticos que promovam bem-estar de todos.

Financiamento

Este trabalho foi financiado pela William T. Grant Foundation (Bolsa nº 043579-002) e pelo Western Center for Agricultural Health and Safety (Bolsa nº 2U54OH007550).

Referências

- ADAMS, V. (2013), “Evidence-Based Global Public Health: Subjects, Profits, Erasures”,
In *When People Come First: Critical Studies in Global Health*, ed. J. Biehl and A. Petryna, pp. 54–90, Princeton, Princeton University Press.
- BADIOU, A. (2001), *Ethics: An Essay on the Understanding of Evil*, New York, NY, Verso.
- BERLANT, L. (2007), “Slow Death (Sovereignty, Obesity, Lateral Agency)”, *Critical Inquiry*, 33 (4), pp. 754–780.

- HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>
- BUTLER, J. (2010), *Frames of War: When is Life Grievable?*, Brooklyn, Verso.
- CALHOUN, Craig. (2006), “The Privatization of Risk”, *Public Culture*, 18 (2), pp. 257–263.
- DEVLIN, K. (1997, May 23). *Making the Invisible Visible*. Speech retrieved from <https://www.maa.org/making-the-invisible-visible>.
- FERGUSON, J. (1994). *The Anti-Politics Machine: “Development”, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- FRANK, A.L., MCKNIGHT R., KIRKHORN S.R. & GUNDERSON P. (2004), “Issues of Agricultural Safety and Health. *Annual Review of Public Health*, 25, pp. 225–245.
- FRIENDLY, F., MURROW E., LOWE D. (Producers) & F. FRIENDLY (Director). (1960), *Harvest of Shame* [Motion Picture], United States, CBS.
- GILMORE, Ruth Wilson. (2007), *Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California*, Berkeley, University of California Press.
- HACKING, I. (1990), *The Taming Of Chance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HACKING, I. (2006, April 11), Kinds of People: Moving Targets, Lecture retrieved from <https://www.brit.ac.uk/sites/default/files/hacking-draft.pdf>.
- HEALTH OUTREACH PARTNERS (2010), *Breaking Down the Barriers: A National Needs Assessment on Farmworker Health Outreach, 4th ed*, Oakland, CA, Health Outreach Partners.
- HOLMES, S.M. (2006), An Ethnographic Study of the Social Context of Migrant Health in the United States, *Public Library of Science Medicine*, 3 (10), e488.
- HOLMES, S.M. (2013), *Fresh Fruit, Broken Bodies: Migrant Farmworkers in the United States*, Berkeley, University of California Press.
- HOLMES, S.M., and CASTAÑEDA, H. (2016), “Representing the European Refugee Crisis in Germany and Beyond: Difference, Deservingness, Life and Death”, *American Ethnologist*, 43 (1), pp. 1–13.
- JACKSON, M.D. (2011), *Life Within Limits: Well-Being in a World of Want*, Durham, Duke University Press.
- JAIN, L.S. (2006), *Injury: The Politics of Product Design and Safety Law in the United States*, Princeton, Princeton University Press.
- KANDEL, W. (2008), “Profile of Hired Farmworkers, A 2008 Update”. *Economic Research Report*, 6, Department of Agriculture.

- HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>
- LIGHTHALL, D. (2000). “Community Health Care”. *Rural Migration News*.
<https://migration.ucdavis.edu/cf/more.php?id=95>. Accessed 20 Dec 2018.
- LIGHTHALL, D. (2001), “The Poor Health of Farm Workers”, *Western Journal of Medicine* 175 (4), pp. 223–224.
- MASSUMI, B. (1998). “Event Horizon”, In *The Art of the Accident*, ed. J. Brouwer & A. Mulder, pp. 154–168, Rotterdam, Dutch Architecture Institute.
- MCGUIRE, S.S. & GEORGES, J. (2003), “Undocumentedness and Liminality as Health Variables”, *Advances in Nursing Science*, 26 (3), pp. 185–195.
- MINES, R., NICHOLS S. & RUNSTEN D. (2010), *Final Report of the Indigenous Farmworker Study to the California Endowment*. Retrieved from http://www.indigenousfarmworkers.org/final_report.shtml. Accessed 20 Dec 2018.
- NELSON, D. (2015), *Who Counts?: The Mathematics of Death and Life After Genocide*, Durham, Duke University Press.
- POVINELLI, E. (2011), *Economies of Abandonment*, Durham, NC, Duke University Press.
- QUESADA, J. (2011), “No Soy Welferero: Undocumented Latino Laborers in the Cross-Hairs of Legitimation Maneuvers”, *Medical Anthropology*, 30 (4), pp. 386–408.
- RURAL MIGRATION NEWS (1996), *Minimum Wages/Workers Comp*, <https://migration.ucdavis.edu/rmn/more.php?id=113>. Accessed 20 Dec 2018.
- RUST, G. (1990), “Health Status of Migrant Farmworkers: A Literature Review and Commentary”, *American Journal of Public Health*, 80 (10), pp. 1213–1217.
- SAKALA, C. (1987), “Migrant and Seasonal Farmworkers in the United States: A Review of Health Hazards, Status, and Policy”, *International Migration Review*, 21 (3), pp. 659–687.
- SLESINGER, D. (1992), “Health Status and Needs of Migrant Farm Workers in the United States: A Literature Review”, *Journal of Rural Health*, 8 (3), pp. 227–234.
- STRATHERN, M. (1996), “From Improvement to Enhancement: An Anthropological Comment on the Audit Culture”, *Cambridge Anthropology*, 19 (3), pp. 1–21.
- U.S. Department of Labor, Employment and Training Administration (2016), *Findings from the National Agricultural Workers Survey (NAWS) 2013–2014*.
- VERRAN, H. (2000), “Aboriginal Australian Mathematics: Disparate Mathematics of Land Ownership”. In *Mathematics Across Cultures: The History of Non-Western Mathematics*, ed. H. Selin, pp. 289–311, Berlin, Springer.

- HOLMES, Seth (2023), “Acidentes e lesões de trabalhadores agrícolas migrantes: temporalidade, representação estatística, acontecimentos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 155 - 182, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f2>
- VILLAREJO, Don. (2003), “The Health of U.S. Hired Farm Workers”, *Annual Review of Public Health*, 24, pp. 175–193.
- WEIGEL, M.M., ARMIJOS R.X. & BELTRAN O. (2014), “Musculoskeletal Injury, Functional Disability, and Health-Related Quality of Life in Aging Mexican Immigrant Farmworkers”, *Journal of Immigrant and Minority Health*, 16 (5), pp. 904–913.
- WILLEN, Sarah. (2014), “Plotting a Moral Trajectory, Sans Papiers: Outlaw Motherhood as Inhabitable Space of Welcome”, *Ethos*, 42 (1), pp. 84–100.
- WILLEN, Sarah. (2019), *Fighting for Dignity: Migrant Lives at Israel’s Margins*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- YARRIS, Kristin & CASTAÑEDA H. (2013), “Ethnographic Insights on Displacement, Migration and Deservingness in Contemporary Global Contexts”, *International Migration*, 53 (3), pp. 644–669.

Nota da Editora

A Springer Nature permanece neutral no que diz respeito a alegações jurisdicionais incluídas em mapas publicados e indicações de filiações institucionais.

Seth M. Holmes. Professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, na Divisão de Sociedade e Ambiente e Programa Doutoral em Antropologia Médica. Coordenador do Projeto *FOODCIRCUITS*, financiado pelo *European Research Council* e sediado na Universidade de Barcelona e na ICREA - Instituição Catalã de Investigação e Estudos Avançados. E-mail: sethholmes@berkeley.edu.

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada

Entrevista com Seth M. Holmes

Por João Queirós

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Com formação em medicina e doutoramento em antropologia, Seth M. Holmes é *Chancellor Professor* na Universidade da Califórnia, em Berkeley, na Divisão de Sociedade e Ambiente e no Programa Doutoral em Antropologia Médica. Presentemente, dirige, na Universidade de Barcelona e na ICREA – Instituição Catalã de Investigação e Estudos Avançados, o projeto *FOODCIRCUITS*, financiado pelo *European Research Council*. Entre outros prémios nacionais e internacionais nos domínios da antropologia, da sociologia e da geografia, Holmes recebeu o *Margaret Mead Award*, atribuído conjuntamente pela Associação Americana de Antropologia (AAA) e pela Sociedade de Antropologia Aplicada (SfAA), pelo seu trabalho sobre imigração, saúde e trabalho agrícola nos Estados Unidos da América.

Na primeira década do presente século, Seth M. Holmes realizou uma pesquisa etnográfica de larga duração e grande profundidade junto de imigrantes mexicanos empregados em explorações agrícolas localizadas na Costa Oeste dos Estados Unidos da América. Os principais resultados dessa pesquisa – que incluiu longos períodos de observação participante em explorações agrícolas e viagens com imigrantes entre o México e os Estados Unidos da América – foram publicados em 2013 no livro *Fresh Fruits, Broken Bodies: Migrant Farmworkers in the United States*, traduzido e editado em Portugal em 2019 sob o título *Corpos Resistentes. Imigração, racismo e trabalho agrícola nos EUA*.

Nesta entrevista, realizada por videoconferência em abril de 2021, e aqui reproduzida parcialmente, Holmes enumera as principais transformações políticas, sociais e institucionais que a questão da migração para os Estados Unidos da América observou nos últimos anos, analisa os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde e na vida dos trabalhadores agrícolas migrantes e reflete sobre os impasses – mas também sobre as

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

possibilidades de mudança – do enquadramento científico e político da intervenção médica e social que neste âmbito é realizada¹.

João Queirós (JQ): *Desde que publicaste, originalmente em 2013, a tua etnografia dos trabalhadores migrantes mexicanos empregados nas explorações agrícolas da Costa Oeste dos Estados Unidos da América, vários aspetos deste fenómeno terão sofrido mudanças. Consegues recuar até àquela altura e apontar as principais transformações verificadas desde então, em particular no que respeita à situação social e política dos trabalhadores agrícolas mexicanos e das suas famílias nos EUA?*

Seth Holmes (SH): Bem, como é sabido, os quatro anos que vivemos sob a presidência de Donald Trump foram especialmente difíceis para muitos imigrantes nos Estados Unidos, bem como para muitas pessoas não-imigrantes, pessoas racializadas, e especialmente para os imigrantes provenientes da América Latina. Muitos dos acordos internacionais referentes ao modo como devem ser processados os pedidos e ao modo como devem ser tratadas as pessoas que solicitam asilo não estavam a ser respeitados. Com a presidência de Joe Biden, esses acordos internacionais voltaram a ser seguidos, mas é uma situação complicada, com o agravamento das desigualdades económicas que resulta da existência de tratados como o NAFTA [*North American Free Trade Agreement*] ou o mais recente CAFTA-DR [*Central America-Dominican Republic Free Trade Agreement with the United States*], que contribuíram de várias formas para tornar mais precárias as vidas das famílias latino-americanas, levando a que, para estas, a migração seja cada vez menos uma escolha e cada vez mais algo forçado.

Desde que o meu livro *Fresh Fruit, Broken Bodies*² foi publicado, em 2013, muitas coisas mudaram. Ficou ainda mais difícil atravessar a fronteira: as pessoas continuam a atravessá-la, por necessidade, e em resultado das vidas precárias que levam nas suas comunidades de origem, mas a taxa de mortalidade resultante do atravessamento

¹ A versão integral desta entrevista, em que participaram também Valéria Macedo, antropóloga e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Brasil, e Cristiana Bastos, antropóloga e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal, está disponível em formato áudio em <https://radiogabriela.org/outros-livros/>, correspondendo à terceira emissão do podcast “Outros Livros”, uma iniciativa conjunta da editora Outro Modo e da Rádio Gabriela.

² Holmes, Seth M. (2013). *Fresh Fruits, Broken Bodies: Migrant Farmworkers in the United States*. Berkeley: University of California Press. O livro está publicado em Portugal em formato físico e versão e-book: Holmes, Seth (2019). *Corpos Resistentes. Imigração, racismo e trabalho agrícola nos EUA*. Lisboa: Outro Modo.

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

aumentou. Isto é o resultado, em parte – trata-se de um tópico sobre o qual escrevi algumas coisas, mas que tem sido investigado de forma mais aprofundada por outras pessoas, nos últimos anos –, da militarização da fronteira entre o México e os EUA, que leva a que quem pretende atravessá-la opte cada vez mais por fazê-lo em zonas mais perigosas. Estas decisões de reforço da militarização da fronteira foram tomadas conscientemente por responsáveis políticos e por responsáveis das forças de patrulhamento fronteiro.

Tenho também trabalhado mais com os membros mais jovens das famílias com que contactei e sobre as quais escrevi no meu livro. Nos últimos cinco anos, mais ou menos – na verdade, a primeira vez foi em 2016 –, os pais de alguns destes jovens, que nasceram durante o meu trabalho de campo, ou tinham então três ou quatro anos, e que estão agora no final do ensino básico ou no ensino secundário, pediram-me que fosse com os seus filhos e filhas ao México, para que eles e elas pudessem conhecer a família que permanece nas respetivas terras-natais, no sul do país, onde nunca haviam estado. O avô de vários destes jovens ficara muito doente e os pais queriam que os jovens conhecessem o avô antes de este morrer. E então, quatro anos seguidos, fomos de carro até ao sul do México, desde o estado de Washington, através da Califórnia e do Arizona, passando a fronteira, para passar o Natal e o Ano Novo, e o período entre estes dois momentos, com os familiares deste grupo de jovens. Acabámos por fazer juntos um filme, um documentário chamado *Em Casa Pela Primeira Vez* [*First Time Home*]. Há também um *website* sobre este documentário, os quatro jovens com os quais fiz estas viagens são os correalizadores, e eu apoiei-os, procurei apoiá-los na angariação de financiamento, através de bolsas e pequenos financiamentos colaborativos... No fundo, é um filme que tenta contar, pela voz dos jovens e das suas famílias, a história de como é ser trabalhador agrícola migrante nos Estados Unidos, de como é ser uma pessoa indígena que está, em grande medida, separada de muita da sua história e herança, afastada da sua terra e dos seus parentes³. Este tem sido um processo muito interessante, sem dúvida.

Neste período, também aconteceram muitas coisas a algumas das pessoas de que falo no meu livro. Um dos protagonistas, que aliás cito frequentemente, tem agora 35 anos e está muito doente. Está doente devido a diabetes tipo 2, que é uma doença absolutamente tratável – há imensa gente com diabetes tipo 2 cuja saúde é muito boa –, mas o acesso ao

³ Ver <https://www.firsttimehomefilm.com/>

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

sistema de saúde nos Estados Unidos apresenta tantas barreiras – é preciso ter seguro de saúde, que está geralmente associado a um contrato de trabalho, algo que não acontece no caso dos trabalhadores agrícolas; ou então é preciso viver num condado que providencie acesso a cuidados de saúde às pessoas que não têm seguro de saúde associado a um contrato de trabalho, e há muito poucos condados no país que o fazem – que a maioria dos trabalhadores agrícolas migrantes não tem acesso a cuidados de saúde. O último estudo que consultei revela que menos de 15% dos trabalhadores agrícolas nos EUA têm seguro de saúde. Enfim, este trabalhador de que falo ficou doente ao ponto de ser considerado legalmente cego, os seus rins já não funcionam, ele tem de fazer diálise três vezes por semana, mas o problema não é da doença, é do sistema de saúde, que não possibilitou que esta pessoa tivesse acesso a tratamentos funcionais muito simples e baratos.

A outra coisa que notei, mais recentemente, durante o período da COVID-19, é que esta ajudou a tornar mais evidentes os mecanismos da desigualdade no mundo e, em particular nos Estados Unidos da América, os mecanismos do capitalismo e do racismo, e o modo como estes se interligam e podem ser realmente violentos para os corpos das pessoas, dos trabalhadores. Os trabalhadores agrícolas nos Estados Unidos foram considerados trabalhadores essenciais, pelo que lhes foi solicitado que continuassem a trabalhar durante a pandemia, mas, por outro lado, não lhes foram providenciadas máscaras, nem lhes foi dada a possibilidade do distanciamento físico, tiveram de trabalhar exatamente nas mesmas condições que tinham antes. Durante o mês de maio de 2020, estive a colaborar voluntariamente com os Médicos Sem Fronteiras, na Flórida, com trabalhadores agrícolas provenientes sobretudo da Guatemala, porque um dos condados daquele estado estava a providenciar testes à COVID-19 e a prestar apoio nos casos em que tinha de realizar-se isolamento e quarentena, mas apenas nas áreas mais ricas do condado, nas cidades costeiras e nas zonas balneares, onde reside sobretudo população branca; na zona central, onde se localizavam os trabalhadores agrícolas migrantes, durante muito tempo, não houve testagem, nem havia apoio em casos de necessidade de isolamento e quarentena. Os Médicos Sem Fronteiras e um outro grupo juntaram-se à administração local, bem como a uma extraordinária organização de trabalhadores migrantes que ali existe, e providenciaram os testes e algum apoio às pessoas que tinham de ficar em isolamento.

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

Mas, naquele mês, conheci muitas pessoas cujos familiares, pais, filhos, irmãos, tinham morrido de COVID-19, e foi deprimente e revoltante ver o que se passava ali.

E há também a questão dos despejos. Apesar de, durante a pandemia, ter sido promulgada uma lei que suspendia a possibilidade de despejo, pelo menos três famílias Triqui com as quais trabalhei e sobre as quais escrevi no meu livro – as famílias Triqui são famílias mexicanas indígenas que se concentram sobretudo na Costa Oeste dos EUA, trabalhando habitualmente na agricultura –, foram despejadas. Duas delas, de forma irónica e muito dolorosa, foram despejadas na semana do Dia de Ação de Graças [*Thanksgiving*]: quem sabe a origem desta comemoração nos Estados Unidos, pode imaginar quão doloroso foi o despejo destas famílias nesta altura. Alguns dos jovens Triqui que conheci tiveram de abandonar a escola, porque foram despejados, as aulas estavam a acontecer todas *online*, ficaram impossibilitados de continuar a acompanhá-las... Mas as famílias também se organizaram e apoiaram mutuamente, e receberam apoio de grupos e organizações de indígenas que trabalham no âmbito do desenvolvimento comunitário – eu fico sempre surpreendido com a capacidade destes trabalhadores migrantes para se organizarem e apoiarem mutuamente.

JQ: *Esse é realmente um tópico interessante, e que é abordado na parte final do teu livro, que é a capacidade que estas pessoas demonstram para a mobilização e a organização comunitária, mesmo perante condições laborais e de vida muito difíceis. Como vês a possibilidade de afirmação e consolidação destas formas de organização comunitária e de eventual ação coletiva?*

SH: Nos Estados Unidos, a taxa de participação sindical tem vindo a diminuir muito desde os anos 1970 e 1980. Esta é uma realidade que talvez não seja completamente compreensível para os europeus, mas estamos a falar de níveis de sindicalização muito, muito baixos. Há alguns sindicatos e organizações fortes, na Flórida, nas Costas Leste e Oeste do país, a *United Farmworkers* tem uma presença forte na Califórnia e em outros estados, há mais algumas organizações de trabalhadores agrícolas que estão a crescer, algumas com forte presença de trabalhadores indígenas, por exemplo, a *Piñeros y Campesinos Unidos*, no Oregon, e também uma organização no estado de Washington chamada *Familias Unidas por la Justicia*, que tem concretizado algumas iniciativas impressionantes – por exemplo, processaram o estado de Washington por este permitir que os trabalhadores agrícolas trabalhassem sem direito a pausa para o almoço ou a pausas

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

para iras à casa de banho, e conseguiram inclusive alterar aspetos do sistema de pagamento dos trabalhadores –, mas o quadro geral do capitalismo, da racialização e da desigualdade não parece estar a melhorar... Se algo está a mudar, é para pior, nos EUA. Ao mesmo tempo que parece haver maior consciência e discussão sobre o racismo, sobre a necessidade de combater o racismo e o capitalismo racial, há também o recrudescimento do nacionalismo, da supremacia branca, do racismo em si. Por isso, sinto-me de certo modo esperançado, porque a resistência e a organização que vejo e as discussões abertas que ouço sugerem uma mudança, mas não deixo de estar preocupado ao ver a força do racismo e do capitalismo, quer nos Estados Unidos, quer à escala global. O capitalismo e o racismo são poderosos – parece-me, por isso, muito importante que todos pensemos de que forma podemos passar à prática, para atuar de forma solidária e coletiva.

JQ: *Voltando à questão do acesso aos cuidados de saúde, e retomando um outro tópico sobre o qual tens escrito bastante, que diz respeito à crítica que pode ser feita do olhar clínico que é lançado habitualmente sobre os trabalhadores migrantes e as suas condições de saúde, um olhar que tende a desvalorizar as respetivas determinantes sociais, vês mudanças a acontecerem a este nível?*

SH: Essa é uma boa questão. Nos últimos cinco ou seis anos, talvez, têm sido crescentes os movimentos e demandas por cuidados de saúde para todos. A iniciativa *Medicare for All* é, de acordo com estudos de opinião, muito popular, mas o presidente Trump opôs-se-lhe totalmente, opondo-se também ao financiamento público de seguros de saúde privados. O presidente Biden é também contra o *Medicare for All*, e contra cuidados de saúde universais, ainda que apoie algo próximo daquilo que Barack Obama defendia, que era o financiamento público, para todas as pessoas, de seguros de saúde privados – medida que, apesar de tudo, seria melhor do que tudo aquilo que já tivemos a este nível nos EUA. Com Bernie Sanders e outras pessoas, tem crescido o apoio à provisão universal de cuidados de saúde, algo que seria muito importante nos Estados Unidos. Eu espero que as pessoas que têm pressionado os políticos neste sentido continuem a fazê-lo e a ganhar força. Olhando para os estudos de opinião, há tanta gente a apoiar o *Medicare for All*... A experiência das pessoas mais velhas, que têm acesso ao *Medicare*, a experiência das famílias, que veem as vantagens do acesso dos seus membros mais velhos a cuidados de saúde de qualidade, tem sido muito boa e isso tem ajudado as pessoas nos Estados Unidos a não terem tanto medo do envolvimento do Estado na garantia dos seus cuidados de

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

saúde, porque o programa tem funcionado muito bem, a múltiplos níveis. Nos Estados Unidos, há sempre muita desconfiança quanto à participação das instâncias estatais neste domínio, o que dificulta tudo.

JQ: *A pandemia da COVID-19 terá contribuído para mudar um pouco essa perspetiva, reforçando as demandas por cuidados de saúde universais?*

SH: Preocupa-me que a pandemia da COVID-19 tenha sido de tal forma politizada que isso não tenha podido verificar-se. Sob a presidência de Trump, todas as principais recomendações sanitárias foram desconsideradas; muitas pessoas, incluindo muitos governadores de estados, como foi o caso do governador DeSantis, na Flórida, não seguiram as recomendações, recusando o uso obrigatório de máscara, etc., por isso não estou certo de que a pandemia da COVID-19 tenha ajudado. Em muitos aspetos, dividiu-nos ainda mais, em resultado da respetiva politização.

Muitos profissionais que, como eu, são médicos e cientistas sociais, antropólogos, especialistas em estudos americanos ou estudos culturais, historiadores, entre outros, têm insistido, nos últimos anos, naquilo que podemos designar como competência estrutural [*structural competency*]. E fazemo-lo, em grande medida, porque, nos Estados Unidos, todas as profissões da saúde, o sistema de formação, escolas de medicina, escolas de enfermagem, estágios e internatos, são baseadas em competências [*competency-based*]. Acontece que essas competências radicam na aprendizagem das componentes biológica, biomédica, farmacêutica, que subjazem à prática clínica a desenvolver com o paciente, individualmente considerado. Ora, como Jonathan Metzl defendeu originalmente no seu livro *The Protest Psychosis*, o crescimento das desigualdades sociais e o crescimento das desigualdades de saúde nos Estados Unidos impõe a posse desta competência estrutural – é necessário que as médicas e enfermeiras saibam como as estruturas económicas, sociais e políticas, que são frequentemente antidemocráticas, e que operam contra a igualdade, afetam os indivíduos, os corpos que estão a ser tratados. Em consequência, nos últimos anos, temos estado a desenvolver currículos académicos em escolas de medicina e escolas de enfermagem que propõem ideias e formas de trazer as ciências sociais para a transformação do modo como os profissionais de saúde pensam e atuam. Este tem sido um processo empolgante, a interação com pessoas dos movimentos ligados à área da saúde no Brasil, com o movimento da medicina social na América Latina... Tem sido interessante pensar no modo como podemos mudar os cuidados de saúde, de uma forma

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

que permita que estes não sejam tão individualísticos, que não culpem os próprios pacientes pelas suas condições, ao basearem-se em assunções erradas sobre os seus comportamentos... Tem sido um processo interessante e tenho alguma esperança na possibilidade de alguns grupos e organizações pegarem nestas ideias, incorporando-as no que será uma forma diferente de médicos e enfermeiros interagirem com os seus pacientes, e interagirem com pacientes racializados, ou com pacientes imigrantes. (...)

Uma questão transversal, e que tem funcionado como elemento instigador da minha pesquisa, é a constatação – também abordada por outros autores, como Daniel Rothenberg, no seu livro *With These Hands* – de que as últimas mãos que tocaram, fisicamente, a fruta, a baga ou a laranja que podem ser compradas num mercado ou num supermercado, foram as mãos de um trabalhador agrícola migrante. A fruta foi depois metida em caixas, foi transportada em camiões, foi lavada, foi tirada das caixas e colocada à disposição dos clientes do supermercado, mas, em muitos casos, as últimas mãos humanas que, de facto, tocaram naquela fruta foram as mãos de trabalhadores agrícolas migrantes. E depois somos nós, as nossas mãos são as mãos que tocam na fruta a seguir àquelas. E essa realidade, a realidade dessa troca entre mãos, de algum modo... marcou-me. Porque é algo que não é habitualmente pensado, ou conhecido, ou falado. As pessoas, quando compram frutas ou vegetais nos supermercados, não pensam nisso. Essa troca direta, entre mãos, tornou-se, por isso – logo quando comecei a minha investigação –, algo claro e muito relevante para mim. Quando estava a realizar o meu trabalho de campo, o dano infligido nos corpos dos trabalhadores agrícolas revelou-se evidente. Eu também sou médico, e muito do meu trabalho enquanto médico foi realizado em cuidados de saúde primários de algum tipo, por isso também é claro para mim, enquanto médico de cuidados de saúde primários a trabalhar em clínicas, que eu devo recomendar às pessoas que comam frutas e legumes, isso faz parte do meu trabalho – as frutas têm muitas vitaminas, os legumes são mais saudáveis do que os alimentos com muitos hidratos de carbono ou gorduras, por isso recomendamos-os muito. De certa forma, essa metáfora, ou a realidade, de alguns corpos se tornarem mais saudáveis em oposição direta com corpos, que são habitualmente corpos racializados – e até migrantizados, isto é, sinalizados e categorizados como estrangeiros, como externos, como estranhos, como outros –, que estão a ser danificados, magoados... Isto tornou-se, para mim, muito claro, em especial depois da publicação do meu livro.

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

Havia nessa altura um grande debate nos Estados Unidos sobre a reforma geral das leis de imigração, e a proposta mais progressista apontava para a existência de uma espécie de caminho de acesso à cidadania, um caminho que seria muito longo, duraria qualquer coisa como quinze anos, para pessoas que estavam nos Estados Unidos sem documentos, e que assim poderiam vir a tornar-se cidadãos do país. Durante esse período até à obtenção da cidadania, estas pessoas teriam de pagar todo o tipo de impostos – algo que elas já fazem, aliás; eu mostro isto no meu livro: os migrantes, de certo modo, acabam por pagar mais impostos do que todas as outras pessoas, porque ganham muito pouco dinheiro, e o valor dos impostos que pagam até lhes deveria ser reembolsado, mas, como estão indocumentados, não podem receber os reembolsos, o dinheiro fica retido pelo Estado. Enfim, durante aquele debate, um dos pontos que mais sobressaía era o facto de muitos legisladores nos Estados Unidos simplesmente não quererem que os trabalhadores agrícolas migrantes indocumentados recebessem cuidados de saúde enquanto não fossem cidadãos do país, mesmo estando a pagar impostos. Eu lembro-me de ouvir isto e foi aí que se tornou realmente evidente para mim, esta troca... Repara: nós somos saudáveis porque estas pessoas providenciam as coisas que nos ajudam a ser saudáveis, mas o ato de providenciar a todas as outras pessoas essas coisas faz com que os seus corpos sejam danificados e a sua saúde lhes seja retirada. Lembro-me de escrever um artigo de opinião para um serviço noticioso apresentando este argumento e de compreender realmente como ele é significativo. E, desde então, tenho vindo a desenvolver esta noção e este argumento de uma ligação indissociável entre os trabalhadores agrícolas migrantes, e os seus corpos, e toda a gente que come a fruta que eles produzem, e os seus corpos, e de como ignoramos esta relação, a relação que une as duas partes – elas estão intimamente relacionadas entre si, mas nós avaliamo-las e categorizamo-las como se fossem coisas diferentes, e parece-me que essa separação desempenha um papel importante na produção das exclusões que se observam relativamente ao acesso a cuidados de saúde, à educação, à cidadania, etc. (...) O título do meu livro [no original publicado nos EUA], *Fresh Fruit, Broken Bodies*, visa precisamente lidar de forma mais clara com esta questão, ele resultou de conversas com muitas pessoas, com trabalhadores agrícolas Triqui, com muitos antropólogos, (...) e a escolha de um termo no participio passado, quebrado [*broken*], corpos quebrados [*broken bodies*], tem precisamente o intuito de colocar a tónica numa ação que acontece a partir do exterior, trata-se de algo que é quebrado por ação de uma

HOLMES, Seth (2023), “Para que possamos comer a fruta e os legumes que nos tornam saudáveis, os corpos dos trabalhadores agrícolas migrantes são danificados e a sua saúde é-lhes retirada”, Entrevista por João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLV, pp. 183 – 192, <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f3>

força ou de um sujeito externo. Isto tenta passar a ideia de uma força estrutural: quem, ou o quê, quebra estes corpos? Quem faz isto, de quem é a responsabilidade?

João Queirós. Doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. E-mail: jqueiros@letras.up.pt.

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as

conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;

- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;

- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO –INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES–

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima et al. (2004).

9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d' Água, pp. 99-107.

e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações online: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.
14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.
15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para: revsociologiaflup@letras.up.pt